



Mais Ciência e Inovação no Maranhão

Coleção: FAPEMA de 2015 à 2018

VOLUME 2

**MAIS INCLUSÃO
COM CIÊNCIA
E TECNOLOGIA**



MAIS INCLUSÃO
COM CIÊNCIA E
TECNOLOGIA



DIRETOR PRESIDENTE Prof. Dr. André Luís Silva dos Santos

DIRETOR CIENTÍFICO Prof. Dr. João Batista Bottentuit Júnior

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO Maurício Oliveira Brandão Ferreira

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO
Rua Perdizes, 05, qd. 37, Jd. Renascença,
São Luís-MA – Brasil – 65075-380
Fone: +55(98) 2109.1400
www.fapema.br
gabinete@fapema.br
Twitter: @fapema_maranhao
Instagram: fapema_oficial
Facebook: facebook.com/fapema
Youtube: Fapema Oficial

Mais Ciência e Inovação no Maranhão
Coleção: FAPEMA de 2015 a 2018

MAIS INCLUSÃO COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

VOLUME 2
1ª Edição



São Luís, MA
2020

© 2020, dos autores

Idealização

Alex Oliveira de Souza

Capa e projeto editorial

Joana Oliveira de Oliveira

Preparação e revisão de texto

Aline Silva Andrade Nunes

Cláudio Antonio Amaral Moraes

João Arthur Reis

Kiany Sirley Brandão Cavalcante

Leidyane Ramos Matos

Maristela Sena

Silvane Magali Vale Nascimento

Taciana Nogueira de Sousa Campelo

Editoração eletrônica

Motta Junior

Ficha catalográfica Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F982

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO (FAPEMA).

Coletânea de Pesquisa Científica. Volume 2. MAIS INCLUSÃO COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Coleção: FAPEMA de 2015 a 2018. [livro eletrônico] / Organizado pelo Núcleo de Planejamento Fapema. - São Luís: FAPEMA, 2020.

242 p. il.

Vol. 2. Inclusão e Tecnologia

ISBN 978-65-88387-02-3

1. Pesquisa. 2. Pesquisadores do Maranhão. 3. Inclusão. 4. Tecnologia. 5. Editais-Fapema. I. Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. II. Título. III. FAPEMA.

CDU [001:061.27](081.1)(812.1)

CDD 001.42

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Kátia Silva de Sousa – CRB-13/641/MA

O conteúdo desta obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.



INTRODUÇÃO.....	8
SEÇÃO 1: IGUALDADE DE GÊNERO E IGUALDADE RACIAL	11
Capítulo 1. A ELEIÇÃO DE MULHERES NO BRASIL E OS PARADOXOS PARA CONSTRUIR A IGUALDADE DE GÊNERO	12
Capítulo 2. PROMOVENDO A IGUALDADE DE GÊNERO NO TRABALHO NO BRASIL E NA ESPANHA: AVANÇOS E RESISTÊNCIAS NA ÚLTIMA DÉCADA.....	37
Capítulo 3. SAÚDE, DOENÇA E MORTE DE MULHERES E HOMENS NEGROS: Análise comparativa da mortalidade por raça/cor no leste maranhense, Brasil ...	54
Capítulo 4. ENTRE O ENSINO MÉDIO E A UNIVERSIDADE: POLÍTICA DE COTAS RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	75
SEÇÃO 2: INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO.....	92
Capítulo 5. INOVAÇÃO DO ENSINO UTILIZANDO OBJETOS DE APRENDIZAGEM CRIADOS PELA FERRAMENTA DE AUTORIA CACURIÁ	93
Capítulo 6. A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BAIRRO DO COROADINHO.....	103
Capítulo 7. PERFORMATIVIDADES DISSIDENTES E PRÁTICAS DESPORTIVAS: CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM PIO XII-MA.....	119
SEÇÃO 3: INCLUSÃO PELO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS	134
Capítulo 8. AUTONOMIA DA VONTADE E DIGNIDADE NO ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA ORDEM JURÍDICA JUSTA NO ÂMBITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	135
Capítulo 9. OS IMPACTOS DA COLETA SELETIVA DO LIXO: uma questão de saúde pública.....	155

Capítulo 10. TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO ESCOLAR: GERANDO CIÊNCIA E INOVAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA165

SEÇÃO 4: ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO PRODUTIVA.....181

Capítulo 11. INCUBAÇÃO DE GRUPOS ECONOMICOS SOLIDARIOS NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR: EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DE INCUBADORAS SOCIAIS.182

Capítulo 12. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A ECOSSOCIOECONOMIA: subsídios conceituais para o desenvolvimento turístico sustentável em área quilombola no Maranhão..... 200

Capítulo 13. ENTRAVES À FORMALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE PROVENIENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DO MARANHÃO.....216

Capítulo 14. MELIPONICULTURA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA SUSTENTÁVEL231



INTRODUÇÃO

O primeiro ano do Governo Flávio Dino na FAPEMA foi marcado por uma reorientação na instituição, estabelecendo uma nova lógica política para o trabalho da Fundação. O plano de trabalho coloca mais claramente nosso papel como agência que promove o desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Maranhão.

Com três objetivos transversais à todas as áreas do conhecimento, nós passamos a subordinar as chamadas públicas de seleção (editais) à programas, linhas de ação e objetivos. Esta inversão de abordagem nos obriga a pensar o fomento às pesquisas como política pública e como direito ao conhecimento.

Assim, em busca de mais “Ciência e Inovação para todos nós” traçamos nossos objetivos transversais e estabelecemos desafios a serem perseguidos nos três eixos focados: o desenvolvimento social, o conhecimento da biodiversidade e a competitividade com inclusão produtiva.

Em primeiro lugar tratamos do campo social, onde três desafios merecem destaque: a melhoria das políticas públicas, a garantia de direitos humanos negados ou de difícil acesso e a produção de conhecimento que alimente a nossa sabedoria humana.

Em seguida, faz-se necessário pensarmos no lugar onde podem se materializar nossas ideias, o lugar que repousa o conhecimento e os recursos, o meio ambiente e sua biodiversidade. Neste campo transversal destacamos como desafio um melhor conhecimento dos recursos naturais, para aumentar a resiliência ambiental e a relação do homem com a natureza.

Nesta lógica e respeitando a transversalidade dos objetivos tratamos também de desafios no campo da competitividade, que nos

permitem promover a inovação tecnológica para todos nós, portanto não apenas para o lucro em si, mas ciente do seu compromisso transversal de gerar mais inclusão produtiva e de criar novos empreendimentos, sem subjugar seus desafios sociais e ambientais.

Na Linha “Mais Ciência” houve um aumento no número de projetos de pesquisas apoiados, passamos de 574 em 2014 para 664 em 2015. Na Linha Mais Qualificação, ampliamos o número de bolsistas contemplados pela fundação, com destaque para a pós-graduação que obteve um crescimento 58% em relação a 2014. Atingimos progresso na interiorização dos investimentos em ciência e tecnologia do estado, diminuindo a concentração de investimentos na Capital e propiciando um crescimento de 8% nos investimentos no interior do estado, resultando em 26%. Estes ganhos se repetem em todas as linhas de ação e se reforçam à medida que abrimos espaço para novas possibilidades de participação como no Universidade de Todos Nós, Solidários, Startups, Agricultura Familiar e Tecnologia Social.

Vamos continuar com metas já traçadas, aprofundar objetivos com ênfase nas parcerias, na captação de recursos para produzir ciência com “Mais Inclusão Produtiva e Inovação Tecnológica”. Propomos uma política que aproxime as universidades e os centros de pesquisas dos anseios da sociedade, em suas demandas sociais, ambientais e produtivas. Esta política não visa destituir a universidade de suas prerrogativas constitucionais de autonomia didática e científica, mas sim fortalecer os elos entre atores da comunidade científica e da sociedade.

Para isto destacamos a realização do Forum Confap no Maranhão, ou seja, a reunião do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), com apoio do Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), entre os dias 18 e 19 de agosto de 2016, no Teatro Arthur Azevedo e na Casa do Maranhão.

Ao longo dos dois dias do evento foram debatidas políticas de ciência e tecnologia para o Brasil, parcerias internacionais e a relação das fundações de amparo com outros setores, como empresas e também outros ministérios, além do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Educação.

1

IGUALDADE
DE GÊNERO E
IGUALDADE RACIAL

SEÇÃO 1



CAPÍTULO 1

A ELEIÇÃO DE MULHERES NO BRASIL E OS PARADOXOS PARA CONSTRUIR A IGUALDADE DE GÊNERO

Maria Mary Ferreira

Professora Associada do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Doutora em Sociologia/Unesp/FCLAr

RESUMEN

La sub-representación de las mujeres en cargos electivos en Brasil apunta hacia una democracia que no se consolidó. El 10% de la representación femenina en la Cámara Federal y el 13% de mujeres en el senado retratan una sub-representación cuyos reflejos se traducen en los pocos proyectos legislados que tengan como perspectiva la igualdad de género. La sub-representación de las mujeres refleja el no funcionamiento de la democracia representativa y la incapacidad del país de incluir los segmentos históricamente excluidos: mujeres, negros, indígenas, pobres en las políticas públicas. Las dificultades no siempre claramente delineadas, están presentes en la cultura patriarcal que interfiere de forma subliminal en las candidaturas femeninas. En esta comunicación se presentan reflexiones sobre los pioneros de los países escandinavos en la implementación de políticas e igualdad de género y la contraposición de Brasil cuyos datos electorales evidencian que las campañas políticas de las mujeres no han sido exitosas. Las dificultades para recaudar recursos para sus campañas electorales infieren en gran parte en los resultados electorales y de forma directa en la subrepresentación.

Palabras Clave: Sub-representación. Elección. Género. Las mujeres. Brasil.

ABSTRACT:

The underrepresentation of women in elected positions in Brazil points to a democracy that has not been consolidated. The 10% of the female representation in the Federal Chamber and the 13% of women in the Senate portray a sub-representation whose reflexes are translated in the few

legislated projects that have as perspective the gender equality. Underrepresentation of women reflects the non-functioning of representative democracy and the country's inability to include historically excluded segments: women, blacks, indigenous people, poor people in public policies. The difficulties are not always clearly delineated, they are present in the patriarchal culture that interferes subliminally in the feminine candidacies. This paper presents reflections on the pioneering role of the Scandinavian countries in the implementation of gender equality policies and equality, and the Brazilian counterpart whose electoral data show that women's political campaigns have not been successful. The difficulties of raising funds for their electoral campaigns inferences largely on electoral results and directly on underrepresentation.

Key Words: Sub-representation. Election. Genre. Women. Brazil

1 INTRODUÇÃO

Os resultados eleitorais, em grande parte das nações, evidenciam mudanças substanciais em relação à representação feminina nos parlamentos. Em países como Ruanda e Bolívia as mulheres superam os homens; são mais de 50% de representação no poder. Em Ruanda, as mulheres são 63,8% dos cargos eletivos e, na Bolívia, as mulheres conquistaram a maioria das cadeiras nas eleições de 2017, são 53,1% de mulheres no parlamento boliviano, fato surpreendente em um País que, há duas décadas, as mulheres representavam apenas 12%. Nações como Cuba, México, África do Sul, se somam a muitas nações europeias que, desde meados do Século XX, começaram a alterar as relações de gênero nos espaços legislativos.

Países como Noruega, Suécia e Dinamarca vem alterando as estruturas políticas patriarcais há mais de 4 décadas, ou seja, desde os anos setenta, através de um conjunto de medidas que passou a se configurar como necessária, para garantir à população feminina maior representação no poder. Em 1986, as norueguesas, suecas e dinamarquesas já mantinham uma relação de quase igualdade em comparação a seus pares, a partir da eleição de minorias representativas; fato que incidirá nos anos subseqüentes na efetivação de políticas públicas alterando a vida dos cidadãos que residiam nos países escandinavos.

Essas mudanças significativas irão elevar o debate sobre a participação políticas das mulheres, contribuindo para que a política deixe de ser um santuário masculino, na feliz expressão de Michele Perrot (2005), para se tornar um lugar também afeito às mulheres.

Durante séculos, as mulheres foram impedidas de circular, falar, opinar e expor suas ideias nestes lugares de mando. A interdição das mulheres a estes espaços foi, durante muito tempo, justificada pela visão patriarcal construída, naturalizada e disseminada a partir da determinação de espaços, ou seja, havia “lugares destinados aos homens” e “lugares destinados à mulher”. O lugar determinado aos homens é o lugar público, lugar da interlocução; às mulheres cabia o lugar do privado, do silêncio e do confinamento. Ao determinar e delimitar lugares masculinos e femininos, a sociedade foi excluindo as mulheres e não reconhecendo sua capacidade de interferir na vida em sociedade.

Assim, foram sendo construídos, idelogicamente, visões baseadas em estereótipos que reforçaram a “incapacidade” das mulheres de gerir bens públicos, dada sua “fragilidade”, “irracionalidade”, “submissão” e até “emoção”. Para os homens de “bem” de então, opositores contumazes da emancipação das mulheres, o poder e o parlamento não eram compatíveis com as mulheres, chegadas a “forte emoção”. Além do mais, o que iria fazer uma mulher naquele ambiente inadequado a boas moças e senhoras? Tais argumentos foram fatores decisivos para estabelecer as relações de desigualdade e interditar à mulher o direito de decidir e contribuir sobre os destinos das cidades e das nações.

Essas realidades foram, durante séculos, marcadas por hierarquias e sexismos que fundamentaram o modelo das democracias liberais. Embora enfatizassem a participação e a representação política como característica das sociedades modernas, pouco fizeram para alterar as relações de gênero nas esferas representativas. Essa situação somente começa a sofrer alteração a partir do Século XXI, em grande parte dos países, à exceção dos países escandinavos e países do leste europeu que se destacam no cenário internacional pelo avanço nas políticas sociais implantadas e que estão diretamente relacionados com o aumento da representação feminina, desde meados do Século XX.



Todos os avanços mencionados, entretanto, não conseguiram ultrapassar as fronteiras do oceano que separa o Brasil das mudanças que vem ocorrendo nos países vizinhos, mais recentemente e em grande parte da Europa, há mais de meio século, como mencionado. Os dados da representação política das mulheres no Congresso Nacional demonstram que, diferente do que vem ocorrendo em países como Bolívia, Costa Rica e Argentina, o Brasil não ultrapassa os 10% (dez por cento) de mulheres nos cargos eletivos. Tais dados também serão reproduzidos nos legislativos estaduais e municipais, fato que demonstra que este País está na contramão da história. Quais os fatores que incidem sobre este problema? Porque, no Brasil, as mulheres não conseguem ultrapassar os limites impostos pela sociedade patriarcal como vem ocorrendo em outros países?

No estudo ora apresentado, refletimos sobre a participação das mulheres nos espaços de poder, em especial legislativo, considerando como campo de estudo o legislativo brasileiro através do qual analisamos a interdição das mulheres nestes espaços de decisão. Consideramos, também, como as relações de gênero foram alteradas nos países escandinavos a partir da participação das mulheres nos espaços decisórios. Discuto, a partir de dados de campanhas, como têm sido difíceis para as mulheres, alterarem os indicadores de gênero, dada as dificuldades para arrecadarem fundos para suas campanhas eleitorais. Por fim, refletimos sobre os esforços investidos no Brasil em políticas públicas, para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder. Trata-se de um estudo qualitativo, construído a partir de dados de pesquisa realizadas há duas décadas focado em câmaras municipais e legislativos estaduais

O estudo está dividido em três: no primeiro discuto a situação das mulheres na política brasileira, e suas dificuldades de romper com o patriarcado que interdita seus direitos políticos. No segundo momento, reflito sobre a participação das mulheres nos países escandinavos, que se constituem no atual contexto os países que mais avançaram nas políticas de inclusão das mulheres e, no terceiro momento, mais conclusivo, apresento os esforços empreendidos no Brasil para alterar as relações de gênero no poder através da implementação de políticas públicas.

2 SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO: FATORES QUE INFLUENCIAM E INTERFEREM

A sub-representação das mulheres em cargos eletivos denota que a democracia no Brasil não se consolidou, e evidencia que a cultura patriarcal que vem se diluindo em muitos países, no Brasil se renova, principalmente no período que precede o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, quando se acirram os discursos de ódio contra as mulheres. Os 10% da representação feminina na Câmara Federal e os 13% de mulheres no senado retratam as dificuldades das mulheres em ser aceitas como sujeito de direito com capacidade de intervir na vida pública.

A gravidade dos dados apresentados na Tabela 1 denotam que, em 20 anos, as mudanças nos indicadores de gênero e política foram ínfimos. Os dados evidenciam a sub-representação das mulheres no poder e reflete o não funcionamento da democracia representativa no Brasil, tendo em vista que a bancada de deputados eleitos em 2014 traduz uma exclusão inaceitável dos segmentos sociais: os dados apontam que, dos 513 deputados eleitos, 153 são ruralistas, 217 são empresários contra os 51 sindicalistas eleitos. Apenas 51 mulheres. Em relação aos pretos e pardos, apenas 20% dos eleitos se declararam negros, se considerarmos que são a maioria da população, observa-se, portanto, que nestas eleições aumentou o fosso entre o Congresso e a maioria da população brasileira. (NUZZI, 2014)

Os dados mencionados evidenciam a exclusão das mulheres no poder que se soma à sub-representação dos negros e dos pobres. O cenário político atual nos mostra que a luta de classes nunca esteve tão claramente delineada neste País após o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff e da recente prisão do ex-presidente Lula da Silva. Está em jogo, neste momento, as eleições de outubro de 2018 e articulações das forças conservadoras para impedir a candidatura do ex-presidente Lula. Ao lado deste debate se insere a luta das mulheres pelo direito de candidatar-se e ampliar a representação no poder. As dificuldades nem sempre claramente delineadas, estão presentes na cultura patriarcal, interferindo de forma subliminar nas candidaturas femininas.

Os dados evidenciam as disparidades de representação política das mulheres no Brasil, hoje, comparado aos países árabes, a exemplo da Arábia



Saudita, último país a reconhecer o voto feminino. Nas eleições ocorridas nesse País, em 2015, concorreram 900 mulheres e 6 mil homens. Os resultados apontaram a eleição de apenas 13 mulheres para assumir as 284 cadeiras oferecidas nas assembleias municipais o que representa pouco em torno de 5% das eleitas. (SILVA, 2015)

A Tabela 1 retrata que as mulheres no Brasil ainda não conseguiram superar as barreiras que as mantêm subordinadas aos espaços do privado. Ao avaliar o número de mulheres eleitas na Câmara Federal, nos últimos 23 anos, observamos que apenas 255 mulheres foram eleitas, em um universo de 2833 homens.

Tabela 1. Representação Feminina na Câmara Federal no Brasil, 1995-2018

PERIODO LEGISLATIVO	DEPUTADAS	DEPUTADOS
2015-2018	51	462
2011-2014	45	468
2006-2010	45	468
2003-2006	42	471
2002-1999	28	485
1998-1995	34	479
TOTAL	255	2833

Fonte: Dados Pesquisa Mary Ferreira, 2018.

Na última eleição realizada em 2014, na qual Dilma Rousseff foi reeleita presidenta, apenas 51 mulheres conseguiram se eleger para as 513 cadeiras na Câmara Federal. Em 1995, as mulheres eleitas foram 34, ou seja, 6,6%. Houve um pequeno aumento em 20 anos, um pouco mais de 3% em relação ao total de deputados eleitos em 2014. Os dados surpreendem em virtude do tempo de existência do voto feminino e em virtude dos governos de centro-esquerda que governaram o Brasil de 2003-2015. (Ferreira, 2018).

2.1 Como entender a exclusão das mulheres na política no Brasil?

A compreensão da exclusão das mulheres, nos espaços de decisão e de poder no Brasil, exige um olhar mais apurado sobre a organização da vida pública e da vida privada e suas contradições, fruto de uma elite racista e patriarcal. A escrita de Jessé de Souza é bastante ilustrativa quando nos diz que:

A família patriarcal reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos intermediários constituídos pelo enorme número de bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala de hierarquia, os escravos da lavoura. (SOUZA, 2017, p.42).

As bases em que foi plantada a sociedade brasileira produzem traços que vão além do patriarcado. Jesse de Souza afirma que há traços de perversão, chegando ao limite do sadismo. É um retrato muito bem traduzido na obra de Gilberto Freyre, que Souza (2017) reflete com propriedade quando nos lembra que a cultura brasileira foi forjada com traços que legitimaram as desigualdades e distâncias sociais com relações profundamente hierarquizadas, desumanizadas e cruéis, construídas nos tempos do Brasil colônia e que se sedimenta nas décadas seguintes formando uma sociedade profundamente desigual, racista, machista e patriarcal.

[...] Foi sádica a relação do homem português com as mulheres índias e negras. Era sádica a relação do senhor com suas próprias mulheres brancas ... [...] era sádica, finalmente, a relação do senhor com os próprios filhos, os seres que mais sofriam e apanhavam depois dos escravos. (SOUZA, 2017, p. 52).

O sadismo e violência que marcam as relações patriarcais no Brasil colônia não se diluíram ao longo do processo civilizatório que se estabeleceu neste País. Os dados de violência de gênero e feminicídio ilustram essa assertiva. A exclusão das mulheres e dos negros, no Brasil, obedeciam a um projeto de negação e aceitação dos mesmos como sujeito político. A herança patriarcal justificava - e ainda justifica - o confinamento das mulheres no mundo privado, sua coisificação e subordinação. O mundo público é destinado aos detentores do poder, ou seja, aqueles que detêm o

domínio sobre a economia, sobre a política, sobre o Estado, sobre a vida social. O mundo público é o lugar da interlocução, do discurso, da fala ou o lugar de quem determina, manda, decide. Não é o lugar das mulheres e nem dos negros no Brasil.

Para entender o processo de exclusão das mulheres na política brasileira e a lentidão de sua superação é preciso adentrar no mundo das mulheres e observar a sobrecarga das tarefas domésticas que as afasta do universo público. Desse modo, há que se discutir a divisão sexual do trabalho que perpassa as relações sociais e que, nos países capitalistas, incide de forma mais acentuada sobre as mulheres e negros. Ao comentar sobre o problema Flávia Biroli (2018, p. 27) enfatiza que:

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação do gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas.

É importante considerar ainda, em relação a esse debate no Brasil que a divisão sexual do trabalho não se organizou sob um único padrão. Aqui a situação é muito mais complexa posto que não se pode desconsiderar a posição de mulheres e homens, em relação as questões de classe e raça. Ou seja, dentro do contexto da opressão e do patriarcado, as mulheres negras são ainda mais exploradas que as brancas, assim como estão entre as mais sub-representadas. Desse modo, podemos afirmar que dentro deste modelo patriarcal em voga no Brasil, a divisão sexual do trabalho favorece os homens, e em menor escala as mulheres brancas.

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como se fossem fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social confirmam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras. (BIROLI, 2018, p.42).

Historicamente essa tem sido uma das formas de interdição das mulheres na vida pública. Sua presença, ainda pouco representativa nos cargos de direção de partidos, sindicatos e organizações políticas, reflete o

seu não reconhecimento. Embora seja reconhecida sua presença nas atividades cotidianas, que mantêm estas organizações vivas e em funcionamento. Estas organizações políticas, também se fortalecem na divisão sexual do trabalho e em outros múltiplos fatores que são invisibilizados pela ideologia maternalista, impondo às mulheres papéis aparentemente incompatíveis com a militância e ação política. Os papéis reproduzidos dentro das organizações, em especial dos partidos e sindicatos, reforçam e naturalizam a exclusão, transcritas em frases do tipo: “as mulheres não querem se candidatar”, “este não é um lugar adequado para mulheres”. Ou seja, os homens se consideram os “donos do poder e das instituições”. As decisões passam efetivamente por eles. Os partidos no Brasil continuam sendo santuários dos homens e para os homens, as mulheres continuam ocupando posições subalternas, embora se observe que pequenas mudanças vêm ocorrendo, a exemplo da eleição de Gleisi Hoffmann na presidência de um dos maiores partido político do Brasil: o Partido dos Trabalhadores, PT em 2017.

Ao refletir sobre a ausência das mulheres nos espaços de decisão, Ferreira (2010, p.49) comenta que a partir desses espaços é possível perceber como essas distinções entre “o que é permitido e o que é negado, que perpassam toda a sociedade patriarcal, são invisíveis e fazem com que as mulheres encontrem dificuldades para romper com este destino determinado que as exclui de participar da vida pública”.

É certo que outras questões implicam na sub-representação das brasileiras nos espaços de poder e decisão, entre os quais a entrada tardia nos cursos superiores, o empobrecimento da população e a luta pela sobrevivência, como se observa no número acentuado de mulheres chefes de família, na ordem de 38%. Aliada à cultura patriarcal que exerce um poder avassalador na cultura política que perpassa a vida partidária. O exemplo público que ilustra esta assertiva é a recente notícia veiculada na mídia brasileira sobre a atitude do Partido Social Cristão - PSC que entrou com uma ação de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei que assegura que a distribuição de 30% dos recursos do Fundo Partidário seja destinada ao financiamento das campanhas eleitorais das mulheres. A medida visa ampliar o número de mulheres eleitas no Brasil. A ação deste partido, hoje presidido por um candidato da extrema direita, pré-candidato

à Presidência da República, reflete as dificuldades das mulheres em superar a sub-representação. (PSC, 2018).

3 MULHERES NA POLÍTICA, MUDAM A POLÍTICA? REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA QUE VEM DOS PAÍSES ESCANDINAVOS

Uma das questões que me levou a estudar política foi exatamente a busca desta resposta. Mulheres fazem diferença na política? Porque é importante eleger mulheres? Quais são os projetos legislados pelas mulheres? São questionamentos que venho fazendo há mais de três décadas e que movem meus estudos. Ao refletir sobre o problema, volto meu olhar para as pesquisas de Drude Dahlerup.

Em um estudo publicado em 1986, que circulou em pequena escala no Brasil em 1999, a autora faz uma reflexão profunda sobre os novos tempos que estavam se descortinando nos países escandinavos, notadamente Dinamarca, Noruega e Suécia. Diferente do Brasil, estes países, desde os anos sessenta, estabeleceram metas de igualdade de 50% do poder entre homens e mulheres.

Embora não tenham concretizado este patamar nas eleições realizadas na década de oitenta, as mulheres naquele período já se constituíam entre 25 e 35% das cadeiras nos parlamentos e câmaras municipais, enquanto no mesmo período países como a Inglaterra as mulheres representavam apenas 4%.

A preocupação levantada pela autora era que, ao refletir aquele momento histórico, não bastava chegar aos 50% sem ter uma massa crítica suficiente para promover mudanças substanciais no cenário político naqueles países. A inserção das mulheres na política, nos países escandinavos, reflete a postura e investimentos públicos realizados naqueles países que irá alterar de forma substancial a ampliação e reconhecimento das mulheres como sujeito político. Para a autora estava mais do que claro que:

A posição das mulheres nas instituições políticas está sumamente influenciada pelos fatores que determinam as condições das mulheres em geral: a divisão do trabalho por sexo, a socialização das crianças e dos adultos, as atitudes para com as mulheres, a distribuição do poder entre os sexos na vida econômica e familiar. (DAHLERUP, 1999, p. 144).

O aumento gradativo de participação e presença das mulheres nos países como Dinamarca, Noruega e Suécia se deu na medida em que as mulheres foram superando os limites impostos pelos homens, e os problemas decorrentes da cultura patriarcal que perpassava as relações políticas tais como: estereótipos, conflitos de papéis, carência de autoridade legítima, falta de aliados nas organizações, não era levado em conta suas obrigações familiares, assédio sexual, tensão psíquica, baixa taxa de ascensão e alta taxa de deserção entre outros problemas apontados pelas mulheres que atuavam no parlamento (DAHLERUP, 1999), ou seja, não era diferente dos problemas enfrentados por mulheres em parlamentos de outras nações.

O grande diferencial, que marca o pioneirismo das políticas dos países escandinavos em situações de poder e decisão, é o fato de, mesmo se constituindo uma minoria, as mulheres se tornaram uma minoria representativa quando alcançaram 30% de representação e em virtude de terem se constituído como massa crítica, ou seja, passaram a atuar de forma mais qualificada e direcionada a alterar as relações de poder até então em vigor. Ao discutir o conceito de massa crítica, a autora esclarece que:

Uma massa crítica se define não só como um incremento na quantidade relativa de mulheres. Uma massa crítica implica uma mudança qualitativa nas relações de poder que permitem pela primeira vez que a minoria utilize os recursos da organização ou da instituição para melhorar sua própria situação e a do grupo ao qual pertence - a minoria é capaz agora - e assim o desejo de acelerar o desenvolvimento e de enfrentar os contratempos. (DAHLERUP, 1999, p. 153).

A autora alerta que, para ser massa crítica, esse grupo tem que ter a possibilidade de modificar as estruturas de poder, assim como seu status de minoria. No parlamento brasileiro, mudanças nesse sentido, têm sido difíceis em virtude do conservadorismo que se instaurou na última década no Congresso Nacional, delineando atitudes de violência e preconceitos que inviabilizam a apresentação de projetos que visam construir igualdade de

gênero. Isso se deu em virtude das mulheres não terem ultrapassado os 10% de representação no poder e grande parte da representação não ter articulação política com as organizações de mulheres.

A ampliação da representação políticas das mulheres na Dinamarca, Noruega e Suécia, ainda nos anos setenta, se deu em processos que começaram a ser alterados de forma gradativa por pressão das mulheres que estavam nos partidos políticos. Foi a Noruega o primeiro País a implantar o sistema de cotas de participação política, ainda nos anos 70, onde a proporção de mulheres nos postos de eleição popular, especialmente no parlamento, sempre tem estado entre as mais altas do mundo. Na década de oitenta, as mulheres passaram a assumir as lideranças dos partidos, em um primeiro momento se tornaram as vice-presidentes, para logo em seguida assumirem as presidências dos partidos. Um exemplo bem ilustrativo dessa ascensão foi o de Gro Harlem Brundthand que se tornou líder do Partido Trabalhista da Noruega, posteriormente esta mulher se torna a primeira ministra. No seu segundo mandato como primeira ministra, Gro Harlem nomeou um gabinete composto por 44% de mulheres. (DAHLERUP, 1999). No Brasil quando Dilma nomeou em torno de 25% de mulheres para os ministérios, ela foi criticada abertamente.

As mudanças ocorridas nestes países foram fruto de um trabalho diuturno que envolveram campanhas e alianças partidárias. As mulheres travaram grandes lutas com a mídia que sempre as estereotipou. Os estereótipos segundo Dahlerup, (1999) contribuíram para forjar dois tipos de representação das mulheres na política: no 1º grupo estavam as eficientes, competentes, mas frias e calculistas; no 2º grupo estavam as ineficientes, incompetentes, mas cálidas. Essa dualidade, na representação das mulheres que faziam política, se mantém como força propulsora do preconceito instaurado em praticamente todos os parlamentos com a finalidade de inibir a presença das mulheres. Nos países escandinavos esses preconceitos foram sendo superados à medida que aumentava o número de mulheres e à medida em que os movimentos feministas passaram a interferir de forma direta, exigindo maior representação feminina nos espaços de poder. Nessa década é implantada a política de cotas de 40% nos partidos, fato que alavanca a igualdade de gênero nesses países.

O resultado dessa ação política é quase imediato, a começar pelos partidos que a adotaram. Um exemplo apontado pela autora é do Partido Norueguês que introduziu as cotas em 1981 e nas eleições que ocorreram quatro anos depois, em 1985, as mulheres passaram a se constituir 42% do grupo de parlamentares trabalhistas na Noruega. Outro exemplo aconteceu na Dinamarca através da ação do Partido Socialista Dinamarquês que implanta sua política de cotas desde 1977, três anos depois, as mulheres desse partido conquistaram a maioria das cadeiras no parlamento.

Na tabela 2 apresentada a seguir é possível avaliar as ascensões das mulheres no parlamento destes três países a partir dos dados apresentados por Dahlerup (1999, p. 155):

Tabela 2. Mostra da ascensão das mulheres nos parlamentos: Dinamarques, Norueguês e Sueco - 1920-2018

Ano/Década	DINAMARCA	NORUEGA	SUÉCIA
1920	2%	0%	2%
1932	3%	3%	5%
1945	5%	5%	10%
1960	10%	8%	13%
1971	17%	16%	21%
1984	26%	34%	31%
2017	38%	41%	43,6%

Fontes: Dahlerup (1999, p. 155); Silveira (2018)

Os dados apresentados na tabela 2 demonstram o crescimento gradativo da eleição das mulheres nas primeiras décadas do Século XX e as mudanças que se aceleraram, nas últimas décadas deste século, para culminar com a quase paridade no século XXI. Ao analisar o aumento acentuado de mulheres na Dinamarca, Noruega e Suécia, ainda na década de oitenta, é importante então refletir se esse aumento alterou as relações de poder e a cultura política nesses países.

Dahlerup (1999) é bastante enfática ao escrever que sim, o aumento das mulheres tem alterado a cultura política, não os fundamentos dessa cultura. Para mudar a cultura política é necessário a entrada de um maior número de mulheres. Somente com a entrada de um número significativo de mulheres é possível transformar a cultura política, então em vigor.

Isso significaria, na sua visão, construir espaços mais humanizados de política, com menos reuniões, horários mais flexíveis onde se possa levar em conta a família, discursos mais objetivos, linguagens menos formais, em resumo, lugares que fossem mais favoráveis à presença das mulheres.

É difícil avaliar as políticas públicas implementadas nos países escandinavos, sem considerar a forte presença das mulheres no legislativo. Ao fazer comparações com as mudanças que foram se processando ao longo do Século XX em outros países da Europa e Estados Unidos, Dahlerup (1999, p. 177) esclarece:

Muitas reformas progressistas foram adotadas primeiro nos países escandinavos. Em geral medidas públicas como licença maternidade, creches, programas de bem-estar social, o direito da mulher conservar seu nome de solteira quando se casa, os seguros desemprego outorgado aos indivíduos e não as famílias, são progressivas aos países escandinavos, em comparação ao resto do mundo ocidental.

São políticas que se assemelham ao que foi estabelecido nos países comunistas, no início do Século XX. Esses avanços foram possíveis a partir de coalizões feitas com o propósito de ampliar a representação, essa foi uma meta adotada pelas mulheres de todos os partidos.

Os números contam, diz Dahlerup (1999, p. 182), “mas as mulheres dentro das instituições não poderão melhorar nunca sua própria situação e nem a das mulheres no conjunto da sociedade sem a forte pressão das organizações e movimentos de mulheres fora do sistema político”. No caso dos países mencionados, isso fez toda a diferença.

4 MULHERES, ELEIÇÃO E VOTO: OS ESFORÇOS PARA SUPERAR A SUB-REPRESENTAÇÃO NOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO

Para compreender a questão da sub-representação é importante afirmar que aquela reflete as condições que precedem os pleitos eleitorais, está nas relações patriarcais em que convivem os partidos internamente. Fator determinante para desestimular a presença das mulheres nos campos de decisão partidária, está também na cultura do silêncio que lhes foi imposta e na educação de gênero, que impele às mulheres, assim como aos homens, valores que subestimam as mulheres, desqualificam sua opinião e desestimulam seu exercício cidadão.

É importante lembrar que a representação política é parte do processo de participação no qual os cidadãos e cidadãs se engajam por compreenderem que é o caminho para transformar as instituições e defender programas e projetos que dizem respeito aos segmentos que representam. O processo de participação está sempre relacionado à disputas, muitas delas acirradas, são elas que definem as prioridades dentro dos grupos que estão disputando. O fato de as mulheres estarem em minoria, nesses grupos, contribui para que seus interesses sejam desconsiderados ou desqualificados como questões políticas. Se olharmos de forma bem cuidadosa é perfeitamente visível a discrepância que se estabeleceu no Congresso Nacional composto por 462 homens contra 51 mulheres. É uma correlação muito desigual. O episódio que envolveu a deputada Maria do Rosário¹ ilustra bem essa desigualdade política.

Esse episódio evidencia que a desigualdade de gênero na política “expõe o caráter hierarquizado da democracia, mantendo-os numa condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e políticas públicas” (BIROLI, 2018, p.51).

¹ Em 2014 a deputada Maria do Rosário do Partidos dos Trabalhadores processou o Deputado Jair Bolsonaro, atual candidato a Presidência do Brasil pelo PSC que após agressões verbais disse textualmente no plenário do Congresso que não a estupraria porque ela era “muito feia” e porque “ela não era seu tipo”. A deputada ganhou a ação contra, porém o ato deveria ter gerado processo de cassação, se houvesse um número de mulheres mais significativo naquele plenário, seria mais fácil levar um processo deste adiante. (Ferreira, 2016).

4.1 LEI DAS COTAS: POR QUÊ NO BRASIL NÃO DEU CERTO?

O voto feminino no Brasil é uma conquista de 1932, vinte e três anos após as dinamarquesas terem conquistado o direito de escolher seus representantes. Embora não seja um tempo muito longo, porém, os resultados que separam as eleições entre os dois países, após quase um século, mostram uma diferença gritante, tendo em vista o resultado das últimas eleições nos dois países, conforme apontam as tabelas 1 e 2.

Ao fazermos uma analogia com os países vizinhos, no contexto da América Latina, observamos que, enquanto há um avanço significativo nos resultados eleitorais de participação das mulheres na Bolívia (53,1%), Argentina, com 36,8%; Peru (29,5%) e Nicarágua (23,9%), o Brasil se encontra entre os últimos lugares entre os países da América Latina. Nesses países, a presença de mulheres em cargos de decisão ampliou-se consideravelmente nos últimos dez anos com a implantação de cotas para as mulheres na política.

Ao não levar em conta as relações de gênero, os países estão contribuindo para maior vulnerabilidade das mulheres, fator que irá refletir na precariedade do trabalho feminino, no pouco reconhecimento de suas lutas, no aumento da violência de gênero, na sub-representação, pontos visíveis no atual cenário brasileiro. A representação de apenas 10% de mulheres na Câmara Federal evidencia o que Pateman (2010, p.1) nos diz com propriedade:

[...] Para que a cidadania seja algo mais que formal, para que tenha efeito significativo na vida cotidiana e igual valor para todos/as os/as cidadãos/ãs, cada indivíduo tem de ser aceito em pé de igualdade como participante em todas as áreas da vida política e social.

A participação das mulheres na vida política do País não é algo novo, está inscrito nos inúmeros textos de jornais do Século XIX e início do Século XX que mostram as resistências das mulheres e dos vários movimentos feministas que se forjaram no processo de construção da República no Brasil, na luta pelo voto que se inicia no Século XIX, na luta das anarquistas dentro dos sindicatos e partidos por direito a trabalho e salário igual, na luta pelo direito à educação, na luta contra a ditadura e

pela redemocratização do País nas décadas de setenta e oitenta do Século XX, ou seja, as brasileiras não se calaram no passado, como não se calaram no processo do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, bem recentemente.

As ações empreendidas pelas organizações feministas, ao longo dos últimos cinquenta anos para feminizar o poder, foram inúmeras e estão transcritas em vários dos seus slogans entre os quais o de que “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. Ao rememorar as lutas feministas no Brasil, nos últimos 50 anos, nos deparamos com iniciativas consideradas criativas, mobilizadoras como foi a mobilização das mulheres pelas “Diretas Já” em 1985, assim como também foi marcante a luta das mulheres para ter maior representação na Constituinte de 1986. Vale destacar que, deste episódio, saiu um dos documentos mais importantes da luta feminista de então: “Carta das Mulheres aos Constituintes”, que circulou entre os 26 estados brasileiros, através de várias frentes, estimulando o debate entre os parlamentares para votar nas propostas das mulheres. Este movimento ficou conhecido como “lobby do batom”, sendo responsável pelos avanços obtidos pelas mulheres na Constituição aprovada em 1988. Ao comentar o episódio Ana Alice Costa (2009, p.19) destaca que:

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificado na imprensa como o “lobby do batom”, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas de forma suprapartidária, garantindo assim, a aprovação das demandas do movimento.

Ressaltamos que na Constituinte de 1986 eram apenas vinte e seis mulheres, entre os 536 constituintes. Mesmo considerando a desigualdade numérica, as mulheres naquele momento se constituíram como força propulsora de mudanças no cenário político porque tinham como retaguarda a pressão dos movimentos feministas em todo o Brasil e a

vontade dos brasileiros em alterar as relações de poder naquele momento histórico.

As organizações feministas mantiveram, nos anos subsequentes, uma ação contínua com a abertura de várias frentes de luta: mudança no Código Civil, mudança nas leis trabalhistas, implementação do aborto legal e a criação de organismos de políticas para as mulheres, responsável pela efetivação de um conjunto de políticas públicas que foram dando às mulheres brasileiras o status de sujeito de direitos. Ao que se refere às políticas de inclusão na esfera do legislativo, um dos avanços obtidos pelas mulheres foi a aprovação em 1995 da Lei das Cotas.

A política de cotas no Brasil, adotada através da Lei 9.096/95, estabelecia cotas de 20%. Em 1996 é alterada pela Lei 9.504/96 ampliando para 30% no mínimo e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, denominado de cota de gênero. Em 2009 essa legislação sofre outra alteração. Desta feita, a nova lei assegura a escolha e registro de candidatos estabelecendo que o cálculo do percentual deva ser feito com base no “número de vagas requeridas”, e não mais no número de vagas a preencher.

Apesar das legislações, o Brasil não alterou os indicadores de presença das mulheres em cargos legislativos. Observamos que as mudanças efetivadas em outros países, a exemplo da Costa Rica, México, Argentina, Equador e Bolívia garantiram alterações substanciais, conforme se percebe no aumento da representação feminina nas últimas eleições. O exemplo mais significativo é na Bolívia onde, nas eleições de 2012, as mulheres representavam 12% e nas eleições de 2017, constituíram mais da metade das representantes eleitas naquele país. O que diferencia o Brasil da Bolívia, Costa Rica, Argentina? Porque a Política de Cotas não funciona no Brasil?

O que diferencia a Argentina do Brasil é o sistema de listas fechadas, ou seja, neste País os eleitores devem optar por uma lista ordenada de candidatos sem dispor da possibilidade de expressar preferências, nem de modificar a posição dos mesmos. As listas são elaboradas pelos partidos que definem a composição e organizam os candidatos de acordo com sua

prioridade de eleição. Borner (2007, p. 69) esclarece que “[...] não existe um acordo entre os expertos acerca das vantagens das listas fechadas para fomentar a participação de mulheres nos organismos de representação política, no caso argentino essa modalidade de votação constitui um fator chave para explicar a notável eficácia conseguida pela Lei de Cota Feminina”.

A Costa Rica nas últimas eleições alcançou patamares elevados de presença feminina, fato que se deve, segundo Sagot (2009), ao êxito do sistema de cotas, implantado a partir de definição e procedimentos claros e precisos para garantir sua eficiência. Para a pesquisadora, o sistema de cotas só funcionou na Costa Rica porque foram incluídas sanções para quem não cumprisse a legislação e garantisse assim sua eficácia.

Ela enumera e destaca três fatores que considera fundamentais para o funcionamento da Lei: “1. Que seja parte da legislação eleitoral; 2. Que exista clareza quanto aos mecanismos de aplicação; 3. Que o órgão eleitoral esteja envolvido na garantia do cumprimento do sistema.” (SAGOT, 2009, p.59). Considera que os esforços das mulheres por transcender o papel meramente reprodutivo nos processos sociais e políticos e por ocupar espaços nas esferas do tradicional poder masculino, começam a render frutos nas últimas décadas, na Costa Rica, uma vez que [...] “De uma massa amorfa politicamente, as mulheres passam a ser um novo sujeito social – heterogêneo e às vezes até contraditório – mas que superou a etapa da denúncia e chegou ao desenho de estratégias e propostas para incidir nas agendas públicas e para ampliar a cidadania das mulheres”. (Sagot, 2009, p.50).

Esses pontos apresentados da experiência na Argentina e Costa Rica não são adotados no Brasil, razão porque a Lei das Cotas não funciona, seu exercício não é fiscalizado pela Justiça Eleitoral, contribuindo para que os partidos tenham regras próprias de deliberação interna, porque sabem que não há sanções para o não cumprimento da legislação. O exemplo mais concreto é que a maior parte dos partidos no Brasil não cumpriu a Lei das Cotas na eleição de 2016, mas todos continuam concorrendo nas eleições de 2018.

É certo, então, afirmar que no Brasil a ineficiência da aplicabilidade da Lei das Cotas constitui uma das dificuldades das mulheres em superar as desigualdades de gênero na política, explicando a permanência da sub-representação. Porém, outras razões são apontadas por Romero; Figueiredo; Araújo (2012), Figueira e Álvares (2012) e Pateman (2014). Para esses autores, a cultura patriarcal no Brasil e a cultura de elite são marcas profundas que atravessam todo o sistema político brasileiro, fazendo emergir os racismos, os machismos e os preconceitos contra mulheres que exercem cargos eletivos ou em outras esferas de poder. Estes estudos demonstram as muitas formas de interdição das mulheres na política formal, fato que explica, em grande parte, sua pouca inserção em campanhas e em disputas eleitorais.

O estudo de Romero; Figueiredo; Araújo (2012) é bastante revelador ao analisar a participação feminina na dinâmica da campanha eleitoral de 2010 veiculada na propaganda eleitoral gratuita. As conclusões que chegaram ao analisar 19 Estados da Federação, entre os quais destacamos: Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, São Paulo, demonstram que as desigualdades são visíveis na medida em que os partidos o fazem de forma racional e estratégica, privilegiando as candidaturas masculinas. Para os autores:

A distribuição do tempo de propaganda entre os candidatos homens e mulheres evidencia um desequilíbrio de acesso, indicando preferência dos partidos pelos candidatos masculinos. Dessa forma, a sub-representação feminina, já conhecida nas candidaturas, parece ser potencializada na propaganda eleitoral. Essa desproporção fica visível tanto no número de mulheres que participam da propaganda eleitoral gratuita quanto na frequência e tempo destinados a elas. (Romero; Figueiredo; Araújo 2012, p.471).

Os obstáculos que as mulheres enfrentam para viabilizar suas candidaturas são muitos, enfatiza Figueira e Álvares (2012), entre elas está quase sempre o dirigente partidário, em geral constituído de poder masculino. Alguns partidos têm alterado, embora de forma lenta, estas relações patriarcais impondo normas para garantir a democracia interna. Medidas como a paridade nas candidaturas, eleição de mulheres nos cargos de comando, fortalecimento das Comissões de Mulheres, entre outras medidas, tem sido adotado por partidos como PT, PSTU, PSOL que avançam

no sentido de garantir maior representação e paridade feminina nos diretórios, mas, ainda assim, prevalece uma cultura que dificulta mudanças a curto e médio prazo.

Das dificuldades apontadas pelos autores, a questão do financiamento de campanha, é, sem dúvida, questão central, tendo em vista as campanhas eleitorais ser visivelmente caras. Na análise de Figueira e Álvares (2012) tanto o financiamento público quanto o privado são de difícil acesso para as mulheres, dada as relações patriarcais e de poder, pouco transparentes, que movem os partidos. Ao analisar o financiamento de campanhas nas eleições municipais de Belém, em 2008, a partir do gênero, os autores constatam que enquanto os homens arrecadaram R\$ 5.043.081,83, as mulheres arrecadaram apenas R\$ 550.316,78, ou seja, apenas 10,91% do total arrecadado pelos homens.

O financiamento de campanhas política é uma das inúmeras variáveis que evidenciam a exclusão das mulheres na política e as dificuldades que enfrentam para superar a desigualdade de gênero em um campo ainda marcadamente masculino. Desse modo, é importante afirmar que “o financiamento para candidatas em comparação com as candidaturas masculinas é mais um empecilho que mantém as mulheres afastadas dos espaços de decisão”. (FIGUEIRA; ÁLVARES, 2012, p.240). A legislação aprovada recentemente que garante o financiamento público para as eleições deste ano (2018), deverá alterar o cenário político destas eleições, haja vista a determinação de 30% dos recursos para as candidaturas das mulheres. Mas, a ação movida pelo Partido Social Cristão - PSC contra a Legislação demonstra a dificuldades que as mulheres terão para garantir o cumprimento da lei.

Ao refletir sobre os obstáculos que as mulheres têm enfrentado para superar a sub-representação e exclusão na política, Carole Pateman nos diz que:

[...] Quem tem poder jamais deseja ceder a sua posição, especialmente quando, como no caso do poder masculino, se estende à vida cotidiana e familiar e às áreas mais íntimas da individualidade, permitindo que cada homem tenha uma parcela, por muito pequena que seja, dos privilégios da masculinidade. (PATEMAN, 2010, p.2).



São os privilégios masculinos que estão em jogo nas eleições de outubro de 2018 no Brasil, conduzidos por uma luta desigual de poder. Foram estes privilégios que estiveram em jogo no impeachment de Dilma, somados à pressão imperialista de vários países pelos recursos naturais do Brasil. Nesta luta desigual, o machismo e o patriarcado foram fortes aliados dos colonizadores e se manifestaram desqualificando a forma como Dilma vinha conduzindo a crise. Os discursos de ódio, homofóbicos, evidenciaram que no Brasil lugar de mulher continua sendo na vida doméstica e nos cargos subalternos, política no Brasil está determinada para homens, brancos e de elite.

5 CONCLUSÕES

A luta pela construção da igualdade entre os gêneros se constitui um grande desafio para sociedade brasileira e em especial para as organizações feministas. São desafios que se contrapõem ao “conjunto de normas e regras em parte tradicional e em parte nova, que se apoiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas” como enfatiza Foucault (1994, p.9) e estão presentes também nos partidos, nos legislativos, traduzida nas falas dos parlamentares brasileiros que lutam para manter o status quo naquele espaço de poder.

As questões apresentadas nesse estudo partem de vivências e reflexões apontadas em estudos acadêmicos e militância política marcada pela ação do feminismo no Brasil, e em especial no Maranhão, na qual tivemos oportunidade de acompanhar ao longo de três décadas, muitas ações, programas, projetos, planos entre os quais o Plano Nacional e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres Brasileiras e Maranhenses, o Pacto de Combate à Violência de Gênero, a criação de organismos de políticas de igualdade de gênero construídos com a finalidade de superar as distâncias sociais entre homens e mulheres. Ao analisar a ausência das mulheres nos espaços decisórios somos partidárias de análises que colocam em xeque a tão propagada democracia liberal, uma vez que:

[...] o sistema de prioridades revelado pelo pensamento político liberal é desfigurado pela desigualdade e hierarquia na raiz das

dicotomias que ele tanto aprecia. Por exemplo, a concepção pública do eu como igual e abstrato portador de direitos do qual provém o liberalismo é prejudicado pela desigualdade, assimetria e dominação que permeia a identidade privada desse eu como sujeito dotado de gênero. Além disso, a distinção entre o certo e o bom define o domínio da justiça pública de modo tão restrito que o caráter social e culturalmente constituído das relações e interações de gênero ficam totalmente obscurecido (Behabib, Cornell, 1987, p. 17).

A democracia e a igualdade de gênero que se alinhavou no Brasil no período correspondente aos anos de 2003-2015, não deu tempo de se firmar como política pública porque não foram criadas as condições reais, haja vista a proposta neoliberal do atual governo brasileiro que desfez grande parte das políticas implementadas, entre as quais a extinção da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, órgão responsável por mudanças na esfera pública e pela efetivação das políticas contempladas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A extinção desse órgão fez acirrar as resistências dos partidos em adotar medidas que altere as relações de poder nas casas legislativas brasileiras. O processo de impeachment de Dilma Rousseff, coberto de falhas, de cenas machistas e homofóbicas, denotam a exata medida de como são tratadas as mulheres que ousam entrar nos espaços de poder.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em 10 de julho 2018.

BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla, (Org). 1987 Feminismo como crítica da modernidade. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 208p.

BIROLI, Flávia. (2018). Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo.

BORNER, Jutta. (2009). A Lei de cota feminina: conquistas e desafios da experiência Argentina. In: COSTA, Ana Alice Alcântara. (Org.). Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 62-89.

COSTA, Ana Alice Alcântara. (Org.) (2009). Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

DAHLEUP, Drude. (1999). De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da “massa crítica” aplicada ao caso das mulheres na política escandinava”. Debate Feminista, p.142-183.

FERREIRA, Maria Mary. (2010). Os Bastidores da Tribuna: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA.

FERREIRA, Maria Mary. (2018). Protagonismo feminino e relações de gênero. Relatório preliminar de Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa, São Luís, 2018. 75p.

FERREIRA, Maria Mary. (2015) Igualdade de gênero e participação política. In: SOUZA, Cristiane de Aquino. In: Democracia, Igualdade e Liberdade: perspectivas jurídicas e filosóficas. Rio de Janeiro: Lumem Juris. p.211-228.

FERREIRA, Maria Mary et al. (2016). Direitos iguais para sujeitos de direito: empoderamento de mulheres e combate a violência doméstica. São Luís: EDUFMA.

FERNANDES, Marcella. (2018). Como combater a fraude nas candidaturas femininas e garantir às mulheres 30% do Fundo Eleitoral. 24 de jun.

FIGUEIRA, Murilo Cristo; ALVARES, Maria Luzia Miranda. (2012). Financiamento eleitoral: desigualdade de gênero nas eleições de 2008 em Belém - PA. In: FERREIRA, Maria Mary Ferreira. Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA. p. 225-242.

NUZZI, Vitor. (2014). Congresso Nacional, retrato desfocado da sociedade brasileira. In: Revista do Brasil, n.101. 08 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/101/no-congresso-nacional-retrato-desfocado-da-sociedade-brasileira-2775.html>> Acesso 10 jul. 2018.

PATEMAN, Carole. (2010) Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. Tradução de Tereza Tavares. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 89, p. 29-49. Disponível em: <https://rccs.revues.org/3666>. Acesso em 23 de jun. 2017.

PSC questiona lei que obriga partidos a reservar 30% de candidaturas para as mulheres. Band News FM. 6 jul. 2018. Disponível em: <http://www.bandnewsfm.com.br/2018/07/06/psc-questiona-lei-que-obriga-partidos-a-reservar-30-de-candidaturas-para-as-mulheres/>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PERROT, Michelle. (2007). Minha história das mulheres. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto.

ROMERO, Karolyne; FIGUEIREDO, Marcus; ARAÚJO, Clara. (2012). Participação feminina e dinâmica de campanha HGPE nas eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. Mulheres nas eleições de 2010. Rio de Janeiro, 2012. p. 453-473.

SAGOT, Montserrat. (2009). É Importante a participação política das mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica. In: COSTA, Ana Alice Alcântara. (Org.). Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. p.49-61.

SILVA, Hugo Tavares da. (2015). Arábia Saudita. Treze mulheres eleitas nas eleições municipais. Observador. 13 dez. 2015. Disponível em: <<https://observador.pt/2015/12/13/primeira-mulher-eleita-na-regiao-meca-nas-eleicoes-municipais/>>. Acesso em 12 jun. 2018.

SILVEIRA, Daniel. (2018). Em ranking de 190 países sobre presença feminina em parlamentos, Brasil ocupa a 152ª posição. G1Globo. 7 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml>. Acesso em 13 jun. 2018.

SOUZA, Jessé de. (2017). A Elite do atraso: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya.



CAPÍTULO 2

PROMOVENDO A IGUALDADE DE GÊNERO NO TRABALHO NO BRASIL E NA ESPANHA: AVANÇOS E RESISTÊNCIAS NA ÚLTIMA DÉCADA

Dra. Vivian Aranha Saboia ¹
Dra. Paula Rodriguez-Modroño ²
Dr. Mauricio Matus-Lopez ³
Esp. Ana Paula Silva Oliveira ⁴

¹ Economista. Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual do Maranhão.

² Economista. Doutora em Economia. Professora da Universidad Pablo de Olavid.

³ Economista. Doutor em Economia. Professor da Universidad Pablo de Olavid.

⁴ Cientista Social. Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior.

RESUMO

Propomos, neste capítulo, analisar os avanços e resistências em termos de regulamentação do emprego das mulheres no Brasil e Espanha, através da adoção de ações que visam a promoção da “igualdade” de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Tratam-se de medidas que buscam promover a igualdade de gênero e “combater as discriminações” sexuais que persistem no mercado de trabalho como resultado de um processo que se justificaria por uma série de razões. Estas últimas envolvem questões políticas, econômicas e sociais que se assemelham entre Brasil e Espanha na última década.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de gênero. Trabalho. Brasil. Espanha.

1 INTRODUÇÃO

O processo de regulamentação do emprego feminino está fundamentado em um discurso de inserção das mulheres no trabalho produtivo e valorizado. Trata-se de um processo dinâmico que, devido às suas contradições ao longo do tempo, proporcionou avanços (em termos quantitativos) e regressões (em termos qualitativos) consideráveis. Este

processo se justificaria por uma série de razões que envolvem, sobretudo, questões políticas, econômicas e sociais.

Na realidade, embora a ideologia neoliberal mais uma vez dominante esteja na origem de “*certas tendências libertárias que tendem a considerar a regulamentação do trabalho, bem como toda outra forma de intervenção estatal como ilegítima, do ponto de vista das liberdades individuais*” (MAUPAIN, *in* SENARCLENS, 2000 :151) desde o início do século XX nós assistimos a um processo de desenvolvimento da regulamentação internacional do trabalho, que tem na criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) um dos melhores exemplos.

Este processo está bastante vinculado ao desenvolvimento das regulamentações nacionais em matéria de trabalho e de emprego e se justificaria pela ideia clássica de necessidade de “*remediar as fraquezas do mercado ou salvaguardar certos bens públicos*” (*idem*: 152), tais como a proteção de direitos fundamentais. Esta ideia se aplicou, de diferentes maneiras nos diversos países, de forma que, a intervenção estatal no mercado de trabalho variou enormemente, em função da estrutura institucional que determinou o seu modelo de mediação das relações entre os sujeitos sociais e econômicos, assim como das lutas sociais, inclusive as lutas feministas e as lutas de mulheres.

Propomos, neste capítulo, analisar os avanços e resistências em termos de regulamentação do emprego das mulheres no Brasil e na Espanha, através da adoção de ações que visam a promoção da “igualdade” de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Tratam-se de medidas que buscam promover a igualdade de gênero e “combater as discriminações” sexuais que persistem no mercado de trabalho.

O processo de promoção do emprego das mulheres, enquanto política pública, remonta à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1942. Esta passou a integrar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a partir de 1946 e lançou, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta Declaração, paralelamente à pressão exercida pelos movimentos feministas e de mulheres organizados, colaborou para o surgimento de uma série de convenções e recomendações no seio mesmo

da OIT e da ONU, que passaram a ser traduzidas para as diversas constituições nacionais.

Estas convenções foram instrumentalizadas pelos movimentos feministas, organizados nacional ou internacionalmente, visando o combate à discriminação como forma de alcançar a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres. Dessa forma, a cada momento que a igualdade entre mulheres e homens é reivindicada, os princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos Humanos e nas demais convenções internacionais são citadas como forma de legitimar a demanda dos movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas.

Dentre as principais convenções e instrumentos internacionais ratificados pelo Brasil e Espanha ressaltamos a Convenção nº 100 do ano de 1951 da OIT sobre a igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor, Convenção nº 111 do ano de 1958 da OIT sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, Recomendação 122 do ano de 1964 da OIT que preconiza que os empregadores devem respeitar o princípio de igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, Declaração sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento do ano de 1975 da OIT que reafirma o princípio de não-discriminação, Convenção nº 150 do ano de 1975 da OIT que preconiza a valorização dos recursos humanos a partir da promoção da igualdade de oportunidades na formação e emprego das mulheres e homens (OIT, 1981).

Assim, o processo de regulamentação nacional do emprego é, também, um dos resultados do conjunto de movimentos nos quais os grupos ditos minoritários *“reclamam a igualdade na diferença, em nome dos valores de liberdade e de pluralismo que o Estado inscreveu oficialmente na sua constituição”* (BALIBAR, 1997: 439). Ele é, também, o resultado dos movimentos sociais que lutam pelos direitos de promoção das mulheres para mudar a divisão do trabalho.

Embora Brasil e Espanha tenham ratificado as convenções listadas acima, as iniciativas para, supostamente, promover a “igualdade” de oportunidades e “combater a discriminação” sexual no mercado de

trabalho permaneceram no papel durante vários anos antes de ganhar um relativo impulso. Isto porque, na prática, os organismos internacionais, tais como a OIT, somente propõem convenções aos Estados Nações de modo que, em função de seus interesses políticos, econômicos e sociais, queiram ou não as ratificar. Teoricamente, esta dimensão de respeito da soberania se encontra presente somente no momento da ratificação das convenções haja vista que, uma vez ratificadas, a implementação de ações concretas visando confirmar o engajamento dos países passa a ser solicitado. Para tanto, cada Estado deve realizar um relatório anual das ações empreendidas para atingir os objetivos enunciados na convenção ratificada previamente (OIT, 1981).

2 REGULAMENTANDO A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL

No Brasil e, de uma maneira geral, na América Latina a evolução de uma discussão no sentido da implementação de políticas de promoção da “igualdade” de gênero somente ocorreu a partir da criação da Comissão para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em 1979. Neste mesmo ano a CEDAW lançou a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, em vigor a partir de 1981 e assinada pelo Brasil em 1984, ou seja, no apagar das luzes do regime ditatorial então vigente. Esta Convenção definiu o que constitui ato ou prática de discriminação contra as mulheres e listou uma agenda de ações nacionais para combatê-las.

Assim, em 1988, a Constituição brasileira incorporou os compromissos assumidos pelo Brasil na esfera internacional. Nela, “*Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações*” (Brasil, Constituição Nacional, 1988).

Entretanto, foi preciso aguardar o ano de 1995 para surgir a primeira ação nacional relativa ao combate contra a discriminação. Trata-se da criação do Programa Brasil, Gênero e Raça que vem suprir a total carência

de medidas no sentido de implementar os princípios relativos à Convenção 111 da OIT.

Na realidade, a criação deste programa foi o resultado de uma denúncia realizada por representantes de organizações de trabalhadores durante uma Conferência Internacional do Trabalho, realizada no início dos anos 1990. Na ocasião, o Brasil foi acusado de descumprimento da Convenção 111. Foi a partir desta denúncia que, em 1995, durante a 83^a Conferência Internacional do Trabalho, o governo brasileiro assumiu oficialmente a existência da discriminação no mercado de trabalho e solicitou a cooperação técnica da OIT para a implementação dos compromissos assumidos ao ratificar a Convenção 111.

Neste mesmo ano, o governo brasileiro criou o Programa de Cooperação Técnica, envolvendo a Organização Internacional do Trabalho e o Ministério do Trabalho. Este Programa originou, em março de 1996, o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação (GTEDEO). Trata-se de uma composição tripartite (governo, trabalhadores e empregadores) que possui como missão a elaboração de um Plano de Ações para eliminação da discriminação no mercado de trabalho com enfoque de gênero e raça.

Paralelamente, o atraso de diversos países no tocante à promoção de ações em prol da igualdade de oportunidades e do combate contra a discriminação resultou, em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) que lançou uma declaração e adotou uma Plataforma de Ação. Nesse mesmo sentido, em 1999, a CEDAW lançou um protocolo onde “lembra” aos Estados signatários de suas obrigações de perseguir “*por todos os meios apropriados e sem atraso, uma política tendendo a eliminar a discriminação contra as mulheres*” (disponível em www.unhchr.ch). Este protocolo, assinado pelo Brasil em 2002, reafirmou, ainda, que os Estados são “*encarregados de assegurar o pleno exercício pelas mulheres, em condições de igualdade, de todos os direitos fundamentais e liberdades fundamentais e de tomar as medidas eficazes para prevenir as violações destes direitos e liberdades*” (*Op.cit.*).

Entretanto, na prática, os Organismos Internacionais (OIT e ONU) exercem pouca pressão junto aos governos nacionais. Isto não significa que as convenções internacionais voltadas para a *igualdade de oportunidades* sejam inúteis. Na realidade, elas servem de suporte para os governos que, por uma relativa sensibilidade à questão e/ou por interesse político (marketing político), queiram desenvolver este tema.

Além das convenções internacionais, vale destacar que o final do regime militar, vivenciado pelo Brasil entre 1964 e 1985, também se revelou fundamental para a promoção de políticas de “igualdade”. Isto porque a redemocratização levou a uma reinserção dos direitos humanos na plataforma de ações do governo nacional, através da incorporação deste tema no Plano de Direitos Humanos, nos Conselhos, nas Comissões Parlamentares e nas Secretarias Especiais. Desde então, a atuação de diversos segmentos dos movimentos sociais, feministas e raciais tem sido fundamental para a incorporação de políticas públicas voltadas para as questões tanto de gênero como de raça/etnia.

No início do século XXI, nós assistimos a uma nova tendência² de políticas de promoção da “igualdade” de gênero no Brasil. Em 2002, o governo criou a Secretaria dos Direitos da Mulher (SEDIM) que, em 2003, se transformou em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Em seguida o governo brasileiro instituiu o ano de 2004 como o “Ano da mulher” cuja promoção e divulgação ocorreu através de programas e atividades envolvendo a sociedade civil e cujo objetivo era de “*estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade*” (I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2004: 95).

Em 2004, o Brasil criou o Programa Pró-equidade de Gênero que valoriza as empresas engajadas na adoção de práticas de gestão que promovam a “igualdade” de gênero no seu ambiente organizacional. A partir de então, diversas empresas públicas aderiram ao Programa e passaram a ser valorizadas publicamente a partir da atribuição do *label* Selo Pró-equidade de Gênero. A adoção desta medida se constitui em mais

² Uma das marcas desta nova tendência é justamente a integração de planos de ação e de programas visando, supostamente, atingir a “igualdade” de gênero. Até a década de 1980 está busca da “igualdade” se limitou, sobretudo, a modificar as Leis de caráter discriminatório contra as mulheres.

uma daquelas que substituem ações repressivas contra empresas que praticam discriminação.

Ainda no ano de 2004, o Brasil lançou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres contendo os engajamentos do governo brasileiro no que concerne à promoção da mulher em todas as esferas, seja econômica ou social. Este plano incorpora o princípio da transversalidade (*gender mainstreaming*) nas ações desenvolvidas de forma que, através desse princípio as potenciais discriminações presentes nas políticas públicas pudessem ser previamente prevenidas (DAUPHIN, 2008).

De uma maneira geral, o combate ao desemprego das mulheres e a incitação à equidade, à autonomia e empoderamento das mesmas fazem parte das preocupações centrais dos aparelhos estatais encarregados da promoção da igualdade de gênero. No Brasil, em 2004, quatro ações foram definidas durante a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres como eixos prioritários para fazer parte do Plano Nacional de Políticas para Mulheres: 1) autonomia e geração de trabalho e renda, 2) saúde e direitos sexuais e reprodutivos³, 3) combate à violência, 4) promoção da educação não sexista.

Grosso modo, estas ações permaneceram no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, reelaborado em 2013, paralelamente ao surgimento de novas ações: 1) desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, 2) direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, 3) cultura, esporte, comunicação e mídia, 4) enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, 5) igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.

³ No Brasil o aborto é considerado crime inafiançável, exceto em casos de risco de morte para a mãe e de estupro. Este último, deve ser devidamente encaminhado à justiça para justificar o pleito à interrupção de gravidez resultante da violência do estupro. Em outubro de 2015, o PL (Projeto de Lei) 5069 do deputado Eduardo Cunha – atualmente preso por corrupção e lavagem de dinheiro - foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O PL 5069 ainda deve ser votado no Senado para, então, ser sancionado ou não pela Presidência da República. Caso aprovado, ele torna crime o ato de “induzir, instigar ou auxiliar” a gestante que deseja abortar com pena de até três anos de reclusão, incluindo médicos e enfermeiros. Isso significa que as mulheres que chegarem ao hospital em fase de aborto não poderão receber atendimento médico. O PL 5069 também pode criminalizar o uso de métodos contraceptivos pois sua interpretação pode considerar todos os métodos de contracepção como abortivos.

A vasta dimensão territorial e a conseqüente diversidade regional conduziram o país à construção de uma rede nacional descentralizada e unificada através da pactuação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres pelos diversos estados federativos e municípios nas diferentes regiões do país. Através da pactuação, estes se comprometem a elaborar Planos Estaduais ou Municipais que incorporam os objetivos do Plano Nacional. Para democratizar a elaboração dos “planos descentralizados” os estados federativos ou municípios contam com a participação de entidades não-governamentais assim como de Conselhos Estaduais e/ou Municipais dos Direitos da Mulher que foram criados com a redemocratização do país a partir dos anos 1980. Estes atuam como uma instância consultiva e representativa e podem funcionar como agentes de transformações através de uma prática de luta constante pela equidade de gênero.

Nota-se que o relativo avanço que o Brasil vivenciou entre 2003 e 2013 ocorreu dentro dos mandatos social democratas na figura de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, posteriormente, Dilma Rousseff (2011-2016), ambos governos do Partido dos Trabalhadores. Depois do resultado das eleições de 2014, onde Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil, o país mergulhou em uma grave crise política que culminou em um golpe parlamentar através do seu *impeachment*. Em maio de 2016 o então vice-presidente, Michel Temer, assumiu interinamente a Presidência da República. Neste mesmo ano Temer sancionou inúmeras medidas que prejudicaram a luta por igualdade de gênero travada pelos movimentos feministas e movimento de mulheres no Brasil. Uma dessas medidas foi a extinção da autonomia da SPM e a criação de um ministério amplo que diluísse a importância das questões sociais de raça, gênero e direitos humanos. Assim, Temer incorporou a SPM no então mais novo e amplo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – MMIRDH.

No mesmo ano o MMIRDH foi extinto e sua competência transferida para o então recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania. Tais fatos demonstram a paulatina invisibilização na agenda política das temáticas relativas à promoção da igualdade de oportunidades no Brasil. Isto ocorre dentro de um cenário mundial de crise econômica que contribuiu para a

ascensão da direita (Brasil e Espanha) e, inclusive, da extrema direita (Brasil).

3 REGULAMENTANDO A IGUALDADE DE GÊNERO NA ESPANHA

No que se refere à Espanha, a política de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens estão vinculadas ao conjunto de políticas e ações concretas para a promoção das mulheres na União Europeia (EU, 2016). A evolução das políticas de igualdade de gênero na União Europeia e Espanha pode ser dividida em cinco fases e estratégias: a) eliminação das barreiras legislativas e construção da igualdade formal; b) aplicação de ações positivas para alcançar a igualdade real; c) desenvolvimento de políticas específicas de igualdade e planos de igualdade; d) integração da perspectiva de gênero nas políticas gerais: *mainstreaming* de gênero; e) estratégia DUAL ao combinar o *mainstreaming* de gênero com programas em matéria de gênero.

O *mainstreaming* de gênero se institucionaliza na UE como estratégia mediante a comunicação da Comissão Europeia, de 21 de fevereiro de 1996, visando “Integrar a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no conjunto de políticas e ações comunitárias”. Constituiu-se em tema central do Quarto Programa de Ação Comunitário sobre a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens (1996-2000).

Em seguida, a Agenda Social Europeia (2001), aprovada no Conselho Europeu de Lisboa, reforça a aplicabilidade do *mainstreaming* para alcançar os diferentes objetivos no âmbito do mercado de trabalho, das políticas sociais ou das relações trabalhistas, entre outros. A incorporação do princípio de transversalidade na Espanha ocorreu com a Lei Orgânica 3/2007 voltada para a igualdade entre mulheres e homens.

Dentre os últimos avanços europeus podemos destacar o último programa de trabalho da Comissão Europeia em matéria de igualdade de gênero para o período 2010-2015 (EU, 2010) aprovado em setembro de 2010 pela Comissão Europeia. Trata-se, portanto, de um programa criado

no auge da crise econômica vivenciada pela Espanha como resultado da crise financeira mundial. Neste programa, dois eixos relativos à independência econômica e à igualdade salarial de mulheres e homens possuem relação direta com o mercado de trabalho.

Em meio ao quadro traçado pela Europa, pode-se afirmar que existem, na Espanha, três determinantes da situação atual do emprego de mulheres e de homens, e dos esforços e regulamentos para promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho: as condições favoráveis antes da crise, a crise em si e as respostas políticas à crise.

A) UM CONTEXTO FAVORÁVEL

O governo socialista de Zapatero (2004-2011), com uma conexão importante com movimentos feministas, deu grande importância à igualdade de gênero. Promulgou a Lei Orgânica 1/2004, em 28 de dezembro, de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero (2004), a Lei Orgânica 3/2007, em 22 de março, para a igualdade efetiva de mulheres e homens (2007), criou o Ministério da Igualdade (2008) e promulgou a Lei 39/2006, em 14 de dezembro, de Promoção da Autonomia Pessoal e Atendimento a pessoas em situação de dependência. Este último, com uma ênfase acentuada no reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e na incorporação das mulheres na força de trabalho. Assim, em 2008, foram estimados 1,2 milhões de mulheres que, como potenciais cuidadoras poderiam se registrar na Seguridad Social, com o subsídio estatal nas contribuições (INE, 2018).

Mas, o corpo legal mais emblemático foi a Lei da Igualdade 3/2007. Esta Lei proíbe a discriminação direta e indireta, aumenta os direitos de conciliação da vida profissional e familiar e promove igualdade de gênero na política, administração, exercício, saúde, educação, paridade de gênero nas listas eleitorais e órgãos públicos, promoção da paridade de gênero nos órgãos diretores das empresas privadas. Uma das intervenções mais características da lei na esfera privada das relações de trabalho foi a exigência de que as empresas fizessem um diagnóstico em termos de igualdade de gênero e políticas para superar a discriminação, conhecidas

como Planos de Igualdade. Esses planos foram estabelecidos como obrigatórios para empresas de 250 ou mais trabalhadores.

O problema é que essas leis foram promulgadas em um quadro econômico favorável, com um crescimento da economia espanhola muito superior à média europeia, mas seu desenvolvimento foi interrompido desde seu início face a crise.

B) A CRISE

O segundo determinante diz respeito à uma das maiores crises da história espanhola que elevou a taxa de desemprego de 7,93% em 2007 para 26,06% em 2013 (INE 2018). Em termos agregados, a Espanha levou quase uma década para recuperar o nível de produção real de 2008, somente em 2017 alcançaria (Eurostat, 2018).

A crise não foi neutra em termos de gênero. Esta inicialmente teve um caráter masculino mais marcado, porque ela começou no setor imobiliário e de construção. A Espanha perdeu 3,4 milhões de pessoas ocupadas em apenas 4 anos e destes, 1,5 milhões ocorreram no setor de construção (Gálvez & Rodríguez-Modroño, 2013). Isto levou a uma redução da diferença entre a taxa de desemprego entre homens e mulheres de 4,2 pontos em 2007 (6,15% em homens e 10,35% em mulheres) a 0,1 pontos em 2012 (23,96% em homens e 24,46% mulheres). Dessa forma, pode-se afirmar que houve uma redução da diferença no desemprego feminino e masculino que se produziu através de uma piora para ambos (Gálvez & Rodríguez-Modroño 2012, 2015; Karamessini & Rubery, 2014).

C) AS RESPOSTAS POLÍTICAS PARA A CRISE

Logo no início, o governo socialista tentou aplicar políticas anticíclicas “cegas ao gênero”, mas a partir de 2010 foi forçado a responder de acordo com as diretivas emitidas pela União Europeia. Assim iniciaram as medidas de austeridade fiscal, comprometendo o progresso na igualdade de gênero.

O gasto público foi reduzido, o Ministério da Igualdade foi eliminado, pensões e o salário interprofissional mínimo foram congelados, impostos sobre o consumo aumentaram e uma primeira reforma trabalhista foi aprovada. A situação tornou-se insustentável e no final o governo socialista teve que convocar eleições antecipadas em novembro de 2011. Uma vez que o governo conservador assumiu o poder, as políticas pré-crise foram deixadas sem financiamento ou abandonadas, o orçamento foi reduzido à lei de dependência e o financiamento das medidas contempladas na Lei sobre Igualdade foi reduzido ou eliminado.

O número de pessoas ocupadas atingiu o menor nível da crise no primeiro trimestre do ano 2014, com apenas 16,9 milhões de pessoas ocupadas na Espanha. Desde então, a recuperação tem sido lenta e caracterizada por uma forte precarização do emprego devido à desregulamentação progressiva do mercado de trabalho espanhol a partir, especialmente das duas últimas reformas (2010 e 2012), que precarizaram ainda mais a situação dos trabalhadores e, sobretudo, das trabalhadoras. Duas das mudanças mais importantes dessas reformas foram o barateamento da demissão e o enfraquecimento da negociação coletiva.

As políticas de austeridade estão mudando as regras do jogo, inclusive no que tange os avanços legislativos e institucionais em matéria de igualdade (Gálvez & Rodríguez-Modroño 2013, 2015) a tal ponto que a agenda de igualdade da UE se deteriorou enormemente nos últimos anos. Medidas em favor da igualdade, promovidas em 2007 tiveram pouco desenvolvimento desde a implementação das políticas de austeridade. Em relação à Lei da Igualdade, não há registro oficial de quantos planos de igualdade foram desenvolvidos e se eles foram eficazes. Em relação à lei da dependência, em termos de criação de emprego, tem sido um fracasso. Para além da oferta de serviços de cuidadores, alguns benefícios econômicos haviam sido oferecidos. Porém, as contribuições para a Previdência Social, subsidiadas inicialmente pelo Estado, deixaram de sê-lo em 2013. Dessa forma, o número de contribuições caiu 68% entre 2013 e 2018. Dos quase dois milhões de pessoas potencialmente cuidadoras em 2008, menos de oito mil estão registradas na Previdência Social em meados de 2018.

Os cortes nos orçamentos públicos, especialmente gastos em serviços sociais, saúde e educação têm um forte impacto de gênero por três razões. Primeiro, as mulheres estão super-representadas entre os beneficiários de prestações sociais porque constituem a maioria dos agregados familiares de rendimento baixo e monoparental além de serem os principais usuários de serviços de cuidados para com crianças e/ou com idosos (Leschke e Jepsen, 2014). Em segundo lugar, qualquer regressão na prestação pública de cuidados (creches, cuidados de dependência para com idosos, licença paternidade) leva a um aumento no trabalho de cuidados não remunerados dentro de casa, principalmente realizado por mulheres. Em terceiro lugar, o setor público é uma importante fonte de emprego de qualidade para as mulheres, os cortes salariais e a deterioração das condições de trabalho neste setor prejudicam seriamente o emprego feminino (Rubery, 2015).

Portanto, a lógica de austeridade tem como consequência o aumento das desigualdades de gênero e de renda (Addabbo, Rodríguez y Gálvez, 2015a, 2015b; Gálvez & Rodríguez-Modroño 2015, 2017; Rodríguez-Modroño, 2017; Távora & Rodríguez-Modroño, 2018). Assim, a “saída da crise” está deixando um impacto mais negativo para as mulheres, da mesma forma que ocorreu com as saídas das crises econômicas anteriores (Rodríguez-Modroño 2012; Gálvez & Rodríguez-Modroño 2012). No segundo trimestre de 2018, em detrimento na qualidade dos empregos, o número de empregados havia se recuperado atingindo 19,3 milhões. Porém, emprego masculino cresceu um 32% a mais do que o feminino (1,36 milhões e 1,03 milhões, respectivamente).

De qualquer maneira, os avanços na igualdade são inegáveis em relação à situação de uma década atrás. Embora as políticas de austeridade e flexibilidade tenham retardado o progresso na igualdade, as lutas feministas contra as ideologias conservadoras, a resistência das mulheres em abandonar o mercado de trabalho e as mobilizações contra as políticas de austeridade têm bloqueado a redomesticação das mulheres até agora (Lombardo, 2017). Por fim, o novo governo socialista, em junho de 2018, incorporou mais uma vez as demandas feministas como elementos chave em sua agenda de recuperação de direitos.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do texto, observamos que, em termos comparativos, as trajetórias espanhola e brasileira possuem mais semelhanças do que especificidades, em termos de avanço nas políticas de igualdade de gênero.

Ambos os países avançaram, consideravelmente, ao longo das últimas duas décadas. Tomando como divisor de águas a crise de 2008, podemos dividir as políticas de igualdades adotadas, nestes dois países, em três fases: antes da crise, durante a crise, e nos dias atuais.

Nas duas décadas anteriores a crise, Brasil e Espanha buscaram reunir as condições objetivas, em termos de legislação, para legitimar a construção da igualdade formal. Isto permitiu, desde o início do século XXI, a implementação de ações que visavam a obtenção da igualdade real. Ambos os países tiveram a promoção de ações para a igualdade incitadas por instituições externas aos mesmos (Espanha: União Europeia; Brasil: OIT). Ambos os países vivenciaram, antes da crise, a aplicação do princípio da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Nos governos de Lula (2003-2010) e Zapatero (2004-2011) houve um crescimento na importância das ações voltadas para a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Isto ocorreu, também, como consequência da pressão dos movimentos feministas e movimentos de mulheres reclamando a igualdade em meio à diferença.

A partir de 2008, diante da crise financeira internacional, a agenda dos dois países sofreu uma alteração no que diz respeito ao princípio de igualdade face ao aumento do desemprego (Brasil e Espanha) e da violência urbana (Brasil). A crise de 2008 promoveu, assim, uma interrupção na agenda de promoção da igualdade adotada pelos dois países.

Na Espanha isso se iniciou em 2010, quando o governo Zapatero cedeu à pressão da União Europeia na aplicação de medidas de austeridade fiscal, e se amplificou no governo conservador de Mariano Rajoy (2011-2018). No Brasil se iniciou um pouco mais tarde, em 2016, logo



após o golpe parlamentar que destituiu o governo social democrata de Dilma Roussef e legitimou a posse do conservador, Michel Temer. Em ambos os países se iniciou um processo de desconstrução do avanço obtido.

Em termos de especificidades, ressaltamos a via democrática mantida na Espanha e o retorno ao poder em 2018 do partido socialista, reincorporando a agenda feminista. Na contramão, o Brasil seguiu uma via de rompimento com a democracia formal. Após o golpe parlamentar de 2016, o país mergulhou em um processo intensivo de desconstrução dos direitos trabalhistas e de invisibilização das demandas feministas e de mulheres por igualdade. Em 2018, após uma campanha presidencial pautada na desinformação do eleitorado, foi eleito um governo conservador de extrema direita. Isto ocorreu com apoio da mídia e das bancadas mais conservadoras do parlamento brasileiro (bancada da bala, bancada ruralista e bancada evangélica) e indica um cenário, real, de retrocesso em velocidade máxima nas medidas em prol da igualdade de gênero para os anos que se seguem.

REFERÊNCIAS

ADDABBO, T.; RODRÍGUEZ-MODROÑO, P.; GÁLVEZ, L. (2015a). “Gender Differences in Labor Force Participation Rates in Spain and Italy under the Great Recession”, *Revista de Economía Mundial*, 41, 21-42.

ADDABBO, T.; RODRÍGUEZ-MODROÑO, P.; GÁLVEZ, L. (2015b). “Young People Living as Couples. How Women’s Labour Supply is Adapting to the Crisis. Spain as a Case Study”, *Economic Systems*, 39(1): 27-42.

BALIBAR, Étienne (1997). *La crainte des masses*, Galilée, Paris.

BORRILLO, Daniel (2003). *Lutter contre les discriminations*. La Découverte, Paris.

BRASIL, Constituição Nacional (1988). RFB, Brasília.

DAUPHIN, Sandrine (2008). Promotion de l’égalité des sexes en France. In *Cahiers du genre*, n.44, L’Harmattan, Paris.

DEMAZIERE, D. *et al* (2013). *Être chômeur à Paris, São Paulo, Tokyo*. Paris, Presses Sciences Po.

GÁLVEZ, L. & RODRÍGUEZ MODROÑO, P. (2012). “La desigualdad de género en las crisis económicas”, *Investigaciones Feministas*, 2: 113-132.

GÁLVEZ, L. & RODRÍGUEZ MODROÑO, P. (2013). “El empleo de las mujeres en la España democrática y el impacto de la Gran Recesión”, *Áreas Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 32: 105-123.

GÁLVEZ, L. & RODRÍGUEZ MODROÑO, P. (2015). “Los retos de la crisis económica desde una perspectiva de género”, *Gaceta Sindical*, 24: 111-25.

GÁLVEZ, L. & RODRÍGUEZ MODROÑO, P. (2017). “Crisis, austeridad y transformaciones en las desigualdades de género”, *Ekonomiaz, Revista Vasca de Economía*, 91: 328-357.

KARAMESSINI, M. & RUBERY, J. (eds.) (2014). *Women and austerity*, Croydon, Routledge.

LESCHKE, J. y JEPSEN, M. (2014). “Is the economic crisis challenging the prevailing gender regime? A comparison of Denmark, Germany, Slovakia and the United Kingdom”, *Social Politics*, 21(4): 485-508.

LOMBARDO, E. (2017). “The Spanish Gender Regime in the EU Context: Changes and Struggles in Times of Austerity”, *Gender, Work & Organization*, 24(1): 20-33.

MÉSZÁROS, István (2006). *Para Além do Capital*, São Paulo, Boitempo.

MONTAÑO, Carlos (2002). *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez.

OIT (1981). *Règles et normes intéressant particulièrement les femmes*. OIT, Genebra.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013)*, Presidência da República, Brasília.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004)*. Presidência da República, Brasília.

RODRIGUEZ MODROÑO, P. (2012). “Tipología de perdedoras en las crisis económicas de los siglos XX y XXI”, *Comunicación en XIII Jornadas de Economía Crítica*, Sevilla, 09-11/02/2012.

RODRÍGUEZ-MODROÑO, P. (2017). “Impactos de la crisis en las trabajadoras de las regiones de la Europa meridional. El caso de Andalucía”, *Revista de Estudios Regionales*, 110: 15-38.

RUBERY, J. (2015). “Austerity, the Public Sector and the Threat to Gender Equality”, *The Economic and Social Review*, 46(1): 1-27.

SABOIA, Vivian Aranha (2015). O emprego das mulheres face ao neoliberalismo e a flexibilização do emprego na França e no Brasil. In: Gomes de Lucena M. F. (Org.). *Saber, prever, cuidar: estudos sobre o tráfico de seres humanos*. Recife, EDUFPE.

SENARCLENS, Pierre de (2000). *Maîtriser la Mondialisation : la régulation sociale internationale*, Paris, Presses de Sciences Po.

TAVORA, I.; RODRÍGUEZ-MODROÑO, P. (2018). “The impact of the crisis and austerity on low educated working women: the cases of Spain and Portugal”, *Gender, Work & Organization*, 25(6): 621-636.

THÉRET, B. (1996). De la comparabilité des systèmes nationaux de protection sociale dans les sociétés salariales : essai d’analyse structurale. In MIRE, *Comparer les systèmes de protection sociale en Europe*, v. 2, Berlim, p. 439-503.

VILLA, P. & SMITH, M. (2014). “Policy in the time of crisis: employment policy and gender equality in Europe”, en M. Karamessini and J. Rubery (eds.), *Women and austerity*. Croydon: Routledge, 273-294.

UE (2016). Report on the impact of the economic crisis on gender equality and women’s rights (2012/2301(INI)). Committee on Women’s Rights and Gender Equality. European Parliament. Disponible en: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0048+0+DOC+PDF+V0//EN>

UE (2010). Strategy for equality between women and men 2010-2015. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponible en: http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/files/documents/strategy_equality_women_men_en.pdf



CAPÍTULO 3

SAÚDE, DOENÇA E MORTE DE MULHERES E HOMENS NEGROS: Análise comparativa da mortalidade por raça/cor no leste maranhense, Brasil

Dheyemi Wilma Ramos Silva ¹
Anderson Araújo Corrêa ²
Joseneide Teixeira Câmara ³

¹ Enfermeira. Mestre em Biodiversidade Ambiente e Saúde pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do laboratório de epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias da Universidade Estadual do Maranhão.

² Enfermeiro. Mestre em Biodiversidade Ambiente e Saúde pela Universidade Estadual do Maranhão.

³ Enfermeira. Doutora em Medicina Tropical pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão, Coordenadora do laboratório de epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias da Universidade Estadual do Maranhão, Diretora do curso de enfermagem do Campus de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão, Coordenadora da residência multiprofissional em saúde da família da Universidade Estadual do Maranhão, professor titular da Universidade Estadual do Maranhão e professora permanente do mestrado biodiversidade, ambiente e saúde da Universidade Estadual do Maranhão.

RESUMO

A mortalidade da população brasileira por raça tem demonstrado diferenças significativas na saúde, doença e morte. Estudos apontam desvantagem dos negros em relação aos brancos no que concerne a salário, educação, habitação e a exclusão de vários direitos sociais que tem impacto direto no processo saúde-doença. O objetivo deste trabalho foi analisar a mortalidade por raça/cor e causa básica com enfoque na construção social a partir de dados secundários do Sistema de Informação de Mortalidade de Caxias-MA. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa utilizando dados de 7.484 Declarações de Óbitos dos anos de 2006 a 2015 no qual foram realizadas análises estatísticas, espaciais e entrevistas com formadores de opinião em questões raciais. Os resultados encontrados mostraram aumento na taxa de mortalidade geral de 14,2%, redução de 5,8% na mortalidade por doenças do aparelho circulatório, aumento de 43,8% por neoplasias e de 35,9% por causas externas de morbidade e mortalidade. Correlacionando

os capítulos da Classificação Internacional de Doenças - CID 10 e as variáveis raça/cor, vê que existe uma chance maior para morrer por causas externas de morbidade e mortalidade e doenças do aparelho circulatório em pretos e pardos quando comparados aos brancos. A análise espacial mostra uma distribuição predominante das principais causas de óbito em zonas consideradas periféricas do município, local esses que por sua vez reside maior população de pretos e pardos. Os entrevistados apontam como causas da mortalidade fatores atrelados em sua grande maioria às condições socioeconômicas, sendo as piores condições de saúde em indivíduos pobres e negros. Diante dos resultados encontrados neste estudo vê que existem diferenças importantes no processo de saúde, doença e morte e que esse processo acontece em um contexto de desigualdades significativas, principalmente quando relacionados à raça/cor.

Palavras-chave: Mortalidade. Raça e Saúde. Desigualdade. Registros de mortalidade

1 INTRODUÇÃO

As taxas de mortalidade na população brasileira estão relacionadas a disparidades raciais e sociais, com predomínio de mortalidade por doenças não transmissíveis na raça/cor branca, das doenças transmissíveis na indígena, e das causas externas em homens negros. Indivíduos negros morrem mais cedo que os brancos por praticamente todas as causas. Essas causas de mortalidade na população negra podem estar relacionadas a uma violência seletiva que acomete esses indivíduos que em sua grande maioria residem nos estratos de intermediária e pior condição de vida da cidade (FIORIO *et al.*, 2011; COSTA; LUDERMIR; SILVA, 2009). A mortalidade em negros está relacionada diretamente com a pobreza crônica e abrangente, além do racismo disfarçado e profundo (ROCHA, 2004).

Dessa forma, o quesito raça/cor tem mostrado ser bastante efetivo para estudos que utilizam os Sistemas de informação da saúde por contribuir na construção de políticas públicas. Por isso, o Ministério da Saúde tornou obrigatório o preenchimento do campo raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde, com o intuito de

subsidiar o planejamento de políticas públicas (BRASIL, 2017), pois existe uma carência de dados desagregados por raça/cor (WERNECK, 2016).

Diante disso, objetivou-se analisar a mortalidade por raça/cor e causa básica com enfoque na construção social a partir de dados secundários do Sistema de Informação de mortalidade de Caxias - MA.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa a partir de dados secundários do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do município de Caxias (MA). O estudo foi registrado na Plataforma Brasil sob o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 65598517.0.0000.5554, e aprovado sob o parecer: 2.011.095, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Apoiada pelo Edital 006/2016 IGUALDADE RACIAL da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA).

A coleta de dados aconteceu por meio de mídia digital em agosto de 2017, com amostra composta por todas as Declarações de Óbitos (DO) registradas no banco de dados do SIM entre os anos de 2006 a 2015 do município de Caxias, Maranhão. Foram coletadas 7606 DO sem exclusão independente da causa do óbito, destas, após análises, 122 foram excluídas por estarem duplicadas, fazendo parte da amostra final 7484 DO. Os dados coletados permitiram realizar a taxa de mortalidade, sendo a mesma calculada pela razão entre o número de óbitos por todas as causas e o número de habitantes local em Caxias - MA, vezes mil, nos anos de 2006 a 2015. O coeficiente de variação percentual das taxas de mortalidade foi calculado por meio da diferença relativa entre as taxas nos anos de 2006 e 2015.

Para raça/cor, foi utilizado o número de habitantes estimado pelo IBGE no censo de 2010 (IBGE, 2010). Inicialmente, as proporções (%) de óbitos foram calculadas considerando-se os grandes capítulos do CID-10. A análise da associação entre o número de óbitos por raça/cor e cada uma

das variáveis independentes e principais foi realizada por meio do cálculo do Odds Ratio (OR) e seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%), com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os dados foram analisados utilizando-se os programas TabWin (Tabulador de Dados para Windows), versão 4.1.3, e Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS Statistics), versão 21 e Microsoft Office® Excel®.

Para a análise espacial, foi construído mapa de tonalidades com distribuição da taxa de mortalidade por 1000 habitantes em cada zona do município e os capítulos do CID-10 que foram as mais frequentes causas de mortalidade na população estudada. O mapa foi produzido a partir do mapa geopolítico do município que o divide em cinco zonas (norte, sul, leste, oeste e centro). As análises foram realizadas no software QGIS, 2.14.0 Essen, utilizando-se como pontos as zonas das residências onde as pessoas que foram a óbito moravam, e os dados do censo IBGE 2010.

Para compreender as entrelinhas dos resultados estatísticos foram realizadas entrevistas com dez participantes, no período de maio a junho de 2018, dos entrevistados, oito do sexo feminino e dois do masculino. Quatro dos participantes eram professores especialistas em questões raciais, dois representantes da vigilância epidemiológica de Caxias-Ma, dois epidemiologistas, um representante do movimento negro e um representante do grupo quilombola. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, com questões relacionadas aos resultados estatísticos sobre mortalidade por raça/cor encontrados neste estudo. O processamento foi realizado no software IRAMUTEC (Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), que permitiu fazer a análise de similitude em que possibilita identificar as concorrências entre as palavras e seu resultado trazendo indicações da conexão entre as palavras e auxiliando na identificação da estrutura da representação (CAMARGO; JUSTO, 2013).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TAXAS E CAUSAS DE MORTALIDADE

A taxa bruta de mortalidade por todas as causas para cada 1000 habitantes teve um aumento de 14,2% entre 2006 e 2015 (coeficiente de variação percentual) em Caxias - MA. O que diverge de países desenvolvidos, como foi visto em estudo de tendência entre 1969 e 2013, na qual a taxa de mortalidade padronizada para todas as causas combinadas diminuiu de 1.278,8 por 100 000 para 729,8 (JIEMIN *et al.*, 2015).

Em relação à variável sexo, observou-se que indivíduos do sexo masculino morreram em maior quantidade que o sexo feminino, com maior frequência no ano de 2014 (61,5%). (Figura 1). Resultados semelhantes foram encontrados por Stevens *et al.* (2012), ao realizar pesquisa no SIM e verificar no ano de 2010, 1.132.732 óbitos, destes 646.069 (57,0%) para homens e 486.663 (43%) para mulheres.

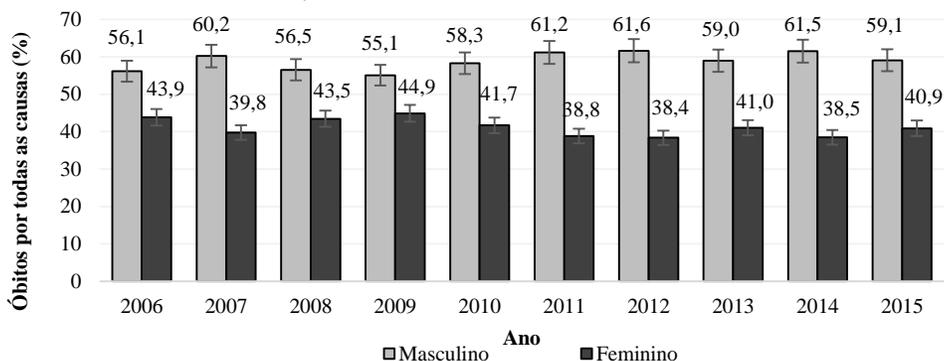
Souza (2005) e Barata (2009) atribuem as altas taxas de mortalidade para indivíduos do sexo masculino à exposição destes a situações de acidentes e violência por conta de comportamentos reafirmadores da masculinidade. Sendo tal fato observado em todas as idades (LAURENTI; JORGE; GOTLIEB, 2005).

A principal causa de óbito considerando os grandes capítulos do CID-10 ocorreu por doenças do aparelho circulatório, porém apesar de altas taxas de mortalidade é observada uma diminuição de 5,8%. Já as neoplasias apresentaram aumento (43,8%) assim como as mortes por causas externas de morbidade e mortalidade (35,9%) (Figura 2).

Doenças do aparelho circulatório são as causas de óbitos mais frequentes na população mundial, seguido por neoplasias e causas externas (SOUZA, 2014; HERON, 2013). Porém, apesar das altas taxas, existe uma tendência mundial de redução nas taxas de mortalidade por doença cardíaca, com desacelerações nos Estados Unidos da América e em vários outros países (AHMEDIN *et al.*, 2005). No Rio de Janeiro foi evidenciada progressiva queda em todos os municípios por doenças do

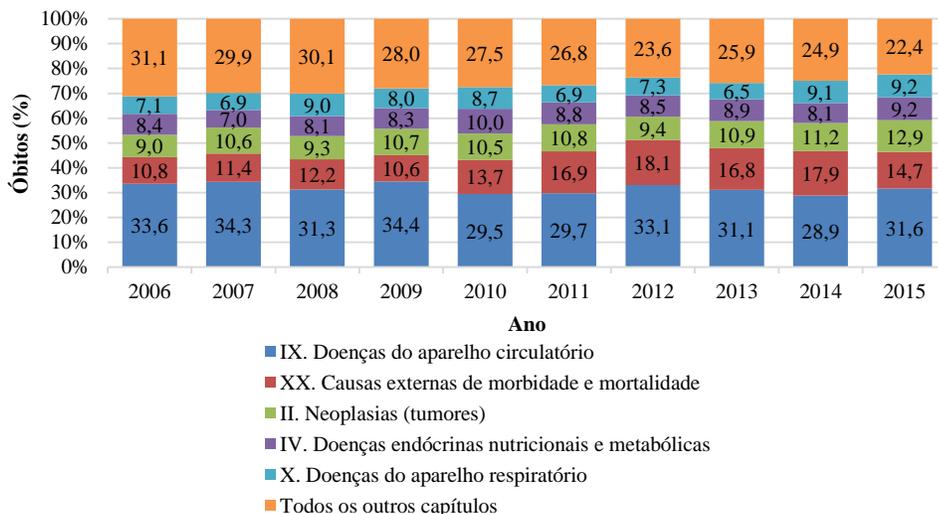
aparelho circulatório, doenças cerebrovasculares e doenças isquêmicas do coração (SOARES *et al.*, 2015). Assim como no município de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo com redução importante da mortalidade cardiovascular no período de 1980 a 2010 (LUZ; SANTOS, SABINO, 2017).

Figura 1. Distribuição percentual dos óbitos por todas as causas de acordo com o sexo. Caxias - MA, 2006-2015



Fonte: elaboração própria

Figura 2. Distribuição percentual dos óbitos de acordo com os capítulos do Código Internacional de Doenças, 10ª Revisão. Caxias - MA, 2006-2015



Fonte: elaboração própria

Em relação ao aumento da mortalidade por causas externas identificado neste estudo, são semelhantes aos encontrados em Santa Catarina em que, nos municípios com maior população urbana, o principal motivo das mortes na população adulta foi causa externa, principalmente por acidentes de trânsito (FERRAZ *et al.*, 2014). Em Minas Gerais as causas externas constituíram a quinta causa de mortes (CORASSA *et al.*, 2017). Verificou-se ainda uma tendência no aumento de mortes por causas externas em estudo de Sousa *et al.* (2016) em Teresina, Piauí, por Preis *et al.* (2018) na Região Sul do Brasil, no período de 2004 a 2013, e por Silva *et al.* (2018) na Bahia.

Já em relação ao aumento da mortalidade por neoplasias, esta segue uma tendência mundial. Em países de renda baixa e média deve-se ao aumento do tabagismo, excesso de peso corporal e inatividade física (TORRE *et al.*, 2016), tornando-se dessa forma um problema real na saúde pública (RÍOS *et al.*, 2015).

3.2 MORTALIDADE POR RAÇA/COR

A mortalidade por todas as causas considerando o quesito raça/cor foi maior em pessoas identificadas como pardas. As análises mostram que quando se compara raça/cor, pessoas da população negra morrem em maior quantidade. Dessa forma, corrobora com os achados de Fiorio e colaboradores (2011) ao mostrar que indivíduos pretos e pardos morrem mais cedo que os brancos por praticamente todas as causas estudadas na cidade de Vitória. Assim, para os brancos, o evento é postergado para as idades mais avançadas. A especificidade da morte entre negros tem reunido evidências sucessivas em vários estudos sobre a mortalidade, como o de Martins e Tanaka (2000), identificaram taxas de mortalidade materna mais elevada entre negras, Cunha (2005) encontrou maior mortalidade infantil e Werneck (2001) maior mortalidade por HIV-Aids.

Semelhantes a esses resultados podemos citar o estudo de Batista (2005) ao analisar a mortalidade por raça/cor e sexo no estado de São Paulo e Cunha (2005) observou disparidades na raça/cor em análise da mortalidade. Oliveira e Luiz (2017) mostraram que a raça interagiu em

diferentes níveis com outros determinantes sociais, que estruturam as relações sociais dentro da saúde, e indicaram que, no Brasil, pardos e pretos morrem mais cedo, enquanto ainda são jovens, especialmente entre homens e mulheres negras, do que brancos.

As causas de óbitos mais frequentes ao associar raça/cor e os grandes capítulos do CID - 10 foram doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório em brancos; doenças do aparelho circulatório e causas externas de morbidade e mortalidade em pretos e pardos; doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho digestivo em amarelos; e doenças do aparelho circulatório em indígenas. A chance de ocorrência de óbito por raça/cor, de acordo com os capítulos do CID - 10 mostrou que em pretos quando comparados aos brancos existe uma chance 2,09 maior de morrerem por causas externas de morbidade e mortalidade do que os brancos e fator de proteção de 0,49 para doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, 0,64 para doenças do aparelho respiratório e 0,26 para algumas afecções originadas no período perinatal (Tabela 1).

Quando essa correlação acontece entre pardos e brancos a chance de ir a óbito é maior em pardos em 1,34 por neoplasias, 2,28 por algumas afecções originadas no período perinatal, 2,24 por malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas e de 1,63 por causas externas de morbidade e mortalidade quando comparado aos brancos. As análises mostram que pardos possuem fator de proteção de 0,80 para doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e de 0,53 para doenças do aparelho respiratório (Tabela 1). Em relação às pessoas de raça/cor branco comparado à amarela foi mostrada uma chance de 4,15 de morrer maior em amarelos por doenças do aparelho digestivo do que em brancos (Tabela 1).

Os resultados encontrados mostram ser semelhantes a países desenvolvidos, na qual a mortalidade entre negros é maior por doenças cardíacas, neoplasias malignas, doenças cerebrovasculares e nefrite (CHANG *et al.*, 2016). Já em relação ao fator de proteção na população negra para doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e para doenças do aparelho respiratório, mostra ser divergente à literatura atual (GASKIN

et al., 2014; ADA, 2014; WORTHAM *et al.*, 2014). As mortes por causas externas mostram ser fator de risco para a população negra. Resultado semelhante foi encontrado por Fiorio *et al.* (2011), em que observou em um estudo com o objetivo de analisar a mortalidade por causa básica, sexo e raça/cor a partir do SIM em Vitória (ES), no período de 2003 a 2006 um maior RR de óbito entre negros por causas externas (RR=5,71). O mesmo foi identificado por Araújo *et al.* (2009) ao analisar os diferenciais na mortalidade por causas externas ocorridas em Salvador, no período de 1998 a 2003, segundo raça/cor da pele das vítimas, em que observou-se que indivíduos negros tiveram maior perda de anos potenciais de vida, morreram em idades precoces em todos os tipos de causas externas. As pessoas negras nesse referido trabalho perderam 21,8 vezes mais anos potenciais de vida quando comparados aos homens brancos.

A análise espacial mostra que as principais causas de óbito que acometeram a população preta e parda considerando os grandes capítulos do CID - 10 e as taxas de mortalidade por 1000 habitantes foram as doenças do aparelho circulatório, com altas taxas de mortalidade nas zonas sul e central que variam de 17.17 a 39.04 (Figura 3).

Tabela 1. Chance de ocorrência de óbito por raça/cor, de acordo com os capítulos do CID - 10.
Caxias - MA, 2006-2015

Capítulos CID-10	Branca (n=1.024) ^a		Preta (n=590)		Parda (n=5.189)		Amarela (n=16)		Indígena (n=6)	
	n (%)	OR ^b (IC95%)	n (%)	OR ^b (IC95%)	n (%)	OR ^b (IC95%)	n (%)	OR ^b (IC95%)	n (%)	OR ^b (IC95%)
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	52 (5,1)	1	29 (4,9)	0,97 (0,61-1,54)	198 (3,8)	0,74 (0,54-1,01)	-	-	1 (16,7)	3,74 (0,43-32,58)
II. Neoplasias (tumores)	71 (6,9)	1	41 (6,9)	1,00 (0,67-1,49)	477 (9,2)	1,34 (1,05-1,76) ^c	2 (12,5)	1,92 (0,43-8,60)	-	-
III. Doenças sangue órgãos hematológicos e transtornos imunitários	5 (0,5)	1	6 (1,0)	2,09 (0,64-6,89)	23 (0,4)	0,91 (0,34-2,39)	-	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	116 (11,3)	1	35 (5,9)	0,49 (0,33-0,73) ^c	482 (9,3)	0,80 (0,65-0,99) ^c	2 (12,5)	1,12 (0,25-4,98)	-	-
V. Transtornos mentais e comportamentais	6 (0,6)	1	9 (1,5)	2,62 (0,93-7,42)	40 (0,8)	1,32 (0,56-3,12)	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	14 (1,4)	1	5 (0,8)	0,62 (0,22-1,72)	63 (1,2)	0,89 (0,50-1,59)	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	353 (34,5)	1	211 (35,8)	1,06 (0,86-1,31)	1.684 (32,5)	0,91 (0,79-1,05)	6 (37,5)	1,14 (0,41-3,17)	2 (33,3)	0,95 (0,17-5,21)
X. Doenças do aparelho respiratório	136 (13,3)	1	53 (9,0)	0,64 (0,46-0,90) ^c	389 (7,5)	0,53 (0,43-0,65) ^c	1 (6,3)	0,44 (0,06-3,32)	1 (16,7)	1,31 (0,15-11,26)
XI. Doenças do aparelho digestivo	54 (5,3)	1	36 (6,1)	1,17 (0,76-1,80)	235 (4,5)	0,85 (0,63-1,15)	3 (18,8)	4,15 (1,15-14,98) ^c	1 (16,7)	3,59 (0,41-31,29)

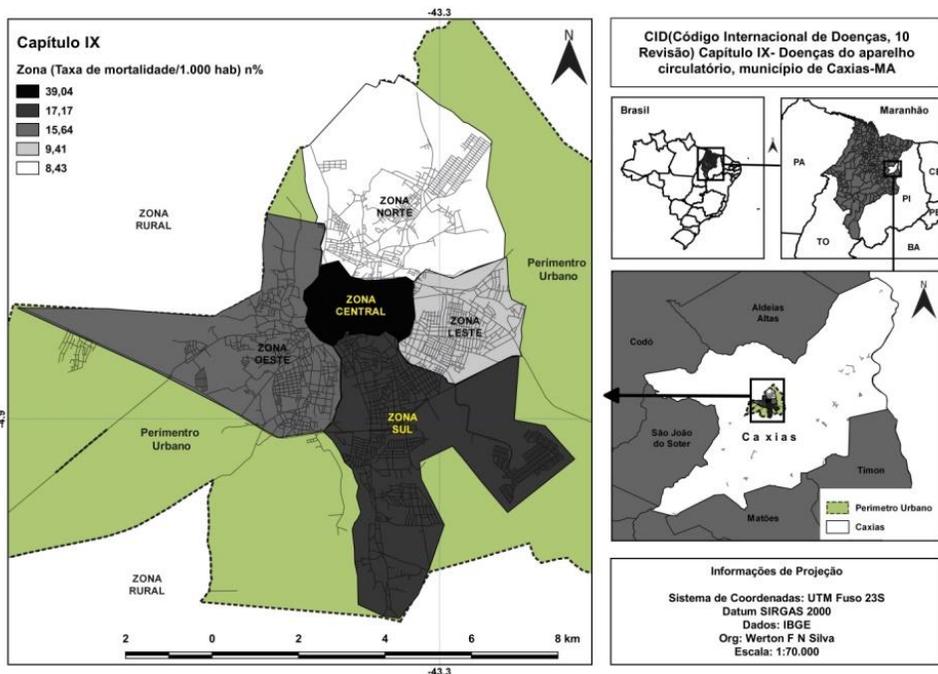
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4 (0,4)	1	3 (0,5)	1,30 (0,29-5,84)	15 (0,3)	0,74 (0,25-2,23)	-	-	-	-
XIII. Doenças sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	3 (0,3)	1	3 (0,5)	1,74 (0,35-8,64)	15 (0,3)	0,99 (0,29-3,41)	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	31 (3,0)	1	25 (4,2)	1,42 (0,83-2,42)	131 (2,5)	0,83 (0,56-1,23)	-	-	-	-
XV. Gravidez parto e puerpério	3 (0,3)	1	4 (0,7)	2,32 (0,52-10,42)	15 (0,3)	0,99 (0,29-3,41)	-	-	-	-
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	32 (3,1)	1	5 (0,8)	0,26 (0,10-0,68) ^c	355 (6,8)	2,28 (1,58-3,29) ^c	-	-	-	-
XVII. Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	8 (0,8)	1	2 (0,3)	0,43 (0,09-2,04)	90 (1,7)	2,24 (1,08-4,63) ^c	1 (6,3)	8,47 (1,00-71,99)	-	-
XVIII. Sintomas e sinais e achados anormais	40 (3,9)	1	18 (3,1)	0,77 (0,44-1,36)	227 (4,4)	1,13 (0,80-1,59)	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	96 (9,4)	1	105 (17,8)	2,09 (1,55-2,82) ^c	750 (14,5)	1,63 (1,31-2,04) ^c	1 (6,3)	0,64 (0,08-4,93)	1 (16,7)	1,93 (0,22-16,72)

Fonte: Elaboração própria (2018)

a. Categoria de referência: raça branca. b. OR = odds ratio (razão dos produtos cruzados). c. Significativo a 0,05 (p-valor < 0,05). Obs.: Casos de óbitos com raça ignorada (n=659) não foram analisados.

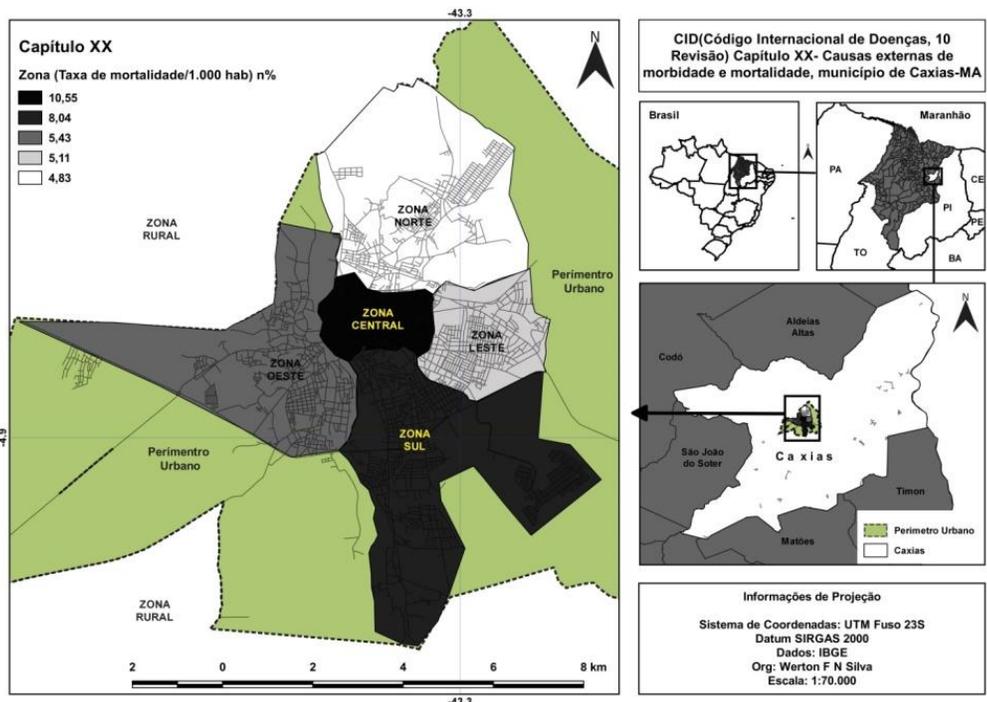
As causas externas de morbidade e mortalidade mostraram taxas elevadas de mortalidade por 1000 habitantes que variaram de 8.04 a 10.55 nas zonas sul e central na cidade estudada, acompanhada da zona oeste com taxa de mortalidade de 5.43 (Figura 4). Dessa forma, observa-se uma mortalidade com altas taxas em zonas consideradas periféricas do município, regiões essas que se concentram maior quantidade de indivíduos pretos e pardos. Araújo *et al.* (2010) revelou que as altas taxas de mortalidade se concentram predominantemente em locais em que vive grande parte da população negra e pobre.

Figura 3. Distribuição espacial da taxa mortalidade por 1000 habitantes por Doenças do Aparelho circulatório, Capítulo IX, do Código Internacional de Doenças entre 2006 a 2015, Caxias-MA



Fonte: IBGE (2016); organização: Silva (2018)

Figura 4. Distribuição espacial da taxa mortalidade por 1000 habitantes por Causas externas de morbidade e mortalidade, Capítulo XX, do Código Internacional de Doenças entre 2006 a 2015, Caxias - MA



Fonte: IBGE (2016); organização: SILVA (2018)

As diferenças raciais no status socioeconômico, as condições residenciais do bairro e os cuidados médicos podem contribuir para as diferenças raciais na morbidade e mortalidade (WILLIAMS; JACKSON, 2005). A desigualdade racial na mortalidade é caracterizada pela interação da raça com outros determinantes individuais e contextuais da saúde, pretos e pardos são os grupos mais vulneráveis às iniquidades associadas à ocorrência de morte, mas essas diferenças no perfil e no risco de morte dependem do nível de urbanidade e agregação das cidades brasileiras (OLIVEIRA; LUIZ, 2016).

3.3 MORTALIDADE COMO CONSEQUÊNCIA DE DISPARIDADES RACIAIS

Os resultados estatísticos apresentados por este estudo mostram diferenças significativas na mortalidade por raça/cor, sendo pior na raça/cor negra (pretos e pardos) relacionados diretamente às condições socioeconômicas e o preconceito existente em nossa sociedade. Dessa forma, a partir de entrevistas com dez formadores de opinião em questões raciais, foi possível realizar a análise de similitude, ao qual mostra que os léxicos que tiveram mais destaque foram: mais, doença, negro, não é gente.

A representação “mais” está associada à cor, raça, desigualdades, população, mortalidade, doença e outras expressões que nos remetem a observar que os entrevistados associam as causas da mortalidade às desigualdades nessa população, bem como com as diferenças raciais. Outra representação demonstrada e que tem ligação com as palavras “mais” e “doença” é a expressão “mortalidade”. Ali é indicado que a mortalidade está relacionada a algumas doenças, em especial as crônicas (Figura 5).

Tavares (2016) afirma que a mortalidade das doenças incide significativamente mais sobre as classes situadas na base da hierarquia social, consubstanciando as desigualdades em saúde como desigualdades presentes na estrutura das classes sociais. As diferenças raciais no status socioeconômico, as condições residenciais do bairro e os cuidados médicos podem contribuir para as diferenças raciais na morbidade e mortalidade (WILLIAMS; JACKSON, 2005). Qualquer disparidade na prevalência desses fatores de risco social entre as subpopulações pode levar a disparidades na prevalência e mortalidade associadas à doença (GALEA *et al.*, 2011).

A expressão “negro” mostrou similitude com “branco, mulher, homem, vulnerabilidade, informação, salarial”. Nessa semelhança percebe-se que é atribuída ao negro uma maior vulnerabilidade à mortalidade, quando comparada aos brancos, que estão relacionados ao sexo, ao conhecimento dessa população, às condições salariais e ao preconceito existente em nossa sociedade. Observa-se ainda na figura 5 a representação “gente” que tem similitude com “relação”, “ver”, “sociedade”. Expressa que essas relações sociais têm impacto no processo

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. As desigualdades de gênero e raça se expressam claramente nos indicadores sociais e da saúde (ABRAM, 2006). Dessa forma, o racismo institucional existente no Brasil tem forte impacto no processo saúde, doença e até a morte, e que esse racismo é visto também nas relações de gênero, sendo os efeitos piores em mulheres negras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diferenças importantes no processo de saúde, doença e morte. Esse processo acontece em um contexto de desigualdades significativas, principalmente na população negra. Dessa forma, é importante que mais estudos epidemiológicos com enfoque não apenas quantitativos sejam realizados, para que desse modo sejam assegurados os direitos sociais, bem como a equidade nestes grupos. Além de servir como subsídios para gestores e profissionais na concretização do controle social. Sugere a maior divulgação em meios acadêmicos, bem como o apoio à pesquisas que estudem questões raciais ligadas à saúde de forma a consolidar o SUS.

REFERÊNCIAS

ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, dez. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2018.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION (ADA). Treatment and care for African Americans. 2014. Disponível em: <www.diabetes.org/living-with-diabetes/treatment-and-care/high-risk-populations/treatment-african-americans.html>. Acesso em: 11 mai. de 2018.

AHMEDIN, Jemal *et al.* Trends in Major Causes of Death in the United States, 1970-2002. *Journal of the American Medical Association*, v. 294, n. 10, p.

1255-1259, out. 2005. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2466136>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ARAUJO, Edna Maria *et al.* Race/skin color differentials in potential years of life lost due to external causes. *Revista de Saúde Pública, São Paulo*, v. 43, n. 3, p. 405-412, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 dez. 2017.

ARAÚJO, Carla Luzia França. O quesito cor/raça em formulários de saúde: A visão dos profissionais de saúde. *Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro*, v.18, n.2, p.241-246, abr/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v18n2/v18n2a13.pdf>>. Acessos em 29 jun. 2018.

BARATA, R. B. Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação?. In: *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BATISTA, Luís Eduardo. Masculinidade, raça/cor e saúde. *Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro*, v. 10, n. 1, p. 71-80, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a07v10n1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BRASIL. Portaria nº 344 de 1º de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Brasília, DF, fev. 2017.

CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Iramuteq: um Software gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas de Psicologia, Ribeirão Preto*, v. 21, n.2, dez. 2013. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

CHANG, Man-Huei *et al.* Trends in disparity by sex and race/ethnicity for the leading causes of death in the United States-1999-2010. *Journal of Public Health Management and Practice*, v. 22, suppl. 1, p. S13-S24, jan/fev. 2016. Disponível em: <https://journals.lww.com/jphmp/fulltext/2016/01001/Trends_in_Disparity_by_Sex_and_Race_Ethnicity_for.5.aspx>. Acesso em 10 nov. 2017.

CORASSA, Rafael Bello *et al.* Evolução da mortalidade por causas externas em Diamantina (MG), 2001 a 2012. *Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, v. 25, n. 3, p. 302-314, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2017000300302&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai. 2018.

COSTA, Inês Eugênia Ribeiro da; LUDERMIR, Ana Bernada; SILVA, Isabel Avelar. Diferenciais da mortalidade por violência contra adolescentes segundo estrato de condição de vida e raça/cor na cidade do Recife. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1781-1788, dez. 2009. Disponível

em:<http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000500019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CUNHA, Estela Maria Garcia de Pinto da. Mortalidade infantil por raça/cor. In: *Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo - 2004*. Instituto de Saúde. São Paulo; 2005. Disponível em:<http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas_sc3.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FERRAZ, Lucimare *et al.* Principal Causa de Mortalidade na População Adulta: Municípios Produtores de Tabaco versus Urbanizados. *Revista Brasileira de Cancerologia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 03, p. 231-237. jul/set. 2014. Disponível em: < <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/lil-778729>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

FIORIO, Nathalia Modenese *et al.* Mortalidade por raça/cor: evidências de desigualdades sociais em Vitória (ES), Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 522-530, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X201100300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2017.

GALEA, Sandro *et al.* Estimated deaths attributable to social factors in the United States. *American Journal of Public Health*, v. 101, p. 1456-1465, ago. 2011. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3134519/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

GASKIN, Darrell J. *et al.* Disparities in Diabetes: The Nexus of Race, Poverty, and Place. *American Journal of Public Health*, v.104, n.11, p.2147-2155, nov. 2014. Disponível em: <<https://jhu.pure.elsevier.com/en/publications/disparities-in-diabetes-the-nexus-of-race-poverty-and-place-4>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

HERON, Melonie. Mortes: principais causas para 2010. *National Vital Statistics Reports*, v. 62, n. 6, p. 196. 2013. Disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/data/nvsr/nvsr62/nvsr62_06.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_a_mostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm>. Acesso em: 26 set. 2016.

JIEMIN, MA. *et al.* Temporal Trends in Mortality in the United States, 1969-2013. *Journal of the American Medical Association*, v. 314, n. 16, p. 1731-1739, out. 2015. Disponível em: <<https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2466136>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena Prado de Melo; GOTLIEB, Sabina Léa Davison. Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 3546, jan/mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123200500100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LUZ, Fernanda Eugênia da; SANTOS, Brigitte Rieckmann Martins dos; SABINO, Wilson. Comparative study on mortality due to cardiovascular diseases in São Caetano do Sul, São Paulo, Brazil, between 1980 and 2010. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 161-168, jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000100161&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 maio 2018.

MARTINS, Alaerte Leandro; TANAKA, Ana Cristina d'Andretta. Mulheres negras e mortalidade materna no Estado do Paraná, Brasil, de 1993 a 1998. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v.10, n.1, p. 27-38. 2000. Disponível em: <www.periodicos.usp.br/jhgd/article/download/39583/42464>. Acesso em: 12 nov. 2016.

OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves; LUIZ, Roni Raggio. Mortality by skin color/race and urbanity of Brazilian cities. *Ethnicity & Health*, v. 22, n.4. out. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13557858.2016.1244625>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PREIS, Lucas Corrêa *et al.* Epidemiologia da mortalidade por causas externas no período de 2004 a 2013. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v.12, n.3, p.716-28, mar. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/230886/28032>>. Acesso em: 10 maio 2018.

RÍOS, Pedro Rizo *et al.* Trends in cancer mortality in Mexico: 1990-2012. Revista Médica del Hospital General de México, México, v.78, n.2, p.85-94. 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185106315000293>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ROCHA, R.L. Da invisibilidade à ruptura do silêncio. RADIS comunicação em saúde, Rio de Janeiro, n. 20, abr. 2004. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_20.pdf>. Acesso em: 10 maio de 2018.

SILVA, Rafaela Almeida *et al.* Mortalidade por causas externas em jovens no estado da Bahia. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.46-51, jan./mar. 2018. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/Enfermeiros%20UTI/Downloads/5975-34279-3-PB.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOARES, Gabriel Porto *et al.* Evolution of Cardiovascular Diseases Mortality in the Counties of the State of Rio de Janeiro from 1979 to 2010. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, São Paulo, v. 104, n. 5, p. 356-365, maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2015000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2018.

SOUSA, Andressa Suelly Batista *et al.* Mortalidade por causas externas em adultos jovens em Teresina-PI no período de 2001-2011. Revista Interdisciplinar, v. 9, n. 1, p. 57-65, jan. fev/mar, 2016. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/594/pdf_285>. Acesso em: 10 maio. 2018.

SOUZA, Edinilsa Ramos. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. Ciência & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 59-70, jan/mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

SOUZA, M. F. M. Perfil da mortalidade da população brasileira em 2012. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Saúde Brasil 2013: uma análise da situação de saúde e das doenças transmissíveis relacionadas à pobreza. Brasília, D. 2014.

STEVENS, Antony *et al.* Desigualdades de gênero na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2627-2634, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

TAVARES, J. *Introdução a sociologia da saúde*. 1ed. Coimbra: Almedina, 2016.

TORRE, Lindsay A. *et al.* Global Cancer Incidence and Mortality Rates and Trends-An Update. *Cancer Epidemiology, Biomarkers & Prevention*, v.25, n.1, p.16-27, jan. 2016. Disponível em: <<http://cebp.aacrjournals.org/content/25/1/16.long>>. Acesso em: 20 maio 2018.

WERNECK, Jurema. A vulnerabilidade das mulheres negras. *Jornal da Rede Feminista de Saúde*, v. 23, n.31. p. 24-26, 2001.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso>. Acessos em: 29 Jun. 2018.

WORTHAM, Jonathan *et al.* Racial Disparities in Invasive *Streptococcus pneumoniae* Infections, 1998-2009,. *Clinical Infectious Diseases*, v.58, n.9, p.1250-1257, mai. 2014. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cid/article/58/9/1250/366062>>. Acesso em: 10 maio 2018.

WILLIAMS, David; JACKSON, Pamela Braboy. Social sources of disparities in health. *Health Affairs*, v. 24, p. 325-334, mar/abr. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/7976359_Social_Sources_Of_Racial_Disparities_In_Health>. Acesso em: 10 nov. 2016.



CAPÍTULO 4

ENTRE O ENSINO MÉDIO E A UNIVERSIDADE: POLÍTICA DE COTAS RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Ramon Luis de Santana Alcântara ¹
Aline de Sousa Santos Almeida ²
Karina Araújo Lopes ²
Cynthia Helena Chaves Oliveira ²
Joselma Silva dos Santos ²
João da Conceição Silva ²
Neide de Sousa Santos ²
Haila Dantas David ²
Jaine Alves de Albuquerque ²
Karine Silva Nunes ²

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Políticas Públicas.

² Graduandos em Licenciatura em Ciências Humanas

RESUMO

Este texto visa apresentar a proposta e a síntese dos principais resultados do projeto de pesquisa com interface na extensão “Entre o ensino médio e a universidade: política de cotas raciais e discursos de autoafirmação de estudantes negros”. Notadamente, busca articular nexos entre a educação para as relações étnico-raciais na educação básica, processos de construção da identidade étnico-racial entre jovens negros e política de cotas raciais para ingresso no ensino superior. A pesquisa tem como proposta metodológica a pesquisa-ação em Boaventura de Sousa Santos, tendo como principal procedimento a realização de grupos focais, além de entrevistas e observação etnográfica. O foco é na construção dos discursos acerca da temática étnico-racial entre estudantes negros do terceiro ano do ensino médio no município de Grajaú, Maranhão. Tem como principais resultados o entendimento da dificuldade histórica de jovens negros construir sua identidade étnica, além de apontar o silêncio da educação básica para a discussão das relações étnico-raciais. Como consequência desses fatores, tem-se uma percepção negativa da política de cotas raciais,

sustentada por um desconhecimento, por parte dos estudantes do ensino médio. Como principal efeito das ações da extensão tem o ingresso de oito jovens, que participaram do projeto, nos cursos da Universidade Federal do Maranhão, através do sistema de cotas raciais.

Palavras-chaves: Cotas Raciais. Identidade étnico-racial. Juventude negra.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa, com interface com a extensão, “Entre o ensino médio e a universidade: política de cotas raciais e discursos de autoafirmação de estudantes negros” foi aprovado e contemplado com financiamento (auxílio financeiro e bolsa de iniciação científica) por 24 meses pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através do Edital Igualdade Racial, em 2016. Nesses dois anos, também foi contemplado com bolsas de iniciação científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sendo estas financiadas pela FAPEMA, pelo Programa Foco Acadêmico e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, o projeto está iniciando sua terceira etapa, contemplado pelo Edital Universal da FAPEMA para mais 24 meses de pesquisa. Este texto visa apresentar os principais resultados alcançados nas duas primeiras etapas, de 2016 a 2018.

O projeto se situa a partir de uma realidade que acompanha o campus da UFMA no município de Grajaú, desde sua instalação em 2010. A UFMA, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciou em 2010 um plano de interiorização das suas atividades, instalando campi ao longo de todo território do continente maranhense. Especificamente, em Grajaú, foi construída uma estrutura física que conta com amplas salas de aulas, laboratórios, biblioteca, sala de informática, restaurante, além da estrutura administrativa. Nesse local, funcionam dois cursos de licenciatura: Ciências Humanas/Geografia e Ciências Naturais/Química. Estes cursos, através das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), oferecem 120 vagas anuais (60 por curso) para



estudantes de todo Brasil, havendo uma ênfase voltada para os jovens do município e das regiões circunvizinhas.

No entanto, invariavelmente, até o período de início do projeto essas vagas não eram preenchidas, mesmo após as diversas chamadas pelo SISU. Em algumas ocasiões, precisou-se fazer um seletivo especial para complementar as vagas ofertadas. Não obstante a essas alternativas postas em ação, nas doze turmas que ingressaram nos dois cursos, não era preenchido o quantitativo de vagas ofertadas. Esta situação tornava-se mais agravante se somada ao alto índice de evasão nos primeiros semestres, evidenciando arranjos no qual a turma se apresentava com menos da metade das vagas ofertadas ou contando, em casos extremos, com número de 5 a 10 estudantes apenas.

Vale destacar que o então Projeto Político Pedagógico dos cursos estava em sintonia com a política nacional do ensino superior do Ministério da Educação (MEC) e, principalmente, em sintonia com os interesses municipais, esses cursos foram implantados em Grajaú com a finalidade de garantir ao poder público um maior quantitativo de professores qualificados. Somava-se a esses interesses, as metas estaduais de promoção de um maior desenvolvimento do Maranhão, aumentando seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estratégia essa que implicava impreterivelmente, pelo maior investimento na educação no estado. Desta forma, a qualificação de jovens, através da formação de novos professores para atuarem no sistema público de ensino em Grajaú se estabelecia como uma ferramenta primordial para o desenvolvimento da região. Ressaltava-se ainda a proposta de formação diferenciada dos cursos, propondo um caráter interdisciplinar que agregava aos egressos uma maior amplitude de conhecimento e atuação no campo educacional.

Desta forma, uma primeira e irreparável justificativa para este projeto de pesquisa e extensão se situava na necessidade estadual/municipal de intervir nesse contexto crítico no processo de valoração da educação pública em Grajaú. Havia uma demanda pública a fim de que se tornasse mais eficiente a passagem dos estudantes do ensino médio público para a universidade pública, através dos seus mecanismos de entrada. Já não cabia mais, ao menos na realidade grajauense, a

justificativa de que o ingresso no ensino superior público é um privilégio das classes média e alta, oriundas do ensino privado. A política de expansão e interiorização do ensino superior público, bem como os sistemas de entradas, através do ENEM e SISU, possibilitava sobremaneira o aumento da participação de estudantes pobres, oriundos do ensino médio público, na universidade.

A segunda e principal justificativa para a proposta de pesquisa e extensão se situava em outro eixo, em nível federal e estadual, de busca de uma universidade mais igualitária, principalmente no que tange às relações raciais. A UFMA adotou o sistema de cotas sociais e raciais desde 2006 (NUNES, 2011). A partir de 2010, com a interiorização e o aumento de jovens ingressos ao ensino superior, houve incremento exponencial e estratégico para o desenvolvimento do estado. No campus de Grajaú, a cada ano, das 60 vagas ofertadas para cada curso, metade delas era destinada a estudantes de escola pública, e entre esses, metade para estudantes negros (pretos e pardos) (OSÓRIO, 2003). Essa política mostrava-se essencial ao analisarmos a realidade municipal, no que se refere ao vínculo da desigualdade à questão étnica.

Segundo o então mais recente censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), em Grajaú viviam mais de 60 mil habitantes. Especialmente no que diz respeito à caracterização da população quanto à “cor ou raça” (termos utilizados pelo IBGE e que podem indicar a questão étnico-racial), na população geral de Grajaú, havia 476 pessoas que se declaravam “amarela”, 15.369 pessoas que se declaravam “branca”, 4.135 pessoas que se declaravam “indígena”, 37.430 pessoas que se declaravam “parda” e 4.483 pessoas que se declaravam “pretas” (IBGE, 2014). Nesse projeto, adotou-se o entendimento de que a população negra brasileira é composta por “pardos” e “pretos”, como destaca Osorio (2003). Desta forma, podia-se organizar a população grajauense em 15.845 pessoas brancas, 4.135 pessoas indígenas e 41.913 pessoas negras. A partir desses dados, entendendo-se a população total de Grajaú em 2010 estimada em 62.093 habitantes, ao adotarmos as bases percentuais equivaliam, aproximadamente, a 67,5% de negros; 25,5% de brancos; e 7% de indígenas. Dessa forma, os negros constituíam 2/3 da população.

Os dados de 2010, atualizados para 2014, do IBGE revelavam ainda, entre outros elementos, que da totalidade da população negra em Grajaú, apenas 0,4% eram empregadores; 6,6% trabalhavam com carteira assinada; 9,5% recebiam mais que um salário mínimo. Comparativamente, da totalidade da população branca em Grajaú, 0,5% eram empregadores; 7,9% trabalhavam com carteira assinada, 17,2% recebiam mais que um salário mínimo. Percebiam-se através destes dados que, invariavelmente, os números relativos à população branca em Grajaú, no que tange ao trabalho e renda eram superiores aos da população negra (IBGE, 2014).

Os dados do censo demográfico do IBGE também revelavam alguns indícios sobre a questão educacional. Da totalidade da população negra, aproximadamente 1,2% possuíam ensino superior completo; 8,2% possuíam ensino médio completo; 12,6% possuíam apenas o fundamental completo; enquanto 58% não tinham instrução ou possuíam o fundamental incompleto. Da totalidade da população branca, aproximadamente 3,3% possuíam ensino superior completo, 12,4% possuíam ensino médio completo, 13,1% possuíam apenas o fundamental completo, enquanto 45,6% não tinham instrução ou possuíam o fundamental incompleto (IBGE, 2014). Considerava-se esses dados preocupantes em âmbito geral, uma vez que aproximadamente metade da população se apresentava sem instrução ou com apenas o fundamental incompleto. Mesmo os dados sendo alarmantes no que se referia à população como um todo, novamente os números que se referiam à população negra, invariavelmente, estavam abaixo daqueles que se referiam à população branca, o que denotava a existência de um corte racial no âmbito escolar, seja na entrada, na permanência, na oferta, no incentivo, nas condições para que os negros frequentassem a escola em Grajaú.

Somava-se a esta realidade preocupante da educação básica, outro dado também significativo, que se associava à primeira justificativa referente à subutilização das vagas da universidade. Os alunos negros e brancos que já ingressaram na UFMA elaboravam um discurso negativo sobre a política de cotas raciais. Percebemos que os alunos traziam comumente a percepção de que as cotas traduziam uma inferiorização dos negros e não uma conquista da história dos movimentos sociais na busca pela igualdade racial (ALCÂNTARA, 2015).

Alguns estudantes manifestavam percepções de que os estudantes cotistas eram favorecidos na seleção e de que eles iriam desqualificar o curso, não conseguindo acompanhá-lo, entre outros argumentos que apareciam em quase todas as discussões nas quais se polarizavam “a favor” e “contra” acerca das cotas raciais. Um elemento em especial, se destacava e fundamentou toda a preocupação da proposta de pesquisa e extensão. Estudantes negros se posicionavam contra a política de cotas raciais argumentando que esta seria “racista” e que inferiorizava os negros na medida em que diferenciava a entrada na universidade. Relatavam ainda ter optado pela “entrada universal” alegando constrangimento social associado ao uso das cotas raciais. Durante a referida pesquisa, uma aluna cotista solicitou para não ser identificada em sala como tal, alegando constrangimento social associado (ALCÂNTARA, 2015).

Nesse sentido foram formulados os seguintes objetivos para a pesquisa/extensão: analisar os discursos de estudantes negros do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas em Grajaú acerca da política de cotas raciais na UFMA, visando à construção de conhecimentos que pautem a política de cotas como uma conquista da luta pela igualdade racial. Sendo listados como objetivos específicos: Investigar entre os estudantes quais são as perspectivas de futuro após o término da educação básica; Analisar as concepções dos estudantes acerca da política de cotas raciais para negros na realidade de Grajaú; Construir um conhecimento coletivo acerca da universidade e das cotas raciais como uma conquista dos movimentos sociais em prol da igualdade racial (SILVA, 2010).

Nesse texto, além desta apresentação do contexto e das justificativas da pesquisa, expomos sua metodologia e discutimos, a partir do referencial teórico adotado, os principais resultados alcançados em 24 meses de realização, concluindo com algumas considerações finais.

2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, formulamos uma investigação a partir da concepção de pesquisa-ação desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos. A pesquisa-ação para Santos (2008) se configura como uma



estratégia que permite a aproximação entre os saberes da sociedade e o conhecimento científico, produzindo o que o autor defende como ecologia dos saberes. Para Santos (2008), através da pesquisa-ação é possível se pensar a universidade interagindo com a sociedade para além da extensão, em uma perspectiva de pesquisa e formação. A metodologia da pesquisa-ação atua como uma forma colaborativa para se pensar um determinado problema social. A pesquisa-ação pensada por Santos (2008) contribuiu nesse projeto de modo que os sujeitos e os pesquisadores se percebam como agentes de investigação, construção de conhecimento, interações e mudanças pessoais e sociais. Nesse sentido, esta pesquisa não se configurou como uma mera coleta de dados, mas na ação dos pesquisadores que adentrou em um meio social, modificando-o, em seu processo investigativo, fazendo os sujeitos pensarem sobre assuntos que poderiam não refletir caso a pesquisa não tivesse sido realizada. Os pesquisadores, nesta proposta metodológica, são agentes de problematizações que visam ir além das aparências das relações, provocando os sujeitos a refletirem sobre seus discursos e ações. Isso garantiu a pesquisa sua interface com a extensão.

Segundo Santos (2008), a pesquisa-ação e a ecologia de saberes são instrumentos que viabilizam o diálogo e a construção de novas práticas acadêmicas que concebam a universidade como um espaço social, voltado ao pensamento e à construção de conhecimentos que possam agir como transformadores em prol da sociedade. Desde o início da pesquisa, a responsabilidade social serviu como um envoltório para as ações dos pesquisadores. A metodologia alavancou o desejo de ação, nos fazendo atuar como pesquisadores comprometidos com a produção de um conhecimento e uma realidade que buscava problematizar a diversidade étnica e compreender as nossas diferenças, no combate aos processos históricos de exclusão, negação, inferiorização, silenciamento de determinados grupos sociais. Essa agência através da pesquisa-ação não só possibilitou nos pensar como pesquisadores, como, também, ratificou-nos como agentes formadores preocupados com o futuro dos alunos e da sociedade da qual fazem parte. Nesse sentido, a presença de um professor universitário negro e de bolsistas oriundos da política de cotas atuou como uma intervenção na construção dos discursos dos estudantes do ensino médio acerca da relação entre a identidade negra, a universidade e a

promoção da igualdade racial. Inclusive suscitou em alguns o desejo de estar nesses lugares futuramente, o que culminou em um dos produtos da pesquisa: oito jovens negros e indígenas que participaram da pesquisa ingressaram na UFMA através das cotas raciais. Dado esse que discutiremos mais adiante.

Foram utilizados alguns procedimentos nesta perspectiva da pesquisa-ação, a saber: observação etnográfica, grupo focal e entrevistas. Com a observação etnográfica, buscamos conhecer a cultura de Grajaú e da comunidade escolar, notadamente acerca de sua diversidade e das suas relações étnico-raciais. Neste momento, circulamos pátios, salas de aulas, portaria e tantos outros ambientes da escola que nos permitiram interagir de maneira contextual com os sujeitos, bem como observar suas relações. No momento das entrevistas, foram estabelecidos diálogos mais diretos com determinados sujeitos, como uma fonte complementar de análise. Os grupos focais se constituíram como momentos sociais de debate sobre as temáticas que envolviam a pesquisa (GONDIM, 2003).

O grupo focal foi o principal procedimento utilizado. Os encontros foram realizados nos espaços sociais da UFMA, sempre no contra turno de suas aulas. Foi realizado um grupo focal, quinzenalmente, com cada grupo de estudantes, sendo que os grupos eram compostos por 10 estudantes (embora durante a dinâmica da pesquisa ocorressem muitas evasões) e foram três grupos a cada ano de pesquisa (em determinados momentos optamos por unir os grupos, devido à quantidade de estudantes que frequentavam regularmente).

Foram selecionados para a pesquisa, 60 estudantes negros do terceiro ano (alguns do segundo ano) do ensino médio nas três principais escolas públicas de Grajaú (Dimas Simas Lima, Nicolau Dino, Livino de Sousa Rezende). O quantitativo de 60 estudantes se justificou, pois se pretendia que estes fossem multiplicadores nas escolas, além de ser um número adequado para a realização dos grupos, sem afetar a qualidade da pesquisa/intervenção. Foram na primeira etapa (primeiro ano) 30 alunos (embora tenha ocorrido evasões) no primeiro ano de pesquisa (10 de cada escola) e na segunda etapa (segundo ano) outros 30 alunos (10 de cada escola, também com uma defasagem por causa de algumas evasões). Os critérios de seleção foram: a) autoafirmação identitária como negro (esse

critério foi relativizado por conta da dificuldade de autodeclaração entre os estudantes, aspecto que depois veio a ser um dos principais resultados da pesquisa); b) disponibilidade em participar das atividades; c) estar cursando terceiro ou segundo ano no momento da pesquisa.

3 PARA ALÉM DAS COTAS, UMA QUESTÃO IDENTITÁRIA

Uma das principais conclusões após dois anos de projeto aponta para uma interconexão entre o processo de formação na educação básica no que tange os temas étnico-raciais, o processo de construção das identidades étnico-raciais (LIMA, 2008) e o conhecimento/escolha pelas vagas da política de cotas no ingresso à universidade.

Os jovens, não raro, apresentavam um histórico de acesso muito rudimentar ao debate sobre etnias, culturas negras e identidades, advindo das escolas. Eram raras as exceções de situações onde essa temática havia sido pautada em sala de aula, e nestas, na maioria ligada a uma aula de sociologia de uma professora específica ou um projeto específico no dia da consciência negra. Mas os relatos apontaram para um silêncio da educação básica para com a discussão sobre as relações étnico-raciais no Brasil e especialmente sobre o racismo e o compromisso de uma educação antirracista (D'ADESKY, 2005).

Estamos ciente que este cenário não pode ser generalizado às escolas investigadas, devido ter sido coletado a partir da fala de alguns estudantes, bem como sabemos que este silêncio não é um fenômeno exclusivo a essas escolas ou mesmo ao município de Grajaú, mas se configura como um problema nacional (MUNANGA, 2005).

Alguns estudantes apontaram a necessidade dos professores atuarem como referências nos seus processos de construção da identidade étnico-racial. Considerando que o tema não é tratado no ensino fundamental, tirando raras exceções, e nem no ensino médio e em alguns espaços do ensino superior, o que temos é uma educação da ausência, quando se trata de relações étnico-raciais (MUNANGA, 2005).

[...] O professor em si, ele deve ajudar o aluno nessa construção de identidade, mostrando da mesma forma que a criança, porque quando o pensamento tá ali naquele turbilhão ninguém sabe “não sei se isso é aqui” então o professor deve “não é isso, olha presta atenção, aqui fulano é assim” e tal conversar trazer conceitos (V⁴, aluna do Nicolau Dino).

[...] bom, e direto ao ponto, o meu ensino médio sobre a questão étnico-racial, eu só tive um maior conhecimento no terceiro ano, porque o primeiro e segundo, como eu já falei, eu não vi nada disso, aí no terceiro ano eu já expandir mais o meu conhecimento, aqui com a pesquisa e com algumas aulas que teve lá na minha escola, mas era como os meninos já disseram, não era (W, aluno do Livino de Sousa Rezende).

Mais que uma educação da ausência, os valores que se passam muitas vezes em relação aos negros na escola estão atrelados simbolicamente à representação do negro como escravo dos livros didáticos. Não se problematiza o processo de escravidão e sua relação com o racismo histórico e contemporâneo no Brasil, deixando o estudante diante de um falso espelho quando ele olha o negro escravizado e se enxerga (GUIMARÃES, 1999).

[...] a gente assim com o tempo, nos estudos principalmente na matéria de história, a gente aprende isso, aprende isso [...] E nas fotos dos antigos casarões você não vai ver um branco na cozinha, né? Automaticamente você vai olhar um negro ali e, e um escravo né? E, é pra trabalhar e como se fosse feito, uma máquina pra trabalhar, só pra trabalhar, a gente vai vendo isso e vai crescendo com isso, né? Automaticamente o negro deve ser escravo (M, aluno do Dimas Simas Lima).

Vale destacar que para alguns, o projeto de pesquisa foi o primeiro espaço, em anos de experiência educacional, que eles puderam falar sobre seus conflitos, medos, inseguranças, sofrimentos, aspirações em relação a sua identidade étnico-racial. Não foram poucas as histórias de conflitos íntimos silenciados pela escola que tiveram a oportunidade de ser verbalizados no grupo, assim como os inúmeros casos de racismo que somente nesse espaço puderam ser relatados.

⁴ Os nomes foram preservados seguindo critérios éticos da pesquisa científica.

[...] Em relação aos temas debatidos, esses temas não foram muitos debatidos na sala de aula [...] pelo menos na minha não. Foi debatido entre o [...] nosso grupo de pesquisa, que é eu, K, Y, que estavam aqui e, só entre nós que foi muito debatido é [...] a gente pesquisava em casa e tinha aquela influência de nós que debatia bastante, só que, algumas vezes falado por algum, por um, ou dois professores só que não consequentemente, não foi aquela coisa de [...] Porque assim, a gente sofria, eu pelo menos já sofri só que não tinha aquela pessoa pra debater, por que a questão de ser muito tímida então eu não, eu sou uma pessoa muito difícil de fazer amizade, então eu não tinha pessoa pra debater, só que depois do grupo já foi melhorando né aí a gente debateu bastante (MJ, aluna do Dimas Simas Lima).

A despeito dessa ausência, os estudantes apresentavam uma perspectiva esperançosa em relação à educação e ao papel da escola na luta antirracista. Esse fator inclusive estava diretamente ligado ao desejo que foi construído por alguns em serem professores e ingressarem nos cursos de licenciatura da UFMA, em Grajaú.

[...] Eu acredito que a educação é melhor caminho pra sair de crise, pra combater o racismo, eu acredito na minha educação e vou investir (I, aluno do Livino de Sousa Rezende).

Esse silêncio tem uma interferência significativa na já histórico-cultural dificuldade de jovens negros elaborarem seus processos de construção da identidade étnico-racial (MUNANGA, 2004). Sempre que trazíamos nos grupos o questionamento sobre como eles se autodeclaravam, ou mesmo antes, durante a escolha dos jovens que iriam participar da pesquisa, quando se dizia que era para jovens negros, eles apresentavam uma imensa dificuldade em se entender nesse lugar. Dificuldade essa que pode ser representada pela indagação que eles faziam, olhando para a pele e para os pares: o que é que eu sou? Como se a pele fosse um determinante na afirmação étnico-racial e como se a identificação do outro fosse determinante para sua autodeclaração. Questões que fomos trabalhando ao longo dos grupos focais e foram mais bem elucidadas. Mas, como síntese, na elaboração dos resultados finais da pesquisa, associamos a falta de conhecimento promovido pela educação básica, no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, a essa dificuldade histórica de jovens se afirmarem como negros (MUNANGA, 2004).

Apareceram percepções em construção sobre o que seria uma identidade étnico-racial, mas, em especial e de maneira significativa, destaco a dificuldade de muitos jovens em entender esse processo e se apegarem às questões biológicas para a sua autodeclaração, tendo como principal problemática o direcionamento para uma definição como pardo, por desconhecimento dos elementos que define político, histórico e culturalmente a identidade étnico-racial negra (GOLDMAN, 2017). Ser pardo, tomando como referência exclusiva a cor da pele, parece-nos ser um problema histórico nacional que precisa ser discutido, quando tomamos de maneira mais ampla as questões étnico-raciais (MUNANGA, 2004).

[...] Cultura parda eu acho que é: o pai ser negro a mãe ser branca tipo assim aí nasceu pardo com a pele meio branca ou da minha cor (MA, aluno do Nicolau Dino).

[...] A mistura de dois povos é na nossa sociedade, eu vejo branco e também vejo o negro e eu não me encaixo em nenhum desses dois parâmetros. Eu me olho no espelho e me vejo diferente, ou seja, dominaram essa cor “parda”. Me identifico como pardo como os demais da sociedade (K, aluno do Livino de Sousa Rezende).

[...] Eu que nem ela estava dizendo, por descendência, meus pais, meus avôs por parte de mãe, eles já são mais negros, já os do meu pai são bem brancos, no caso eu não me identifico com nenhuma das duas e já coloquei como pardo (F, aluno do Livino de Sousa Rezende).

A visível dificuldade dos jovens em responder a pergunta sobre sua identidade étnico-racial aparece de maneira tão enfática, que por muitas vezes foi motivo de desconcerto e até, de maneira sintomática, foi tratada como algo engraçado para o grupo (FANON, 2008).

[...] Quando a gente tem a certidão de nascimento, lá a gente coloca assim: amarelo, não [risos do grupo], pardo, branco, eu sou amarelo, né? Pardo e branco, ou sei lá, indígena também tem. Pois é, então, acho que é isso, entendeu? (A, aluno do Dimas Simas Lima).

[...] Já na cor, eu acho que eu sou branca, sei lá. É, na verdade eu sou branca, eu fiquei queimada assim, mas é porque eu andei muito no sol [risos do grupo]. É sério gente! (K, aluna do Dimas Simas Lima).

Por vezes, os estudantes relataram que entendiam que eram negros pelo olhar do outro, mas na sua maioria, esse olhar era carregado de preconceito e desvalorização de características atribuídas aos povos negros, como o cabelo crespo visto como inferior (GOMES, 2003). Essa identificação é um fenômeno histórico no Brasil e precisa ser pautada no debate acerca da identidade étnico-racial dos negros brasileiros, já que, a despeito da dificuldade das crianças e jovens construir sua identidade, são desde cedo informadas sobre seu lugar como negras pelo racismo estrutural do país (ALMEIDA, 2018), costurado pelo preconceito racial por marcas (NOGUEIRA, 2006).

[...] Eu sou considerada como parda apesar de ter pele branca eu tenho cabelos cacheados [...] Ele disse assim é, eu conversando com ele uma vez, ele disse assim “tu é negra” e eu disse “por que eu sou negra?” e ele disse “porque tu tem o cabelo ruim” [risos do grupo] (ME, aluna do Nicolau Dino).

[...] É, porque não tinha como eu dizer: ah, eu sou branca! Sendo que minha pele é mais escura que a dos outros (J, aluna do Dimas Simas Lima).

Um terceiro elemento nessa interconexão dizia respeito às opiniões que os estudantes possuíam sobre as cotas raciais para ingressar no ensino superior. Foram pouquíssimos, uns dois ou três por grupo que desde o início da pesquisa apontavam que era a favor das políticas afirmativas, em especial da política de cotas. A imensa maioria transitava entre o não saber do que se tratava e o não concordar com a política. Sendo que tinha um número significativo de jovens que não sabiam do que se tratava, mas mesmo assim não concordavam, o que denotava uma incoerência só explicada por nosso racismo estrutural. Foi analisado que era um processo de desconhecimento causado pela ausência de uma educação para as relações étnico-raciais, somado a um processo de negação e desvalorização ao que estava vinculado ao negro causado pela dificuldade de se entender negros em uma sociedade estruturada pelo racismo (ALMEIDA, 2018).

No que diz respeito ao conhecimento sobre a política de cotas, as falas vinham em tom de pergunta, dúvida, incertezas, apontando para uma falta de conhecimento a respeito. Em se tratando de alunos negros e indígenas do terceiro ano que iriam participar do SISU em poucos meses,

esse é um dado preocupante. Parece que há um hiato entre o ensino médio e a universidade quando se trata da questão das cotas. Pois não há instrução por parte das escolas e não há nenhuma preparação por parte da universidade. O grupo, no seu intuito extensionista, serviu como esse espaço de instrução acerca das políticas afirmativas, em especial a política de cotas, demarcando-a como uma conquista em prol da igualdade racial.

[...] Bom, o que eu escutei falar é que, é um sistema de reserva de vagas para pessoas que o Estado considera que não tenham o mesmo nível de competitividade, que não tem como competir com o mesmo nível de outros grupos de pessoas, né? (C, aluno do Dimas Simas Lima).

[...] O que eu sei de cotas, foi em uma aula que foi abordado também, mas só que não foi muito aprofundado não. O que eu sei é que são reservas de vagas, pra grupos determinados como inferiores, como negros, índios, deficientes e entre outros. O que eu sei é isso! (I, aluno do Livino de Sousa Rezende).

No entanto, antes de aparecerem os efeitos das atividades nos discursos dos estudantes, eles se posicionaram a favor e contra as cotas, utilizando os argumentos comumente usados quando se trata dessa questão. Em especial, para este texto, apontamos alguns posicionamentos contrários, com intuito de articulá-los com a questão da ausência da educação para as relações étnico-raciais e a dificuldade na construção de uma identidade negra.

[...] porque se assim, se eu sou negra e eu tenho um privilégio de entrar na faculdade mais rápido através de uma cota, isso já vai prejudicar a mim, porque aquelas pessoas vão olhar e dizer “ah, porque é negra” e assim vai aumentar o racismo (MJ, aluna do Dimas Simas Lima).

[...] Hoje em dia, na minha opinião, não precisa mais de cota pra negro porque eu acho que a gente, todo mundo tem condição de estudar seja branco, negro, amarelo, da cor que for a internet e tudo mais, antes não (G, aluna do Livino de Sousa Rezende).

[...] Isso tá inferiorizando o negro nas escolas e isso vai aumentar mais ainda o racismo porque “ah ele entrou só por causa das cotas” “aquele negro se deu bem na vida por causa das cotas” “entrou na universidade por causa das cotas” (I, aluno do Livino de Sousa Rezende).

Desta forma, silêncio da educação básica, dificuldade na construção da identidade e repulsa/desconhecimento sobre as cotas raciais formavam uma tríade a ser investigada. Tomamos essa tríade e fomos percebendo, já

pensando a pesquisa com a interface com a extensão, que esse nó poderia ser desatado ao entendermos a última conexão (identidade e cotas) como um elemento de intervenção. Nesse sentido que propomos o entendimento que para além das cotas como política de acesso ao ensino superior, podemos entendê-la como um instrumento de auxílio na construção da identidade étnico-racial. O jovem que está sendo preparado para ingressar na universidade deveria, já na educação básica, ser preparado para a sua construção identitária, para que o momento de escolha do sistema de entrada na universidade (entrada universal ou cotas?) não se configure como uma pergunta inusitada que o levará pela primeira vez a se questionar: O que eu sou? Eu sou negro?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse espaço das considerações finais, gostaríamos de destacar que para além dessa interconexão apontada, que surge como principal resultado dos dois anos de pesquisa, existiram dois produtos, que valorizamos muito, em decorrência das atividades do projeto. O primeiro produto foi a transformação no entendimento dos estudantes acerca das questões étnico-raciais, notadamente: um maior esclarecimentos sobre seus processos de construção identitária, avaliamos que aqueles que participaram ativamente das atividades hoje possuem de maneira mais elucidada uma afirmação e positivação de sua identidade negra (CASTELLS, 2010); uma mudança na perspectiva de futuro deles, pois alguns viam a docência como algo desvalorizado e por consequência desvalorizava os cursos no campus da UFMA no município, já após o projeto demonstraram e alguns concretizaram o desejo de ingressar nos cursos de licenciaturas; e por fim, foram oito estudantes que ingressaram na universidade valorizando a política de cotas como uma conquista da luta pela igualdade racial. Considerando o financiamento desse projeto em um edital específico para a igualdade racial, e sua perspectiva de interface com a extensão, pensamos que este é um produto muito valioso.

O segundo produto do projeto diz respeito aos bolsistas e voluntários que participaram desse projeto nesses dois anos e que continuarão na próxima etapa. Em sua grande maioria eram universitários

negros ou brancos implicados com a problemática étnico-racial no Brasil, sendo que alguns eram cotistas. O processo de participação na pesquisa também repercutiu no crescimento acadêmico, mas principalmente político e identitário desses universitários. Atualmente estão todos engajados com a luta pela igualdade racial, produzindo trabalhos acadêmicos, inclusive trabalhos de conclusão de curso na área, e se formando para serem professores e professoras que pretendem transformar a realidade da educação básica aqui apontada, além de buscarem formação na pós-graduação estudando a temática racial. Nesse sentido, o projeto serviu duplamente para fortalecer pesquisados e pesquisadores em prol da valorização da política de cotas como um instrumento para valorização da identidade étnico-racial negra.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. Formação para a diversidade? Desafios da formação de professores em Grajaú-MA. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2015.

ALMEIDA, Silvio. O que é o racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOLDMAN, Márcio. Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem: estudos etnográficos. Revista de Antropologia da UFSCAR, v. 9, n. 2, jul./dez., 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paidéia, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.



GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

IBGE. Cidades: Grajaú. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acessado em: 2014.

LIMA, Batista Maria. Identidade étnico-racial no Brasil: uma reflexão teóricometodológica. Revista Fórum Identidades, a. 2, v. 3, p. 33-46, 2008.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, São Paulo, v. 19, n. 1, 2006.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. O sistema de cotas para negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista — Júlio de Mesquita Filho Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília - SP. 2011.

OSORIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: IPEA, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade no século XXI: para uma universidade nova. Coimbra, 2008.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Ações afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. R. Pol. Públ. São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2010.

3

INCLUSÃO
PELA EDUCAÇÃO

SEÇÃO 3





CAPÍTULO 5

INOVAÇÃO DO ENSINO UTILIZANDO OBJETOS DE APRENDIZAGEM CRIADOS PELA FERRAMENTA DE AUTORIA CACURIÁ

Carlos de Salles Soares Neto ¹

André Luiz de Brandão Damasceno ²

Antonio José Grandson Busson ²

Thacyla de Sousa Lima ³

¹ Professor Coordenador do Laboratório TeleMídia/MA, Departamento de Informática, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, Brasil.

² Mestre pelo PPGCC/UFMA, doutorando pelo DI/PUC-Rio, Laboratório TeleMídia/MA, Departamento de Informática Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, Brasil.

³ Mestranda pelo PPGCC/UFMA, Laboratório TeleMídia/MA, Departamento de Informática, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, Brasil.

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como foco o emprego da ferramenta de autoria multimídia Cacuriá, previamente desenvolvida pela equipe de execução deste trabalho, para a criação de objetos de aprendizagem diretamente por parte de professores, seguindo a base conceitual da Web 2.0. A inovação está na capacitação e autonomia do professor na criação de conteúdo digital para complementar o aprendizado em sala de aula ou para o suporte ao ensino à distância, sem a necessidade de uma equipe multidisciplinar. Um experimento multiplicador foi conduzido com professores do ensino fundamental e médio no município de Urbano Santos - MA. Os resultados são promissores e ilustram como é possível criar conteúdo educacional e direcionado para a realidade local de forma rápida, eficiente e eficaz. No contexto deste projeto de pesquisa, o ciclo multiplicador e potencializador foi completo, com os professores capacitados na ferramenta Cacuriá, depois autores de objetos de aprendizagem próprios e que refletem temas regionais, para enfim atuarem como multiplicadores do conhecimento adquirido.

Palavras-chave: Objetos de Aprendizagem. Ferramenta de Autoria. Projeto Cacuriá. Ensino à Distância.

1 INTRODUÇÃO

Na era da informação, os professores têm que estar receptivos às mudanças tecnológicas, no sentido de dispor aos educandos novos recursos tecnológicos, visando uma aprendizagem mais condizente com o contexto atual. O ensino está em constante evolução e o uso de materiais de apoio como slides, vídeos e jogos têm tornado o processo de aprendizagem cada vez mais dinâmico. Um serviço em ascensão é o de vídeo sob demanda, onde usuários podem assistir livremente e compartilhar a qualquer tempo.

Entretanto, o uso de novas tecnologias é um desafio para o professor, pois exige que ele se adapte e compreenda áreas do conhecimento humano com as quais não está familiarizado. Esse processo de adaptação pode exigir muito tempo do professor, fazendo com que ele não se sinta motivado quanto ao uso da tecnologia e sua aplicação prática. Além disso, a adaptação nem sempre é uma tarefa fácil devido à sobrecarga de atividades a que o professor está submetido, impossibilitando um contato mais frequente com novos recursos didáticos.

A autoria de conteúdo multimídia mescla diferentes mídias (vídeo, imagem e áudio) e está relacionada com a utilização de ferramentas e profissionais de áreas distintas. A elaboração desse conteúdo pode resultar em maior tempo de desenvolvimento e acarretar num alto custo de produção. Programadores são necessários para a codificação de interações complexas de conteúdo. Designers ajudam a estabelecer uma identidade visual. Pedagogos traçam e medem objetivos didáticos. Adicionalmente, no centro dessa equipe está o professor que detém o conhecimento do assunto.

Fazendo uma comparação com a World Wide Web (ou apenas Web de agora em diante) e sua evolução, no início as páginas eram desenvolvidas apenas por programadores ou profissionais com conhecimento específico de linguagem de marcação. Já nos tempos recentes, grande parte do conteúdo Web é feito por não-programadores. Isso engloba, por exemplo, perfis em redes sociais com vídeos, textos, fotos e toda sorte de conteúdo multimídia, o que é feito por usuários sem conhecimento específico ou treinamento. Envolve também jornalistas que criam e gerenciam blogues sem a necessidade da ajuda de um profissional



especializado em programação. Seguramente o processo de transferência da autoria de conteúdo na Web saindo das mãos de programadores para o próprio usuário final é um dos diversos fatores que ajudam a explicar a explosão global no uso da rede.

O que se espera é que esse cenário seja replicado para a autoria de aplicações multimídia, como, por exemplo, objetos de aprendizagem que sirvam como recurso didático, englobando determinado conteúdo de uma disciplina. Somado a isso, também é desejável permitir ao professor sozinho criar conteúdo através de uma ferramenta de autoria de alto nível. A intenção, no entanto, não é a de se tornar dispensável ou de substituir a equipe multidisciplinar. Porém, a intenção é permitir que o professor tenha a liberdade de poder criar objetos de aprendizagem para usar em sua turma. Alguns exemplos são aplicações hipermídia que permitem que o usuário possa escolher entre quais vídeos assistir, ou quais informações dentro do conteúdo sendo assistido ele gostaria de ver. Cada usuário diferente personaliza o conteúdo e o assiste de acordo com suas próprias preferências.

Objetos de aprendizagem são especialmente úteis para criação de conteúdo que complemente a aula presencial e que aprimore o ensino à distância. Esse tipo de conteúdo faz parte de um segmento de estudo que reflete a estruturação curricular de modo permitir a criação de um cenário não-sequencial, diferente das propostas pedagógicas clássicas.

Diante desse cenário, foi desenvolvido o Cacuriá, uma ferramenta de autoria hipermídia destinada à criação de objetos de aprendizagem (OAs). Através dessa ferramenta, o professor tem a possibilidade de construir conteúdo educacional baseado em vídeos para Web e TV Digital Interativa, sem a necessidade de conhecimentos prévios de programação. Além disso, a ferramenta permite o desenvolvimento colaborativo de tal conteúdo através do uso do software Cacuriá.

A presente proposta apresenta uma gama de aplicações práticas possíveis para o enriquecimento no processo de ensino e aprendizagem com o Cacuriá e, também, o desenvolvimento de um estudo relacionado ao e-learning - área bastante promissora, a qual se almeja explorar com a realização deste projeto. Com a interatividade disponível sobre os conteúdos audiovisuais faz-se possível a criação de aulas e lições

explorando a não-linearidade da apresentação. Assim, os autores podem fornecer âncoras para conteúdos complementares ao vídeo. A possibilidade de interação com a apresentação propicia um ambiente investigativo, mais intrigante e interessante aos alunos, que poderiam decidir o seu próprio roteiro através da apresentação.

O município maranhense de Urbano Santos foi escolhido como local para a capacitação e realização do projeto, pois a cidade possui infraestrutura de computadores necessários para a realização do mesmo. Urbano Santos fica localizado na microrregião de Chapadinha, próximo ao município de Belágua, uma cidade que estava, anos atrás, entre os piores IDH do Brasil. A escolha por uma cidade dessa região visa capacitar professores com a finalidade de promover, ampliar e melhorar as condições de ensino de uma região socialmente vulnerável. Urbano Santos possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e indicadores da educação considerados como baixos, de acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010. A aplicação dos resultados obtidos neste projeto se dará no aprimoramento de ambientes educacionais, potencializando a qualidade de ensino através das funcionalidades providas pelo uso da ferramenta Cacuriá. Os resultados obtidos com a presente proposta beneficiam as instituições de ensino que compõem as redes de ensino público do Maranhão por facilitar o compartilhamento e desenvolvimento do conhecimento.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo geral deste projeto de pesquisa reside em capacitar professores de Urbano Santos para a criação de vídeos enriquecidos com conteúdo multimídia e realizar levantamento das necessidades dos usuários com a ferramenta de autoria Cacuriá. Adicionalmente, também envolve permitir que tais professores possam agir como multiplicadores, ensinando sobre a ferramenta e a criação de conteúdo educacional em vídeo para outros professores e mesmo alunos da região.

Há, ainda, alguns objetivos específicos:

- Criar objetos de aprendizagem utilizando o conhecimento local contextualizado com a região;



- Difundir a ferramenta Cacuriá como recurso tecnológico que permite a socialização do saber;
- Coletar experiências e necessidades dos usuários locais para o aprimoramento da ferramenta de autoria do Cacuriá.

Uma meta central do projeto é contribuir com a capacitação direta de pelo menos 36 professores da região de Urbano Santos (em sua maioria da rede municipal) com potencial para multiplicar esse conhecimento para toda a rede de ensino do município.

Cinco etapas foram definidas para o alcance desses objetivos:

- i) Planejamento e execução de minicursos com a ferramenta de autoria Cacuriá, com foco de capacitar os professores na criação de objetos de aprendizagem enriquecidos com conteúdo multimídia;
- ii) Auxiliar os professores na concepção e produção de conteúdo multimídia, tais como vídeo, imagem e áudio, relacionado ao ensino das disciplinas ensinadas em sala de aula;
- iii) Auxiliar os professores no desenvolvimento das narrativas interativas não-lineares, fazendo o uso das mídias produzidas na etapa ii;
- iv) Realizar testes para coleta de indicadores de facilidade de uso para a ferramenta de autoria Cacuriá.
- v) Analisar os dados obtidos para a geração de lista de problemas para o aprimoramento da ferramenta.

A etapa I consiste no desenvolvimento da apostila do Cacuriá a ser utilizada para capacitação dos professores, e da preparação do minicurso (plano de aula, slides, aulas e atividades). A execução dos minicursos foi realizada em laboratório de informática de uma escola municipal de Urbano Santos. Foram feitos dois minicursos para atender pelo menos 36 professores, o que é suficiente para o potencial de multiplicar para toda a rede de ensino do município.

A etapa II está relacionada com a elaboração de conteúdo multimídia (vídeos, imagens e áudios) e com a realização de sessões de criatividade para definição de temas das aulas e elaboração do roteiro dos objetos de aprendizagem.

A etapa III consiste no desenvolvimento das narrativas não-lineares através da ferramenta do Cacuriá; a equipe envolvida no projeto auxiliará os professores participantes da capacitação.

A etapa IV consiste na realização de testes para obter indicadores de facilidade de uso da ferramenta Cacuriá, no contexto de elaboração e criação de objetos de aprendizagem. Para isso, a coleta de dados foi feita através do uso de observações e questionários. Uma pesquisa bibliográfica de questionários de usabilidade existentes na literatura foi realizada e adaptada conforme necessidade contextual da ferramenta, visando levar em consideração todas as áreas da experiência com a interface e interação no processo de produção de objetos de aprendizagem.

Com os dados coletados, na Etapa V é feita a análise dos dados, avaliando as necessidades dos usuários. Algumas publicações foram resultado direto deste projeto de pesquisa, conforme pode ser visto adiante.

3 RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos com o projeto são apresentados a seguir de acordo com cada uma das etapas metodológicas previamente definidas. Os artigos e demais publicações que foram gerados como resultado direto da execução do projeto são apresentados como referências bibliográficas.

Etapas Metodológicas 1 a 3

- Planejamento e execução de minicursos com a ferramenta de autoria Cacuriá, com foco a capacitar os professores na criação de objetos de aprendizagem enriquecidos com conteúdo multimídia.
- Auxiliar os professores na concepção e produção de conteúdo multimídia, tais como vídeo, imagem e áudio, relacionado ao ensino das disciplinas ensinadas em sala de aula
- Auxiliar os professores no desenvolvimento das narrativas interativas não-lineares, fazendo o uso das mídias produzidas na etapa II.



Em Soares Neto et al (2017) o material didático “Creating Multimedia Learning Objects” foi utilizado para o curso de formação de professores na Criação de Objetos de Aprendizagem feito no município de Urbano Santos em duas ocasiões. O primeiro curso foi realizado em 7 e 8 de Maio de 2015 e o segundo curso, com suporte de diárias deste projeto, foi realizado em 15 e 16 de Abril de 2016. A Figura 1 mostra algumas fotos durante a formação de professores. O mesmo minicurso foi realizado no WebMedia 2017, em Gramado e Porto Alegre, meses depois.

Figura 1. Curso de Formação de Professores



Fonte: elaboração própria

Os professores de Urbano Santos criaram diversos objetos de aprendizagem com conteúdo específico do município, o que pode ser visto na Figura 2, como: aulas de geometria com formas extraídas da praça municipal; uma aula sobre os problemas do Rio Mocambo; uma aula destacando problemas de saúde comuns no município e sua prevenção. Os objetos de aprendizagem foram criados na ferramenta Cacuriá e oferecem recursos de interatividade e não-linearidade para os alunos, conforme planejado inicialmente no projeto.

Os resultados deste trabalho foram bem promissores e o artigo Busson et al (2017) foi publicado no Congresso Internacional ACM Hypertext onde se destacam os objetos de aprendizagem criados pelos professores de Urbano Santos. Nota-se que os professores de ensino fundamental e médio que fizeram o curso conseguiram criar conteúdo interessante e instigante para os alunos. Comparativamente aos outros centros especializados e profissionais que também criaram conteúdo usando a ferramenta Cacuriá, o que se percebe é que tais professores criaram conteúdo específico da realidade do município, gerando uma situação positiva no trabalho com seus alunos, com um trabalho específico e direcionado.

Figura 2. Objetos de Aprendizagem criados pelos Professores de Urbano Santos/MA



Fonte: elaboração própria

Etapas Metodológicas 4 e 5

- Realizar testes para coleta de indicadores de facilidade de uso para a ferramenta de autoria
- Analisar os dados obtidos para a geração de lista de problemas para o aprimoramento da ferramenta.

Os principais resultados concretos desta etapa podem ser vistos como as duas publicações internacionais que detalham a experiência obtida nesse processo de acompanhamento da produção de objetos de

aprendizagem. Os artigos Damasceno et al (2017a) e Damasceno et al (2017b) descrevem em maiores detalhes esses resultados.

4 CONCLUSÕES

Neste projeto foram capacitados professores da cidade de Urbano Santos - MA para criação de vídeos enriquecidos com conteúdo multimídia com a ferramenta de autoria Cacuriá. A capacitação aconteceu em dois momentos, nos anos de 2015 e 2016. Nestes minicursos, os professores criaram conteúdos educacionais interativos utilizando tecnologias acessíveis.

Os professores foram instruídos na produção de mídias (vídeos, imagens e áudios) que podem ser utilizadas na construção de conteúdo educacional. Foram apresentadas instruções para captura e edição de vídeos. Também foram discutidas recomendações para elaboração de narrativas interativas não-lineares. Esse tipo de aplicação oferece ao aluno a possibilidade de individualizar seu aprendizado navegando no conteúdo de forma interativa.

Durante os momentos de capacitação foram coletados dados sobre o uso da ferramenta Cacuriá, o que possibilitou a identificação de problemas existentes na ferramenta e melhorias necessárias.

Um fator positivo para o projeto foi a presença de infraestrutura de computadores no município maranhense de Urbano Santos. Outro fator foi o interesse dos professores em aprender uma nova forma de elaboração de material didático. Agradecimentos à FAPEMA por viabilizar, através do edital TECS 06/2015, o presente e projeto de pesquisa TECS-01632/15.

Outro resultado importante deste projeto é que ele permitiu acelerar um processo de transferência tecnológica do Laboratório TeleMídia/MA, onde foi desenvolvido o projeto, e a *startup* Mediabox. A Mediabox Technologies, fundada em 2014, sediada em São Luís-MA, no Centro de Empreendedorismo da UFMA, é uma empresa de tecnologia da informação especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras para as áreas de sistemas multimídia, TV digital interativa e ferramentas de

autoria multimídia. A Mediabox auxiliou na elaboração do material utilizado na capacitação.

Futuramente, espera-se utilizar a tecnologia criada de forma disseminada em escolas de ensino fundamental e médio ao redor do estado do Maranhão. O intuito é criar cada vez mais conteúdo digital interativo regionalizado e específico para o público dos alunos do estado, num compromisso maior com a qualidade e inovação. A experiência já testada socialmente em um pequeno município é passível de ser replicada e ter um amplo alcance.

REFERÊNCIAS

BUSSON, Antonio José Grandson; DAMASCENO, André Luiz de Brandão; AZEVEDO, Roberto Gerson de Albuquerque; SOARES NETO, Carlos de Salles; LIMA, Thacyla de Sousa; COLCHER, Sérgio. A Hypervideo Model for Learning Objects. In: 28TH ACM CONFERENCE ON HYPERTEXT AND SOCIAL MEDIA, Praga, República Checa, 2017. Proceedings of... p. 245-253. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?id=3078739>>.

DAMASCENO, André Luiz de Brandão; SOARES NETO, Carlos de Salles; BARBOSA, Simone. Integrating Participatory and Interaction Design of an Authoring Tool for Learning Objects Involving a Multidisciplinary Team. In: MARCUS, A.; WANG, W. (eds). Design, User Experience, and Usability: Theory, Methodology, and Management. Lecture Notes In Computer Science, v. 10288. Cham: Springer International Publishing, 2017a. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-58634-2_41>.

DAMASCENO, André Luiz de Brandão; SOARES NETO, Carlos de Salles; BARBOSA, Simone. Lessons Learned from Evaluating an Authoring Tool for Learning Objects. In: ZAPHIRIS, P.; IOANNOU, A. (eds). Learning and Collaboration Technologies. Novel Learning Ecosystems. Lecture Notes in Computer Science, vol 10295. Cham: Springer International Publishing, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-58509-3_8>.

SOARES NETO, Carlos de Salles; LIMA, Thacyla de Sousa; DAMASCENO, André Luiz de Brandão; BUSSON, Antonio José Grandson. Creating Multimedia Learning Objects. In: 23RD BRAZILLIAN SYMPOSIUM ON MULTIMEDIA AND THE WEB, 2017, Gramado. Proceedings of... WebMedia, 2017. p. 19-21. Disponível em: <<https://dl.acm.org/citation.cfm?id=3126858.3131626>>.



CAPÍTULO 6

A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BAIRRO DO COROADINHO

Camila Maria Silva Nascimento

Doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

RESUMO

O projeto “A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BAIRRO DO COROADINHO”, sua primeira versão com 64h, foi apoiado pelo Edital 05/2015 UTN e orçado em R\$ 9.399,20. Os encontros foram realizados no período de 10/2015 a 10/2016, quinzenalmente, aos sábados, pela manhã. Seu objetivo, levar a literatura, em seu recorte infantil, ao bairro, e, em parceria com a Rede Leitora, oportunizar aos professores das escolas comunitárias de educação infantil e ensino fundamental desenvolverem práticas e atividades com o texto literário. Por acreditar que a literatura oferece instrumentos auxiliares ao desempenho docente e em suas atividades de magistério, oportunizou-se a essa clientela desenvolver, em suas salas de aula e com os seus alunos, algumas práticas de leitura e de produção textual. O projeto se estendeu e em sua segunda versão, PIBEX/UEMA, continuou com a formação.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Formação. Coroadinho.

1 INTRODUÇÃO

Debates e experiências no âmbito do ensino de linguagens têm gerado propostas, com destaque especial para a literatura, essencialmente a Infantil. Por quê? Sua linha de ação se assenta no princípio de que a escola deve ser eleita como *espaço privilegiado* que contribui para formar o indivíduo, ainda em sua fase de latência da aprendizagem.

Estratégias, ou mesmo atividades de leitura direcionadas aos apontamentos gramaticais, simplesmente, não favorecem o uso da língua em suas múltiplas possibilidades (sejam de leitura ou de escrita). Elas não desenvolvem a competência crítica discursiva dos alunos, porque centralizadas na memorização de nomenclaturas. E ainda por conta disso, quase não sobra tempo para atividades de leitura e produção de textos escritos, sonoros e imagéticos...

As práticas de leitura descontextualizadas, ausentes do sentir-se e imaginar-se no texto, talvez sejam as responsáveis pelo relativo número de alunos (essencialmente, das escolas públicas) que desistem e/ou ficam reprovados. Esses índices têm inquietado os gestores da educação pública, bem como os educadores, levando-os a alguns questionamentos: afinal, qual tem sido o lugar da leitura na escola? A leitura literária tem sido vetor de desenvolvimento linguístico, simbólico e metafórico?

Quando falamos de desenvolvimento, não nos esqueçamos de que o cognitivo infantil é um processo gradativo e possui várias fases. E é na fase inicial que a falta de estímulos pode interferir no processo, levando à dificuldades futuras. Uma criança que em seu dia a dia tem contato com livros, internet, jogos de construção, aliados a outras atividades como brincar e exercer pequenas responsabilidades, certamente terá um desenvolvimento salutar, ressalvadas algumas questões de saúde.

A literatura não representa o real, mas transfigura-o pela criação, espaço onde o leitor descobre o oculto nas entrelinhas. Histórias que nunca aconteceram, frutos da imaginação criadora, da experiência e do conhecimento dos escritores, vislumbram modos de vida, de pensamentos e percepções a respeito de nós mesmos e do outro, pois traduzem aventuras humanas.

Pelo seu caráter simbólico, imaginário, criativo e lúdico, a literatura, ao subverter regras, desenvolve a mente humana que se expressa, não só verbalmente, mas por imagens. Hoje, os textos propostos aos iniciantes na leitura são magistralmente imagéticos, lúdicos e coloridos. Dessa forma, atribuir ao texto literário a função de instrumento auxiliar na educação infantil justifica um mundo de descobertas que opera na natureza do infante.



Tendo em vista que a leitura só ganha sentido quando ligada à ação de compreender, ler e interpretar, ela contribui para formar cidadãos críticos e melhorar sua relação consigo, com o outro e com o mundo. Assim, esta proposta, nascida no Departamento de Letras da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA, teve por meta levar a Literatura, em seu recorte infantil, aos professores do bairro do Coroadinho.

Em parceria com a Rede Litora que já desenvolve práticas de leitura, oportunizar aos professores da educação infantil e do ensino fundamental dessa comunidade, a melhoria de suas práticas e atividades com o texto literário. Ao oferecer-lhes essas condições, valoriza-se o desempenho no magistério e oportuniza-se que eles trabalhem essas e outras práticas com os seus alunos.

Ao se propor o trabalho com o texto literário, nessa modalidade, interessa conhecer a teoria de Piaget e seus estágios de desenvolvimento. Sua teoria, a mais conhecida concepção construtivista da formação da inteligência, explica como o indivíduo, ao longo de seu desenvolvimento, constrói conhecimentos. Teoria que, alinhada aos princípios orientadores das etapas de leitura, segundo Nelly Novaes, possibilita melhor trabalho com o texto literário.

Nelly Novaes, com base na teoria piagetiana, propõe as categorias de leitor. Essa categorização ocorre da infância à adolescência, período em que o indivíduo pode tornar-se um leitor ou não. Resultado que vai depender de um árduo e cuidadoso trabalho de acompanhamento, não somente da escola, mas da família. Nesse sentido, não há unanimidade crítica, mas para alguns autores, o texto infantil precisa atender ao desenvolvimento do ser que apresenta diferenças em seus estágios cognitivos.

Informações sobre gêneros literários, base para a leitura de poemas, contos e filmes foram oferecidas. A linguagem desses textos se aproxima, mas ressalvadas as diferenças exigem uma postura de leitura crítica e consciente. Ao veicularem “verdades universais”, ofereceram conhecimentos acerca do sujeito ator e receptor, da própria vida e da vida

do outro, e, ao mesmo tempo, do papel que ocupamos, especialmente, na educação, formação e desenvolvimento cognitivo de crianças.

2 POR QUE O PROJETO NO COROADINHO, FORA DO ENTORNO DA UEMA?

Muitos questionamentos, nesse sentido, nos levaram a pensar sobre algumas questões. A educação no Brasil carece de reflexões profundas e as entidades envolvidas com ela precisam pensar em atitudes e mudanças. Isto por que o Brasil tem pontuado como um dos primeiros países no ranque do analfabetismo, e um dos últimos no quesito qualidade de ensino, desempenho linguístico e interpretação de textos, por exemplo.

A construção de uma Pátria que se quer educadora nunca será possível sem que haja vontade, propósitos conjuntos e um trabalho de base, essencialmente, nas escolas da rede pública de ensino, principalmente da educação básica. No Maranhão, cidades bem próximas de São Luís, a capital, vivem à margem do segmento educacional.

Nesse sentido, em alguns bairros, sabidamente os mais carentes, onde as políticas públicas não abrangem as necessidades como um todo, escolas, professores e crianças são alijadas dos direitos inalienáveis ao ser humano: educação de qualidade e assistência social. Esta é a realidade em que se encontra o polo Coroadinho, quase sempre noticiado como um espaço propício para a violência, o uso de drogas e outros tristes vícios

A UEMA, por ser uma universidade pública, por meio do seu corpo docente, tem como uma de suas metas servir à sociedade, desenvolvendo cursos extensivos às comunidades carentes de assistência. Tais ações permitem aos alunos, especialmente aos das licenciaturas, a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos advindos do ensino e da pesquisa, aliando-se a outros, cujo desejo convirja para esse fim.

Desse modo, deram-se as mãos UEMA e Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão FAPEMA. A Uema, por meio da Pró-Reitora de Extensão (PROEXAE), tendo em vistas demonstrar sua competência e suas funções, promover a



articulação entre universidade e sociedade, caráter irrevogável de um dos elementos do tripé universitário. A FAPEMA, cuja função é amparar a pesquisa, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Estado, fomentou este projeto, coordenado por mim e com o auxílio de duas bolsistas: Auristélia dos Santos Sodré (bolsista da comunidade) e Érica Nunes da Silva (bolsista UEMA).

3 A NARRATIVA: OBJETO TRANSITIVO E PONTE NAS RELAÇÕES HUMANAS

Com Regina Machado, pensamos que, nesse caos de começo de milênio é que a imaginação criadora se liberta das amarras e pode operar como possibilidade humana de conceber o desenho de pessoas melhores que precisam atuar em prol de um mundo melhor. Diz ela:

[...] os contos, principalmente os milenares, são guardiães de uma sabedoria intocada, que atravessa gerações e culturas; partindo de uma questão, necessidade, conflito ou busca, desenrolam trajetos de personagens exemplares, ultrapassando obstáculos e provas, enfrentando o medo, o risco, o fracasso, encontrando o amor, o humor, a morte, para se transformarem ao final da história em seres outros, diferentes e melhores do que no início do conto. (MACHADO, 2004, p. 15).

No que tange à literatura, ela pode, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – DCNF, ocupar um lugar primordial, no entanto, “que seu estudo não se feche unicamente na literatura erudita, mas se abra, sem preconceitos elitistas, para outras manifestações literárias, como a literatura para crianças e jovens, a literatura popular e a literatura de massa”. (FARIA, 1999, p. 9).

Nelly Novaes, ao falar sobre o contexto em que a Literatura Infantil se insere expressa dizendo que: “o mundo tem passado por diversas transformações, e, atualmente, por uma das maiores, com o advento das novas tecnologias e do poder que a Internet exerce sobre a criança” (COELHO, 2000, p. 14). Então, questionamos: num futuro próximo ou já chegado, as pessoas vão abandonar a preferência pelo livro? Talvez, se não houver um esforço conjunto no sentido de seduzi-las, ainda na infância, isto acontecerá de fato.

Talvez, por isso, o ato de ler e contar histórias precisa renascer nas escolas e por toda parte. Assim, após as leituras paradidáticas (livro, poema e filme) era chegada a hora da produção oral e textual das cursistas. Suas narrativas precisavam convergir para a temática central que seria a dos retalhos, dos quais nós nos formamos e nos tornamos seres de possibilidades, conforme diz Cris Pizzimenti: “sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma”.

Nesse sentido, a literatura pode vir a ser, conforme expressa Faria (1999): “um patrimônio pedagógico precioso, não só para fornecer a professores e alunos caminhos para atingir as metas fundamentais propostas pelos PCN, como ainda ser um esteio para a interdisciplinaridade”.

Chegada, pois, a hora de perceber as competências narrativas das professoras, e, por que não dizer, artísticas... Era, especialmente, a hora de percebê-las na condição de produtoras de suas próprias narrativas, a partir dos retalhos de vida que compõem o ser humano. Esta proposta lhes serviria de inspiração em suas atividades futuras e com os seus alunos.

Antes, porém, é necessário que falemos um pouco sobre essa clientela de professoras para que não nos abismemos diante de suas produções. Das trinta e duas inscritas para fazerem o curso, somente vinte e três concluíram, haja vista que vários problemas ocorreram durante a trajetória.

É interessante destacar, ainda, que boa parte dessas alunas/professoras mal concluiu o ensino médio, outras, há pouco haviam iniciado a faculdade de pedagogia, o sonho de todas elas. Dito isto, observamos, nos seus textos, algumas dificuldades no trato com a produção escrita, o que será comentado adiante.

Após todas as leituras e discussões, foi lançado um desafio: elas deveriam narrar sobre um fragmento (retalho) que fora importante em suas vidas, e cuja lembrança era significativa naquele contexto. Trazemos, com a aquiescência das autoras, e claro, exatamente da forma como elas escreveram, cinco textos que ilustram a proposta. Ressaltemos que a



proposta era falar sobre um retalho, referência aos fragmentos que compõem uma colcha, metaforicamente, a vida (ou um texto). Entretanto, nem todas entenderam ou não quiseram assim fazer. Elas atentaram muito mais para o geral, ou seja, fizeram referências literais aos títulos dos textos lidos (Colchas de retalhos), exemplos os textos 1, 2, 3, 4 e 5.

No texto quatro, a autora ilustrou com desenho e falou sobre uma árvore para representar uma lembrança, um momento que marcou a sua vida. Dessa maneira, ela se aproximou do que foi proposto, pois a árvore foi o fragmento rememorador de um período de sua vida, a infância.

No quinto exemplo, a autora, em seu texto, faz referência a um fragmento que muito significou para a sua vida - um caderno da escola que, no momento, acionado o gatilho recordador, ela faz memória. Entretanto, ela o intitula “Eu narro, eu conto”, como se dissesse, eu narro, logo existo.

É exatamente assim como essa professora que precisamos pensar: existimos e queremos continuar aprendendo, evoluindo e nos qualificando para que consigamos fazer e oferecer o melhor para as nossas crianças. Elas dependem de uma educação de qualidade para saírem do limbo da ignorância, da errância e da miséria que a sociedade as coloca.

Conforme podemos observar, há em todos os textos incoerências gramaticais, como ausência de acentuação gráfica, de pontuação, de regência verbal e nominal adequadas, e, até mesmo, quanto à estrutura do texto. Por esta razão, se fazem necessárias e urgentes mais políticas de atenção às escolas, equipando-as adequadamente, e, aos seus professores, oferecendo-lhes capacitações constantes.

Figura 1. A minha colcha de retalhos

7 ① A minha colcha de Retalhos.
70
Foi algo que aconteceu na
minha Infância. Eu tinha cerca
de 9 Anos nunca tinha possuído
uma coiza que deixasse qualquer
suaçana feliz.
• Certo dia fui a um lugar
distante procurar manga junto com
meus primos quando passávamos por uma
feira que moravam pessoas que tinham
muito mais condições que nós,
quando encontrei uma boneca. Ela não
era uma boneca bonita muito pelo contra-
rio era uma boneca de Plástico preta e
feia mais, mas mais mesmo assim
eu a peguei e foi uma das maiores
alegrias que tive na vida levei-a
para casa dei banho e cuidei dela
como se fosse uma boneca de porcelana.
meus primos me zoavam e riavam de mim
por causa dessa boneca mais nada impor-
tava para mim Tava feliz - fazia Roupas com
pedaços de Roupas velhas - nesta época eu mora-
va com minha Tia vim para cá para estudar
foi o início de uma longa
jornada de minha vida.
até hoje minha Tia lembra com sorrisos
nos lábios e big que eu tive uma Boneca Preta.

Fonte: elaboração de cursista (2016/17)

Figura 2. A colcha de retalhos

② A colcha de retalhos.



Temas: Um domingo em minha vida.

Lá em casa, os domingos eram sempre alegres, tínhamos por perto nossos pais, avós, primos e a natureza que nos favorecia e favorece até hoje.

Me remeto a alguns anos atrás quando fiz a minha primeira comunhão, um dia muito especial, porque na minha família, a minha mãe se preocupava em termos uma vida de cristãos, e meu pai não era muito ligado mas também não se opunha. Lembro que acordávamos cedo, tomamos café e vamos para a igreja, neste dia avós tinham a missa, quando chegamos em casa, todos da família, minha avó e meus primos tiramos esta foto no quintal para registrar o acontecimento.

Após vamos para cozinha preparar um bom almoço, mamãe e papai convidavam os parentes e amigos mais próximos, nos divertíamos muito.

Fonte: elaboração de cursista (2016/17)

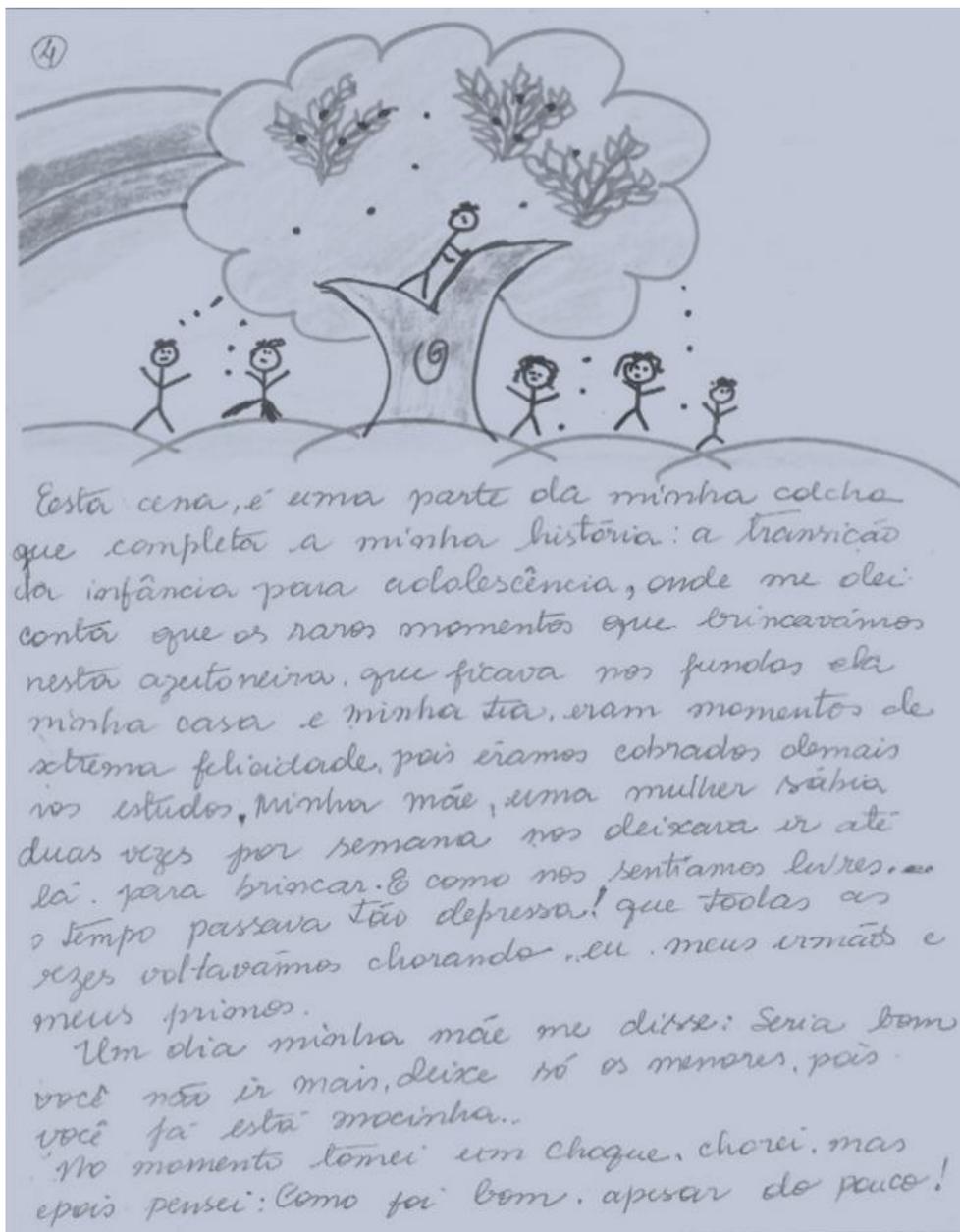
Figura 3. Colcha de retalhos

③ Colcha de retalhos

A muito tempo atrás quando tinha mais ou menos 12 anos de idade morava com meus pais e irmãos no interior pequeno, lá não tinha muitas oportunidades. Pouso meus pais vieram para a cidade. Chegando aqui meu pai encontrou logo um emprego e minha mãe como cozinheira eu como mais velha ia para a escola com meus irmãos e chevar eu casa eu dava de tocos mais sempre com os meus objetivos de estudar e ser alguém na vida com isso terminei os estudos e uma família que não me atrapalhou em nada estou concluindo a faculdade como sempre quis e trabalhando no que eu gosto ensinar.

Fonte: elaboração de cursista (2016/17)

Figura 4. Colcha de retalhos



Fonte: elaboração de cursista (2016/17)

Figura 5. Eu narro, eu conto

5) Eu narro, eu conto.

O objeto que escolhi foi um caderno que sempre olho e logo lembro-me de muitas coisas. Eu comprei para a matéria de Linguagem, quando estava no segundo ano do ensino médio, entre a professora, solicitei, a priere, achei idem necessário, porém, como valia nada, comprei o conduto caderno.

Os assuntos abordados no segundo ano (já que o IFMA divide o ano em 2 períodos, eu estava no 3º), era de literatura brasileira, e logo a aula começava a amar a metodologia da professora, era algo encantador, cada atividade, cada filme, a toda aula ela conseguia se superar. Mas, explicando melhor...

Primeiro ela passou três coisas para as três primeiras folhas do caderno, a primeira, uma "capa" de acorão com o curso que fazia-mos; a segunda, uma espécie de auto-biografia; e na terceira a foto da turma.

Em toda aula, ela lia uma pedaço de um livro literário brasileiro (aí começou meu amor pela licenciatura), e sempre havia uma atividade diferente, que envolviam livros, filmes, adivinhos, etc. E o período foi concluído com a entrega dos cadernos, no qual, cada aluno ganhou uma dedicatória.

Mas quem era esta professora que tanto amava e amo até hoje? Seu nome é Elaine. Lembro-me de sempre conversar com ela na escola, a todo instante, quando podia, lá estava no departamento de Linguagem.

Antes que saí do IFMA, tive uma triste notícia, Elaine estava com câncer e havia se afastado do Instituto. Esse período, fiquei muito abalada. Mas, graças a Deus, ela se curou e voltou a trabalhar, foi nesta época que eu e muitos ex-alunos visitamos o IFMA.

Sem, toda vez que abro aquele caderno, vem um emaranhado de emoções, vejo o quão maravilhoso foi ter uma professora como ela, que despertou em mim o amor pela profissão tão nobre da licenciatura. E por que este amor por ela e pela minha futura profissão continue até o meu último instante de vida, tempo, que tínhamos. Hoje é uma árvore velha continua majestosa, no meio do campo. Mas toda vez que a olho, sinto uma grande alegria. A mesma de quando eu fui criança.

Fonte: elaboração de cursista (2016/17)

4. DE COMO A METODOLOGIA DO CURSO FOI PENSADA

O bairro do Coroadinho dispõe do Centro Educacional e Profissional do Coroadinho – CEPC que serviu como espaço e ofereceu sua estrutura física para a realização do curso. Este já abriga a Rede Leitora em diálogo com outras redes, quais sejam: Coroadinho de Natal, Instituto Eco Museu do Sítio do Físico e Rotary Clube João Paulo.

Figura 6. CEPC



Fonte: CEMAR (2016)

Durante os encontros, todos eles realizados com a presença da coordenadora e das bolsistas, foram adotadas estratégias de leituras e debates, abrangendo uma variedade plural de textos. A leitura de algumas teorias, a exemplo, a de Piaget sobre a construção do cognitivo na criança. Outras de teóricos da Literatura Infantil e Juvenil como os que tratam sobre a formação leitora da criança, bem como sobre as etapas de leituras e seus princípios orientadores.

Essas leituras forneceram subsídios para outras quais sejam: o conto A colcha de retalhos, de Conceil Correa da Silva e Nye Ribeiro; Sou feita de retalhos, poema de Cris Pizzimenti e o filme Colcha de retalhos, de Jocelyn Moorhouse. Esse conjunto textual fomentou diálogos, rodas de conversa e a produção textual dos cursistas, visando ao conhecimento, não

somente científico sobre a narrativa em suas faces artísticas, mas, especialmente, sobre o sentir-se no texto, proposta que, certamente, lhes serviram de inspiração para suas atividades futuras.

Figura 7. Sala de aula (CEPC)



Fonte: elaboração própria (2016)

Dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais que “um projeto comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 87).

Por essa razão, além da variedade de leituras, as atividades realizadas se traduziram em dinâmicas de contação de histórias, seguidas de produção textual, bem como da realização de murais com a produção

dos professores, incluindo fotos, desenhos, dobraduras etc. Seminários também foram realizados, objetivando enriquecer e divulgar os saberes.

Figura 8. Auditório do CEPC



Fonte: elaboração própria (2016)

Para culminância do projeto, e, por iniciativa acordada previamente, as cursistas, a coordenação e as bolsistas fizeram um almoço, cujas comidas eram típicas de suas regiões de origem. Antes da partilha, porém, o prato ia sendo apresentado, contando-se a história dele, com quem havia aprendido a fazê-lo, o que ele significava e que memória trazia naquele momento.

Dessa maneira, finalizamos o curso que teve a duração de um ano. Durante esse período, acreditamos que as experiências relatadas nos fizeram crescer, não somente enquanto profissionais da educação, mas enquanto pessoas que interagem, somando, multiplicando e, às vezes, subtraindo, pois nem sempre ganhamos, conforme pensa Cris Pizzimenti: Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior... Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1988.

COELLHO, Beth. Contar histórias, uma arte sem idade. São Paulo: Ática, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna. 2000.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO (CEMAR). Centro Educacional Profissional do Coroadinho ganha reforma e ampliação. 2016. Disponível em: <<http://www.cemar116.com.br/conheca-a-cemar/sala-de-imprensa/noticias-da-cemar/2016/2/24/centro-educacional-profissional-do-coroadinho-ganha-reforma-e-ampliacao>>.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura Infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 1994.

FARIA, Maria Alice. Parâmetros curriculares e literatura: as personagens que os alunos realmente gostam. São Paulo: Contexto, 1999.

LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 1999.

MACHADO, Regina Acordais: fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias. São Paulo: DCL, 2004.

MOORHOUSE, Jocelin (direção). Colcha de retalhos. Filme de 116 min. [S. L.] DVD vídeo - Universal: 1995.

PAULINO, Graça et al. O jogo do livro infantil. Belo Horizonte: Dimensão, 1997.

PIZZIMENTI, Cris. Sou feita de retalhos. 2017. Disponível em: <<https://poesiasedela.wordpress.com/2017/10/21/sou-feita-de-retalhos/>>. Acesso em: 21 de outubro de 2017.

SILVA, Conceil Corrêa da et al. A colcha de Retalhos. São Paulo: Editora do Brasil, 1995.



CAPÍTULO 7

PERFORMATIVIDADES DISSIDENTES E PRÁTICAS DESPORTIVAS: CONSTRUÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM PIO XII-MA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). Mestra em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA). Professora da Rede de Ensino Público Estadual (SEDUC/MA). Coordenadora no Laboratório Interdisciplinar em Estudos e Pesquisas Pedagógicas (LIEPP/CEJV/SEDUC). E-mail: rariellerodrigues@gmail.com.

RESUMO

Este artigo é produto da pesquisa “Gêneros, dissidências e práticas desportivas: as construções performativas de gênero na educação física escolar em Pio XII/MA” e tem como proposta discutir os processos de construção de gêneros no cotidiano escolar, especialmente nos espaços de Educação Física. Em uma perspectiva pós-estruturalista constrói narrativas e experiências a partir de uma inserção etnográfica em quatro escolas públicas de Pio XII. A imersão investigativa, entre 2016 e 2017, permitiu as problematizações das ações escolares cotidianas, nas quais os sujeitos divergentes/desviantes constroem suas representações performativas de/nos corpos percebidas pela diretiva teórica de gênero inteligível.

Palavras-chaves: Gênero. Educação. Educação Física

1 INTRODUÇÃO

As diversas temporalidades das discussões sobre as produções de gênero no processo de socialização, em nossa sociedade ocidental, estão em dinâmicas que convocam os debates nos espaços de relações sociais, especialmente em educação. A educação física escolar por se localizar

nesses espaços de disputas de “educação de e para corpos”, que está sendo a educação formal, não se distancia dos debates sobre as construções e produções de gêneros em seu cotidiano.

As discussões de gênero no espaço da educação básica, em destaque na educação física escolar, nos permitem dialogar com inúmeros acontecimentos que envolvem desde a prática desportiva até o entendimento da disciplina nos espaços da escola e suas representações entre estudantes e professores/as.

Compreender gênero como uma categoria analítica que permite visibilizar as relações de poder intrínsecas nas interações entre os sujeitos e nas maneiras que se elaboram as representações e expectativas desses mesmos sujeitos, favorece o entendimento de que, como afirma Butler (2015), gênero não é uma substância que se carrega ou se tem, mas se constitui em um conjunto de atos e ações repetitivas que se constroem performaticamente em relação ao outro, em uma “aparente substância”. Assim, falar sobre gênero é visibilizar discursos que se materializam em corpos engendrando sujeitos.

Daniela Auad (2017), ao problematizar as maneiras de educar meninos e meninas nos espaços de educação formal, as quais engendram e estabelecem marcadores de referência de comportamentos, apresenta possibilidades de intervenção nesse espaço educacional a partir de discussões cotidianas sobre essas expectativas de papéis de meninos e meninas, fazendo com que as limitações pré-estabelecidas sejam questionadas e ampliadas, especialmente quando se refere às habilidades motoras e coordenativas.

As alterações curriculares que estão em vias de conclusão como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e as atualizações dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio têm apresentado debates acalorados sobre a temática de gênero e sexualidade na escola. Quando nos focalizamos nos espaços da Educação Física Escolar, adentramos em um complexo de justificações e discursos que localizam o corpo como um receptáculo biológico, o qual determina a natureza das ações esportivas (neste caso) dos sujeitos com base exclusivamente no discurso biomédico sobre o corpo.



Nessa perspectiva os estudos sobre as relações de gênero, tendo como ponto de partida, suas compreensões nos espaços da Educação Física Escolar, ampliam as fissuras discursivas presentes no cotidiano da escola, para que se exerça e possibilite a problematização da binaridade dos marcadores de gênero, em masculino e feminino (MOREIRA; TADEU, 2013). Desse modo, apresento como objetivo compreender como se processa as produções de gênero no cotidiano escolar e como são acionadas as estratégias de subversão nos territórios sociais construídos nos espaços da Educação Física Escolar em Pio XII-MA.

2 IDAS E VINDAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS: Aspectos metodológicos

A pesquisa⁵ foi realizada entre outubro de 2016 e março de 2017, sendo caracterizada como qualitativa (BECKER, 2015) adotando o método etnográfico (GEERTZ, 2012) em uma perspectiva pós-estruturalista para a construção das informações percebidas e vivenciadas no campo de pesquisa no Município de Pio XII-MA. A equipe de pesquisa era composta por mim e quatro alunos/as bolsistas de iniciação científica do Ensino Médio.

A utilização de observação participante, diário de campo e entrevistas possibilitou a visibilização das relações estabelecidas nos espaços escolares, tornando possível discutir as relações de poder e saber que envolvem e constroem os conhecimentos difundidos e compartilhados no cotidiano da escola.

Participaram da pesquisa cinco professores/as⁶ de educação física distribuídos nas escolas estudadas (duas de ensino fundamental e duas de ensino médio) na sede do Município, sendo três homens e duas mulheres com média de idade 30 anos e tempo de atuação entre cinco e 22 anos como professores/as, porém apenas dois são professores/as efetivos/as da rede de ensino, os/as demais são contratados/as por seletivo. As

⁵ Pesquisa financiada pelo edital FAPEMA – 38/2015 Geração Ciência

⁶ Os nomes dos/as professores/as foram modificados para preservar as identidades, assim como os nomes reais das escolas.

entrevistas realizadas foram gravadas e todos/as os/as participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O período de observação participante foi elaborado de maneira intercalada, sendo a primeira fase entre os meses de outubro e novembro de 2016 e a segunda, de fevereiro a março de 2017. Cada fase tendo o objetivo de estabelecer conexões com as falas dos/as professores/as e suas práticas pedagógicas.

A articulação dos instrumentos de pesquisa com olhar etnográfico estabeleceu referências que permitiram ponderar espaços em que os marcadores de papéis de gênero e as expectativas dos comportamentos dos/as professores/as com os/as alunos/as são mais aparentes ou mais velados.

3 ALGUMAS IMPRESSÕES, ENORMES QUESTIONAMENTOS: a escola como campo de disputa

As escolas que apresentam professores/as de educação física são quatro, sendo duas estaduais e duas municipais. As escolas estaduais só atuam com ensino médio e as, municipais com o ensino fundamental II (6º ao 9º ano). As demais escolas no Município não possuem professores/as de educação física.

As escolas do ensino fundamental estudadas apresentavam as aulas em regime de contraturno, o que de certo modo inviabilizava a participação efetiva dos/as estudantes oriundos/as na zona rural do município, devido à ausência de transporte com essa finalidade em contraturno, assim os momentos de aula eram organizados em dias *só para meninos e só para meninas* participarem, exclusivamente. A escola de ensino médio apresentava as aulas de educação física no turno (aulas mistas), no horário regular como as demais disciplinas, porém eram alocadas para os últimos horários com a justificativa de que os/as alunos/as não precisariam voltar, para sala de aula, suados ou como disse o professor A “fedendo”.



Chegamos à escola 1, de ensino fundamental, para a nossa primeira observação do pátio da escola, estavam comigo os/as quatro bolsistas. Seria a primeira experiência deles/as como observadores/as para escrita do caderno de campo, depois de nossos exercícios de observação. Sentamos, os cinco, em um dos cantos do pátio, era um dia quente. Bateu a sirene do intervalo, alunos/as para todos os lados, uma verdadeira correria; mas, aos poucos, os grupos foram se formando, meninas para um lado e meninos para o outro. Como a nossa equipe era composta por meninos e meninas, facilitava o acesso a esses grupos e às vezes parecia que nem estávamos ali. De repente a gestora A me chama, me convida para participar do planejamento da escola, pergunto se os/as alunos/as podem participar, ela responde com um sinal negativo com a cabeça. Entro na sala, todos reunidos, menos os professores de educação física. Pergunto onde estão, obtenho como resposta que eles não fazem parte do planejamento. Me sento à mesa, uma professora me diz: “eles nunca participam, é só bola e brincadeira que eles fazem, não tem conteúdo”, fechei a cara, mas não podia me indispor com a equipe da escola, estava ali, naquele momento para ouvir (trecho de caderno de campo, 03/10/2017, Pio XII, escola 1).

A ação da gestora A em não permitir que os/as alunos/as participassem da reunião de planejamento, visibiliza a demarcação do lugar do sujeito aluno, que embora naquela situação reivindicava para si a identidade de pesquisador/a. O lugar social do sujeito que pesquisa é reconhecido como possibilidades de acesso às informações inerentes ao campo, o que nos faz pensar sobre as limitações que envolvem as discussões sobre pesquisa e pesquisador, afinal os estereótipos constituídos nas relações face a face (GOFFMAN, 1993) entre pesquisador-pesquisado dificulta ou facilita o recebimento de informações e diálogo entre as partes.

Adentrar os espaços escolares para discutir sobre relações de gênero e educação física não foi fácil, principalmente quando a disciplina, que localiza essas discussões, é percebida dentro da estrutura de saber curricular na escola como menor, se levarmos em consideração a hierarquia de saber. A hierarquização dos conteúdos localiza a educação física como inferior, menos importante. Porém, essa discussão tem muito de sua construção no processo de elaboração da educação física enquanto componente curricular, inicialmente pensada para preparar os corpos para atividades rotineiras de esforço e, também vinculada à uma compreensão de atividades recreativas (LIMA, 2015).

Dessa forma, as marcações das diferenças biológicas localizadas nas práticas desportivas estão fortemente reificadas e atualizadas no saber do/a professor/a de educação física. Pensar o corpo como um artefato exclusivamente biológico, anula a possibilidade de entendimento do ser humano biopsicossocial, ou seja, de uma cultura corporal.

Nesse sentido, a exclusão do/a professor/as do processo de planejamento da escola, dificulta ou impossibilita ações de interdisciplinaridade entre os saberes, conseqüentemente uma ampliação das compreensões de educação física como conteúdo meramente prático, que de certo modo, se consolida pela diferenciação biológica naturalizante dos corpos, a qual localiza o feminino como delicado/sensível e o masculino como forte/viril.

Louro (2013; 2016) nos convida a pensar sobre esse processo de construção de corpo e de pedagogização da sexualidade nos espaços escolares, afirmando que a escola é construída para demarcar essas diferenças e potencializar, patriarcalmente, a soberania masculina dentro do espaço de ensino.

Estávamos esperando no campo da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) o início da aula prática da escola 2, era uma terça-feira, o dia das meninas. Aos poucos as meninas foram chegando para aula que iniciou as oito, tinha entorno de umas dez alunas e só. A temática da aula envolvia jogos lúdicos e estafetas, as meninas estavam se divertindo. Ao fim da aula, uma se aproxima e diz: “viu professora como é? a gente se diverte, mas não tem esporte”. Será o que ela estava comentando sobre esporte. Resolvi perguntar e tive como resposta: “tudo que tem bola, futebol, vôlei, a gente não tem, é só brincadeira”. Perguntei ao professor, quando as alunas foram embora, sobre o que a menina tinha comentado e ele simplesmente deu de ombros (Recorte caderno de campo, 22/11/16, Escola 2, Pio XII).

A aluna comentar que embora se divertissem durante as aulas, não praticavam ou vivenciavam uma modalidade esportiva, chamou atenção pelo fato de nas “aulas dos meninos”, além dos jogos lúdicos havia a prática esportiva do futebol frequentemente. A escolha do professor em estabelecer o que é e o que não é para ser ensinado para os/as diferentes aluno/as se sustenta, em uma primeira visão, na qualificação de habilidades físicas e motoras, nas quais fundamentam que homens têm mais força, agilidade e as mulheres, ao contrário, mas delicadeza e menos



coordenação. Como comentou um dos professores/as, “elas são desengonçadas” (professor D, conversa informal, 20/10/2017).

Durante o processo de escolarização os sujeitos de fala determinam e/ou delimitam as ações que outros sujeitos terão a oportunidade de exercer em seu dia a dia. Discutir sobre espaços de fala e silenciamentos nos espaços escolares possibilita compreender o que pode e o que não pode ser dito em meandros curriculares formais. Assim, partindo das compreensões de Foucault (2012) sobre os ditos e não ditos nas operações e ações discursivas que constroem e estabelecem teias de interação em relações de poder. Interseccionar sujeitos em diferentes espaços de fala e de marcadores de diferenças evidencia os lugares sociais permitidos a esses sujeitos, onde, muitas vezes, não se permite a fala, mas cala-se qualquer ação que desestabilize a naturalização das coisas “como ela é”.

Guacira Lopes Louro (2013a, 2013b), em *Corpo educado e em corpo*, gênero e sexualidade, traz aportes sobre como as discussões de gênero são construídas no processo de formação escolar e como, de certa forma, essas marcas constituem as identidades dos sujeitos, ou pelo menos, reforça o que se espera de cada um deles.

Após esse episódio, nos reunimos (equipe de pesquisa) para discutir o processo de construção das diferenças entre homens e mulheres nas práticas esportivas, assim definimos que precisaríamos questionar quais eram os critérios que os/as professores/as utilizavam para diferenciar as atividades de meninos e meninas.

Concordando com o posicionamento de Butler (2015) ao falar sobre performatividade e construção de identidades como aspectos políticos e de subversão das normas, pensar sobre as identidades constituídas nos universos sociais de práticas esportivas permite problematizar porque determinadas ações são categorizadas como de menino e de menina.

Assim, ao perguntarmos aos professores do ensino fundamental como eles faziam a diferenciação dos conteúdos para meninos e meninas, tendo em vista as aulas separadas, obtivemos as seguintes respostas:

Bem, eu estabeleço como ponto de partida a habilidade. Os meninos são mais fáceis para trabalhar com esporte, porque aqui a gente só tem como fazer o futebol. Eles já sabem. Agora as meninas, é uma frescura, não jogam [respira fundo e desvia o olhar]. Elas não sabem [bate no meu ombro], é mais fácil o queimado, as corridas. Então, vou pela minha facilidade, e também como tu viu bem aí [aponta em direção ao campo], elas nem vem pra aula, com os meninos não [sorriso discreto], eles vêm em peso (Professor A, escola 1, Entrevista gravada em 24/11/16, na AABB).

Eu faço jogos com todos, mas os meninos sempre pedem pra jogar bola [o futebol] no final. Tento fazer assim com as meninas, alguma modalidade, mas com os pés elas não sabem. Aí eu comecei a colocar o vôlei, elas participam bem. Faço uma mistura, como é só prática e eles vêm de longe, faço mais para a diversão deles. Se eu tiver o material [que material?] oras [ri e balança os ombros] as bolas, quando tem [cochicha em meu ouvido] [risos] (Professor B, escola 2, Entrevista gravada em sua residência, 30/11/16).

As construções sobre os papéis dos sujeitos são demarcadas por situações que adjetivam seus comportamentos, à medida que se “repetem” ganham uma visão fixa de que sempre foi assim. Desse modo, o professor A ao destacar que os alunos participam mais em relação às alunas, precisamos ponderar a respeito de que referencial ele aciona para localizar as alunas como “frescas”. Soares (1994) comenta que os discursos sobre as habilidades femininas nas práticas esportivas são muitas vezes associados ao desinteresse nas aulas ou execução da tarefa esportiva, tendo em vista, o processo de corporificação dos comportamentos esperados do que é “ser mulher”.

José Barros (2016) argumenta que as produções dessas diferenças estão associadas as construções “idealizadas” do que se espera de homem e de mulher, onde a localização feminina está fixada no doméstico, a expansão dada como caracterização masculina (agilidade e força, por exemplo) reforçam esse ideal de que as meninas estão necessitando sempre de uma intervenção delicada, que não modifique sua estrutura muscular aproximando-a da constituição corpórea de um “macho”.

O estímulo dado as práticas esportivas aos meninos é percebida constantemente no processo de socialização, nesse sentido a estimulação das noções espaciais começam mais cedo em relação à socialização de meninas, que só serão “estimuladas” em suas capacidades coordenativas

nos espaços de educação formal, quando, por ventura, o/a professor/a não fizer mais uma vez a diferenciação das brincadeiras de meninos e meninas na escola (AUAD, 2017).

Quando perguntamos sobre a organização dos conteúdos nas escolas de ensino médio, para os/as professores/as, tendo em vista que as aulas ocorrem com a participação dos/as alunos/as sem separação, ou seja, aulas mistas; Não percebemos muita diferenciação dos professores/as do ensino fundamental, pois, embora os/as alunos/as estivessem juntos, no espaço da quadra estavam separados.

A aula já ia começar. Um dos bolsistas não pode comparecer para observação. A aula era com a turma do segundo ano do ensino médio, do turno noturno. A professora já estava com os materiais em quadra (três bolas de vôlei, uma de basquete, uma de futsal e quatro cordas). Os alunos pegaram logo a bola de futsal, as alunas foram para a bola de vôlei e as cordas. Os meninos ocuparam logo toda a quadra, as meninas que estavam em número de seis, ficaram no canto, pulando corda inicialmente e depois saíram para jogar vôlei perto do pátio. A professora continuava em quadra, olhando o jogo dos meninos e dando algumas orientações. Não deu atenção para as meninas quando elas a chamaram para saber um pouco mais sobre o vôlei. Terminou a aula, todos voltaram para sala. Foi apenas um momento de recreação, pensamos. Dessa vez, não perguntei nada a professora, fiquei na quadra até todos saírem (trecho de caderno de campo, 13/03/17, Escola 3, Ensino noturno).

Não há nos parâmetros curriculares, explicitamente, a diferenciação de conteúdos entre meninos e meninas, mas o currículo vivido e experienciado na escola demarca visivelmente esta diferença. Arroyo (2013), ao argumentar sobre currículo como território de disputa, traz para a cena as percepções das relações de poder no processo de construção dos saberes, as quais delinham e direcionam as expertises que deverão ser “geradas” à medida que os/as alunos/as se deslocam nos bancos escolares.

Tomaz Tadeu (2013) argumenta que o processo de construção curricular perpassa por relações de poder, as quais se “materializam” nos corpos dos sujeitos que compõem os espaços escolares. O que permite discutirmos, o processo de separação dos alunos/as no ensino médio, mesmo que as aulas devam ser mistas.

As experiências dos/as estudantes e suas condições de existências (BOURDIEU, 2007) construídas e reforçadas durante o processo de formação educacional formal, engendra os comportamentos que se naturalizam como “normais” nas práticas pedagógicas em educação física. A invisibilização das meninas nas aulas práticas, destacada pelo trecho de caderno campo supracitado, deixa claro que o sujeito esportivo propagado no cotidiano da escola é masculino. Talvez, a professora inebriada pelas ações rotineiras não perceba o reforço que realiza sobre a inferioridade de habilidades femininas em práticas esportivas em relação às masculinas. A não atenção dada às meninas, que ocupam os espaços marginais na educação física, representado pelo canto da quadra, nos convida a pensar sobre como o processo de construção e consolidação da disciplina “amputou corpos” que ousaram ocupar o centro de quadra com suas habilidades.

Eu estava na escola 2 esperando os outros chegarem, permaneci atenta toda a espera. Havia dois grupos perto do portão da AABB, um formado por quatro meninos e outro por três meninas. As meninas conversavam sobre a prática do futebol, pois naquele dia o professor iria separar as equipes para os jogos da escola, por isso os meninos também estavam lá, pois o dia de aula seria das meninas. Me aproximei do grupo dos meninos, porque eles estavam jogando piadas para as meninas que queria participar do futebol, falando que elas eram “machinho” e que ali não era o lugar delas. O professor chegou, ouviu as piadas e não se meteu. A minha orientadora chegou, comentei com ela e ela pediu para observarmos o que iria acontecer e depois perguntaríamos ao professor sobre o assunto. O professor não colocou as meninas no futebol, as deixou no queimado e no elástico para os jogos. Só os meninos jogariam futebol (Trecho de caderno de campo bolsista 1, 10/10/16, escolha da participação dos jogos).

O trecho de caderno de campo que apresentamos para ilustrar as discussões sobre as marcações e engendramentos sobre as práticas esportivas, permite que se visualize a localização da prática do futebol como exclusiva dos meninos, mesmo que as alunas queiram participar da modalidade não são permitidas pelo professor, que nesse contexto é a autoridade legítima de decisão.

A tentativa de subversão das alunas em participar de “algo” que não era pra elas, o jogar futebol, e o incomodo apresentado pelo grupo de alunos com as “piadas” sobre o “quê” elas seriam, permite que visualizemos



os lugares do sujeito no esporte como masculino, especialmente quando tratamos da modalidade esportiva futebol.

O fato do professor não permitir que as alunas transcendam as marcações dadas a elas como naturais, faz com que problematizemos que representação o professor “carrega” quando se fala sobre futebol feminino, tendo em vista que a exclusão das meninas na participação da modalidade ultrapassa a percepção de habilidade, parece mais um interdito (BUTLER, 2015).

Foucault (2012) quando fala sobre a história da sexualidade e como essas construções de discurso são difundidas e naturalizadas, as marcações de lugares de ação também são definidas nesse processo. Assim, as meninas que se sentiram interessadas em praticar o esporte futebol dentro dos jogos, porém essa possibilidade de participação não lhe era permitida.

Quando perguntamos ao professor o porquê de ele não deixar as meninas jogarem, não tivemos uma resposta efetiva, mas inúmeras justificativas de porque elas não deveriam jogar. Por exemplo, “Elas podem até quererem, mas na hora elas nem vão vir” (Professor A).

O que mais nos chamou atenção foi o fato do professor nem sequer pensar na possibilidade de as meninas participarem efetivamente, já que as aulas em contraturno são separadas por sexo, então elas poderiam, sim, estar incluídas dentro do espaço que lhe foi atribuído, as segundas e terças nas aulas práticas de educação física.

Destacamos nas ações desses sujeitos, especialmente em relação aos/às alunos/as, como situações de trocas e acordos podem ser palco para as discussões de gênero. Porém, tratar a temática positiva nas ações dos/as professores/as das escolas estudadas não é possível, pois ao perguntamos sobre o que eles acham das discussões de gênero e sexualidade na escola, obtivemos as seguintes respostas:

“Eu penso que esse lance de sexualidade e gênero nem era pra tá na escola” (Professor A).

“Sinceramente, isso é uma pouca vergonha. Esse lance de falar sobre gênero e sexualidade, há só o homem e a mulher e fim” (Professor B).

“Acho que deveríamos falar mais, mas eu não tenho formação para isso. Não sei nem por onde começar” (Professora C).

“Eu prefiro nem dar opinião” (Professor D).

“Não podemos fugir disso, mas eu não sei nem o que dizer. Cadê as formações? eles só cobram. Mas não tenho opinião formada sobre isso” (Professora E).

As falas destacadas dos/as professores/as nos levam há uma categorização em dois polos: 1) os que excluem as discussões da escola por achar irrelevante e sem sentido e 2) os que acham importantes, mas não discutem com a justificativa de não terem formação. Em ambas as situações não há as discussões sobre a temática, o que de longe parece que não há demandas para tais discussões dentro do espaço da escola.

Louro (2013) em suas produções que abordam a temática de gênero na escola destaca que o processo de debate e de discussões sobre o que entendemos e o que se pensa que é gênero, precisa está nos espaços escolares para ampliação da compreensão da diversidade.

Scott (1995) quando apresenta a categoria gênero como útil para uma análise histórica, traz informações que falar sobre gênero é falar sobre as relações de poder e as hierarquizações dos espaços sociais, onde há o sujeito que possui o direito de fala e outro não.

Se destacarmos que muitos dos acontecimentos presentes nas escolas estão marcados pela violência e pela opressão desses sujeitos que não se enquadram as normas referenciais de comportamento e que em determinado momento essas ações são reforçadas e atualizadas, com ações como “deixar passar” ou “fingir que não viu”.

Em dois dias de observação durante as aulas práticas em uma das escolas participantes da pesquisa, nos deparamos com a seguinte situação:

Eram dois meninos, um sentado ao lado do outro. Muitos alunos estavam no pátio em vários grupinhos. O professor chegou, pediu que fossem para quadra para realizarem as atividades. Os dois alunos ficaram no banco, conversando. Um dos alunos que voltava da quadra jogou água nos garotos que estavam sentados e disse “aqui não!”, o professor vinha logo a traz, nada fez. Fingiu que não viu. Eu fiquei sem saber o que fazer, só me aproximei e perguntei se estavam bem. (Trecho do caderno de campo, 29/03/17, escola 4).

A situação nos fez pensar ainda mais sobre os processos de silenciamentos nos espaços escolares dos chamados sujeitos desviantes. A conjuntura que permitiu que aquele aluno agredisse os demais e não fosse punido, nos desloca para o outro lado, quando trazemos a cena acontecimentos como estes, que são rotineiros, em maior ou menor grau, em relação aos que não correspondem as expectativas de comportamento.

Ações de intervenções para que se construa espaços de debates na escola sobre a temática são inviabilizadas por inúmeros discursos dominantes que colocam as discussões de relações de gênero não em um espaço público de debate, mas em uma perspectiva íntima, domiciliar e restrita.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Discutir sobre gênero e sexualidade na educação física, evidenciando as produções discursivas e as ações “ocultas” dos sujeitos agentes nas relações sociais, desestabiliza a normativa de que as capacidades físicas são naturais, permitindo que se pense sobre o processo de estímulo e treinamento dessas capacidades no transcurso da formação do sujeito, seja nos espaços educacionais formais ou não.

Quando discutimos gênero e demarcamos como esses processos podem definir e definem como os sujeitos serão reconhecidos e percebidos dentro dos espaços escolares, nos possibilitam problematizar as violências inerentes ao processo de educação formal. O fato de as meninas serem impedidas, ora visivelmente, ora sutilmente de qualquer modalidade em que a presença masculina seja predominante e que as habilidades requeridas favoreçam os meninos, nos convida a discutir e debater o

processo de construção do sujeito, processo esse que oprime inúmeras garotas. Embora se perceba esse processo de engendramento dentro dos espaços da educação física, as estratégias de subversão também são percebidas.

A cobrança tanto de alunas como de alunos na inclusão de novas atividades dentro das aulas de educação física possibilita este aspecto de ampliação de práticas, mesmo que os professores insistam em dizer que as meninas são menos habilidosas que os meninos e que a sexualidade na prática esportiva seja demarcada pela atividade que se escolhe, há situações em que os/as próprios/as alunos/as questionam essas ações “pedagógicas”.

Percebemos, assim, que há muito a se discutir sobre relações sociais de gênero e que as ações pontuais, especialmente, o processo de pesquisa como este, são indispensáveis para questionar os locais de fala dos sujeitos na escola, possibilitando uma diversidade de olhares e práticas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

AUAD, Daniela. Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BARROS, José D´Assunção. Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.

BECKER, Howard S. Truques da escrita. Rio de Janeiro: 2015.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interativa. 12 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.



LIMA, Rarielle Rodrigues. As relações de gênero no espaço da Educação Física Escolar no Município de Pio Xii – Ma. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2013.

_____. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio; Tadeu, Tomaz (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação física: raízes europeias e Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 1994.

4

INCLUSÃO
PELO ACESSO A
POLÍTICAS PÚBLICAS

SEÇÃO 4





CAPÍTULO 8

AUTONOMIA DA VONTADE E DIGNIDADE NO ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DA ORDEM JURÍDICA JUSTA NO ÂMBITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Delmo Mattos*

*Doutor em Filosofia pela UFRJ. Pós-Doutor em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (UFMA). Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça da UFMA. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Mestrado em Meio Ambiente da Universidade CEUMA. Líder do grupo de pesquisa Justiça, poder e relações éticas na contemporaneidade (CNPq). Pesquisador FAPEMA/CNPq

RESUMO

Refletir sobre a acessibilidade à ordem jurídica justa tem como pressuposto o exercício pleno da democracia e a concretização dos direitos humanos. Desse modo, na qualidade de instrumento democrático e promotor de direitos, o acesso à justiça, por sua vez, pressupõe a abertura em direção a plenitude dos direitos fundamentais dos indivíduos. Sendo assim, torna-se necessário examinar os mecanismos dessa abertura no qual possibilita a real eliminação das distâncias sistematicamente impostas entre a igualdade jurídico-formal e as desigualdades socioeconômicas. Diante desses pressupostos, o propósito desse artigo consiste em examinar o modo pelo qual a efetividade dos direitos fundamentais torna-se um elemento fundamental para o reconhecimento e a garantia ao acesso à justiça e de sua correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana. Nesses termos, a concepção de acesso à justiça não deve ser compreendida apenas em um contexto de acesso ao judiciário, mas em uma perspectiva abrangente e, ou seja, a concretização da ordem jurídica socialmente justa.

Palavras-chave: Ordem jurídica, acesso à justiça, direitos fundamentais, justiça

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a problemática referente ao acesso à justiça situa-se, sobretudo, no âmbito da questão do acesso das minorias à justiça e ao reconhecimento de direitos fundamentais. Esse pressuposto atesta a configuração das discussões de acessibilidade à justiça ao contexto da viabilidade democrática à ordem jurídica justa⁷. Trata-se, portanto, de conceber o Estado como um agente capaz de eficientemente assegurar o acesso à justiça pela ordem constitucional, atuando pela manutenção da paz social mediante a solução de conflitos jurídicos no âmbito dos parâmetros de razoabilidade. Desse modo, os termos do acesso da ordem jurídica justa exprimem necessariamente a garantia de que o Estado assegure instrumentos capazes de gerar decisões justas, especialmente referente a conflitos de interesse agregando à solução desses conflitos os valores contemplados pela ordem constitucional⁸.

Partindo dessa premissa, o acesso à justiça no âmbito do paradigma da ordem jurídica justa deve ser compreendido como a aquisição democrática do conhecimento e da apropriação dos direitos fundamentais, de forma a assegurar com eficácia a garantia plena e real de igualdade substancial de condições a todos. Sob ponto de vista do acesso à ordem jurídica justa, deve-se compreender o acesso à justiça o alcance a “uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano” (RODRIGUES, 1994, p. 28). Correspondendo o acesso à justiça a uma imposição dos direitos fundamentais humanos, o princípio da dignidade humana, por seu turno, efetiva-se substancialmente pelo pleno domínio da ordem jurídica justa.

⁷Essa perspectiva acentua Cappelletti: “(...) São seus elementos constitutivos: a) o direito de acesso à Justiça é, fundamentalmente, direito de acesso à ordem jurídica justa; b) são dados elementares desse direito: (1) o direito à informação e perfeito conhecimento do direito substancial e à organização de pesquisa permanente a cargo de especialistas e ostentada à aferição constante da adequação entre a ordem jurídica e a realidade sócio-econômica do país; (2) direito de acesso à justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; (3) direito à pre-ordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a efetiva tutela de direitos; (4) direito à remoção de todos os obstáculos que se anteponham ao acesso efetivo à Justiça com tais características” (1988, p. 128).

⁸“Acesso à ordem jurídica justa significa o acesso de todos “à via constitucional de solução de litígios, livres de qualquer óbice que possa comprometer a eficácia do resultado, pretendido por aquele cujos interesses estejam amparados no plano substancial” (BEDAQUE, 2009, p. 77).

Com efeito, a concepção de dignidade da pessoa humana filia-se inexoravelmente à existência de direitos fundamentais e, conseqüentemente pela aquisição de direitos inerentes à vida humana e à personalidade, conferindo um conjunto de princípio usualmente denominado de direitos humanos (ZISMAN, 2005, p. 55). Desse modo, concebe-se aquisição da igualdade como o principal instrumento da ampliação do acesso ao Poder Judiciário, permitindo de forma igualitária, a solução de conflitos pela via legal. Se for realmente assim, a igualdade pretendida e almejada pelos mecanismos de efetivação dos direitos humanos torna-se o pressuposto fundamental de reconhecimento do acesso à justiça de forma igualitária e, sobretudo, justa.

Diante do que foi exposto, o propósito desse artigo consiste em examinar o modo pelo qual a efetividade dos direitos fundamentais torna-se um elemento fundamental para o reconhecimento e a garantia ao acesso à justiça e de sua correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana. Em outros termos, verifica-se a relação entre a efetividade dos direitos fundamentais pelo modo como o acesso à justiça torna-se a condição de possibilidade do princípio da dignidade da pessoa humana. Nesses termos, a concepção de acesso à justiça não deve ser compreendida apenas em um contexto de acesso ao judiciário, mas em uma perspectiva abrangente, ou seja, como a concretização da ordem jurídica socialmente justa.

Por conseguinte, a efetivação da ordem jurídica justa demanda a garantia de que o Judiciário esteja disposto a efetivar direitos, o que implica compartilhar direitos e deveres de maneira recíproca. Nesse sentido, deve-se conceber de forma recíproca e complementar dignidade e liberdade como elementos essenciais da ordem jurídica justa. Por sua vez, a reciprocidade é a condição da dignidade humana como pressuposto da autonomia da vontade. Segundo Barroso (2010), a dignidade como autonomia envolve, antes de tudo, a capacidade de autodeterminação, assim, como “o direito do indivíduo de decidir os rumos da própria vida e de desenvolver livremente sua personalidade”. Desse modo, o acesso à justiça enquanto núcleo central da dignidade humana está subjacente aos direitos sociais materialmente fundamentais, em cujo âmbito de atuação

pressupõe o exercício dos direitos individuais e políticos, da autonomia privada e pública.

Sendo assim, considera-se uma simetria entre os termos dos direitos fundamentais e a efetivação da dignidade humana. Para tanto, examinam-se, em um primeiro momento, os critérios formais da ordem jurídica justa. Com base nisso pergunta-se: os direitos fundamentais somente são garantidos quando há efetividade de obtenção da dignidade humana? Diante disso, as discussões evidenciam a relação entre obtenção de uma ordem jurídica justa com os critérios formais da efetivação dos direitos e garantias fundamentais, uma vez que ambos objetivam garantir e fomentar os critérios de dignidade da pessoa humana, o que evidencia uma certa reciprocidade entre ambos. Assim, fica evidente que a fundamentação da dignidade da pessoa humana se baseia na valorização da liberdade, sendo a concepção de dignidade um pressuposto da autodeterminação dos indivíduos.

Em um segundo momento, analisam-se a consecução da autonomia da vontade e dignidade da pessoa humana como pressuposto da efetividade da ordem jurídica justa no âmbito dos direitos humanos. Discute-se o modo pelo qual a dimensão da dignidade humana converge a possibilidade do exercício de uma cidadania plena e ativa em um elemento central da autodeterminação dos indivíduos. Desse modo, a aplicação da justiça, bem como o seu acesso não deve ser considerada como algo aquém do princípio da dignidade da pessoa humana, assim como não deve ser considerado como um obstáculo à autonomia da vontade.

2 O CRITÉRIO DA ORDEM JURÍDICA JUSTA: A CONSECUÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O princípio da igualdade consiste na pauta pelo qual os termos do acesso à justiça buscam seguir em suas categorias fundamentais. Da mesma forma, a igualdade pretendida pelos defensores dos direitos humanos tornou-se o ponto basilar do reconhecimento do acesso à justiça de forma igualitária. Diante disso, pode-se conceber o princípio de acesso



à justiça, inscrito no n. XXXV do art. 5º, da Constituição Federal, não pode apenas ser considerado como um princípio garantidos do acesso formal aos órgãos judiciários, mas um acesso qualificado que propicie aos indivíduos o acesso à ordem jurídica justa, no sentido de que cabe universalmente a todos que por ventura obtenha um problema jurídico uma atenção do Poder Judiciário.

Na perspectiva de Madeu (2011), o acesso à justiça é um processo de eliminação da distância entre a igualdade jurídico-formal e as desigualdades socioeconômicas, ou seja, entre o processo civil e a justiça social⁹. Senso assim, por acesso à justiça deve ser entendido como a possibilidade de ingresso em juízo e à ordem jurídica socialmente justa¹⁰. Com base nessa afirmativa pode-se, portanto, conceber o acesso à justiça, segundo a perspectiva de Cappelletti e Garth “como o requisito fundamental - o mais básico dos direitos humanos - de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (1988, p. 12). Sobre essa questão, Madeu menciona:

A dignidade da pessoa humana, conforme já visto, abrange todos os aspectos da vida do ser humano, preservando mínimas condições de vida digna e conferindo autonomia à vontade de cada pessoa. Por esse princípio restam assegurados os direitos fundamentais, tais como liberdade, segurança pessoal, o exercício de direitos políticos e sociais. Pela via protetiva são coibidos atos desumanos, cruéis, degradantes. Mas também, e aqui especificamente chegamos ao objeto desse estudo, entendemos que esse princípio possibilita ao indivíduo agir em defesa de todos os seus direitos (2011, p. 23).

Considerando-se, então, o mais básico dos direitos humanos, uma vez que se trata de uma garantia ao exercício dos demais direitos compreendidos, portanto, como essencial à plenitude dos direitos fundamentais dos indivíduos, o acesso à ordem jurídica justa constitui o meio imprescindível para a segurança jurídica na consecução da tutela

⁹ O direito fundamental ao Acesso à Justiça, também chamado de direito fundamental à inafastabilidade da jurisdição ou direito de ação, está contemplado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXV, e dispõe que “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” (BRASIL, 1988).

¹⁰ (...) a problemática do acesso à Justiça não pode ser estudada nos acanhados limites do acesso aos órgãos judiciais já existentes. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à Justiça enquanto instituição estatal e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa” (WATANABE, 1998, p. 128).

jurisdicional. Conforme evidencia Zavascki, o acesso à ordem jurídica justa pressupõe o “direito de provocar a atuação do Estado, detentor do monopólio da função jurisdicional, no sentido de obter, em prazo adequado, não apenas uma decisão justa, mas uma decisão com potencial de atuar eficazmente no plano dos fatos” (1997, p. 32)¹¹.

Por outro lado, observa Mattos (2011), o reconhecimento e a previsão de direitos não são suficientes para que eles sejam de fato efetivados. Dessa forma, nas palavras de Mattos, “existe a necessidade de se preverem também garantias fundamentais que exerçam a função de instrumentos de concretização dos direitos fundamentais. Para tanto, surgem os instrumentos, normalmente, processuais, de proteção” (2011, p. 23). Com efeito, segundo, Salles, “os direitos fundamentais são aqueles que protegem a pessoa humana na sua vida privada, social, política, econômica, coletiva e moral, de forma a amparar todos os modos de vida dentro ou fora de uma coletividade” (2003, p. 54). Nesse contexto, fica evidente o entendimento jurídico do direito de acesso à justiça como direito e garantia fundamental, uma vez que se mostra o cerne para outros tantos direitos sejam respeitados.

Conforme o exposto, a Constituição brasileira protege a dignidade da pessoa humana por meio da criação dos direitos fundamentais, trata-se do núcleo comum dos direitos fundamentais, que foram efetivados com o objetivo de proteger e promover o desenvolvimento da personalidade e a dignidade da pessoa humana¹². Com efeito, o motivo desse princípio deve-se, sobretudo, a caracterização dos direitos fundamentais como caráter unitário e sistêmico, uma vez que todos têm como origem a dignidade da pessoa humana. Na perspectiva de Sarlet (2012), a dignidade apresenta

¹¹ No artigo 8º. §1º, da Convenção Americana de Direitos Humanos encontramos que: “Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza”.

¹² “A garantia de efetivo acesso à Justiça também constitui um Direito Humano e, mais do que isto, um elemento essencial ao exercício integral da cidadania, já que, indo além do simples acesso à tutela jurisdicional, não se limita ao mero acesso ao Poder Judiciário. Por conta disso é que José Alfredo de Oliveira Baracho afirma que ele ‘é primordial à efetividade dos direitos humanos, tanto na ordem jurídica interna como na internacional. O cidadão tem necessidade de mecanismos próprios e adequados para que possa efetivar seus direitos’ (CESAR, 2002, p. 34).

“dimensão dúplice”, pois se manifesta tanto como expressão da autonomia e autodeterminação da pessoa humana, assim como limite à ação do estado e de terceiros, e também, na perspectiva assistencial como tarefa de fomento, ou seja, quando não houver as condições mínimas necessárias para se desenvolver de forma autônoma sua dignidade¹³.

Por outro lado, de acordo com Kant, para se afirmar que o ser humano possua dignidade, torna-se imprescindível demonstrar que ele é autônomo, o que implica, necessariamente, ser livre. Na sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant relaciona o conceito de liberdade relacionando-o com a autonomia. De acordo com o filósofo, a liberdade é a base da explicação da autonomia da vontade e tem de ser atribuída a todo o ser racional dotado de vontade, pois, só assim é que ele pode agir. Assim ao definir a liberdade como “uma propriedade da vontade de ser lei para si mesma”, isto é, como autonomia, Kant identifica vontade livre e vontade submetida às leis, de tal modo que, “sob o ponto de vista da autonomia, a liberdade não é simplesmente submetida a uma lei, mas se torna igualmente seu fundamento” (ROHDEN, 1981).

Conforme expressa Bobbio (1997, p. 62), “Essa definição é, por si mesma, muito objetiva: se por autonomia se entende a faculdade de dar leis a si mesmo, é certo que a vontade moral é por excelência a vontade autônoma; porque a vontade moral é aquela que não obedece a outra lei a não ser a lei moral e não se deixa determinar por inclinações ou cálculos interessados”. Em outras palavras, segundo Kant: age segundo uma máxima que permita considerar a vontade ao mesmo tempo como legisladora universal (KANT, 1980, p. 76). Com isso, Kant argumenta que não basta a prova da possibilidade da liberdade para os seres humanos, torna-se absolutamente necessário que ela seja pressuposta como propriedade de todos os “seres racionais” (KANT, 1980).

¹³(...) no caso da dignidade da pessoa humana, diversamente do que ocorre com as demais normas jusfundamentais, não se cuida de aspectos mais ou menos específicos da existência humana (integridade física, intimidade, vida, propriedade, etc.), mas, sim, de uma qualidade tida para muitos – possivelmente a esmagadora maioria – como inerente a todo e qualquer ser humano, de tal sorte que a dignidade – como já restou evidenciado – passou a ser habitualmente definida como constituindo o valor próprio que identifica o ser humano como tal, definição esta que, todavia, acaba por não contribuir muito para uma compreensão satisfatória do que efetivamente é o âmbito de proteção da dignidade, pelo menos na sua condição jurídico normativa (SARLET, 2010, p. 18)

Considerando, portanto, a ideia de o ser humano ser um fim em si mesmo, ou seja, as suas atitudes são produtos da sua razão (quando for um ser humano racional) e, desta forma devendo ser interpretado pelo Estado e pela sociedade como produto da autonomia da vontade desta pessoa, ou seja, devendo ser considerada lei para as outras pessoas, desde que não esteja interferindo na dignidade da pessoa humana.

3 O PRINCÍPIO SUPREMO DA MORALIDADE: DIREITOS FUNDAMENTAIS E A VALORIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Kant, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* argumenta:

Desprezar os outros (*contemnere*), ou seja, negar-lhes o respeito devido aos seres humanos em geral, é em todas as situações contrário ao dever, uma vez que se tratam de seres humanos [...] contudo, não posso negar todo respeito sequer a um homem corrupto como ser humano; não posso suprimir ao menos o respeito que lhe cabe em sua qualidade como ser humano, ainda que através de seus atos ele se torne indigno desse respeito. Assim, podem haver punições infamantes que desonram a própria humanidade (tais como esquartejamento de um homem, seus despedaçamentos produzidos por cães ou cortar fora seus nariz e orelhas). (2008, p306-7).

Nesse contexto, fica claro que a dignidade humana se funda exclusivamente na autonomia da vontade, mas na capacidade do ser racional de “dar-se fins e não tão somente na sua autonomia. Segundo Weber (1999) tratar uma pessoa simplesmente como meio significa impedi-la de consentir com a forma como será tratada. É possível tratar uma pessoa como meio desde que ela expresse seu consentimento, ou seja, desde que concorde com a ação do outro e que, simultaneamente, tenha conhecimento da intenção presente na própria ação.

Sobre isso afirma Weber,

O princípio dessa autonomia consiste em escolher aquelas máximas que possam ser, simultaneamente, convertidas em leis universais. Há aqui um critério de escolha: máximas que possam passar pelo teste da universalização. A ênfase está na autonomia e na autolegislação. A vontade é legisladora universal na medida em que ela pode querer que sua máxima seja lei universal. A lei é resultado da capacidade de universalização da minha máxima. Somos autônomos quando obedecemos à lei da qual fomos autores. Vemo-nos como legisladores de um reino dos fins, uma

comunidade moral. A vontade está sujeita à lei porque faz a lei. Uma vontade “supremamente legisladora”, diz Rawls comentando Kant, é aquela que não está sujeita a nenhuma vontade que lhe seja superior (HFM, p. 237). A autonomia, assim entendida, pode ser considerada como autodeterminação da vontade. É, também, o princípio mais elementar da democracia moderna (1999, p. 45).

Nessa linha de pensamento, pode-se evidenciar que Kant afirma ser “a autonomia é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional”. Não obstante, Höffe (1979, p. 23) indaga: “Se, então, a autonomia é o fundamento da dignidade humana e de todo ser racional, essa, por sua vez, implica a exclusão de qualquer que seja o interesse externo ou motivo empírico da observação da lei e, assim, a plena e autêntica liberdade moral”? O fundamento dessa pressuposição assenta-se sob a tese de que o princípio do ser humano como fim em si mesmo está intrinsecamente imbricado aos princípios fundamentais, enquanto deriva da autonomia da vontade e, através desta, da liberdade moral, ou seja, um dos três postulados da razão e cuja existência é conhecida por meio da lei moral.

Segundo Tonneto,

Kant afirma que “a moralidade e a humanidade, na medida em que ela é capaz da mesma, é a única coisa que tem dignidade” (GMS, AA 04: 435). Nessa afirmação, precisamos observar um ponto essencial para entendermos porque Kant atribui dignidade à natureza humana. Desse modo, deve-se analisar o que ele entende por humanidade. Na Doutrina da Virtude, Kant afirma que “a capacidade de em geral se propor um fim, qualquer que ele seja, é o que constitui o elemento característico da humanidade (ao invés da animalidade)” (TL, AA 06: 392). Na GMS, essa explicação é utilizada para definir a natureza racional: “a natureza racional distingue-se das restantes por se pôr a si mesma um fim. Este fim seria a matéria de toda a vontade boa” (GMS, AA 04: 437) (2013, p. 189)

Seguindo essa linha de raciocínio, segundo Sarlet (2001) no que respeita a essa dupla dimensão da dignidade, pode-se dizer que ela é, ao mesmo tempo, expressão da autonomia da pessoa humana - adquirindo, nesse sentido, íntima ligação com o princípio de liberdade e, conseqüentemente, com os princípios da moralidade de Kant, na medida em que o ser humano não deve jamais ser tratado como mero objeto ou instrumento para a realização de fins alheios, devendo ser considerado

como um fim em si mesmo. Na visão de Weber (1999), tratar uma pessoa simplesmente como meio significa impedi-la de consentir com a forma como será tratada. Ou, segundo Tonneto (2013), a dignidade é um valor que não depende de um preço de mercado e de um preço afetivo. Aquilo que não tem um preço pode ser substituído por qualquer outra coisa equivalente e relativa, enquanto aquilo que não é um valor relativo é superior a qualquer preço, é um valor interno e não admite substituto equivalente, é o que tem uma dignidade.

A dignidade do homem como o conjunto das únicas qualidades que o distinguem do reino animal e vegetal, as quais asseguram a ele um lugar excepcional no universo. Se o homem é considerado apenas como um mamífero – mesmo mais desenvolvido – seria difícil justificar para ele esse tratamento extraordinário. Diante disso, conforme expõe Tonneto (2013), a análise do valor da dignidade descrito por Kant como incomparável e incondicional. Todos os seres racionais com dignidade são sem exceção valiosos e merecedores desrespeito.¹⁴

Tal necessidade demonstra, por sua vez, uma “evocação da necessidade de sua proteção por parte da comunidade e do Estado” (SARLET, 2001), principalmente quando a pessoa humana não seja capaz ou não se encontre em condições de exprimir sua vontade, como é o caso dos absolutamente incapazes e das pessoas, por exemplo, involuntariamente submetidas a um tratamento médico ou a uma internação (SARLET, 2001). De acordo com Beck (1960), é mediante essa perspectiva que se insere a ideia de dignidade humana, ou seja, a consideração do ser humano como fim em si mesmo, como dotado de dignidade, tem sentido somente se este for concebido como capaz de autêntica moralidade e, então, como livre na sua vontade, como autônomo.

Desse modo, na esfera jurídica, a primazia da pessoa com fundamento na dignidade configura-se como resposta ao argumento de que os ordenamentos normativos, obviamente, não concedem dignidade (MORAIS, 2006). O que eles fazem é apenas o reconhecimento da

¹⁴ “Algo que possui dignidade têm esse valor de maneira incondicional, isto é, independente do fato contingente de algumas vezes ser útil ou desejado. Pode-se afirmar que as coisas que possuem um mero preço têm um valor”. (TONNETO, 2013, p. 233)

dignidade como dado essencial da construção do universo jurídico. Enquanto princípio constitucional, a dignidade permeia e orienta o ordenamento que a concebe como fundamento, porém seu significado é muito mais amplo que a conceituação jurídica que venha a ser adotada. Desse modo, a dignidade prevalece como condição da essência humana, ainda que um dado sistema jurídico não a conceba (MORAIS, 2006)¹⁵.

Com efeito, observa Sarlet: “A dignidade da pessoa humana deve ser assim respeitada tanto como princípio moral essencial como enquanto disposição de direito positivo. Respeitar a dignidade do homem exige obrigações positivas”. (2012, p. 86). O acesso à justiça passa a ser um direito componente do mínimo existencial do ser humano, tendo em vista se tratar de um direito básico que deve ser garantido e promovido pelo Estado e pela sociedade para que possa o cidadão buscar a efetivação de seus direitos, principalmente os demais direitos necessários a viver com dignidade, com qualidade de vida e que podem ser enquadrados na categoria de “mínimo existencial”¹⁶.

Segundo Barroso, o rol de prestações que integram o mínimo existencial pode variar conforme uma perspectiva subjetiva de que o elabore, mas é perfeitamente razoável afirmar que o consenso incluiria: renda mínima, saúde básica e educação fundamental. “Há ainda um elemento instrumental, que é o acesso à justiça, indispensável para a exigibilidade e efetivação dos direitos” (2010, p. 39). Assim, o direito humano de acesso à Justiça constitui direito indispensável que compõe o mínimo existencial do indivíduo, é direito instrumental através do qual a parcela da população excluída de outros direitos humanos materiais pode

¹⁵“Que a dignidade humana seja o fundamento dos direitos humanos e seja protegida neles. Protegida não significa que o conceito de dignidade humana seja “redundante”. Em vez disso, segue-se que: Primeiramente, na proposição jurídica, no conceito de dignidade humana como fundamento dos direitos humanos e como norma fundamental da constituição é possível uma compreensão adequada daquilo que deve ser protegido pela garantia da dignidade: a igualdade e a liberdade de todos os que são seres humanos” (SANDKÜHLER, 2013, p. 128).

¹⁶Segundo Borella (1999), p. 160): [...] o mínimo existencial corresponde ao conjunto de situações materiais indispensáveis à existência humana digna; existência aí considerada não apenas como experiência física – a sobrevivência e a manutenção do corpo – mas também espiritual e intelectual, aspectos fundamentais em um Estado que se pretende, de um lado, democrático, demandando a participação dos indivíduos nas deliberações públicas, e, de outro, liberal, deixando a cargo de cada um seu próprio desenvolvimento.

reivindicá-los perante o Poder Judiciário, exigindo-se prestações positivas do Estado para o respectivo implemento¹⁷.

Não obstante, enquanto o acesso à justiça torna-se uma imposição dos direitos fundamentais humanos, o princípio da dignidade humana, por seu turno, efetiva-se substancialmente pelo pleno domínio da ordem jurídica justa. Essa consequência, portanto, o direito ao acesso à justiça não deve ser representado como um direito meramente formal, mas “uma garantia essencial de toda a sociedade democrática e um dos elementos constitutivos do Estado Democrático de Direito” (CAPELLETTI; GARTH, 1988, p. 33).

Em linhas gerais, reconhecer, portanto, o direito fundamental à pessoa humana de modo que garante a efetivação dos outros tantos direitos previstos no ordenamento jurídico. Desse modo, os termos do acesso à justiça enquadram-se efetivamente como um requisito fundamental – “o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (CAPELLETTI; GARTH, 1988, p. 34).

Verifica-se, portanto, que o princípio da dignidade da pessoa humana constitui uma norma constitucional essencial à interpretação e integração do nosso ordenamento jurídico, conferindo unidade e sentido a todas as demais normas do ordenamento jurídico, em especial, na perspectiva de Ramos (2004), na concretização dos direitos fundamentais e na implementação dos direitos sociais, na medida em que se nega o homem como objeto e acolhe a ideia da pessoa humana enquanto fim em si mesma, portanto sujeito de direitos que carecem de reconhecimento e proteção.

Desse modo, todo esforço relacionado à concretização do direito de acesso à justiça como direito fundamental requer sensibilidade diante das questões de cunho social e engloba outras preocupações: a concretização dos demais direitos fundamentais e a valorização da dignidade da pessoa humana.

¹⁷Sarlet afirma: “A denominação ‘mínimo existencial’ não se confunde com ‘mínimo vital’ ou ‘mínimo de sobrevivência’, uma vez que estas duas últimas expressões não abrangem “as condições para uma sobrevivência física em condições dignas, de uma vida com certa qualidade” (2010, p. 23).

4 AUTONOMIA DA VONTADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A EFETIVIDADE DA ORDEM JURÍDICA JUSTA NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS

O acesso à justiça, diante do princípio da dignidade da pessoa humana relaciona-se diretamente aos Direitos Humanos anunciados brevemente no preâmbulo constitucional, demonstra ser uma carta de intenções que e concretiza nitidamente mediante o respeito à autonomia do indivíduo. Nos termos expostos, segundo Borella (1999), a autonomia torna-se o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. Sob a ótica de Kant, a autonomia designa a independência da vontade em relação a todo objeto de desejo e sua capacidade de determinar-se em conformidade com sua própria lei, que é a da razão¹⁸.

De acordo com Kant, o ser racional ao participar da legislação universal, ao se submeter à lei que ele próprio se confere, é fim em si, não possui valor relativo, mas uma dignidade, um valor intrínseco. “A autonomia é, pois, o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (KANT, 1980, p. 223).

Considerando essa perspectiva, a identificação da dignidade como uma forma de autonomia constitui um ponto de vista dos direitos humanos de valorização do indivíduo e, simultaneamente, de preservação da estrutura social¹⁹. Com base nessa afirmativa, Barroso e Martel expõem: “A visão da dignidade como autonomia valoriza o indivíduo, sua liberdade e seus direitos fundamentais. Com ela são fomentados o pluralismo, a diversidade e a democracia de uma maneira geral” (BARROSO; MARTEL, 2012, p. 21). Diante de tal afirmativa, percebe-se que autonomia como princípio da dignidade humana satisfaz as perspectivas de consecução dos interesses individuais, baseado nas condições para o exercício da

¹⁸ A vontade como reflexo do desejo, segundo Kant, busca a máxima – age de tal modo que a máxima de sua vontade possa valer sempre como princípio de uma legislação universal (KANT, 1980, p. 40).

¹⁹ Destaca-se no argumento do autor a defesa da existência de um “mínimo existencial”, composto de um “conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute da própria liberdade” cuja lesão, “ainda que haja sobrevivência”, suprime a “dignidade”. (BARROSO, 2001, p. 26-27).

autodeterminação que, conseqüentemente, relaciona-se diretamente com o instrumental necessário às ações autônomas²⁰.

Se recordássemos o princípio da autonomia em Kant, segundo o qual “escolher sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer” (PATON, 1971, p. 78). Podemos, contudo, baseado na afirmativa inferir que o princípio da dignidade da natureza humana, enquanto ser racional e, a liberdade é a chave da autonomia da vontade. Significando que a razão prática enquanto vontade recebe de si mesma a direção (PATON, 1971, p. 79).

O que o conduz a aferir que o princípio supremo de toda eticidade é a consciência da liberdade que nos faz agir motivado por leis morais, por advir da vontade livre. Com efeito, o princípio da autonomia é o imperativo categórico, sua formulação geral é: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1980, p. 223). Tal princípio só é possível na pressuposição da liberdade da vontade, ou seja, a vontade deve querer a própria autonomia e sua liberdade consiste em ser lei para si mesma.

Tal reflexão pode ser facilmente percebida quando se relaciona a ideia de liberdade está inseparavelmente unida ao conceito de autonomia, assim como, segundo Paton (1971), a autonomia vincula-se ao princípio universal da moralidade, que idealmente serve de fundamento a todas as ações dos seres racionais, da mesma maneira que a lei da natureza serve de fundamento a todos os fenômenos. Em vista disso, para que a vontade seja livre e autônoma, importa que a razão seja o determinante *a priori* da vontade. A consequência dessa afirmação indica, sobretudo, que ações livres são aquelas isentas de quaisquer influências externas ou de conteúdo empírico. De acordo com Paton (1971), no pensamento de Kant não há liberdade em agir contra a lei, pois, a liberdade só decorre do agir conforme a lei moral.

²⁰ O princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República de 1988, constitui fundamento de validade que harmoniza e inspira todo o ordenamento constitucional vigente, informando, de modo expressivo, a base do ordenamento republicano e democrático.

Não obstante, quando a finalidade é o acesso à justiça enquanto princípio à dignidade da pessoa humana, há também uma conexão íntima também com a cidadania, a democracia e o direito a um desenvolvimento humano digno, relacionado aos aspectos: “mental, físico, educacional, profissional e espiritual, para que possamos alcançar a sadia qualidade de vida, com resultados na autoestima, na produção, na personalidade que infunde ideias, honra, natureza, elevação e respeito de sentimentos próprios e que permite o reconhecimento da cidadania como qualidade moral.” (CESAR 2002, p. 12).

É nesse ambiente democrático que o direito de acesso à justiça ganha maior significado. Ramos (2004), esclarece que tal fato se deve porque somente o Estado limitado pelo princípio da legalidade e pela democracia pode assumir um compromisso concreto com a função social tendo condições para estruturar uma ordem jurídica legítima e que garanta o respeito à liberdade. Desse modo, a relação entre a justiça democrática e o direito de acesso confere ao indivíduo cidadania. Sendo assim, conforme evidencia de Dallari: “A igualdade democrática deve levar em conta a igualdade quanto aos direitos fundamentais, mas também a efetiva igualdade de oportunidades, que é bem mais do que a igualdade apenas formal ou a igualdade perante a lei” (2004, p. 31).

Se, portanto, no estado democrático de direito, o acesso à justiça assume a função de proteção das minorias, bem como garante direitos iguais àqueles que não comungam das mesmas convicções econômicas, sociais, políticas e religiosas da maioria, o seu fundamento está na consecução dos direitos humanos. Não obstante, Rodrigues (1994) a natureza incondicional da dignidade da pessoa humana pressupõe que ela mesma possa restringir a livre vontade do homem.

Na perspectiva de Rodrigues,

A dignidade impõe os deveres ao indivíduo e ao Estado. A dignidade impõe a solidariedade e faz nascer o ditame de uma ação positiva. A contraposição da liberdade à dignidade constitui o menosprezo do ser humano na sua totalidade. A liberdade sem atendimento à dignidade é uma liberdade alienada. A dignidade separada da liberdade é uma dignidade periclitante (1994, p. 23).

Dentro dessa linha de pensamento, há que reconhecer que o conjunto de direitos existenciais que compõem a dignidade pertence aos homens em igual proporção. Conforme essa determinação, fica evidente não ser possível considerar em maior ou menor dignidade, pelo menos no sentido aqui atribuído à expressão, de conjunto aberto de direitos existenciais. Com efeito, Zisman (2005) conclui que a condição humana fornece ao ser a capacidade de envergar a autonomia, a liberdade e a responsabilidade, e são tais condições ínsitas de se ser homem que ensejam o conteúdo ao princípio da dignidade da pessoa humana, princípio este que tem o escopo de catalisar primariamente a efetividade dos direitos fundamentais, permitindo, de tal forma, uma plausível aplicação dos mandamentos constitucionais pertinentes.

Dessa forma, dignidade da pessoa humana e isonomia são princípios constitucionais que caminham próximos, sendo que o primeiro antecede o segundo, vez que todo ser humano é credor de ver preservada sua dignidade e, na visão de Zisman (2005), por tal razão, em relação a outro ser humano, há de merecer igual tratamento, pena de estar sendo diminuído em sua dignidade em relação ao que está sendo beneficiado, e ao mesmo tempo estar sendo vilipendiado em seu direito de usufruir, em situações iguais, de tratamentos iguais.

Sendo o acesso à justiça, erigido como direito fundamental, não se podem medir esforços para sua concretização, pois o poder constituinte originário reconheceu o direito fundamental da pessoa humana em receber os influxos permanentes da proteção jurídica imanente ao Estado Democrático de Direito. De acordo com Weisstub (2002), no sentido de ser direito humano e, portanto, inerente à natureza humana, a garantia do acesso à justiça, legitimamente positivado pela Constituição, resulta, sem dúvida, num direito fundamental. Nesse viés de interconexidade, ainda segundo Weisstub (2002), o direito fundamental de acesso à justiça assume papel de suma importância para a concretização dos demais direitos fundamentais, na medida em que se comunica com estes, adquirindo, portanto, um novo conteúdo, que integra a dignidade da pessoa humana.



REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. A dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf último acesso em 11.07.2017.

BARROSO, Luis Roberto; MARTEL, Letícia de Campos Velho. A morte como ela é: dignidade e autonomia individual no final da vida. In: GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. Bioética e Direitos Fundamentais (Orgs.). São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999

BEDAQUE, José Roberto. Garantia da Amplitude de Produção Probatória. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). Garantias constitucionais do processo civil. São Paulo: RT, 1999.

BORELLA, François. Le Concept de Dignité de la Personne Humaine. In: PEDROT, Philippe (Dir). Ethique, Droit et Dignité de la Personne. Paris: Economica, 1999, pp. 29-38.

BOBBIO, N. Estado e direito no pensamento de Kant. Brasília, UnB, s\d. 6

BECK, L.W. A Commentary on Kant's Critique of Practical Reason. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1966.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

CESAR, Alexandre. Acesso à justiça e cidadania. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Acesso à justiça: juizados especiais cíveis e ação civil pública. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

FACHIN, Luiz Edson e PIANOVSKI, Carlos Eduardo. A dignidade da pessoa humana do direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do Neopositivismo Constitucionalsita. Rio de Janeiro: PADMA, RTDC 35 (julho/setembro 2008).

HÖFFE, O. "Kants kategorischer Imperativ als Kriterium des Sittlichen". Ethik und Politik. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1979. KANT, I. Crítica da Razão Prática. Lisboa: Edições 70, 1986. _____. Doutrina do Direito. São Paulo: Ícone, 1993. _____. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 1980.

MADEU, Diógenes. A dignidade da pessoa humana como pressuposto para a efetivação da Justiça. Lumen, p. 95-104, julho/novembro. 2001.

MATTOS, Fernando Pagani. Acesso à justiça: um princípio em busca de efetivação. Curitiba: Juruá, 2011.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NALINI, José Renato. O juiz e o acesso à justiça. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

NODARI, P.C. A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant. Caxias do Sul: Educus, 2009.

PATON, H. J. The categorical imperative: a study in Kant's moral philosophy. Philadelphia, Estados Unidos: University of Pennsylvania press, 1971.

ROBERT, Cinthia; SÉGUIN, Elida. Direitos humanos, acesso à justiça: um olhar da defensoria pública. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ROHDEN. Interesse da Razão e liberdade. São Paulo: Ática, 1981.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. *Acesso à justiça no direito processual brasileiro*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

RAMOS, Carlos Henrique. Acesso à Justiça e efetividade do processo: novos caminhos. Revista Dialética de Direito Processual. São Paulo. n.21, dez. 2004. Dialética.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Dignidade Humana e Moralidade Democrática. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006

SALES, Lília Maia de Moraes. Justiça e mediação de conflitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 9. Ed - Livraria do advogado. Porto Alegre, 2012.

_____. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. Ed - Livraria do advogado. Porto Alegre, 2010.

SANDKÜHLER, Hans Jörg. A Dignidade Humana como Fundamento dos Direitos Humanos. O Exemplo da Constituição da República Federal da Alemanha. In: ALEXY, Robert; BAEZ, Narcizo Leandro Xavier; SANDKÜHLER, Hans Jörg; HAHN, Paulo (Orgs.). Níveis de Efetivação dos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais: Um diálogo Brasil e Alemanha. Joaçaba: Unoesc, 2013.

SANDEL, Michael J. Justiça O que é fazer a coisa certa. Trad. de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

TAYLOR, Charles. La liberte des modernes. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

TONNETO, Consenso Milene. Sobre a caracterização do conceito de dignidade em Kant. Princípios. v. 20, n. 33 Janeiro/Junho de 2013, p. 181-194

VIANA, Luiz Werneck. et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VIEIRA DE CRISTO, Ismael. Acesso à justiça e participação popular: reflexões sobre o direito de ação. São Paulo: Pulsar, 2000.

WATANABE, Kazuo. Acesso à Justiça e Sociedade Moderna. In: GRIN O VER, Ada Pelegrini. Participação e processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988

WEISSTUB, David N. Honor, Dignity, and the Framing of Multiculturalist Values. In: KRETZMER, David; KLEIN, Eckart (Ed.). The Concept of Human Dignity in Human Rights Discourse. The Hague: Kluwer Law International, 2002.

WEBER, Thadeu. Ética e Filosofia Política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

ZAVASCKI, Teori Albino. Medidas cautelares e medidas antecipatórias: Técnicas diferentes, função constitucional semelhante. In: Inovações do Código de Processo Civil, Livraria do Advogado. Porto Alegre: 1997.

ZISMAN, Célia Rosenthal. O Princípio da dignidade da pessoa humana. São Paulo: IOB Thomson, 2005.





CAPÍTULO 9

OS IMPACTOS DA COLETA SELETIVA DO LIXO: uma questão de saúde pública

Edson Sousa da Silva ¹
Áurea Alves de Sousa ²

¹ Professor da rede estadual de ensino do Maranhão, graduado em Letras e Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (PGLB/UFMA). E-mail: edinhodim@hotmail.com

² Professora da rede estadual de ensino do Estado do Maranhão, graduada em Letras e especialista em Educação do Campo. E-mail: aurealili@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto dos resultados obtidos a partir da execução do projeto “Coleta Seletiva do Lixo: uma questão de saúde pública” selecionado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), através da ação “Juventude com Ciência” sendo culminado no município Governador Newton Bello, que está entre os de baixo IDH no Maranhão, no período de 23 a 26 de novembro de 2017, pelos alunos de ensino médio do Centro de Ensino José Malaquias – Anexo Ludovico, de Lago do Junco-MA. O projeto tem como objetivos conscientizar, sensibilizar a população sobre a implantação de uma coleta seletiva de resíduos sólidos, buscando mudanças comportamentais com relação ao ambiente e à saúde, além de se perceber a importância da coleta seletiva do lixo como uma questão de saúde pública. A execução do projeto se deu em três momentos: seleção dos alunos da rede estadual de ensino, execução de oficinas e visitas aos pontos de descartes de lixo público no município selecionado e apresentação dos resultados para a comunidade escolar. Como resultados principais obtidos na execução do projeto pode-se ressaltar a melhoria no desempenho e interesse dos alunos na escola, mudanças promovidas na população e no contexto e a promoção e fortalecimento de articulações e intercâmbio entre jovens de várias regiões do estado do Maranhão.

Palavras-chaves: Lixo. Coleta Seletiva. Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O aumento acelerado da população mundial e o crescimento desordenado das cidades criaram sérios problemas ambientais, por consequência tornou-se necessário criar políticas públicas para tentar amenizar a degradação ambiental e o lixo urbano, que é uma das maiores preocupações de ordem sanitária e ambiental do administrador de qualquer cidade brasileira.

Em contraponto a Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente, instalam a Agenda 21, assinada também pelo Brasil, estabelece que,

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados (AGENDA 21, 1992).

Assim, quaisquer atividades humanas produzem resíduos sólidos, e esses resíduos sejam domésticos, industrial, hospitalares ou escolares, precisam ter um destino. A Coleta Seletiva é o primeiro e o mais importante passo para fazer com que vários tipos de resíduos sigam seu caminho para reciclagem ou destinação final ambientalmente correta, pois o resíduo separado corretamente deixa de ser lixo.

O lixo é responsável por um dos mais graves problemas ambientais de nosso tempo. Seu volume principalmente nos grandes centros urbanos é enorme e vem aumentando intensa e progressivamente, atingindo quantidades impressionantes. Na maior parte dos municípios brasileiros (cerca de 76% deles), o lixo é simplesmente jogado no solo, sem qualquer cuidado, formando os lixões, altamente prejudiciais à saúde pública, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:



A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2010 revela que 97,9% dos municípios brasileiros têm serviço de abastecimento de água; 78,6% têm serviço de drenagem urbana e 99,4% têm coleta de lixo. Esgotamento sanitário ainda é o serviço que apresenta a menor taxa, mas já é oferecido em mais da metade (52,2%) dos municípios brasileiros (IBGE, 2010).

As consequências da disposição inadequada do lixo no meio ambiente são a proliferação de vetores de doenças, a contaminação de lençóis subterrâneos e do solo pelo chorume (líquido escuro, altamente tóxico, formado na decomposição dos resíduos orgânicos do lixo) e a poluição do ar, causada pela fumaça proveniente da queima espontânea do lixo exposto. Dentro desse quadro, a coleta seletiva de lixo aparece não como a solução final, mas como uma das possibilidades de redução do problema.

2 A EXPERIÊNCIA DO PROJETO: da escola ao município de baixo IDH

Este projeto iniciou com três objetivos básicos e sem distinção entre o que seria geral e específico, a seguir: conscientizar sobre a implantação de uma coleta seletiva de resíduos sólidos, buscando mudanças comportamentais com relação ao ambiente e com a saúde, sobre isto, Miriane Zanetti Giordan (2014) expõe que,

A dominação faz parte da lógica desse modelo de sociedade moderna e é esse modelo que apresenta como caminho para o crescimento econômico a base na extração ilimitada de recursos naturais, renováveis ou não, na acumulação contínua de capitais e na produção ampliada de bens, sem considerar as interações entre essas intervenções e o ambiente em que se realizam.

A sensibilização, as oficinas e palestras realizadas, ampliaram os conhecimentos dos alunos com relação aos problemas provocados pelo lixo e a importância da coleta seletiva e a reciclagem; relacionar a importância da coleta seletiva do lixo como uma questão de saúde pública.

A metodologia do projeto se dá com a aprovação pela Fapema e segue o que a Constituição Federal o poder público deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Trabalhou-se com as seguintes ações: seleção dos bolsistas entre os alunos matriculados na rede, indicados inicialmente pelos professores e selecionado pelo Grêmio Estudantil e Colegiado Escolar. Em um segundo momento passou-se a confecção coletiva do material de divulgação e preparação da metodologia participativa da oficina sobre coleta seletiva do lixo, inclusive com o estudo teórico sobre o tema.

A segunda parte do projeto se deu no município de Governador Newton Bello - MA e seguiu a seguinte programação: Dia 23/11/2017, 08h00 as 18h00 = Deslocamento até a cidade polo e até a cidade da Missão; Dia 24/11/2017, 08h00 as 12h00 = Mapeamento corpo a corpo de pontos de descartes do lixo na cidade; Visita a órgãos públicos para verificar os pontos de descarte do lixo/ Mobilização da população para a Oficina no domingo/ Distribuição de folders e panfletagem. 14h00 as 18h00 = Visita aos órgãos públicos para conhecer os pontos de descarte do lixo na cidade, como no aterro sanitário municipal / Mobilização da população para a Oficina no domingo/ Distribuição de folders e panfletagem

Dia 25/11/2017, 08h00 as 12h00 = Realização da Oficina sobre os impactos da coleta seletiva do lixo. A oficina se dará em 03 partes de 30 minutos cada: a primeira relatando a questão do reduzir o lixo produzido, sendo feito através de uma dramatização e a seguinte questão: e ai, vai fazer o que? O segundo momento será de exposição dos tipos de doenças que a não coleta seletiva do lixo causam, tendo como norte o reutilizar. O terceiro momento será com a mostra de reciclagem simples de matérias do lixo comum e orgânico, tendo seu descarte adequado. 14h00 as 18h00 = Distribuição de Kits para descarte adequado e conversa com a população sobre os resultados da oficina.

Dia 26/11/2017, 08h00 as 12h00 = Distribuição de Kits para descarte adequado e conversa com a população sobre os resultados da oficina. 14h00 as 18h00 = Retorno

3 AS CONQUISTAS: os resultados da caminhada

O projeto alcançou os objetivos propostos e teve como resultados efetivos a melhoria no desempenho e interesse dos alunos na escola. Este

resultado ficou visível com a participação e envolvimento dos alunos nas atividades de fim de ano, ganharam destaque em seminários, debates e apresentações culturais. Alguns até superaram a timidez e passaram a participar nas aulas de forma efetiva. Outro fator, foi a melhoria das médias nas disciplinas pelos alunos envolvidos no projeto. Podemos ressaltar que a empolgação dos 10 alunos no projeto criou expectativas aos demais e houve uma melhoria de forma indireta no dia a dia da escola.

Democratização da escolha dos alunos para as instâncias da escola. Neste resultado, o processo de escolha dos alunos que participaram do projeto se deu de forma democrática, consultiva e deliberativa por três instâncias da escola: Colegiado – formado por professores, pais e alunos; Grêmio Estudantil – formado pelo alunado; e pelo Conselho de Classe – formado por professores. Inicialmente os professores fizeram uma lista de 08 alunos titulares e 04 suplentes, com os alunos com melhores índices nas notas até o 3º período. Com a lista em mão, a coordenação do projeto reuniu com o Grêmio Estudantil para que eles se posicionassem sobre a indicação dos nomes, sendo garantida a participação no projeto da presidente da instância.

Por fim, com a lista praticamente definida o Colegiado Escolar fechou a lista com os nomes dos titulares e suplentes. Como resultado indireto desta atividade, foi garantida a presença e participação efetiva dos pais, mães, alunos e professores nas escolhas, além da presença constante dos pais na escola. Assim o projeto pode ser apresentado e conhecido por toda a comunidade escolar, sem contar que os alunos selecionados ficaram motivados para a realização do projeto.

Ter reuniões semanais para entrosamentos da equipe do projeto. O passo seguinte foi a montagem de um calendário de reuniões semanais com os alunos selecionados a fim de prepará-los para executar a oficina. Como resultado imediato, já nas primeiras reuniões foram definidas as 08 áreas que o projeto abordaria, que são: Dengue e Leptospirose: doenças; Baterias e pilhas: como resolver? Descartes de material hospitalar; Poluição dos rios e nascente e lençóis freáticos; insetos e bichos no material orgânico; Papel, vidro, metal e plástico: reciclagem; Lixo comum: qual o destino e aterro sanitário; e Esgoto a céu aberto. Com as temáticas

definidas os alunos iniciaram as pesquisas e aprofundamento do assunto. Outro resultado foi o empenho e as descobertas feitas pelos alunos nesta fase.

Ao chegar no município de Governador Newton Bello-MA, como primeiro resultado foi feito o mapeamento das áreas de uso e não uso da coleta seletiva do lixo na cidade. Foram visitados locais públicos como escolas, secretarias municipais, o hospital municipal e o aterro sanitário da cidade. Paralelo a esta atividade os alunos fizeram a mobilização da população para participar da oficina, entregando os panfletos e sensibilizando sobre a coleta do lixo. Os alunos percorreram toda a cidade e fizeram registros de locais de descarte de lixo, esgoto a céu aberto e outras situações de depósito inadequado do lixo, que seriam mostradas no final da oficina. Algumas fotos que demonstram esta etapa de atividade:

Imagem 1: visita ao aterro sanitário de Governador Newton Bello



Fonte: dos autores

Imagem 2: galerias de esgoto a céu aberto



(a)



(b)

Fonte: dos autores

Como resultado, a oficina sobre a coleta seletiva do lixo, sensibilizou a população a participar da apresentação na praça pública da cidade. A oficina chamou a atenção das pessoas que passavam na praça, de vendedores que estavam trabalhando e da população que se fez presente. Na oportunidade foram entregues kits com sacos de lixo e panfletos com orientações sobre a separação e seleção adequada do lixo. Ao final da oficina foi feita uma demonstração de como reciclar garrafas pets, decoração de natal e aproveitamento do lixo orgânico. Foram demonstrados ainda os efeitos da fumaça da queimada do lixo nos pulmões pelos alunos, utilizando garrafa pet. Outro resultado da oficina foi a sensibilização de crianças de 04 a 10 anos, onde foi demonstrado somente a parte da reciclagem num segundo momento das atividades, na escola municipal. Assim como afirma:

Pois ao longo do seu desenvolvimento foi perceptível o interesse e o envolvimento deles com o tema abordado e aos poucos fomos percebendo pequenos gestos diferenciados daqueles que encontramos no início do projeto, de uma forma sutil conseguimos mudar a consciência e as atitudes deles acerca da importância de valorizar o meio ambiente, estimulando-os a agirem de forma mais responsável para com a natureza construindo uma sociedade mais humana e sustentável.

Outros resultados que se observou foram as mudanças promovidas na população e no contexto, toda a cidade sabia da presença dos jovens e de seus projetos que seriam desenvolvidos. Além disso, a promoveu e fortaleceu de articulações e intercâmbio entre jovens de várias regiões do estado do Maranhão, onde foram propiciados vários momentos juntos com os demais. Outro resultado atingido de forma indireta foi a incidência em políticas públicas destinadas à coleta seletiva do lixo com a presença da coordenação do Plano Mais IDH na cidade de Governador Newton Bello.

A oficina ainda foi realizada no encerramento das atividades escolares na comunidade de Ludovico-Lago do Junco, para toda a comunidade, pais e alunos, no dia 09 de dezembro de 2017. Estiveram presentes cerca de 150 pessoas. A avaliação das atividades do projeto foi feita com um questionário destinado a cada um dos alunos, entregue de forma escrita.

Foi percebido que o projeto tem grande potencial de multiplicabilidade e seus resultados, por menores que sejam, são eficazes e fazem a diferença, principalmente em municípios de baixo IDH.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar do Projeto Coletiva Seletiva do Lixo foi uma experiência muito importante na vida pessoal e profissional de todos os integrantes. Ajuda a refletir sobre como tenho agido tanto na vida em família, quanto no trabalho. E que a realidade vivenciada no Maranhão, especialmente nos municípios de baixo IDH, é muito triste e que precisamos da união e compromisso de todos para mudar essa realidade.

Os PCN's afirmam que:

Considerando a importância da temática ambiental, a escola deverá, ao longo das oito séries do ensino fundamental, oferecer meios efetivos para cada aluno compreender os fatos naturais e humanos referentes a essa temática, desenvolver suas potencialidades e adotar posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio, colaborando para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa; protegendo, preservando todas as manifestações de vida no planeta; e



garantindo as condições para que ela prospere em toda a sua força, abundância e diversidade (BRASIL, 1997, p.197).

Compreende-se que é preciso buscar estratégias que possam contribuir para minimizar os problemas ambientais, sociais e econômicos em que estão inseridos muitos municípios do estado do Maranhão e que a escola é um espaço extremamente importante para pensar, refletir e construir as ações de transformação. Profissionalmente, percebe-se que podemos ser mais incisivos nas ações desenvolvidas na escola, mas que é preciso esforço pessoal de cada membro e isso cabe a mim também.

Na escola beneficiada com as ações, o projeto desencadeou um desejo nos alunos e alunas de alcançarem melhores notas para que também possam vivenciar a experiência de viajar e trabalhar em prol de comunidades com baixo IDH. Percebeu-se que houve mais comprometimento dos alunos que participaram do projeto nas discussões da escola, não só das questões pedagógicas, mas também das questões administrativas.

O processo de construção das oficinas foi muito importante para que saísse tudo como planejado. Primeiramente, as reuniões para pesquisar e discutir o tema do projeto. Seguido de discussões e análises dos pontos negativos e positivos nos estudos. Segundo o planejamento das atividades a serem desenvolvidos no município, como parte da oficina. Todas as reuniões foram muito importantes e contribuíram para o bom desenvolvimento das tarefas.

A operacionalização dos recursos foi umas das coisas que atrapalhou bastante a execução do projeto. Talvez se fosse mais flexível a forma de empregar os recursos, facilitaria na execução das tarefas. A logística de saída e traslado das equipes também foi bastante difícil. São observações que poderia ser analisadas para o próximo projeto. Um fator que deve ser observado é o número de participantes no projeto, podendo aumentar o número de vagas para os alunos e também professores.

Os municípios de baixo IDH no Maranhão são uma realidade e que precisam de ações concretas e urgentes para começarem a sair dessa condição. Foi possível observar que os sujeitos que vivem nesses municípios não conseguem enxergar o caminho a seguir e que por isso

sentem dificuldade de vislumbrar um caminho, de lutar para mudar essa realidade.

Por fim, mas com empenho por parte do poder público e da sociedade civil é possível transformar a realidade desses municípios. Para tanto, faz-se necessário continuar com as ações que já vêm sendo desenvolvidas. Mas também é preciso pensar em políticas afirmativas específicas para realidade de cada um desses municípios.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília, 1997b. 128p. v. 9

GIORDAN, Miriane Zanetti. Galli, Vanilda Barbosa. Educação Ambiental Um Eixo Norteador Na Mudança De Comportamento. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. 2010, <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html> Acessado em 12 de setembro de 2019.

LIMA. Natália Oliveira de. A Contribuição Do Projeto Meio Ambiente: Conscientizar Para Preservar No Processo De Ensino Aprendizagem Na Escola Eeef Antenor Navarro. UFPB: 2017.





CAPÍTULO 10

TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO ESCOLAR: GERANDO CIÊNCIA E INOVAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

Paulo Roberto de Jesus Silva¹
Thays Nayara Frazão Silva²
Luan Felipe Mendes Soares³
Anderson Felipe da Silva Monteiro³
Kaline Pereira Raposo³

¹ Doutor em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC), Mestre em Educação (UFMA), Licenciado em Pedagogia (UFMA). Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).

² Especialista em Educação Especial (Faculdade Santa Fé), Licenciada em Pedagogia (UNDB). Professora de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Maranhão (disciplina: Transcrição Braille).

³ Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do IFMA, Campus Maracanã.

RESUMO

No decorrer da construção da história humana podemos registrar diversos momentos e movimentos que ora revelam uma busca pela humanização e ora expressão preconceito e barbárie. Nestes mesmos contextos contraditórios, se forjam a história relativa às pessoas com deficiência. Cenário complexo que se compõe por experiências que vão desde a exclusão total até os germes da constituição de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Tais movimentos se fortaleceram e se disseminaram por meio de postulados, políticas e práticas escolares. Em especial, a partir da década de 1990, uma concepção de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial passou ao centro das atenções, pelo menos em termos de documentos oficiais nacionais e internacionais. Com essa concepção, se pressupôs que às escolas transformarem-se pela superação de seus próprios aspectos excludentes, abrindo suas portas às diferenças humanas. A escola passa a ser desafiada a romper com estigmas históricos provendo uma ambiência pedagógica oxigenada pela diversidade. Nesse sentido, as tecnologias assistivas (TAS) apresentam-se

como recursos e serviços que podem contribuir na construção de uma escola inclusiva. Assim, nossa pesquisa objetivou estudar e propor o desenvolvimento de TAS voltadas para melhoria do processo de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial tendo protagonismo dos estudantes com e sem deficiência com a mediação de professores especializados. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar que as TAS ainda são pouco exploradas no cenário educacional brasileiro, bem como é preciso assegurar condições favoráveis para um maior protagonismo das pessoas com deficiência no tocante às questões sobre inclusão escolar, como as relacionadas as TAS. Tal achado revela que os objetivos desta pesquisa são social e cientificamente importantes ao se propor fomentar, ainda que de forma incipiente, estudos e iniciativas de criações de recursos de Tecnologias Assistivas voltadas à inclusão escolar com participação ativa de estudantes com e sem deficiência enquanto pesquisadores iniciantes, sujeitos de sua própria história. Nesse caminho, nos dispomos a identificar alguns recursos e serviços dessas tecnologias voltadas para alguns tipos de deficiência. Assim, em termos metodológicos, utilizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, perpassando pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com entrevista com estudantes matriculados e frequentes nos cursos Técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), e com coordenadores do Núcleo de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educacionais (NAPNE) da referida instituição. Como esses resultados pode-se apontar avanços no conhecimento dos discentes sobre os conceitos e funcionalidades de algumas TAS e o desenvolvimento de um protótipo de aplicativo móvel para plataforma Android relacionado à inclusão e Tecnologia Assistiva, denominado de i-Teca. Concluimos que investir no protagonismo discente e docente, bem como de metodologias e tecnologias inovadoras e inclusivas constituem uma perspectiva alvissareira para escola pública.

Palavras-chaves: Tecnologia Assistiva. Inclusão escolar. Inovação. Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

Na constituição da história humana ora se registrou momentos, locais e movimentos que revelaram busca pela humanização e emancipação, ora, contraditoriamente, se registrou tendência às manifestações de preconceitos e mesmo barbárie. Essa ambivalência não ocorreu de forma linear em termos geográficos e temporais, pois é possível

encontrar em um mesmo momento histórico manifestação de violência e de humanização.

As diversas concepções e atitudes sociais relativas às pessoas com deficiência foram estigmatizadas, podendo ser observada nos sentidos atribuídos às palavras pronunciadas com preconceitos e estereótipos que expressam equívocos e superstições. Essas concepções e atitudes encontram sinergia, também, com crenças, valores e as transformações econômicas e sociais ocorridas nos diferentes momentos da história humana (BIANCHETTI, 1998; SASSAKI, 2010; JANNUZZI, 2006; BRASIL, 2004; BRASIL, 1999). Tais movimentos colidiram-se e forjaram-se em postulados, políticas e práticas vividas no âmbito da escola.

De forma mais evidente, nacional e internacionalmente, a partir da década de 1990 a expressão inclusão escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimentos e altas habilidades ou superdotação passou para o centro das atenções, pelo menos em termos de documentos oficiais (UNESCO, 1994; BRASIL, 1996; ONU, 2006). Assim, para muitos estudiosos e no âmbito de várias políticas educacionais, a inclusão escolar tem seu significado em uma tríade - acesso, participação e aprendizagem - nos espaços comuns da escola. Neste mote, reconhece-se que as pessoas com deficiência possuem capacidades e potencialidades tão relevantes quanto às pessoas sem deficiência.

As escolas assim, deveriam superar seus aspectos excludentes e abrir-se às diferenças humanas como definidora da própria humanidade, sendo que a diversidade precisaria ser concebida como fator de constantes aprimoramentos. A inclusão na escolar pressupõe construção coletiva, articulação teoria-prática e política-pedagógica, para efetivar no cotidiano a ruptura com modelos ultrapassados, tornando a escola em uma nova ambiência pedagógica promotora das potencialidades de todos (RODRIGUES, 2008).

Com o processo de construção da escola inclusiva diversas áreas passaram a ser impactadas explicitando ainda mais as fragilidades da escola, pois se para muitos os estudantes com deficiência causam “problemas” para o sistema regular de ensino, por outro lado, ao nosso ver, o ingresso desses estudantes estão contribuindo para tornar a escola

pública realmente pública, bem como trazem à tona equívocos históricos de sistema educacional arcaico, excludente e reducionista das capacidades e criatividade dos sujeitos.

Esse processo, vem contribuindo na reescrita educacional, causando impactos relacionadas à formação dos profissionais da educação, bem como relativo aos objetivos educacionais, ao financiamento da educação pública, à efetivação de atendimentos educacionais especializados, às tecnologias assistivas, dentre outros. Nesse cenário, às tecnologias assistivas vem recebendo destaque. As TAS se imbricam com questões conceituais e operacionais relativos a um conjunto de recursos e serviços que contribuem para oportunizar vida Independente e Inclusão às pessoas com deficiência proporcionando ou ampliando habilidades funcionais limitadas ou inexistentes em virtudes das limitações objetivas impostas pela deficiência (BERSCH, 2013, BROWING, 2008; BRASIL, 2005).

Contudo, o uso das Tecnologias Assistivas no cenário educacional brasileiro pode ser ainda mais explorado, considerando o potencial de seus recursos e serviços que nem sempre exigem altos investimentos financeiros. É neste cenário de possibilidades que esta pesquisa objetivou estudar e propor o desenvolvimento de TAS voltadas para melhoria do processo de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial tendo protagonismo dos estudantes com e sem deficiência com a mediação de professores especializados. De forma específica se objetivou estudar o processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência.

Para campo empírico da pesquisa foi escolhido o Instituto Federal do Maranhão - IFMA por ser uma das instituições com expressiva procura de candidatos com deficiência em seus processos seletivos, bem como vem registrando significativo número de matrículas dos estudantes público-alvo da educação especial.

Na metodologia proposta nos dispomos, a partir de uma pesquisa qualitativa, realizar diálogo com estudantes com deficiência regularmente matriculados nos cursos técnico do IFMA. Nesta direção, dentre os resultados alcançados apontamos o protagonismo dos estudantes com e sem deficiência nos estudos sistemáticos sobre tecnologia assistiva e o desenvolvimento um aplicativo móvel na plataforma Android sobre



inclusão e Tecnologia Assistiva denominado “i-Teca”, alusivo às temáticas de inclusão e tecnologia assistiva.

2 METODOLOGIA

Uma das primeiras questões importantes desta pesquisa submetida ao Edital Geração Ciência no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) foi a decisão de oportunizar que estudantes com e sem deficiência matriculados em cursos técnicos de nível médio de escola pública maranhense fossem protagonistas nos estudos e contribuições para a área da educação inclusiva. Tal opção se deu pela necessidade de assegurar empoderamento desses discentes por meio da participação de pessoas com deficiência em discussões e pesquisas de seu interesse.

Assim, a pesquisa foi planejada e desenvolvida por nossa equipe composta por 3 (três) estudantes do IFMA, sendo que dois têm deficiência visual; 1 (um) professor do IFMA, com estudos na área da educação geral e da educação especial, na qualidade de coordenador da pesquisa e 1 (uma) professora da disciplina Transcrição Braille da rede pública estadual do Maranhão.

Diante dessas condições objetivas de protagonismo das pessoas com deficiência, bem como contado com apoio da FAPEMA, o estudo se desenvolveu por meio de pesquisa de abordagem qualitativa coerente com o objeto e tipo do estudo, uma vez que a fala dos sujeitos são considerados elementos centrais na atribuição de sentido à realidade e suas concepções de mundo (ALVES, 1991; LÜDKE, ANDRÉ, 1986). Especialmente nessa pesquisa que propomos realçar o protagonismo tanto dos pesquisadores com e sem deficiência e os pesquisados, cientes que cada um atribui sentido às suas palavras a partir de sua visão de mundo. De um modo geral a abordagem escolhida expressa a intenção de expormos que a realidade não se assemelha a uma fotografia estática, mas constitui um organismo vivo significado nas nossas formas de vida. Essa realidade se constrói socio-econômica-culturalmente, sendo holística, forjada nas interações e influências recíprocas, destoantes de uma linearidade universal.

Desta forma, fez-se a pesquisa bibliográfica e de campo. Em relação à primeira, realizamos uma breve revisão de literatura sobre as temáticas “Tecnologias Assistivas” e inclusão numa perspectiva de construção e fortalecimento do processo de democratização da educação para todos, incluindo os estudantes com deficiência. Utilizou-se de livros e artigos especializados, com destaque aos disponibilizados em plataforma digital que favoreciam a leitura por parte dos bolsistas com deficiência visual. Também analisou-se sites especializados sobre recursos das TAS, visualizando manuais e tutorias disponíveis em ambiente de mídia audiovisual. Em relação à pesquisa de campo, coletados informações sobre a existência e uso de tecnologias assistivas no âmbito da instituição de ensino por meio de aplicação de entrevista semiestruturada com 05 (cinco) participantes composto por três estudantes com deficiência visual e dois profissionais ligados ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) da instituição (SARTORETTO; BERSCH, 2017; MITTLER, 2003; MARQUES, 2014; MANTOAN, 2015).

Desde o início se propunha criar recursos de TA, porém somente com o avanço da pesquisa definimos pelo desenvolvimento de um protótipo de aplicativo móvel para plataforma compatível com a maioria dos smartphones e tablets que possibilitasse oferecer mais informações e conhecimentos sobre as Tecnologias Assistivas e que fossem as mais acessíveis possíveis com recursos de interesse, especialmente aos estudantes em geral, o que resultou na criação do i-Teca.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Consideramos como primeiro resultado dessa pesquisa a participação direta de estudantes com e sem deficiência em todas as fases de tessitura deste estudo. Observamos um notório avanço no espírito crítico e investigativo de toda a equipe da pesquisa, e especialmente dos discentes. Tal fato se coaduna com a perspectiva de protagonismo das pessoas com deficiência nas políticas e estudos que discutam seus direitos. Há de se destacar também que os estudantes com deficiência se mostraram empoderados nas questões relativas à inclusão com foco na busca por contribuições para melhorias na educação através da proposta



de recursos inovadores que favoreçam a aprendizagem de todos. Outro resultado diz respeito a identificação de diversos recursos e serviços de TAS voltados para alguns tipos de deficiências e seus impactos nas limitações funcionais. Neste processo, fomentamos uma sistemática de estudos sobre educação especial/inclusão e tecnologia assistiva por parte dos estudantes.

Os estudos sobre os recursos e serviços de tecnologia assistiva, bem como as condições de acessibilidade existentes no IFMA apontam que a instituição apresenta avanços e fragilidades o que implica em constantes melhorias para atender as especificidades dos estudantes com deficiência que vem acessando a instituição com crescente número de matrículas nos cursos técnicos de nível médio de forma a assegurar a participação e a aprendizagem convergentes com a proposta pedagógica institucional de formar o cidadão trabalhador (IFMA, 2016).

A medida em que os estudos promovidos no âmbito da pesquisa avançavam, nos vimos desafiados em propor a elaboração de alguns recursos no âmbito das Tecnologias Assistivas. Com isso, foram diversas sugestões que incluíram a construção de maquetes voltadas ao ensino de estudantes com deficiência visual para o conteúdo matemático no âmbito da geometria. Contudo, no decorrer do processo tivemos um *insight* e decidimos pelo desenvolvimento de um dispositivo tecnológico. Para se lograr êxito nesse intento tecnológico vários estudos e debates ocorreram entre a equipe da pesquisa. Chegou-se a cogitar produzir um protótipo de um dispositivo que alertasse o usuário de ônibus que tivesse deficiência visual sobre a iminência da chegada do ônibus quando estivesse em uma parada. Sobre tal pretensão desistimos uma vez que informados do processo de implantação de um sistema similar por parte da Prefeitura de São Luís.

Foi quando tivemos o *insight* em desenvolver um aplicativo móvel sobre inclusão e Tecnologia Assistiva – denominado “i-Teca – Inclusão e Tecnologia Assistivas” disponível na plataforma Android (FIGURA 1). Tal decisão se deu, em linhas gerais, por dois fatores principais. Primeiramente por reconhecermos que este tipo de tecnologia tem um alcance muito expressivo entre a população, especialmente os mais jovens, estimando-se

que atualmente no Brasil já existem por volta de 168 milhões de smartphones e com crescimento constate de usuários desse segmento (HEBLOG, 2018). Esse público amplo se coaduna com os interesses da pesquisa em compartilhar, com a sociedade em geral e as escolas, conhecimentos sobre os direitos e potencialidades das pessoas com deficiência como um fundamento importante na construção de uma sociedade (mais) inclusiva, a partir do combate à manifestação de preconceitos.

Figura 1. Tela de abertura do i-Teca



Fonte: i-Teca

O segundo fator, diz respeito a conexão entre um aplicativo e as tecnologias assistivas, especialmente em seus conceitos e funcionalidades, uma vez que um aplicativo consiste em um software com funções que ajudam os usuários na realização de tarefas específicas por meio de constante interação, além de promover acesso a muitas informações e conhecimentos. Por sua vez, as Tecnologias Assistivas consistem em recursos e serviços dispostos para promoção ou ampliação de habilidades funcionais específicas de pessoas com deficiência.

Em termos de *layout*, o i-Teca foi organizado buscando facilitar o manuseio e visualização dos elementos como textos, imagens e formas. Para essa definição dos ícones foram estratégicas as ponderações realizadas pelos pesquisadores com deficiência integrantes da pesquisa

que de forma empoderada puderam apontar vantagens e fragilidades das propostas em discussão. Processo permeado pelo diálogo entre a equipe de pesquisadores que aliou o conhecimento em construção na pesquisa com a curiosidade e criatividade de forma a convergir com a ideia de produzir um recurso *mobile*, útil, atraente e inovador.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o i-Teca possui ícones com finalidades distintas e complementares entre si, sendo que seu menu, que ainda se encontra em aperfeiçoamento, está disposto da seguinte forma: *QUERO SABER; DICAS PARA INCLUIR; CALENDÁRIO INCLUSIVO; VÍDEOS; LUGARES ACESSÍVEIS; TEXTOS RECOMENDADOS*, entre outros (Figura 2).

Figura 2. Menu do i-Teca



Fonte: i-Teca

O ícone *QUERO SABER* consiste em um componente do aplicativo no qual o usuário poderá obter informações e realizar questionamentos referentes a temática apresentada no i-Teca, ou seja, sobre inclusão social e escolar com destaque para as Tecnologias Assistivas. É possível solicitar orientações para situações concretas relacionadas à inclusão, como escolha e usos de recursos de TAS mais apropriados para um determinado aluno de uma escola específica. O mesmo está organizado por temáticas dentre elas: tecnologias assistivas, deficiência visual, surdez e deficiência auditiva, deficiência intelectual, entre outras conforme Figura 3

Figura 3. Imagem interna do ícone *QUERO SABER* do i-Teca



Fonte: i-Teca

Em *DICAS PARA INCLUIR* é possível acessar conteúdos com informações práticas para favorecer um relacionamento mais inclusivo entre pessoas com e sem deficiência. Estando composto pelas seguintes abas: Conhecer e incluir em um aspectos mais geral; dicas específicas para interação entre pessoas com e sem deficiência visual; dicas específicas para interação entre pessoas com e sem deficiência física; dicas específicas para interação entre pessoas com e sem surdez ou deficiência auditiva; dicas na área de transtorno do espectro autista (TEA); dicas para deficiência múltipla e por fim dicas para área da deficiência intelectual (FIGURA 4).

Figura 4. Imagem interna do ícone *DICAS PARA INCLUIR* do i-Teca



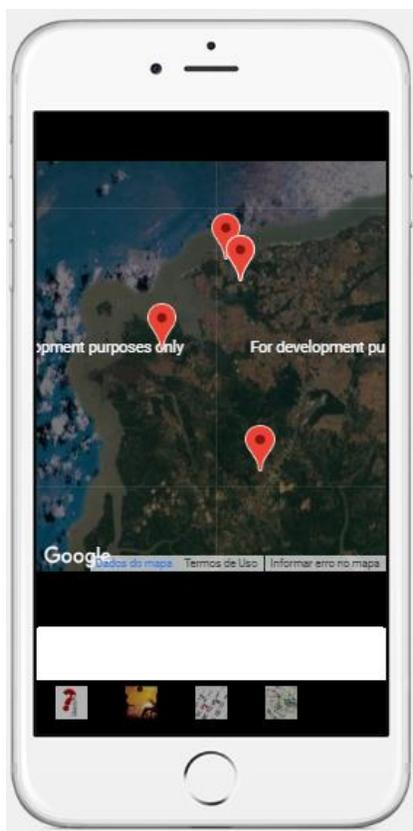
Fonte 4: i-Teca

Com o *CALENDÁRIO INCLUSIVO* pretendemos contribuir na divulgação de datas relevantes na área da educação especial/inclusiva com

dia de Luta pelos Direitos da Pessoas com Deficiência. Por sua vez com *VÍDEOS* postaremos periodicamente vídeos que contribuam para a popularização de conceitos e práticas inclusivas de modo remover barreiras atitudinais em relação às pessoas com deficiência, transtornos do espectro do autismo, altas habilidades e superdotação.

Ao clicar em *LUGARES ACESSÍVEIS* o usuário futuramente poderá visualizar no mapa de sua cidade espaços públicos e privados de interesse social que já atendem aos padrões de acessibilidade e garantem o direito de ir e vir das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (FIGURA 5).

Figura 5. Imagem interna do ícone *LUGARES ACESSÍVEIS* do i-Teca



Fonte: i-Teca

Em *TEXTOS RECOMENDADOS* serão adicionados periodicamente textos importantes sobre a temática da inclusão social e escolar, bem como sobre as tecnologias assistivas facilitando a busca dos usuários de literatura relevante (FIGURA 6).

Destacamos que atualmente é possível desenvolver um aplicativo móvel sem grandes investimentos financeiro ou avançado conhecimento de programação uma vez que existem sites que oportunizam aos usuários o uso de ferramentas relativamente simples e bastantes funcionais como se deu no contexto do i-Teca. Em nosso caso o mais arrojado foi a existência de um projeto com clareza dos objetivos que pretendíamos alcançar com esse tipo de tecnologia *mobile*.

Figura 6. Imagem interna do ícone *TEXTOS RECOMENDADOS* do i-Teca



Fonte: i-Teca

Por fim, ao se realizar os momentos de produção e testagem do *app* percebemos que esse tipo de trabalho possui um importante potencial pedagógico no âmbito do ensino fundamental e médio, especialmente das escolas públicas, pois possibilita a mobilização de diversos saberes de variadas áreas do conhecimento de forma articulada. Além de despertar o interesse, curiosidade e criatividade de professores e estudantes.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa apresenta relevância social e científica por abordar e contribuir em uma das temáticas mais relevantes na atualidade educacional, especialmente por seu potencial inovador e inclusivo. Ressaltamos o protagonismo dos participantes da pesquisa composto por professores e estudantes com e sem deficiência nas etapas do estudo, análise e desenvolvimento do i-Teca que foram fundamentais no percurso da pesquisa. Reconhecemos que o referido *app* móvel apresenta limitações funcionais, contudo não tivemos a pretensão de desenvolver um dispositivo com refinamento profissional ou funções comerciais, mas nosso foco incidiu no processo de construção compartilhada de conhecimentos, estímulo a uma cultura de pesquisa que aguçasse a curiosidade dos participantes. Outro fator positivo dos resultados da pesquisa se deu pelo empoderamento das pessoas com deficiência enquanto membros da equipe de pesquisadores.

Assim, constatamos que é indispensável oferecer oportunidades para que os estudantes das escolas públicas possam iniciar seu percurso no âmbito da pesquisa, caminho necessário para uma verdadeira formação com qualidade técnica e social. Bem como, endossamos que a possibilidade de materialização de conhecimentos por meio do desenvolvimento de recursos semelhantes ao expostos nessa pesquisa podem contribuir no enriquecimento das práticas pedagógicas dessas escolas.



REFERÊNCIAS

ALVES, Alda J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. In: Cadernos de pesquisa. São Paulo: FCC, nº 77, p. 53-61, maio, 1991.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I.M. Um olhar sobre a diferença - Integração, trabalho, cidadania. Campinas: Papirus, 1998.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre/RS, 2013.

SARTORETTO, Mara L.; BERSCH, Rita. Assistiva: tecnologia e educação. 2017. Acessado em 10 de dez. de 2017. Disponível em <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>

BROWING, Nadia. Curso sobre a comunicação alternativa: Falada e escrita. Porto Alegre/R, 2008.

BRASIL, Ministério de Ciência e Tecnologia. Chamada Pública MCT/FINEP/Ação Transversal - Tecnologias assistivas - 09/2005. Seleção pública de propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias assistivas para inclusão social de pessoas portadoras de deficiência e de idosos. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

HEBLOG. Criar um aplicativo: o que considerar antes de tomar essa decisão! 2018. Disponível em: <https://helabs.com/blog/criar-um-aplicativo-o-que-considerar-antes-de-tomar-essa-decisao/>

JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 1ª reimpressão. São Paulo: Moderna, 2015.

MARQUES, Lydia da C.; MENDES, Enicéia G. O aluno com deficiência visual cortical - teoria e prática. São Carlos: EdufSCar, 2014.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre, Artmed, 2003.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO E CULTURA. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. UNESCO, 1994.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. ONU. 2006.

RODRIGUES, David. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. Revista Inclusão, Brasília: v.4, n. 2, p. 7 - 16, jul./out. 2008.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8 ed. Rio de Janeiro. WVA, 2010.



4

ECONOMIA
SOLIDÁRIA E
INCLUSÃO PRODUTIVA

SEÇÃO 4



CAPÍTULO 11

INCUBAÇÃO DE GRUPOS ECONOMICOS SOLIDARIOS NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR: EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA DE INCUBADORAS SOCIAIS.

Maria Luiza Mendes*

*Graduada em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil; Especialista em Políticas Sociais e Processos Pedagógicos em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre a experiência autogestionária de incubação de empreendimentos econômicos solidários no município de Paço do Lumiar. Conceituando os diferentes modos de incubação no Brasil e a diferença entre uma incubadora social e uma incubadora do sistema tradicional, com o intuito de mostrar a importância de uma incubadora social para o desenvolvimento de um empreendimento econômico solidário e de uma incubação resultante de um processo de construção coletiva, na perspectiva da economia solidária. Usamos como metodologia de pesquisa seleção e análise de materiais bibliográficos e a sistematização das experiências da pesquisa do projeto de incubação dos empreendimentos econômicos solidários de Paço do Lumiar, classificado no Edital de Apoio à Criação e Consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

Palavras-chave: Economia Solidária. Incubação. Empreendimentos Econômicos Solidários

ABSTRACT

The present article aims to discuss the self - management experience of incubation of solidary economic enterprises in the municipality of Paço do Lumiar. Conceptualizing the different incubation modes in Brazil and the difference between a social incubator and an incubator of the traditional

system, in order to show the importance of a social incubator for the development of a solidarity economic enterprise and an incubation resulting from a process of collective construction, in the perspective of the solidarity economy. We used as research methodology selection and analysis of bibliographical materials and the systematization of research experiences of the incubation project of economic enterprises in solidarity of Paço do Lumiar, classified in the Call for Support to the Creation and Consolidation of Solidarity Economic Projects of the Foundation for Research Support and (FAPEMA).

Keywords: Solidary Economy. Incubation. Social Entrepreneurship
Solidarity

1. INTRODUÇÃO

Num contexto de crise global onde a maioria dos trabalhadores vivem à margem do trabalho proposto pelo sistema hegemônico e onde o maior percentual é de mulheres, alterar essa realidade constitui um desafio que pode ser superado a partir de experiências do trabalho associado, que precisam ser visibilizadas de forma que possam ser confrontadas com as experiências ditadas pelo sistema capitalista. É necessário para tanto, o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento e consolidação de tais experiências através do fomento, assessoria técnica, educação e da formação de redes. Cabendo aqui ressaltar a incubação como importante ação relacionada à educação e à assessoria técnica como estratégia de fortalecimento aos novos empreendimentos e aos já existentes que enfrentam dificuldades.

A partir da experiência adquirida como pesquisadora do projeto de incubação dos empreendimentos econômicos solidários de Paço do Lumiar, classificado no Edital de Apoio à Criação e Consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), realizamos um trabalho de incubação que foi fundamental para a consolidação dos grupos acompanhados. Assim, objetiva-se com este artigo socializar os resultados da referida pesquisa. Através do relato da experiência de quatro dos grupos que foram acompanhados, bem como

faremos breve apresentação dos diferentes modos de incubação e da diferença entre uma incubadora social e uma incubadora do sistema tradicional.

Sendo com isso possível, analisar a importância para os empreendimentos econômicos solidários, de uma incubação resultante de um processo de construção coletiva, na perspectiva da economia solidária.

O método utilizado no trabalho junto aos grupos foi o da pesquisa ação, apreendido na proposta pedagógica do curso regional de formação autogestionária de educadoras e educadores populares em economia solidária do Centro de Referência em Economia Solidária (CFES-NE), onde todo o processo de ensino-aprendizagem acontece na construção e reconstrução coletiva dos saberes dos sujeitos a partir do local, do seu processo histórico, onde as relações sociais, políticas e econômicas e culturais estão entrelaçadas e estabelecidas entre homens e mulheres e destes com a natureza, onde cada experiência é valorizada, reconhecida e resgatada de forma que esteja sempre a retroalimentar a prática e teoria.

A metodologia utilizada no processo de incubação partiu da realidade de cada grupo e do conhecimento existente em cada membro, contando com três elementos estruturantes:

1. A investigação empírica da realidade local, onde primeiramente foi feito um resgate histórico (linha do tempo) do empreendimento, em seguida levantados debilidades e potencialidades, levando-se em conta a realidade social, ambiental, política e cultural;
2. Rodas de conversas para refletir a realidade e confrontação dos saberes com a produção de conhecimentos, bem como para organização e construção das ações;
3. Ação prática a partir de construção coletiva nas rodas de conversas.

A partir daí a retroalimentação, que dependeu da especificidade de cada grupo, da dinâmica dos integrantes, onde não foi possível demarcar tempos exatos, para o processo de incubação, nem igualar um grupo a outro, sendo sim possível e muito importante a troca de experiências e saberes.



Tendo o trabalho como princípio educativo, o movimento de economia solidária considera dentre os seus segmentos, os empreendimentos econômicos solidários como o de maior importância, pois “com e para” esses é que são voltados todos os esforços no sentido de garantir que através deles outra economia aconteça pautada na valorização do trabalho associado, na autogestão, no respeito às pessoas, a natureza e aos saberes.

De acordo com Gaiger (2003), o termo empreendimento econômico solidário tem servido para se referir aos mais diferentes tipos de experiência de Economia Solidária:

De um modo geral, compreende modalidades de trabalho às quais ocorrem indivíduos que vivem ordinariamente do emprego da sua força de trabalho e nas quais encontram guarida categorias sociais postas à margem dos sistemas convencionais de ocupação e distribuição da riqueza, dependentes do setor privado e do Estado. Adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. (GAIGER, 2003, p.136).

A partir esta definição percebe-se que este público necessita de atenção especial, principalmente no que diz respeito ao método utilizado para um processo de incubação.

Entendemos como pressuposto de que uma incubadora é o espaço destinado a receber o recém-nascido, para que seja nutrido até que tenha força para viver, sendo-lhe oferecido todos os recursos necessários, toda assistência de forma que adquira a energia suficiente para respirar por conta própria, evitando assim o risco de morte.

Sendo assim, importante destacar a diferença entre a lógica da incubação de micro e/ou empresas individuais, realizadas por uma incubadora tradicional e a lógica da incubação de um empreendimento econômico solidário, realizado por uma incubadora social, onde a primeira (tradicional do sistema capitalista) oferece equipamentos, infraestrutura técnicas e tecnologias pré-fabricadas, engessadas e lineares. Desde que o usuário possa pagar pelos serviços; enquanto a segunda (incubadora social) descobre, constrói fórmulas coletivamente a partir dos saberes dos

indivíduos e da realidade dos empreendimentos incubados e geralmente a incubação é realizada em seu domicílio (comunidade, sede do grupo) e não em uma empresa, universidade ou parque tecnológico.

2 A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

De acordo com o Dicionário Aurélio, o verbo incubar vem do latim *incubo* e significa “estar deitado sobre”. A palavra incubadora refere-se ao aparelho que é utilizado para manter uma criança nascida prematuramente, em um ambiente (temperatura) apropriado à sua sobrevivência. Este termo também é utilizado quando se pretende manter algo em condições adequadas, protegido, de forma que possa acontecer o seu devido desenvolvimento.

Cabe aqui ressaltar a diferença entre dois tipos de incubação, o primeiro modelo é criado com a perspectiva de preparar empresas para poder suprir o mercado nacional e internacional e o segundo, tem como ponto de partida, esse mesmo modelo que foi pensado para estimular a inovação tecnológica de empresas individuais de base capitalista e se transporta para um modelo onde os bens de produção e o trabalho são socializados, e o modelo de gestão é auto gestor, resignificando o sentido do trabalho, da gestão, modo de produção, comercialização e até do consumo e que a tendência é se manter contraditoriamente ao modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva apresentamos, incubadoras de base social, que tem uma preocupação com o social e coletivo, com um número bem diversificado de tipos de incubadoras.

1.1 INCUBADORAS DE BASE SOCIAL

- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)

Objetiva promover o desenvolvimento local sustentável através da assessoria sistemática às organizações e empreendimentos populares solidários.



O processo de incubação é parecido com o das empresas tradicionais, porém as “empresas” incubadas devem ser construídas a partir do modelo cooperativo e associativista, voltados aos segmentos populares de baixa renda. Essas novas incubadoras surgem na década de 1990, o Brasil estava inserido num contexto de exclusão social, onde o nível de desemprego era grande e as formas de proteção ao trabalhador sofriam um crescente desmantelamento.

- Incubadora Social

Seguindo a linha das ITCPs, nasce a Incubadora Social que não se prende apenas ao desenvolvimento econômico, mas vai mais além, na busca de um modelo de desenvolvimento social e para isso se propõe a incubar organizações da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, projetos sociais, organizações sem fins lucrativos entre outros, que busquem impactar e transformar uma realidade social.

- Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários (IPEPS)

Constitui um espaço público ligado a uma gestão pública municipal ou estadual, destinado à ações de fomento ao processo de incubação, de apoio à organização, consolidação e sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários. Temos como exemplo a prefeitura de Osasco que instituiu a lei municipal nº. 3978/2005 e o decreto nº. 9823, que criam a Incubadora Pública de Empreendimentos Populares Solidários - IPEPS. (Caderno de Apoio - IPEPS/ITS, 2012).

As práticas da incubadora se dão de forma descentralizada de modo a alcançar os interessados em formarem um empreendimento solidário ou desenvolver um já existente.

- Incubadoras formadas por entidades ou empreendimentos econômicos solidários

Ainda para além desses tipos de incubadoras, temos uma ainda mais recente, na qual nosso trabalho se enquadra que é a incubação realizada nem por empresas tradicionais, nem por Universidades, mas por entidades ou empreendimentos ligados ao movimento de economia solidária

(incubadoras sociais autogestionárias), facilitadas por educadores (as) populares que se lançam ao desafio de incubar outras organizações ou empreendimentos que estão nascendo ou em sua maioria empreendimentos que já tem uma caminhada, mas não conseguem se sustentar. Tal incubação se dá de forma autogestionária, a partir da construção coletiva.

Para essas incubadoras é importante a valorização das tecnologias sociais que nascem dos saberes populares para diminuir esforços, facilitar trabalhos, ganhar tempo e garantir qualidade de vida. Diferentemente das anteriormente citadas, estas não encontram empreendimento já com propostas inovadoras, não existe capital para investimento, há uma grande necessidade de elevação de escolaridade de seus membros, em sua maioria, são formados por mulheres que precisam se dividir entre as tarefas do cuidado, os afazeres domésticos e o trabalho produtivo, desse modo, a incubadora é que precisa se adequar ao tempo disponível dos integrantes, esses são apenas alguns dos desafios desta proposta de incubação.

3. A EXPERIÊNCIA DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE PAÇO DO LUMIAR

O processo de incubação resultou do acesso ao edital “Solidários” da FAPEMA, que foi direcionado para as entidades de apoio e fomento à economia solidária, com objetivo de desenvolver processos de incubação de EES (empreendimentos econômicos solidários) e/ou de redes de cooperação, para desenvolverem novas metodologias de incubação de EES, capacitar no âmbito da economia solidária, docentes técnicos, discentes e participantes de projetos incubados, além de promover a articulação entre atividades de pesquisa aplicada com tecnologia social e políticas públicas de fomento à economia solidária.

E nesse processo em parceria com o Centro Mandacaru, apresentamos à FAPEMA a proposta do projeto de incubação com os seguintes objetivos: desenvolvimento de ações que fortalecessem a autonomia e a autogestão das organizações da Economia Solidária do município de Paço do Lumiar, dotando os empreendimentos econômicos



solidários acompanhados, de capacidade para gestão, produção, comercialização e participação popular, garantindo assim a efetividade financeira e política do empreendimento, com base na metodologia e princípios da educação popular.

E mais especificamente a ampliação da capacidade produtiva dos empreendimentos, garantindo condições de geração de trabalho e renda para as famílias envolvidas; elaboração de plano de ação de forma participativa que respondesse às necessidades básicas dos empreendimentos; estímulo ao exercício da cidadania plena através do conhecimento de direitos, participação em ações da comunidade, controle social de políticas públicas; assessoria e acompanhamento sistemático com relação à gestão nos processos produtivos e no espaço de comercialização do Centro de Referência do município; desenvolvimento de aporte tecnológico dentro da área da informática; e por fim o aprimoramento dos sistemas de gestão, produção e comercialização dos empreendimentos.

3.1 RESGATE DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DOS EES EM PAÇO DO LUMIAR

O primeiro passo desse processo foi o nivelamento formativo da equipe técnica, seguido pela mobilização e sensibilização dos grupos para que a partir da apresentação do projeto decidissem se aceitariam ou não participar dessa jornada, já que tudo deveria ser construído de forma coletiva.

Através de reuniões, oficinas e encontros, foi realizada a construção da linha do tempo e o diagnóstico participativo de cada grupo, onde se buscou apurar as visões dos participantes acerca do empreendimento enquanto alternativa econômica. Essa fase delimitou não apenas os passos seguintes da incubação, mas também os parâmetros básicos para que se projetasse o êxito a ser obtido durante e depois da incubação. Nesta etapa alguns grupos desistiram do processo, como o Art Marisco e a Associação de Produtores de Hortaliças enquanto outros animaram-se a continuar.

Em seguida a jornada incessante de idas e vindas a cada grupo, para o desenvolvimento de ações que fortalecessem a autonomia e a autogestão das organizações da Economia Solidária do município de Paço do Lumiar, com o fim de garantir a efetividade financeira e política do empreendimento, com base na metodologia e princípios da educação popular.

Não foi possível manter a mesma sequência de atividades para todos os grupos, já que cada um tem um processo histórico que deve ser respeitado, sendo assim, alguns conseguiram avançar mais que outros. Sendo realizadas as seguintes ações, não necessariamente nessa ordem: Mobilização, sensibilização para o desenvolvimento do projeto; Aplicação de pesquisa e levantamento de dados para conhecer a realidade do grupo e da comunidade em que está inserido; Elaboração do diagnóstico preliminar para o levantamento das potencialidades e debilidades, além da proposição de ações para superação dos problemas identificados; Construção participativa da agenda de atividades com cada grupo; Assessoria na área de Gestão Social, administração, e de contabilidade básica para os grupos; Desenvolvimento de atividades de capacitação; Realização de oficinas pedagógicas sobre comércio justo e solidário, fundos rotativos solidários, consumo solidário, autogestão em empreendimentos econômicos solidários, marco legal; Estudo de viabilidade financeira e comercial ainda em construção, bem como a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Sistemas de Gestão, Produção e Comercialização, sendo construído de forma coletiva e processual.

É importante destacar uma ação fundamental nessa prática de incubação, que foi o mapeamento sobre o conjunto dos conhecimentos de cada indivíduo, tanto os formais quanto os adquiridos pela prática, os culturais e principalmente os saberes, com a finalidade de contribuir no desenvolvimento e na coesão do grupo, através da responsabilização de cada um e cada uma, que a partir de seus conhecimentos contribuirão para o sucesso do empreendimento.

Diante de tal responsabilidade se fez necessário um trabalho investigativo e de sistematização de forma que tais experiências fossem conhecidas, divulgadas e socializadas. Dessa forma apresentaremos aqui



algumas das experiências acompanhadas pelo projeto de incubação de empreendimentos econômicos solidários de Paço do Lumiar.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS GRUPOS ACOMPANHADOS

3.2.1 MARISQUEIRAS, ARTESÃS E CUIDADORAS DO PORTO DE IGUAÍBA

Iniciada em dezembro de 2009, com intuito de trabalhar a Educação Ambiental, para preservação do porto de Iguaiíba em Paço do Lumiar, a - Associação Comunitária de Educação Ambiental e Geração de Renda das Marisqueiras de Iguaiíba - ACEAMI, reuniu mulheres marisqueiras, pescadoras e artesãs que além de trabalharem para garantir seu sustento extraindo do mar o que ele oferece, também ajudam na preservação do meio ambiente.

A Organização que antes tinha como objetivo a preservação ambiental, transformou-se em um Empreendimento Econômico Solidário, criado por mulheres pescadoras, marisqueiras e artesãs que viam o mangue, de onde tiravam renda com a pesca e os mariscos, ser poluído com a grande quantidade de resíduos que eram jogados ali.

A partir do diagnóstico descobriu-se as principais dificuldades dessa organização, como: não conseguirem participar dos programas de compras governamentais, pela falta do selo de inspeção; Só conseguirem vender, para atravessadores, que ditam os preços, não valorizando o trabalho de sol a sol dessas mulheres; a falta de transporte (canoa); Um espaço adequado que funcione como uma central de beneficiamento dentro das normas sanitárias, bem como equipamentos.

Avaliamos que o grupo tem uma capacidade produtiva, assim, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2002), lhes sendo oferecidos as condições necessárias é possível a realização do sonho de sustentabilidade do empreendimento.

Como resultados da busca por parceiros, foram realizados contatos e verificou-se a possibilidade de ser construído o Centro de

Beneficiamento, pois órgãos como a Secretaria de Trabalho e Economia Solidária (SECTES), a Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca (SAGRIMA), a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), a Secretaria De Estado Da Agricultura Familiar (SAF) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), já sinalizaram com relação à realização de um termo de parceria, onde seria realizada uma força tarefa entre esses órgãos para a realização de ações para as marisqueiras. E o mais importante é que tal busca gerou possibilidades, não só para esse grupo, porque nesse projeto entre as Secretarias de Estado, outros grupos também serão beneficiados.

3.2.2 NA LUTA PELO DIREITO DAS MULHERES NA SOCIEDADE - ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE PAÇO DO LUMIAR MARANHÃO (AMPLUMA).

Fundada em 2004, a associação nasce a partir da preocupação com a situação social das mulheres do município, tanto que desde sua fundação, sempre realizou e participou de momentos relacionados à discussão da igualdade de gênero e aos direitos das mulheres, mas também sempre foi uma preocupação a geração de renda, visto que uma das formas de lutar contra a violência, contra a divisão sexual do trabalho é a autonomia financeira. Diante das diversas atividades do grupo, logo nos foi mostrado através do diagnóstico rápido participativo, além das dificuldades de falta de insumo, falta de equipamentos e dificuldades na comercialização.

Assim, dois grandes desafios se colocavam. Primeiro, a grande rotatividade de mulheres na produção, o que nos levou a discutir a criação de um núcleo de produção dentro do grupo, onde as mulheres assumiriam o compromisso de encarar esse núcleo como o empreendimento econômico solidário da associação e a partir deste se faria todo o trabalho de incubação. O segundo, a divisão sexual do trabalho, onde a maioria das integrantes do grupo além de terem que buscar geração de renda, também são as responsáveis pelo cuidado da família, alimentação, saúde, educação, o que leva a uma participação esporádica junto ao empreendimento.



Esse é um grupo que não tem dificuldades quanto à formalização, pois a associação está toda regularizada, sendo a grande dificuldade a organização para a produção e comercialização, além de um espaço adequado para a produção, pois, o grupo não possui sede.

3.2.3 EXPERIÊNCIA EXITOSA EM DEMOCRACIA - GRUPO DE MULHERES ARTESÃS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA LUMINENSE (MADESOL)

Criado em junho de 2017, o grupo MADESOL nasceu da junção de várias mulheres remanescentes de outros grupos, que descobriram suas afinidades e se juntaram, formando um grupo para trabalhar exclusivamente o artesanato, tendo como carro chefe o artesanato em fibra de bananeiras.

Esse grupo é uma experiência importante, pois acompanhar a incubação de um grupo desde o nascimento nos mostrou ter uma real possibilidade de êxito, haja visto, que todas as combinações são feitas de início, é mais fácil ter presente a democracia, a transparência e boas relações interpessoais, garantindo dessa forma maior longevidade ao grupo.

Como exemplo de democracia, desde a decisão de criação até a escolha do nome do grupo, foi feito em assembleia, bem como a escolha do tipo de artesanato a ser trabalhado e o material a ser utilizado. Embora o grupo tenha iniciado com o projeto já em andamento, todas as atividades propostas para esse grupo foram realizadas e normalmente iam além do combinado. Tanto que o grupo conseguiu avançar mais do que alguns, que já estavam desde o início do projeto.

Seguindo o programa proposto na incubação o grupo fez seu diagnóstico, realizou seu calendário de ações, dividiu as tarefas entre as participantes a partir de cada vocação, realizou oficinas de produção, tem participado ativamente de todas as feiras, tanto de economia solidária, quanto das feiras da prefeitura e do governo do estado. Já está na construção do plano de desenvolvimento do empreendimento e sustentabilidade e viabilidade econômica.

3.2.4 DA LUTA PELO DIREITO À MORADIA, À GERAÇÃO DE RENDA - GRUPO DE MULHERES NEGRAS MARIA FIRMINA/FÁBRICA DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS (FABRINCANDO).

A trajetória do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina foi construída com disposição, criatividade, generosidade e muito trabalho. Está vinculada à luta pelo direito à moradia e à defesa de direitos ligados à existência e dignidade da mulher negra.

O trabalho da fábrica de brinquedos pedagógicos (FABRINCANDO) foi uma iniciativa idealizada e realizada por mulheres autodidatas, inspiradas por princípios de coletividade para gerar renda, disponibilizando para a comunidade local a possibilidade de usufruir do desenvolvimento de um grupo com as características já descritas.

O diagnóstico inicial realizado pelo projeto de incubação deu conta de que o grupo teria necessidade de organização para a superação da baixa capacidade de gestão do empreendimento. A origem destes problemas estaria relacionadas a um déficit na capacidade produtiva, a indisponibilidade de recursos para a compra de matéria prima, a baixa qualificação de suas integrantes para a gestão e a reduzida capacidade de comercialização.

Etapa importante no percurso da auto reconstrução do grupo de Mulheres Negras Maria Firmina tem sido a disposição de resgatar e pôr em prática estudos sobre a autogestão do grupo, a partir do levantamento do potencial, das debilidades e de ações que levem à resoluções dos problemas levantados, surgindo proposições de organização da produção como:

- Construir um planejamento de produção, estabelecendo metas, com prazos definidos, quantidade de produtos, pessoas envolvidas, qual o produto priorizar;
- Formação de kit dos produtos mais vendáveis, sendo eleitos como carro chefe da produção, para apresentação nos espaços de comercialização;
- Definição da metodologia da produção onde a concentração seria em um produto por vez;



- Levantamento do material necessário para a produção, seus preços e a viabilidade para a compra;
- Controle do estoque, levantamento dos brinquedos que precisam ser retocados;
- Observar a sazonalidade onde determinados produtos podem ser priorizados, como no início do período escolar, em feriados como dia das crianças entre outros.

Isso demonstra a disposição do grupo em praticar a autogestão do empreendimento, onde as integrantes sentiram a necessidade da organização para a gestão da produção ao mesmo tempo em organizar a entidade através da regularização do CNPJ.

A construção coletiva do processo de incubação com este grupo, foi principalmente através de reflexões, perguntas e respostas, bem como atividades formativas autogestionárias, mas como todos os outros grupos além de já ter retomado a produção e comercialização, encontra-se no processo de construção do plano de desenvolvimento do empreendimento e de estudo de viabilidade e sustentabilidade econômica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a experiência auto gestonária de uma incubadora social, realizada por empreendimentos e entidades de apoio, voltadas para eles mesmos, foi uma experiência instigante, principalmente por estarmos diretamente envolvidos nessa construção, onde desde o início, tínhamos a certeza que esse era o caminho para o desenvolvimento econômico de cada grupo, mesmo sabendo que essa metodologia se constituía em um desafio, já que para atingir a meta dependeria de cada integrante, que em sua maioria vive em condições adversas, tendo que garantir a sobrevivência de suas famílias ao mesmo tempo em que tem de garantir a sobrevivência do grupo.

Com isso podemos observar que não foi fácil, nem simples acompanhar o ritmo e a especificidade de cada grupo, pois ao longo do

processo que durou 18 meses, teve grupo que infelizmente encerrou suas atividades, outro que optou por não continuar no processo e outro que não conseguiu por diferentes razões avançar no percurso metodológico proposto, mas alguns aderiram ao projeto no meio da caminhada e com os demais conseguiram chegar até o fim de uma etapa, porque não podemos dizer que chegaram ao fim do processo.

Percebemos que ainda há uma longa caminhada a ser percorrida, até que esses grupos consigam realmente autonomia financeira, pois ainda se faz necessário políticas públicas de fomento que os auxiliem em suas demandas de infraestrutura e assessoria técnica, tecnologias sociais e outras ações, que tornem a sua produção e comercialização mais justa.

Contudo, foi possível observar também alguns avanços no sentido de cumprir o objetivo a que essa incubação se propôs, que era o de que os grupos se constituíssem como empreendimentos sustentáveis, promovendo trabalho e renda para seus associados, neste sentido constatamos que:

- Foram ampliadas as capacidades produtivas, de gestão e de comercialização dos empreendimentos de economia solidária de Paço do Lumiar, acompanhados pelo projeto, lógico que nem todos na mesma proporção, pois alguns conseguiram avançar com mais fluidez, enquanto outros não! E isso se deu pela dificuldade que alguns grupos tiveram em gerenciar seus empreendimentos, por conta do alto índice de baixa escolaridade, sendo, portanto, necessário a elevação da escolaridade para que se possa atingir com totalidade, o objetivo de os grupos alcançarem a tão sonhada autogestão de seus empreendimentos;
- Oficinas de produção foram realizadas e todos os grupos acompanhados participam das feiras de comercialização, todos integrados na construção da implantação do Centro de Referência de Economia Solidária Estadual e já comercializando no referido centro.

Tendo claro que todo o aprendizado tem se dado em uma construção contínua e de trocas de saberes, nenhum processo já se deu por acabado. Conforme mostra os relatos das experiências, a própria



incubação nos moldes propostos consiste de um verdadeiro desafio, pois pensar em incubar um empreendimento que não possui nenhum tipo de capital para investimento, tanto para a produção como para a compra de equipamentos; seus (as) integrantes possuem baixa escolaridade ou não possuem nenhuma; inexistem políticas públicas de fomento.

A construção coletiva do conhecimento é muito lenta comparada à transferência de conhecimento; ainda persiste em alguns grupos a cultura do autoritarismo e a dificuldade em estabelecer a democracia e transparência por parte de algumas lideranças; a retirada regular de remuneração a cada um dos integrantes ainda é uma grande dificuldade, dado a essas condições adversas citadas.

Por fim, um dos maiores desafios encontrados foi, como vencer a divisão sexual do trabalho e garantir reconhecimento e respeito ao trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Ao analisarmos essas experiências ficou bem claro que, embora o processo de incubação exija um determinado ciclo para que os empreendimentos possam seguir de forma autônoma, não é possível definir o tempo deste ciclo, pois dependendo da situação de cada grupo, poderá ou não ser cumprido dentro do prazo inicialmente proposto, que no caso do projeto de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários de Paço do Lumiar, foi bastante difícil, pois a proposta do edital FAPEMA, era que fosse cumprido em doze meses, com possibilidade de prorrogação por mais seis meses, o que foi provado ser impossível, principalmente porque os grupos acompanhados não reuniam as condições necessárias de investimento inicial, tanto para os insumos, quanto para equipamentos, assim como observamos que grupos formados por mulheres tem maiores dificuldades de geração de renda, por conta da alternância entre produção e cuidado, levando a um menor rendimento na produção e conseqüentemente na geração de renda.

Não querendo dizer com isso que as experiências aqui apresentadas foram fracassadas, pelo contrário, representou oportunidade de conhecimentos, trocas de experiências, estímulo a continuidade tanto para os empreendimentos como para a equipe que os acompanhava.

Sendo selado um pacto de continuidade onde juntos continuariam na busca de parceiros e ações auto gestionárias de sustentabilidade, mesmo após o fim projeto FAPEMA, que representou uma importante etapa deste processo, um parceiro importante para o fomento, haja vista que possibilitou a oportunidade, não só na apreensão de conhecimentos, mas também investimento em equipamentos e insumos, embora pequeno, mas significativo. E mais que isso, inaugurou uma modalidade diferente de incubação que é aquela em que todas as ações são totalmente realizadas na comunidade e construídas dia a dia com a participação de todas (os).

Ao finalizar esse trabalho, verificou-se o quanto se faz necessário cada vez mais produções sobre experiências na perspectiva da economia solidária, concordando com o que diz Santos (2002):

O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para as entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando. A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva. (SANTOS, 2002, p. 123)

No entanto, em que pese todas as adversidades impostas aos empreendimentos econômicos solidários, a autogestão na perspectiva da economia solidária não é só uma alternativa para a falta de emprego, mas também uma escolha para quem deseja experimentar outra forma de organização para o trabalho, constituindo-se como referência de outra cultura de organização para o trabalho, onde a participação coletiva no processo de produção e as decisões coletivas fazem um diferencial nas relações de trabalho e na produção da vida.

REFERENCIAS

AURÉLIO. Dicionário online. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/incubar/>>. Acesso em 30 jun. 2018.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D.(Org.) A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

IPEPS/ITS. Instituto de Tecnologia Social (Org.). Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: estratégia e princípios metodológicos - Caderno de Apoio. São Paulo: Prefeitura de Osasco (Coleção gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários), 2012.

SANTOS. Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAPÍTULO 12

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E A ECOSSOCIOECONOMIA: subsídios conceituais para o desenvolvimento turístico sustentável em área quilombola no Maranhão

Saulo Ribeiro dos Santos¹
Cristiane Mesquita Gomes²
Protásio César dos Santos³
Ângela Roberta Lucas Leite⁴
Ana Letícia Burity Silva⁵

¹ Doutor em Gestão Urbana (PUCPR) e Geografia (UFPR). Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Observatório do Turismo do Maranhão. Líder do Grupo de Pesquisa “Turismo, Cidades e Patrimônio”. Vice Presidente do Conselho Municipal de Turismo de São Luís

² Mestre em Gestão de Negócios Turísticos (UECE). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Campus Centro Histórico)

³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, com área de concentração em Ciências Ambientais (UFPA). Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão no Curso de Comunicação Social. Professor do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão.

⁴ Mestre em Políticas Públicas (UFMA). Professora substituta Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora Sênior do Observatório do Turismo do Maranhão.

⁵ Mestre em Cultura e Sociedade (UFMA). Coordenadora do curso de Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão.

RESUMO

Tendo como objeto de estudo o turismo de base comunitária e a importância ecossocioeconomia para o desenvolvimento turístico sustentável em áreas quilombolas, objetiva-se analisar as contribuições teóricas do turismo de base comunitária e a ecossocioeconomia no desenvolvimento turístico sustentável em áreas quilombolas no Maranhão. O estudo baseou-se em pesquisas bibliográficas sobre as categorias turismo de base comunitária, ecossocioeconomia e comunidades quilombolas. Os resultados da pesquisa demonstram que as contribuições bibliográficas a respeito destas categorias propiciaram entendimentos

sobre as causas e efeitos de sua adesão em comunidades quilombolas no estado do Maranhão, permitindo se pensar atividade turística atrelada a sustentabilidade do local.

Palavras-chaves: comunidade quilombola. Turismo de base comunitária. Ecossoeconomia.

1 INTRODUÇÃO

Dados do turismo internacional apontam que o setor de turismo além de gerar renda e empregos, incentiva as exportações e movimenta a economia no mundo inteiro. Em 2017, houve um aumento direto de 4,6% no número de turistas no mundo, o que representou 10,4% do produto interno bruto global. O turismo ainda gerou cerca de 118 milhões de empregos diretos e indiretos, injetando cerca de U\$ 8,3 trilhões na economia mundial (WTTC, 2018). Números como estes impressionam não somente pelo volume, mas também pela representatividade que a atividade turística possui no cenário econômico mundial.

Com relação ao Brasil, esta é a 11ª economia do turismo no mundo em termos absolutos, sendo 2,9% do produto interno bruto (PIB) com aproximadamente 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos (PANROTAS, 2018).

O turismo sendo um dos principais setores econômicos e com forte crescimento no mundo é fundamental entendê-lo num viés sustentável que de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) é uma atividade que respeita o meio ambiente, a cultura e o social, que permite desfrutar de um intercâmbio de experiências entre turistas e autóctones, de forma justa, ética em que os benefícios da atividade sejam igualitários e equitativos para todos (BENEVIDES, 1999).

Acrescenta-se a esta concepção as diretrizes da Política Nacional de Turismo (PNT) que destaca o compromisso com o desenvolvimento local e a inclusão social a partir do turismo, com a implementação de macroprogramas e projetos orientados para estruturar destinos, assim como diversificar a oferta turística (CORIOLANO; GUZZATTI; SAMPAIO,

2013). Dessa forma, para atingir o desenvolvimento turístico em uma comunidade local, faz-se necessário a integração e participação social, fortalecendo o protagonismo da cadeia produtiva, bem como incentivos de programas e ações que promovam a criação de postos de trabalho, geração de renda, difusão e distribuição de produtos e serviços (CORIOLANO, 2003).

Destarte, encontra-se no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) que as comunidades tradicionais devem ser partícipes no processo da atividade turística (MTUR, 2018), por estarem atreladas a “uma série de unidades sociais e culturais por ser um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relação de confiança mútua” (CLAVAL, 2007, p. 114). Ou seja, as comunidades tradicionais assumem o papel de atores principais na oferta de produtos e serviços turísticos de um determinado território (CORIOLANO, 2003, 2009ab; IRVING, 2009) denominados de turismo de base comunitária que Coriolano (2003, p. 282) conceitua como:

[...] aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, sejam de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades.

Além disso, o Ministério do Turismo (MTUR, 2018) esclarece que a qualificação no turismo deverá ser priorizada como política pública educacional que integra o conjunto de políticas públicas sociais, valorizando os trabalhadores atuantes no turismo para que possa aumentar a competitividade, não apenas entre os empreendedores locais, mas também entre os municípios com vocação semelhante.

É nesse contexto que se destaca o turismo como um dos setores de serviços que requer elevados índices de força de trabalho, além de uma crescente modernização e de uma apurada implementação de novas tecnologias. O maior desafio para as políticas públicas de qualificação é o enfrentamento de um mercado em expansão e cada vez mais exigente, com desenvolvimento de iniciativas que se consolidem de forma sustentável e, ao mesmo tempo, tenham efetividade na promoção do sujeito e da competitividade do destino (MTUR, 2018, p. 117).

Acrescenta-se ainda que o MTUR (2018) incentiva o estímulo à adoção de práticas sustentáveis do turismo aliadas à Agenda Global (AGENDA, 2030) de forma que esteja condicionada a preservação dos recursos naturais e culturais, e a inclusão de todos os atores no processo. Para este órgão “natureza, cultura e pessoas formam grandes ativos que, se trabalhados de forma conjunta e em harmonia, podem garantir o desenvolvimento sustentável do turismo” (2018, p. 122).

Portanto, incentivar e promover a adoção de práticas de base comunitária que valorizem e estimulem a identidade local, e a preservação dos mesmos (BURSZTYN, 2009) se tornam vetores para o desenvolvimento do turismo sustentável em áreas consideradas quilombolas.

Compreendendo tais aspectos, e levando em consideração o contexto das comunidades quilombolas do estado do Maranhão, questiona-se: quais as contribuições teóricas do turismo de base comunitária e da ecossocioeconomia para o desenvolvimento turístico sustentável de áreas quilombolas do Maranhão? O objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições teóricas do turismo de base comunitária e a ecossocioeconomia no desenvolvimento turístico sustentável em áreas quilombolas no Maranhão.

O estudo visa contribuir sobre as discussões que envolvem o entendimento de turismo de base comunitária, turismo sustentável e economia solidária, enfatizando os benefícios que tais categorias podem trazer para o desenvolvimento do turismo em comunidades quilombolas do estado do Maranhão.

O trabalho está estruturado em quatro tópicos, sendo inicialmente a introdução com o questionamento e objetivo central, seguido dos aspectos metodológicos que norteiam o percurso da pesquisa, das análises e resultados iniciais da pesquisa, e por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa iniciou-se em meados de julho de 2018, quando se teve o projeto de pesquisa intitulado “Ecosocioeconomia e turismo de base comunitária - arranjos produtivos e autogestão com fins para o desenvolvimento turístico e sustentável na comunidade quilombola Entre Rios em Cururupu” aprovado no edital 040/2018 da FAPEMA. Tal pesquisa ainda se encontra na fase embrionária, com o levantamento bibliográfico e documental.

Este artigo é um recorte da pesquisa bibliográfica e documental do referido projeto, cuja proposta é analisar as contribuições teóricas do turismo de base comunitária e a ecosocioeconomia no desenvolvimento turístico sustentável em áreas quilombolas no Maranhão.

Para atingir tal objetivo, optou-se pela pesquisa exploratória, uma vez que contribui para ampliar o conhecimento do objeto de estudo desenvolvido (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995), sendo que “as pesquisas exploratórias constituem uma primeira etapa de uma investigação mais ampla. Torna-se necessário o esclarecimento e delimitação, o que exige revisão de literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos” (GIL, 2012, p. 45).

Desta forma, foi realizado o levantamento bibliográfico que segundo Gil (2012, p.48) é desenvolvido “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este levantamento pôde ser desenvolvido através de inúmeras fontes incluindo livros, revistas especializadas, dissertações e teses. Dentro da metodologia de pesquisa bibliográfica, optou-se em pesquisar os artigos nas principais bases de dados como *Redalyc*, *SCOPUS* e Publicações de Turismo, mediante predefinição de palavras chaves como “turismo de base comunitário”, “ecosocioeconomia e turismo” e “área quilombolas e turismo” tendo como base os trabalhos publicados a partir de 2008.

A pesquisa ainda utilizou obras de autores como: Coriolano (2008), Lima (2011), Oliveira e Marinho (2009), Proença, Oliveira e Laray de Jesus (2016), Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017), Sampaio e Dallabrida (2009), Sansolo e Bursztyn (2009) que discutem os conceitos sobre turismo de

base comunitário e ecossocioeconomia. Ainda foram utilizados materiais sobre as comunidades quilombolas do Maranhão da Coleção Negro Cosme (2002).

Nesse contexto, justifica-se a abordagem ser qualitativa, visto que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nesse tipo de investigação. Além disso, aprofunda-se na compreensão do contexto social preocupando-se com a compreensão e explicação dos significados, valores e atitudes (MINAYO, 2001).

3 ANÁLISE E RESULTADOS

A atual conjuntura global nos âmbitos econômico, social, ambiental e cultural é apontada por estudiosos da dinâmica capitalista e econômica de mercado por não responder mais aos desafios impostos pela globalização, causando “patologias²¹” sociais, que se fazem necessárias apontar como alternativa para um novo modelo de desenvolvimento social e econômico com fins sustentáveis (BERKES, 1996; COHEN; ARATO, 1992). Tais “patologias” estão explícitas principalmente em países em desenvolvimento ou que possuem baixo índice de desenvolvimento humano (WEBER, 2014) e estão entrelaçadas com os fatores econômico, social, político, cultural e ambiental.

Desta forma, associa-se a ideia de um país desenvolvido àquele que possui alto índice econômico e social, sendo os que não se encaixam nesses padrões podem ser considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (SANTOS; SOUZA; OLIVEIRA, 2002; SINGER, 2002). Todavia, acostumou-se a chamar de desenvolvimento aquele território que

²¹ Sampaio e Dallabrida (2009, p.18) classificam as patologias em: a) socioambientais: processos produtivos que privatizam lucros e socializam prejuízos socioambientais, evidenciado pelo descaso com o manejo de recursos naturais não-renováveis; b) socioespaciais: planejamento e gestão setorializados e padrões de uso e de acesso à terra privados prevalecendo sobre os comunitários; c) sociopolíticas: instâncias democráticas manipuladas por interesses oligopolistas e burocracia dominada por interesses corporativistas; d) socioeconômicas: subtrabalho, não-trabalho, exclusão social e apelação desenfreada pelo consumo (mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições para isso); e e) socioculturais: substituição de modos de vida tradicionais por padrões homogeneizados e ressignificação do trabalho humano como trabalho repetitivo alienado”.

é qualificado, mas os mesmos críticos também o intitulam de “mau desenvolvimento”, ou seja, “um processo civilizatório que privilegia a minoria da população mundial” (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009, p. 19). Nesse sentido, pensar em território requer compreendê-lo para além de um espaço geográfico, mas como um espaço em que as pessoas convivem e interagem com o meio e entre si.

Souza (2013) destaca que o território não é somente a dimensão política, uma vez que existem outros aspectos da vida social que influenciam a construção de um espaço, como é caso da cultura e da economia. Os sujeitos que se apropriam dos espaços depositam características como comportamentos, atitudes, práticas, dentre outros elementos que se revelam fundamentais para o processo de empoderamento e reconhecimento do território. Essa ação pode ser observada nas comunidades quilombolas por meio das práticas e normas desenvolvidas no território (ALMEIDA, 2013).

A definição de quilombo formulada no período colonial atravessou o período Imperial e chegou à República exatamente da mesma forma, sendo utilizada até os dias de hoje. O quilombola é sempre o escravo fugitivo e longe dos domínios das grandes propriedades. No entanto, é importante lembrar que houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da grande propriedade e com atribuições diversas, houve aquele que sonhou fugir e não pôde ou não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi capturado e houve aquele que não pôde fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel era ficar (SAULE JUNIOR, 2003, p. 08).

As comunidades que residem em áreas remanescentes de quilombos²² são consideradas em sua maioria territórios culturais “em função de sua existência em núcleos relativamente isolados na malha geográfica regional” (OLIVEIRA; MARINHO, 2009, p. 334) e também buscam o auto reconhecimento identitário e afirmação sociocultural, pois, o isolamento geográfico geralmente provoca problemas socioeconômicos que contribui para o esquecimento destas comunidades e também certa exclusão das políticas públicas (ALMEIDA, 2013).

²² Definição de quilombo: “a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil” (MOURA, 1981, p. 87).

Com base no que fora exposto, é no território que os quilombolas desenvolvem suas práticas de resistência, suas vivências, valores e fortalecem as relações sociais, culturais e produtivas, como base nos “laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (SILVA FILHO; LISBOA, 2012, p. 55).

O estado do Maranhão é um território formado por sua grande parte de negros²³, devido à intensa escravidão ocorrida nos séculos XVIII e XIX, e, consequência da vinda de negros africanos escravizados que ocuparam as terras do estado, e, consigo trouxeram sua cultura que aos poucos foi incorporada ao território maranhense (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2002).

Entre todos os estados da federação que se encontram envolvidos na luta por legalização de terras remanescentes de quilombos, o Maranhão é o estado que apresenta o maior número de comunidades entre as recenseadas, sem incluir aquelas que ainda não tomaram conhecimento de seus direitos (ARAÚJO, 2009, p. 58 – grifo nosso).

Pode-se associar este fator também a grande quantidade de comunidades quilombolas existentes no território maranhense. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2018) o Maranhão possui 682 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidos (CRQR). Este vasto campo de comunidades quilombolas no território maranhense possibilita pensar a inserção de um modelo de turismo, como o de base comunitária, como proposta de trabalho e geração de renda para os mesmos. Pois, o turismo é capaz de promover benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais e quando planejado adequadamente, fortalece a cultura local e a autoestima da comunidade mediante a implementação de políticas públicas *down top* (CORIOLANO; GUZZATTI; SAMPAIO, 2013), ou seja, com o envolvimento dos autóctones no processo da atividade turística, o que conseqüentemente gera oportunidades a todos os envolvidos direta e diretamente com o turismo (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Portanto, locais de forte tradição cultural como as comunidades quilombolas, de “isolamento” territorial, e, pouco contato com o urbano, deve-se pensar em modelos de gestão em que a comunidade tenha o

²³ De acordo com o IBGE (2012) negros representam 74% da população negra do Maranhão.

controle da atividade turística desde o planejamento até o desenvolvimento do arranjo produtivo de maneira que fortaleça principalmente sua base social e econômica. Para Bursztyn, Bartholo e Delamero (2009) o modelo de turismo de base comunitário se contrapõe ao turismo urbano massificado, com infraestrutura e serviços de qualidade. Este modelo de turismo não requer sofisticação, mas sim, ações que valorizem as tradições culturais e recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e responsável de todos (turistas e comunidade). Quanto a esta “nova proposta de hospitalidade e convivência entre quem acolhe (hospeda) e quem visitam. Qualquer que seja a denominação imprime mudanças de hábitos dos visitantes e também na comunidade receptora” (LIMA; SILVA; SILVA, 2016, p. 05).

Benevides (1999) pontua que o turismo de base comunitária pode ser sistematizado enquanto estratégia de inclusão social e preservação ambiental, sendo fundamental levar em consideração as reais necessidades da comunidade (saúde, educação, entre outros). Contudo, Oliveira e Marinha (2009, p. 342) atentam para as implicações a respeito da falta de planejamento das atividades turísticas e da própria comunidade em não estar inserida neste processo:

[...] se a comunidade não está preparada para receber o turista, seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à sua prática social, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não reproduz benefícios socioculturais em comunidades que se esforçam em abrir suas portas para visitação.

Quando a atividade turística não é planejada, o turismo se torna uma atividade invasora e destruidora, capaz de gerar graves impactos negativos, tais como: conflitos internos, a aceleração de uma aculturação dos jovens e enfraquecimento da coesão social (MALDONADO, 2009). Por outro lado, Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017, p. 22) afirmam que “o TBC é interpretado como uma atividade alternativa capaz de promover dinamismo econômico e envolvimento da população local no processo, de forma associada à questão de valorização e proteção da cultura e natureza”.

Todavia, as atividades ligadas ao ambiente natural e cultural fazem com que os moradores das comunidades sejam os primeiros favorecidos (OMT, 2003), conseqüentemente, futuros visitantes “podem tirar benefícios do aprendizado sobre o local, sobre seu estilo de vida, suas tradições, sua culinária típica e suas atividades econômicas” (OLIVEIRA;MARINHO, 200, p. 343).

[...] o turismo é o arranjo produtivo mais forte do ponto de vista econômico e do ponto de vista de recuperação da história cultural do território. A ecossocioeconomia [...] discutem com a união dos elementos sociais e naturais para criar novas dinâmicas produtivas em território pequenos, rurais e tradicionais é usualmente solicitada por quem atua no turismo numa perspectiva comunitária [...] (LIMA; SILVA; SILVA, 2016, p. 12).

Desta forma, acrescenta-se a ecossocioeconomia que tem como base analisar/compreender as complexidades do cotidiano, repensando a economia num olhar de ecodesenvolvimento, contrapondo-se ao utilitarismo economicista (SAMPAIO, DALLABRIDA, 2009). Ou seja, a ecossocioeconomia:

[...] está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento (entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável). E este, foi apontado como um paradigma sistêmico, compreendendo princípios da ecologia profunda (repensa os atuais estilos de vida), economia social (pondera as conseqüências sociais na ação econômica), economia ecológica (pondera custos ambientais na ação econômica), ecologia humana (tem como premissa a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos) e planejamento participativo. (SAMPAIO, DALLABRIDA, 2009, p. 19).

Portanto, aplicar a ecossocioeconomia e o turismo de base comunitária em territórios de forte identidade cultural como comunidades quilombolas faz-se necessária prepará-la para receber o turista, mas também orientá-la sobre o processo sistêmico e participativo, fazendo com que eles (moradores) compreendam os princípios da ecologia social, ecológica, humana e principalmente o planejamento integrado (SAMPAIO et al., 2008). Assim, assumir um modelo alternativo de turismo requer que os participantes (comunidade quilombola) estejam inseridos no contexto da construção e participação coletiva do turismo, assim como desenvolver:

[...] iniciativas de organização e execução a cargo de associações/cooperativas cujos membros pertencem a dada comunidade, com uma população pequena que deseja ter no turismo uma alternativa econômica sem que para tal se eliminem as atividades tradicionais desenvolvidas por estes no seu cotidiano de trabalho (LIMA; SILVA; SILVA, 2016, p. 04).

Em sua grande maioria, as comunidades remanescentes de quilombo não estão preparadas para receber o turista:

[...] seja pela deficiência de equipamentos e objetos que servem de apoio à sua prática social, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não reproduz benefícios socioculturais em comunidades que se esforçam em abrir suas portas para visitação (OLIVEIRA; MARINHO, 2009, p. 342).

Sustenta-se que a ecossocioeconomia e o turismo de base comunitária servirão como estímulo para as comunidades quilombolas do Maranhão para fortalecerem a identidade cultural, preparando-os para o avanço do turismo, pois, envolvê-los no processo de gestão comunitária sustentável praticando atividades ligadas ao meio ambiente e cotidiano rural, direcionando a comunidade a vivenciar práticas sustentáveis que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico (SACHS, 2007).

[...] crê-se na possibilidade de um mercado mais solidário, no sentido de trocas mais justas entre vendedor e comprador, incorporando trocas compensatórias, isto é, quando a classe econômica mais privilegiada, ao menos em um primeiro momento, reduz voluntariamente sua expectativa de ganhos a favor de classes econômicas menos abastadas, valorizando conhecimento e bens de origem comunitária (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009, p. 30).

Além disso, o turismo de base comunitária possui relação intrínseca com a ecossocioeconomia quanto ao papel da comunidade no processo de construção e participação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, gerando qualidade de vida e criando renda e emprego aos autóctones (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009; SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012). A ecossocioeconomia e o turismo de base comunitário favorecem a troca de experiências, fortalece os laços e principalmente a valorização da identidade cultural.

A ecossocioeconomia ocorre no mundo da vida, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados. Trata-se de uma teoria pensada, partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano (SAMPAIO; DALLABRIDA, 2009, p. 20).

Contudo, cabe salientar, baseado em estudos de Coriolano (2008), Lima (2011), Oliveira e Marinho (2009), Proença, Oliveira e Laray de Jesus (2016), Morais, Mendonça e Pinheiro (2017), Sansolo e Bursztyn (2009) alguns benefícios e ações do turismo de base comunitária e ecossocioeconomia com viés sustentável que podem propiciar para as comunidades quilombolas existentes no estado do Maranhão, como: melhoria da renda familiar, bem estar dos autóctones, conservação da identidade cultural e modo de vida, preservação dos recursos naturais, organização de pequenos empreendimentos turísticos coletivos e individuais, empreendedorismo social, desenvolvimento de arranjo produtivo local e cooperativas, economia de pequena escala, regulamentação de negócios turísticos, empoderamento comunitário, estruturação de roteiro turístico, maior proximidade, integração e diálogo com órgãos governamentais, geração de conhecimentos sobre o território, economia solidária, inovação social, tecnologia alternativa e sentimento de pertencimento.

Mediante o apresentado, se as atividades turísticas de base comunitária forem articuladas com o modelo ecossocioeconômico (SACHS, 2007) podem fortalecer uma relação do território quilombola com a sua identidade e cultura, onde o turista passa a ter o papel de convidado e a comunidade de anfitriã. Assim, o lugar turístico não modificará o *habitus* dos indivíduos que compõem a estrutura social, mas sim, promoverá um desenvolvimento intrínseco e aglutinador de qualidade e vantagens competitivas para os partícipes do processo, aproveitando de forma sustentável os recursos disponíveis (SAMPAIO; DALLARODA, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo comunitário quando pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico e sustentável pode originar

benefícios econômicos, sociais, ambientais e culturais para a comunidade quilombola. Gera renda e emprego, atrai ações e programas sociais públicos e fortalece a identidade coletiva do lugar, ou seja, a implantação do turismo tende a melhorar a renda e o bem-estar dos moradores e, simultaneamente, preservar os valores culturais e as belezas naturais da região.

Embora o turismo traga benefícios à localidade, mas se o mesmo não for planejado, torna-se uma atividade invasora e destruidora, capaz de gerar graves impactos negativos. É nesse sentido que a ecossocioeconomia pode ser associada ao turismo de base comunitária, visando demonstrar os impactos da ação do turismo sobre o território, orientando os autóctones sobre o processo sistêmico e participativo, fazendo com que os mesmos compreendam os princípios da ecologia social e humana, e, principalmente, o planejamento integrado.

Cabe destacar que desenvolver o turismo de base comunitária com o viés ecológico, social e econômico pode propiciar a melhoria da renda familiar, conservação da identidade cultural e modo de vida, preservação dos recursos naturais, empreendedorismo, desenvolvimento de arranjo produtivo local e cooperativas, economia de pequena escala, dentre outros. Diante de tais análises, é possível afirmar que as contribuições bibliográficas a respeito das categorias ecossocioeconomia e turismo de base comunitária propiciaram entendimentos sobre as causas e efeitos de sua adesão em comunidades quilombolas no estado do Maranhão.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030 - PLATAFORMA. 2018. Disponível em: <www.agenda2030.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. O movimento quilombola na baixada ocidental maranhense: história, memória e identidade de comunidades remanescentes de quilombos em Pinheiro. XXVII Simpósio Nacional de História. Anais..., Natal, jul., 2013.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERKES, F. Social systems ecological systems and property rights. In: HANNA, S. et al. (orgs.). *Right to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions*. Washington, DC: Island, 1996. p. 87-107.

BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359-373.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.

CORIOLOANO, L. N. M. T; GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, p.93-106.

socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____. Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças. Fortaleza: EdUECE, 2009a.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009b.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades remanescentes de quilombos. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

LIMA, Felipe B. C.; SILVA, Yolanda Flores e; SILVA, João A. *Projecto Querença*: turismo comunitário como alternativa para o desenvolvimento local e humano. Seminário ANPTUR. Anais..., 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. Política nacional do turismo 2018-2022. Brasília: MTUR, 2018.

MORAES, E. A. de; MENDONÇA, T. C. de M.; PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em minas: um novo caminho das gerais. Revista CULTUR, ano 11, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, Anelize Martins de; MARINHO, Marcelo. Comunidade quilombola de Furnas do Dionísio aspectos relacionais entre cultura, turismo e desenvolvimento local. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, cap. 334-347.

OMT - Organização Mundial do Turismo. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PANROTAS. Dados e fatos do turismo. 2018. Disponível em: <www.panrotas.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PIOVESAN A., TEMPORINI E. R. Pesquisa exploratória: Procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Revista Saúde Publica. v. 29, n. 4, p. 318 - 325. 1995.

PROJETO VIDA DE NEGRO. Terra de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento. Coleção Negro Cosme. v. III. São Luís: SMDH/CNN-MA/PVN, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./dez. 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do rio sagrado, Morretes (PR). CULTUR, ano 06, n. 01, p. 25-39, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, Iñaki Ceberio de; DALLABRIDA, Ivan Sidney ; PELLIN, Valdinho. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. *Organizações & Sociedade*, v.46, p.77-98, 2008.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária:

diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 359-373.

SACHS, I. Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007

SAULE JUNIOR, Nelson. A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003

SILVA FILHO, João Bernardo de; LISBOA, Andressa Kelly. Quilombolas: Resistência, História e Cultura. São Paulo: IBEP, 2012.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

WEBER, Demétrio. Maranhão é o estado com a maior proporção de miseráveis do país. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/maranhao-o-estado-com-maior-proporcao-de-miseraveis-do-pais-11271446>>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL - WTTC. 2018. Disponível em: <www.wttc.org>. Acesso em: 01 ago. 2018.



CAPÍTULO 13

ENTRAVES À FORMALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE PROVENIENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DO MARANHÃO

Profs. DSC. Eliene Cristina Barros Ribeiro ¹

Erlane Santana Macedo ²

Odália Souza Alves ²

Prof. MSc. Hélio Rodrigues Araújo ²

¹ Docente do Curso de Ciências Contábeis; Universidade Federal do Maranhão, CCSST, Campus Imperatriz

² Discente do Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, CCSST, Campus Imperatriz

RESUMO

A informalidade do leite no Brasil é elevada e envolve problemas de ordens econômica e social. Assim, torna-se relevante, como objetivo deste estudo identificar os entraves institucionais e organizacionais à formalização da produção de leite pelos agricultores familiares do Sul do Maranhão, identificando os entraves à formalização da comercialização do leite. Foram utilizados dados referentes a uma amostra de 178 produtores de leite que comercializam leite e derivados em mercados formal e informal nos municípios de Imperatriz e regiões adjacentes. Pôde-se constatar que os produtores informais são menos capitalizados que os produtores formais e enfrentam barreiras à entrada em mercados formais, devido ao baixo volume de produção e baixa qualidade do leite. Apesar de atuarem na informalidade, têm acesso a assistência técnica. Para maior parte dos agricultores, a informalidade representa mais um canal de comercialização a melhores preços finais e sem a necessidade de contratos formais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Produção de leite. Comercialização.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vem se destacando na literatura a crescente discussão sobre as formas de produção e comercialização da agricultura familiar e seus nichos de mercado, como estratégias relacionadas ao desenvolvimento regional. A produção e a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar devem estar ancoradas, não apenas nas potencialidades regionais, mas na combinação das atividades tradicionais, incorporando inovações, empreendedorismo e sustentabilidade (SCHNEIDER E FERRARI, 2015; ROCHA JUNIOR E CABRAL, 2016)

A produção informal de alimentos é fortemente disseminada na agricultura familiar brasileira, principalmente na produção de leite *in natura* e seus derivados. Para Deon (2015) isso se justifica pelo fato de não haver praticamente barreiras à entrada nessa atividade; ser um produto tanto para consumo próprio como para comercialização ou processamento na propriedade; permitir a obtenção de renda mensal que permite o uso de terras não-nobres; utilizar de forma intensiva a mão-de-obra familiar, dentre outros fatores. Além disso, o capital mínimo necessário para se iniciar a produção de leite é significativamente reduzido, sendo uma vaca, mão-de-obra e alimentação (RIBEIRO E QUEDA, 2007).

O leite é o segundo produto mais produzido pela agricultura familiar brasileira, praticado em todo o território nacional, adaptado às realidades sócio econômicas de cada região. Há um contínuo crescimento na exploração dessa atividade no Brasil, passando de 15,1 bilhões de litros em 1991 para 33,5 bilhões de litros em 2017 (IBGE, 2017). Apesar do potencial de produção, 27,3% do leite produzido no ano de 2017 foi destinado à informalidade.

O Estado do Maranhão é marcado pelo comércio informal do leite, de maneira que no ano de 2017, apenas 17% do leite produzido foi captado sob inspeção federal, estadual ou municipal. Essa realidade mostra que 83% do leite produzido nesse Estado ainda transita pelo mercado informal (IBGE, 2017). Para Alves et al. (2017), as estratégias voltadas à informalidade se devem ao preço baixo recebido pelo leite, quando comparado aos custos de produção, ao baixo volume de produção e à

baixa qualidade do leite. Apesar do grande número da informalidade, um estudo sobre a cadeia do leite e derivados no Nordeste aponta um cenário favorável para a atividade até o ano de 2020, mencionando os Estados de Pernambuco, Ceará e Maranhão, como os que tendem a ter maior crescimento no setor (REIS FILHO e SILVA, 2013).

Diante da problemática acima exposta, este artigo tem como objetivo identificar os entraves institucionais e organizacionais à formalização da produção de leite pelos agricultores familiares do Sul do Maranhão, identificando os entraves à formalização da comercialização do leite. Para Buainain et al (2003), a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado e capacidade de geração e acumulação de renda. Carneiro (2015) apoiam essa perspectiva quando afirmam que a agricultura familiar produtora de leite se apresenta como não especializada e pouco intensiva em insumos.

Nesse sentido, este artigo se divide em cinco seções, a contar essa. A segunda seção apresenta o referencial teórico que discorre a produção familiar de leite e a informalidade, bem como os ambientes institucionais e organizacionais. A terceira seção traz os aspectos metodológicos e a quarta seção descreve os resultados da pesquisa, no que tange aos entraves institucionais e organizacionais quanto à formalização dos produtores familiares de leite. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais desse trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE E A INFORMALIDADE

A produção familiar vem ganhando espaço e relevância no âmbito do desenvolvimento rural. As pesquisas do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006) evidenciam que 84,4% dos estabelecimentos pecuários brasileiros são de produção familiar. Apesar de ocuparem apenas 24,3% da área total, a produção familiar é uma importante fornecedora de alimentos para o mercado interno e participa de 58% da produção nacional de leite (IBGE, 2006).



No Brasil, para ser considerado agricultor familiar, conforme a Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, precisa-se atender aos seguintes requisitos (Brasil, 2006): ser proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário da Reforma Agrária; residir na propriedade ou em local próximo; deter no máximo quatro módulos fiscais²⁴ de terra, quantificados de acordo com a legislação em vigor; apresentar no mínimo 80% da renda bruta familiar procedente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e a base da exploração do estabelecimento deve ser o trabalho familiar.

O Nordeste detém a metade dos estabelecimentos de produção familiar do país (2.187.295) e 35,3% da área total (28,3 milhões de hectares). O Estado do Maranhão possui 262.089 estabelecimentos familiares, distribuídos em 4.519.305 hectares (IBGE, 2006). A atividade leiteira é o principal meio de produção, intimamente relacionada à vida da agricultura familiar maranhense, mostrando relevância social e econômica. Porém, o Estado ainda possui baixos índices de eficiência produtiva antes da porteira e na atividade industrial (REIS FILHO e SILVA, 2013).

A Pesquisa Pecuária Municipal realizada em 2017 aponta o Maranhão em 18º lugar no *ranking* de produção leiteira no âmbito nacional (353 milhões/litros/ano), sendo a sua principal bacia leiteira a micro região de Imperatriz, que ocupa a 59ª posição em produção no país (133.5 milhões/litros/ano), sendo a 8ª micro região com maior número de vacas ordenhadas (164.623 cabeças) (IBGE, 2017).

Coletti e Perondi (2015) destacam que no caso dos produtores familiares brasileiros, a tecnologia disponível não se transforma em inovação, devido à pequena disponibilidade de capital, a pouca escolaridade e capacitação, ao baixo uso de tecnologias e a pouca disponibilidade de mão-de-obra. Dalberto (2014) também evidencia um baixo nível de competitividade na agricultura familiar, associados a baixa frequência de utilização de assistência técnica e reduzido uso de máquinas e equipamentos. Esses são alguns dos fatores restritivos ao crescimento

²⁴ Módulo fiscal é a unidade de medida em hectares, fixado para cada município brasileiro, considerando o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida (EMBRAPA, 2012).

produtivo, econômico e social, que podem ser apontados com inibidores ao mercado formal.

Assim, há necessidade de pesquisas que busquem reconhecer as condições sociais e econômicas dos sistemas produtivos locais e avaliar a adaptabilidade das tecnologias exigidas, levando em conta a realidade dos produtores familiares (SILVA, 2014). Dessa forma, a proposta de fortalecimento da produção familiar, com sua conseqüentemente inserção no mercado formal deve estar cercada de políticas de apoio, que otimizem a realidade existente e impulsionem a organização e gestão desses empreendimentos.

2.2 AMBIENTES INSTITUCIONAIS E ORGANIZACIONAIS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE

O ambiente se constitui no somatório entre o ambiente de mercado e o institucional (SCOTT, 2004). O ambiente de mercado tem a dinâmica de relacionamento baseada nas trocas de bens ou serviços e as organizações são avaliadas pelo controle eficiente e eficaz do processamento do trabalho. O ambiente institucional é caracterizado pela elaboração de normas e exigências que as organizações devem conformar, se querem obter apoio e legitimidade do ambiente.

O ambiente institucional é representado pelas instituições sociais, econômicas, governamentais, políticas, religiosas e científicas e cria normas e regras que devem ser cumpridas pelas organizações para se legitimarem (GAZOLLA, M.; PELEGRINI, 2011). Dessa forma, o ambiente institucional é visto na perspectiva dos fatores que influenciam o formato, as práticas e o desempenho das organizações, em uma perspectiva que envolve interesses dos diversos atores.

O campo organizacional representa o conjunto de organizações que estão relacionadas entre si em uma mesma área institucional reconhecida, sendo representado pelos fornecedores, clientes, agências reguladoras do setor, competidores, dentre outros atores, também denominados *stakeholders*. Deve-se ressaltar, a importância da conectividade e da equivalência estrutural no campo organizacional, uma vez que, as

organizações se conectam umas as outras, influenciando-se e tornando-se cada vez mais semelhantes entre si (DIMAGGIO E POWELL, 1983).

Agentes capazes de adaptação às normas institucionais se mostram mais competitivos e aqueles não adaptados ficam à mercê de condições de produção e comercialização menos favorecidas. A Instrução Normativa IN51 do Ministério da Agricultura, por exemplo, ao prever o resfriamento do leite na propriedade rural, representa um filtro institucional formal. Para produtores com boa capacidade de adequação à aderência aos tanques de resfriamento, seja via compra própria ou via associações ou cooperativas, esse filtro poderá facilitar algumas atividades, como por exemplo, a de comercialização pela melhor qualidade do leite. De maneira oposta, produtores que não conseguem se adaptar a esse filtro institucional que visa a melhora da qualidade do leite no mercado, apresentam maior dificuldade para a comercialização do leite (OLIVEIRA E SILVA, 2013).

Os canais de distribuição referem-se à forma de escoamento da produção, situada entre o produtor e o consumidor final. Há uma interdependência entre os personagens dos canais de distribuição, iniciando com o produtor e terminando no consumidor final. Esse caminho pode ser percorrido de forma direta ou passando por até quatro agentes, dependendo das necessidades e dos objetivos da empresa (CASTRO, 2008). É nessa fase de venda que o produtor familiar consegue os recursos financeiros necessários à sua sobrevivência, sendo preciso decidir se a produção será destinada à comercialização local, em feiras, no comércio varejista, no atendimento aos programas governamentais, ou outros.

A distribuição direta ocorre sem intermédio de terceiros, pode ser por meio de venda pessoal, *marketing* direto, entre outros (LIVATO *et al.*, 2008). Ela fortalece a agricultura familiar, uma vez que tem a capacidade de aumentar os ganhos eliminando alguns integrantes do processo de comercialização, principalmente os atravessadores. Outras vantagens são a praticidade e rapidez nas vendas e possibilidade de decidirem os períodos de trabalho e de gerirem livremente sua atividade (DEIMLING *et al.*, 2015).

Por outro lado, a distribuição indireta se caracteriza por utilizar a figura do atacado, varejo ou outros intermediários e tem como vantagem

o fornecimento de maior garantia de venda. A oferta a pequenos varejos e supermercados aumenta o campo de oportunidades de comercialização, sendo um mercado convencional, mas ao mesmo tempo exigente, onde a incorporação de valor ao produto como embalagens, armazenamento e padrões de qualidade (VIANA E RINALDI, 2010).

O atravessador é um intermediário entre o produtor e os mercados finais. Dependendo do mercado que se queira alcançar e das próprias condições financeiras, a comercialização direta pode não ser viável e nesses casos o atravessador tendo suas redes de contatos pode oferecer vantagens para o produtor que ele não conseguiria sozinho (CASTRO *et al.*, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido na região Sul do Maranhão, mais especificamente nas sub-regiões Tocantina e Pré- Amazônica, consideradas a maior bacia leiteira do Estado do Maranhão (SEBRAE, 2012). O público-alvo deste projeto consistiu de 178 produtores familiares de leite, organizados da seguinte forma: (a) Associação de Produtores de Leite de Porto Franco (fundada em fevereiro de 2006): 40 produtores familiares de leite e objetivo em se organizarem em cooperativa no ano de 2016; (b) 138 produtores de leite do município de Imperatriz e regiões adjacentes que fazem parte da região Tocantina.

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa exploratória e descritiva, de cunho qualitativo, desenvolvida em seis etapas: (i) revisão de literatura; (ii) construção do questionário; (iii) aplicação do questionário junto a 178 produtores familiares de leite; (iv) classificação dos produtores em dois grupos: formais e informais; (v) análise das variáveis relativas aos dados da propriedade, do produtor, da produção e da comercialização dos dois grupos; (vi) análise dos entraves do mercado informal.

A revisão de literatura deu base à construção de um questionário estruturado em trinta perguntas divididas em três categorias: (a) dados do produtor e da propriedade rural; (b) características da produção leiteira; e (c) métodos de comercialização do leite. Os produtores foram em seguida

divididos em grupos de análise, conforme a destinação da produção do leite em: produtores formais e informais. Como mercado informal foram consideradas as vendas do leite *in natura* para os seguintes canais de distribuição: atravessadores, consumidor final e varejo. A partir desta análise pôde-se identificar os entraves encontrados pelos produtores pesquisados no mercado informal de leite.

Entende-se por entrave neste trabalho, qualquer condição imposta por agentes, mercados, instituições ou organizações, capaz de dificultar ou impedir a atuação dos produtores de leite tanto no mercado formal, quanto no mercado informal (BÁNKUTI, 2009). As variáveis de análise para a pesquisa sobre os entraves à formalidade constam no Quadro 1.

Quadro 1. Variáveis de análise

ENTRAVES	DEFINIÇÃO
INSTITUCIONAIS	Gerados a partir de órgãos governamentais e que dificultam a produção e a comercialização do leite, a exemplo das Instruções Normativas para produção do leite, dos requisitos da concessão de crédito ao produtor rural, dentre outros.
ORGANIZACIONAIS	Originados a partir do ambiente organizacional, ou seja, do ambiente interno da propriedade, como baixa escala de produção e produtores pouco estruturados.

Fonte: Adaptado de BÁNKUTI (2002)

4 RESULTADOS

4.1 ENTRAVES INSTITUCIONAIS À FORMALIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE LEITE

Para esse tópico, além das normas legais foram também identificados aspectos institucionais que interferem diretamente no desempenho da atividade, como a assistência técnica, técnicas de ordenha, dentre outros. Percebeu-se através dos dados coletados que a assistência

técnica indica a busca dos agricultores familiares por maior produtividade e qualidade do leite produzido, com objetivo de permanecer ou aceder ao mercado formal.

O grupo de produtores que mais recebeu assistência técnica foi predominantemente o formal 79,8%. No grupo informal, observou-se que 50,2% dos produtores receberam assistência técnica, porém entendem ser dificultoso colocar em prática, bem como alegam que o mercado informal não exige qualidade. A carência de assistência técnica foi considerada como elemento restritivo, ou seja, um entrave, uma vez que norteia o caminho dos produtores, possibilitando uma gestão mais eficiente da propriedade tanto do ponto de vista econômico como técnico, permitindo redução nos custos, maior escala de produção e melhoria na qualidade do produto.

As técnicas empregadas na produção do leite auxiliam na identificação do nível tecnológico dos produtores familiares. Grande parte dos produtores formais e informais não fazem uso de ordenha mecânica e pastejo rotacionado. No grupo formal, apenas 8% dos produtores fazem uso da inseminação artificial, enquanto no outro grupo essa prática é realizada por 2% dos produtores. A utilização de ordenha mecânica também é pouco empregada, uma vez que 35% dos produtores formais utilizam e 16% dos produtores informais. Quanto à técnica do pastejo rotacionado, 37% dos produtores predominantemente formais a utilizam e 22% dos informais. Isso indica que, apesar dos grupos apresentarem diferenças em relação ao acesso à assistência técnica, as práticas são utilizadas quase na mesma proporção pelos produtores formais e informais.

Quanto ao tanque de resfriamento do leite na propriedade rural (exigida pela IN51), cerca de 74% dos produtores formais utilizam e apenas 26% dos informais fazem uso deste equipamento. A utilização do tanque de resfriamento está relacionada a dois fatores: (a) busca de maior qualidade do leite e, conseqüentemente, melhor preço no mercado formal; e (b) adequação às condições impostas pelos laticínios. De maneira oposta, para produtores informais, não há incentivos à compra e usos do tanque de expansão, uma vez que o mercado não exige esse tipo de qualidade, pois não é pago um diferencial de preço por esse processo.

Sobre a solicitação de crédito, os resultados indicam que mais de 95% dos produtores nos dois grupos não solicitaram crédito, pois têm receio de não conseguirem pagar. Percebeu-se que o desinteresse pelo crédito decorre principalmente dos seguintes aspectos: (a) receio de não poder honrar o pagamento; (b) incapacidade técnica de elaborar projetos para solicitação de crédito; (c) falta de planejamento e controle da atividade; e (d) ausência de ações coletivas entre os produtores rurais, como associações ou cooperativas.

4.2 ENTRAVES ORGANIZACIONAIS QUANTO À FORMALIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES DE LEITE

Os aspectos organizacionais foram caracterizados envolvendo quesitos como infraestrutura disponível, acesso a equipamentos, produtividade, qualidade do leite, dentre outros. Em relação ao acesso à utilização de equipamentos com maior tecnologia direcionada ao processo de produção, constatou-se que os produtores familiares que atuam na informalidade não usufruem dos tanques de resfriamento utilizados nas comunidades. A produção é armazenada em latões e transportada aos canais de distribuição. Tal fato justifica-se, principalmente em função da não exigência dos canais de distribuição quanto à qualidade do leite.

O número de vacas está relacionado à possibilidade de comercialização dos animais ou da quantidade de leite produzida, voltado assim à obtenção de capital para investimento na propriedade, sendo também indicativo do volume de leite produzido. O baixo nível de capitalização, somado a um baixo volume de leite produzido, foi citado como principal entrave que dificulta a participação dos produtores familiares no mercado formal.

Os produtores familiares predominantemente formais possuem em média 68 vacas em produção leiteira e o grupo de produção informal possui em média 12 vacas. Produtores com grande volume de leite produzido são preferidos pelos laticínios, pela diluição do custo de transporte do leite da propriedade ao laticínio. Assim, constata-se o que o mercado informal é uma alternativa de comercialização para produtores de

leite com baixo volume de produção. De fato, o menor volume de leite comercializado pode representar fator de estímulo à participação no mercado informal, e os produtores geralmente recebem um maior preço pelo produto.

Outro entrave à formalização dos produtores familiares nesta pesquisa se relaciona à assinatura de contratos formais no momento da comercialização do leite, uma vez que não possuem experiência e grau de escolaridade quanto a leitura ou entendimento do contrato. Dessa forma, 68% dos agricultores familiares informais acreditam que uma cooperativa é necessária na região, porém desde que seja bem gerida.

Em relação aos contratos, observou-se que não existe contrato formal entre produtores familiares na informalidade, estabelecendo preço, quantidade ou qualidade do produto. Dessa forma, o preço é determinado a partir do mercado, já a quantidade e a qualidade do leite a ser entregue é determinada pelo próprio produtor a partir de sua capacidade de produção, sem levar em conta aspectos como qualidade, higiene, maior capacidade de produção, dentre outros.

Com relação à comercialização de leite, os produtores predominantemente formais comercializaram em média 216 litros de leite/dia e o grupo informal comercializa em média 30 litros de leite/dia. Com relação ao preço médio do litro de leite, para o grupo formal o preço foi de R\$0,70/litro e para o grupo informal foi de R\$0,98/litro. Essa análise comprova o menor preço recebido no mercado formal, porém compensado pela regularidade da entrega aos laticínios da região e maior ganho quanto ao maior volume de produção. Os principais canais de comercialização dos produtores informais são os consumidores finais e os varejos, principalmente padarias e restaurantes, que utilizam o leite em suas preparações. Com os dados coletados conclui-se que não é exclusivamente a falta de opção de canais de distribuição que conduz o produtor à informalidade, mas principalmente a baixa escolaridade e a falta de capital para investir em tecnologias de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da análise indicou os entraves para inserção de produtores familiares no mercado formal, que envolvem o pequeno volume de leite produzido, a necessidade de resfriamento do leite, a baixa capacidade de investimentos em tecnologia, necessidade de adequações na produção e na propriedade e o maior preço pago pelo leite informal no mercado. Os resultados demonstram que produtores com maior volume de leite produzido, maior qualidade, maior capacidade de investimento em adequações e maior flexibilidade diante de variações de preços de mercado possuem maior facilidade para o escoamento de leite no mercado formal. De maneira oposta, produtores com baixos volumes encontram maior dificuldade de acesso ao mercado formal.

Considerando que a formação de preço do leite é influenciada pelos laticínios, já que são eles que estabelecem o preço pago aos produtores, uma alternativa para a minimização desse problema seria a criação de cooperativas de leite, que desempenhariam o papel de centralizadoras da comercialização. Entende-se que essa é uma estratégia que pode proporcionar maior poder de barganha aos produtores familiares nas negociações junto às indústrias de alimentos e laticínios que utilizam essa matéria prima.

Entende-se que os produtores familiares informais de leite analisados na região possuem grande capacidade para expandir a produção e a produtividade e, melhorar a qualidade do leite, porém precisam ser amparados via associações ou cooperativas, como ocorre com o grupo formal analisado. Isso se dá principalmente pelo baixo nível de escolaridade, que contribui para não colocarem em prática a assistência técnica recebida. Contudo, é necessário realizar uma proposição de ações e medidas corretivas que venham beneficiar todo o segmento, principalmente, no que tange à agricultura familiar informal na região.

REFERÊNCIAS

ALVES, O.S.; MACEDO, E. S.; MAKOSKY, H. N.; RIBEIRO, E. C. B. (2017). Aplicação do Custeio Alvo Associado ao Custeio Pleno em Pequenas Propriedades Produtoras de Leite. In: III CONGRESSO UNB DE

CONTABILIDADE E GOVERNAÇÃO, 2017, Brasília. Anais. Disponível em: <http://conferencias.unb.br/index.php/CIGEPS/ccgunb3/index>. Acesso em outubro de 2017.

BANKUTI, F.I. (2002). Entraves e incentivos ao abate clandestino de bovinos no Brasil. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção). Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: http://www.gepai.dep.ufscar.br/pdfs/1088521715_Ferenc_OK.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL (2006). Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Casa Civil - Leis, Poder Executivo. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARNEIRO, J. F. (2015). Modernização da produção leiteira e seus impactos na agricultura familiar. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS Públicas, 7., 2015, São Luís. Anais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/modernizacao-da-producao-leiteira-e-seus-impactos-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em 11 jun. 2016.

CASTRO, L. T. (2008). Incentivos em canais de distribuição: um estudo comparativo entre o Brasil e os EUA no setor de defensivos agrícolas. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FEA-USP.

CASTRO, L. T.; NEVES, M. F.; CONSOLI, M. A. CAMPOS, E. M. (2007). Relacionamento e conflitos em canais de distribuição: um estudo em insumos agrícolas. Revista de Administração da USP. São Paulo. V. 42, n.2, p.167-177, abr./maio/jun.

COLETTI, V. D.; PERONDI, M. A. (2015). Produção de leite e resistência da agricultura familiar: comparando duas estratégias de comercialização local na região Sudoeste do Paraná - Brasil. Revista de Desenvolvimento Regional - REDES, Santa Cruz do Sul, V. 20, n. 2, p.236-260.

DALBERTO, F. (2014). O papel das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) para o fortalecimento da agricultura familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. p. 21-39. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Conhecimento%20Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20Fortalecimento%20da%20Agricultura%20Familiar%20%2813-01-15%29%20Final%281%29.pdf. Acesso em 04 abr. 2016.

DEON, P. R. C. (2015). A contribuição dos atores na trajetória de formalização das agroindústrias familiares rurais em Jaguari-RS e Chapecó-SC. Tese (Doutorado) - Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2015.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*. Vol. 48, pp. 147-160.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. (2011). Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 133-150. 328p. (Estudos Rurais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2017). CENSO AGROPECUÁRIO: Estatística da produção pecuária. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf>. Acesso em 28 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2006). CENSO AGROPECUÁRIO: Agricultura Familiar. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2017). Pesquisa Pecuária Municipal: Tabelas 74 e 94. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>>. Acesso em 29 out. 2018.

LIVATO, M.; BENEDICTO, G. C.; ALVES, M.C.; OSÓRIO, W. R.; E SILVA FILHO, C. F. (2008). Reestruturação dos canais de distribuição como vantagem competitiva: um estudo das redes de empresas no varejo supermercadista. XXXII Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, L. F. T.; SILVA, S. P. (2013). Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 705-720, Out/Dez 2012.

REIS FILHO, R. J. C.; SILVA, R. G. (Ed.). (2013). Cenários para o leite e derivados na Região Nordeste em 2020. Recife: Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal_Sebrae/Anexos/estudo-Cenários-para-leite-e-derivados-NE.pdf>. Acesso em 04 abr. 2016.

RIBEIRO, E. C. B.; QUEDA, O. (2007). Miniúsinas de leite como alternativa de desenvolvimento regional. Organizações Rurais & Agroindustriais, V. 9, n. 2, p. 207-228.

ROCHA JUNIOR, C. J. G.; CABRAL, R. M. (2016). O processo de transição de empreendimentos rurais tradicionais para as agroindústrias associativas no estado de Pernambuco: desafios para construir competências empreendedoras. Gestão e Regionalidade, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, v. 32, n. 94, p.68-83.

SCOTT, W. R.; MEYER, J., W. (1994). Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism. Thousand Oaks: Sage Publications.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. (2015). Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar - o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 1, p.56-71.

SEBRAE - SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE (2012). X Encontro Nordeste do setor e leite e derivados. Cartilha.

SILVA, M. C. (2014). Produção sustentável de leite bovino em área de proteção ambiental: aplicação da análise energética no município de Torre de Pedra/SP. Tese (doutorado, Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP - Campus de Botucatu/SP.

VIANA, G.; RINALDI, R. N. (2010). Main factors influencing the performance of productive chain milk - a study with milk producers of Laranjeiras do Sul town - PR. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 2, p. 263-274.



CAPÍTULO 14

MELIPONICULTURA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GERAÇÃO DE RENDA SUSTENTÁVEL

José de Ribamar Silva Barros¹
Claudio Adriano de Jesus Nascimento²
Jonas Alves Mesquita²
Hugo Almeida Ferreira³
Bruna Fernanda Silva de Sousa⁴
Gislene Almeida Carvalho-Zilse⁵
Gabriel Garcês Santos²

¹ Docente do Departamento de Química e Biologia/CECEN - Universidade Estadual do Maranhão.

² Discente curso de Engenharia Agrônômica/CCA - Universidade Estadual do Maranhão.

³ Discente curso de Medicina Veterinária/CCA - Universidade Estadual do Maranhão.

⁴ Doutoranda em Agronomia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp/FCAV).

⁵ Grupo de Pesquisas em Abelhas (GPA); Coordenação de Biodiversidade (COBIO); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus - AM.

RESUMO

A Tiúba, *Melipona fasciculata* Smith, 1854 é uma espécie de abelha nativa sem ferrão criada há muito tempo pelas populações indígenas do Maranhão, pela alta produtividade de mel. Sua criação - atividade denominada Meliponicultura - favorece a preservação das plantas nativas devido à polinização das flores pelas abelhas campeiras, além de agregar valor ao mel - produto diferenciado e com características próprias em consequência do pasto melipônico local. Com isto, além do mel de sabor e qualidade únicos, seus criadores colhem, indiretamente, os efeitos da polinização, ou seja, maiores e melhores frutos e sementes nos seus pomares. A Meliponicultura se enquadra perfeitamente dentro dos conceitos de diversificação e utilização sustentável dos recursos naturais, pois é uma atividade que pode ser integrada ao manejo florestal e, diferentemente da apicultura, pode ser desenvolvida em propriedades

situadas em regiões de maior concentração populacional, próximo às residências e até de centros urbanos, desde que existam remanescentes de matas ou espécies florísticas como fonte de alimento para as abelhas. Este projeto, objetivou partilhar conhecimentos e técnicas de manejo das abelhas Tiúba entre estudantes de escolas no entorno do Campus da UEMA, entre produtores próximos ao campus da UEMA e entre comunitários da Associação de Agricultores do Tajaçuaba, Associação dos Agricultores do Coquilho e a Associação dos Agricultores do Santa Bárbara, no município de São Luís – MA, visando promover a prática profissional da Meliponicultura. Nessa perspectiva, realizaram-se treinamentos técnicos, com base em informações científicas e experiências práticas, envolvendo temáticas de educação ambiental, importância das abelhas e suas necessidades biológicas, além das práticas de implantação de estrutura para a criação de abelhas sem ferrão, manejo e multiplicação de colmeias, colheita de mel e manejo de reposição de pastagem melipônica (plantação de espécies vegetais nectaríferas e poliníferas).

Palavras-chaves: abelha nativa, *Melipona fasciculata* Smith, Tiúba, comunidades rurais, mel.

1 INTRODUÇÃO

As abelhas, juntamente com as formigas e vespas, são insetos que constituem a ordem Hymenoptera, seres que apresentam tamanho corporal variável, medindo de frações de milímetros até, aproximadamente, 70 mm. Estima-se entre 110 a 130 mil o número de espécies pertencentes a essa ordem, sendo conhecidas mais de 10 mil espécies no Brasil. Contudo a estimativa para a riqueza em nosso país é bem maior, em torno de 70 mil (MELLO et al., 2012). É considerada a ordem mais benéfica ao homem por nela estarem reunidas as abelhas, animais que prestam inúmeros serviços ao homem (FERNÁNDEZ; SHARKEY, 2006).

Os representantes dessa ordem ocupam os mais diversos ambientes terrestres, tendo em vista que possuem diversas estratégias de sobrevivência e formas reprodutivas, o que permite sua adaptabilidade aos mais diversos ambientes (MELLO et al., 2012). Em sua maioria, são polinizadores essenciais das espécies de plantas com flores (espécies fanerógamas), sendo utilizados, inclusive, em programas de controle

biológico de grandes culturas (NAKANO et al., 2002). Entretanto pouco ainda se conhece dos indivíduos pertencentes à referida ordem.

1.1 AS ABELHAS

A família Apidae é considerada a mais importante da ordem Hymenoptera, pois nela estão as abelhas sociais, que são mais conhecidas popularmente pela produção de mel, cera, própolis, geleia real, pólen. A família Apidae está dividida em quatro subfamílias: Bombinae, Euglossinae, Meliponinae e Apinae.

Os Meliponinae são representados pelas abelhas indígenas sem ferrão, com mais 500 espécies descritas e distribuídas nas regiões tropicais (MICHENER, 2013), estando a subfamília dividida em duas tribos: Meliponini e Trigonini. A tribo Meliponini compreende cerca de 60 gêneros, se caracterizando por serem abelhas sociais que apresentam um ferrão atrofiado que não pode ser utilizado para defesa e que deu origem ao seu nome popular, abelhas sem ferrão. A tribo é ainda a mais representativa em termos de quantidade de espécies, com quase 400 espécies (CAMARGO, 2013). Esses organismos são responsáveis pela polinização de cerca de 40% a 90% das espécies vegetais, conforme o ecossistema (KERR et al., 2001).

1.2 *MELIPONA FASCICULATA SMITH*, TIÚBA A ABELHA DO MARANHÃO

A Tiúba, *Melipona fasciculata* Smith, 1854 é a principal espécie de abelha sem ferrão criada há muito tempo pelas populações nativas do Maranhão, em virtude da alta produtividade de mel e outros produtos. Atualmente são criadas em agrupamentos de colônias, denominados Meliponários, que constituem a atividade de Meliponicultura para exploração comercial. As colônias naturais de Tiúba são feitas em ocos de árvores, como a Andiroba, Criviri, Cararaúba, Sabonete entre outras. A entrada é feita de barro com resina, cabendo até três abelhas por vez (KERR, 1996). Cada colônia apresenta um conjunto de favos de cria em vários estados de desenvolvimento chamados de ninho, um invólucro que

protege o ninho, conjuntos de potes de mel e pólen, fora do invólucro, bolinhas de resina grudenta para defesa, aderida ao favo de criam fica bolas de cera, acima e abaixo estão localizados dois batumes de barro demarcando os limites inferior e superior do oco (KERR, 1996).

A atividade meliponícola promove não apenas o aumento na produção de mel com alto valor agregado, de sabor diferenciado e características únicas decorrentes da flora regional (VIT et al., 2016) mas também favorece a polinização das plantas nativas e cultivadas, pela disponibilização destes agentes polinizadores, conseqüentemente, levando à produção de frutos e sementes de maior qualidade. Contudo o mel da Tiúba não é tão conhecido como deveria, nos mercados nacional e internacional, apesar de sua excelente qualidade. Mas a utilidade da abelha não se restringe à produção de mel, pólen e própolis, isto é, no Maranhão, as abelhas sem ferrão são polinizadores primários de 30-90% das árvores (KERR et al., 2001). As abelhas, pela polinização, também determinam a produção de frutos que mantém enorme número de espécies de animais e são, diretamente, responsáveis pela enorme biodiversidade tanto vegetal quanto animal.

Cada vez mais áreas de florestas tropicais estão sendo destruídas pela ação de fatores referentes à desorganização social e ao desequilíbrio ambiental, gerado pela intervenção humana e por fenômenos naturais (KERR et al., 2001). Os desmatamentos são responsáveis pela retirada dos ambientes naturais, abrigos de um vasto número de espécies, tornando acentuado um número elevado nas estimativas de redução de colônias naturais.

A ocupação humana desordenada, leva à extinção do ambiente natural de inúmeras abelhas sem ferrão, impossibilitando o estudo dessas espécies e a relação das mesmas com as árvores polinizadas ou frequentadas por elas. Porém existem mecanismos que podem amenizar, senão reverter, o rápido extermínio desses insetos, contribuindo para manter a diversidade genética. É o caso da criação racional dessas abelhas (Meliponicultura) que promove o aumento das populações e conseqüente garantia da polinização, gerando perpetuação das espécies vegetais e fornecendo alimento e abrigo para espécies da fauna.

Diante disto, a Meliponicultura se enquadra perfeitamente dentro dos conceitos de diversificação e utilização sustentável dos recursos naturais, pois é uma atividade que pode ser integrada ao manejo florestal, plantio de fruteiras e culturas de ciclo curto e, em muitos casos, pode contribuir no aumento da produção agrícola. Diferentemente da apicultura, pode ser desenvolvida em propriedades situadas em regiões de maior concentração populacional, próximo às residências e até de centros urbanos, desde que existam remanescentes de matas ou espécies florísticas como fonte de alimento para as abelhas.

O crescente interesse na criação da Tiúba pelo pequeno produtor rural e o mercado para os produtos da atividade melipónica vem tornando essa atividade economicamente importante para diversas famílias tornando-a uma atividade potencial para melhorar a qualidade de vida dessas populações, uma vez que proporciona o aumento de renda bruta, pela venda direta dos produtos das abelhas, assim como pela confecção de colmeias para a criação racional e de acessórios para a meliponicultura.

Tanto potencial pode e deve ser aproveitado, visando favorecer a produção agrícola do homem, sendo que os ganhos advindos são tanto no aspecto comercial quanto ambiental. Pensando nisso, a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, detentora de um acervo de conhecimentos e aperfeiçoamentos gerados ao longo do tempo, tem incentivado a criação de abelhas como uma atividade economicamente sustentável e estratégica, por conceber que esses conhecimentos precisam ser transferidos para os sistemas produtivos em benefício da sociedade (UEMA, 2017).

Sendo assim, este projeto objetivou transmitir conhecimentos e técnicas para o desenvolvimento eficiente da Meliponicultura em comunidades previamente contactadas e escolhidas vocacionalmente que pudessem explorar a atividade.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Numa perspectiva de desenvolvimento profissional de comunitários realizaram-se treinamentos técnicos em Meliponicultura em três comunidades (Santa Barbara, Tajaçuaba e Coquinho) envolvendo cerca de cento e vinte pessoas (entre estudantes, agricultores, produtores rurais etc) visando a produção de mel de abelhas Tiúba e aumento na produção de fruteiras cultivadas nas áreas rurais por polinização decorrente da disponibilidade de abelhas.

As atividades desenvolvidas envolveram instalação e visitação do Meliponário Demonstrativo da UEMA além de oficinas técnicas e capacitação *in loco* nas comunidades. O projeto contou com a participação de quatro bolsistas de extensão, sendo três da Universidade Estadual do Maranhão e um da comunidade de Tajaçuaba, uma engenheira agrônoma, e dois professores.

2.1 INSTALAÇÃO DO MELIPONÁRIO DEMONSTRATIVO DO LABORATÓRIO DE GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR WARWICK ESTEVAM KERR - LABWICK

Inicialmente foram obtidas 34 colônias matrizes de *M. fasciculata* Smith, a partir do Meliponário existente na Fazenda Escola da UEMA, na cidade de São Bento. As colônias matrizes foram instaladas sobre suportes individuais numa área de plantio de eucalipto, formando assim o Meliponário Demonstrativo (Figura 1). A área de instalação do Meliponário pertence ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UEMA situada no campus Paulo VI, com as seguintes características: 1 - local sombreado, importante para o conforto térmico das abelhas e do meliponicultor; 2 - com fonte de água próxima, utilizada para manutenção biológica e diminuição da temperatura interna da colônia; 3 - com disponibilidade de flora melipónica, ou seja, a região possui plantas que florescem ao longo do ano fornecendo néctar (nectaríferas) e pólen (poliníferas), além de resinas para as abelhas; 4 - topografia plana, local de fácil acesso o que facilita o manejo do meliponicultor e o voo das abelhas.

Figura 1. Meliponário Demonstrativo do Laboratório de Genética e Biologia Molecular Warwick Estevam Kerr – LabWick



Fonte: BARROS (2016)

2.2 COLMEIA PADRÃO

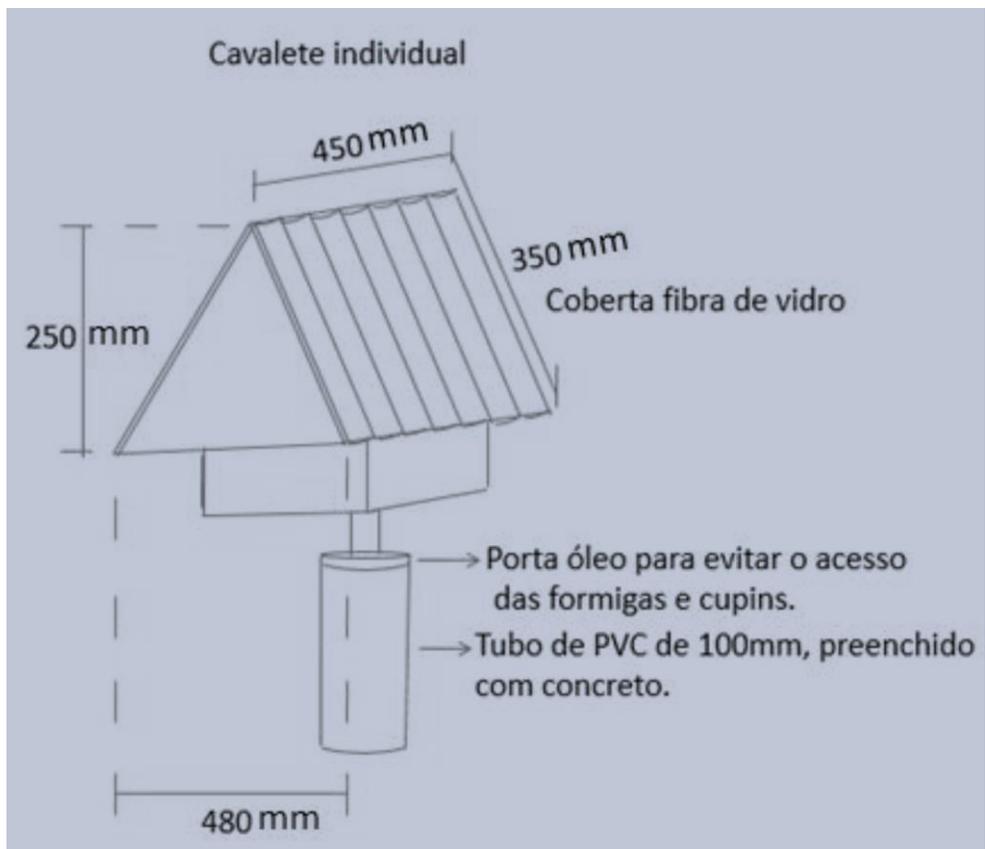
No trabalho as colônias de abelhas foram mantidas em colmeias padronizadas constituídas de uma caixa de madeira modulada vertical com dimensões internas de 20 cm x 20 cm x 7 cm. A espessura da madeira das colmeias foi de 2,5 cm proporcionando uma melhor regulação térmica da colônia e possibilitando que as abelhas invistam a energia em produção. A madeira utilizada foi da árvore paparaúba (*Simarouba amara*), a qual é comumente usada pelos meliponicultores da Baixada Maranhense.

As colmeias foram postas sobre suportes individuais feitos com canos de PVC 100 mm cheios de concreto com espaçamento de 3m entre eles. Os suportes foram enterrados em cerca de 25 cm no solo, que na extremidade superior fixou-se no cimento um suporte de ferro (em cruzeta), deixando um espaço sem cimento (cerca de 10 cm de altura) para colocar graxa e impedir a passagem de formigas e outros insetos que pudessem prejudicar a produtividade das abelhas. O PVC foi o material escolhido para a confecção do cavalete, pois impede a passagem de

répteis do gênero *Hemidactylus*, conhecidos popularmente como “lagartixas”.

A partir das colmeias matrizes foram realizadas atividades de capacitação de comunitários em manejo técnico e multiplicações induzidas das colônias e, atualmente, tem-se 30 colmeias no Meliponário, todas oriundas do processo de multiplicação e manutenção das colônias matrizes e filhas de abelhas Tiúba.

Figura 2. Croqui do cavalete individual com porta óleo



Fonte: MONTEIRO NETO (2016)

2.3 TRABALHO COM A COMUNIDADE

2.3.1 DIVULGAÇÃO E ESCOLHA DAS ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES

Após a instalação do Meliponário Demonstrativo, foi feita a divulgação do projeto por meio de rádios comunitárias e folders nas escolas e associações de produtores próximas ao campus da UEMA, Cidade Universitária Paulo VI. Com auxílio do bolsista da comunidade José Ribamar Santos Filho, agricultor da comunidade Tajaçuaba, foram escolhidas três escolas públicas de ensino médio próximas ao campus Paulo VI da UEMA, que participaram da atividade de capacitação (palestras e oficinas) em Meliponicultura. As escolas públicas selecionadas foram: 1- Escola Santa Bárbara (cerca de 35 estudantes e 1 professor), 2- Centro de Ensino Médio Maria José Aragão (25 estudantes e 2 professores) e 3- Centro de Ensino Médio Paulo VI (30 estudantes e 1 professor). Além deste público, três associações de agricultores localizadas em bairros ao lado do campus da UEMA em São Luís foram visitadas pela equipe do projeto: Associação de Agricultores do Tajaçuaba, Associação dos Agricultores do Coquilho e a Associação dos Agricultores do Santa Bárbara.

2.3.2 CAPACITAÇÃO

As capacitações técnicas foram ministradas com partes teóricas e práticas. A teórica foi realizada em forma de palestras, numa sala de aula do Departamento de Química e Biologia – DQB (UEMA), com a apresentação de toda a equipe do Projeto composta por professores do Departamento de Química e Biologia – CECEN da Universidade Estadual do Maranhão, profissionais da área, bolsistas da FAPEMA/UEMA, e um bolsista da comunidade de Tajaçuaba. As palestras foram ministradas pelo coordenador do projeto, o professor Dr. José de Ribamar Silva Barros, que discorreu sobre os seus objetivos e a temática “Importância Socioambiental e Econômica das Abelhas”.

Após as palestras, os alunos e produtores eram direcionados às práticas sobre as abelhas sem ferrão e Meliponicultura no Meliponário Demonstrativo. As práticas constituíram de demonstrações e participação

efetiva dos integrantes no manejo das colmeias e materiais e ferramentas necessárias ao manejo. Ao decorrer das atividades teóricas e práticas, houve satisfatória participação dos integrantes com perguntas e dúvidas demonstrando empolgação e interesse na Meliponicultura. Além disso, alguns apresentaram domínio sobre o tema abordado em virtude de experiência familiar no manejo das abelhas.

Também houveram atividades *in loco* nas comunidades rurais. Nestas foram apresentadas palestras introdutórias relacionadas à criação de abelhas sem ferrão e sua contribuição à humanidade. As práticas foram relacionadas ao manejo das abelhas nativas e aos produtos obtidos da colmeia. Merece destaque as oficinas práticas para produção de sabonetes artesanais obtidos a partir do mel e para identificação de plantas potenciais melipônicas. Para as oficinas sobre “Produção de Sabonetes Artesanais a base de mel de Tiúba”, houve a participação especial da facilitadora Sra. Rosilene Padilha que já é meliponicultora, produz e comercializa sabonetes na cidade de São Bento.

Os moradores das comunidades, contaram com a oficina sobre “Produção de mudas e enxerto de plantas melíponícolas”, com o professor convidado, Dr. Hamilton Almeida (UEMA), em sua oficina contemplou o calendário, produção de mudas e enxerto de pasto melipônico, havendo grande participação dos produtores e entusiasmo.

3 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

De acordo com Drumond e colaboradores (2000) um dos fatores limitantes ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuária é o baixo nível e capacitação dos produtores rurais e a falta de assistência técnica e extensão rural. De maneira geral, consideramos como altamente positivos os resultados de capacitação realizados por meio deste Projeto. Um total de 120 pessoas participaram das atividades representando três comunidades e três associações no município de São Luís - MA.

A comunidade de alunos, moradores e agricultores no entorno da UEMA foi sensibilizada sobre a importância socioambiental das abelhas nativas e sua importância como atividade sustentável e geradora de renda.

Isto aconteceu por meio da capacitação de estudantes e agricultores nas diferentes etapas da Meliponicultura, outra importante dedução foi a aproximação das comunidades com a UEMA, que levou o conhecimento por meio da Meliponicultura.

Ao final os moradores das comunidades se mostraram muito interessados sobre o tema, os quais realizaram muitas perguntas e foram ouvidos sobre suas necessidades e experiências na comunidade com as abelhas. Aprenderam a produzir diferentes sabonetes artesanais com fontes acessíveis no mercado local, além de compreender a importância alimentar e econômica do mel de abelhas. Ao final da oficina cada morador ficou com seu sabonete que foi produzido.

Ficou notória a grande carência por informações técnicas no que diz respeito à assistência técnica em Meliponicultura, tanto por parte dos professores e estudantes quanto pelos comunitários participantes. Apesar de não ser a temática das atividades do Projeto, também registramos a carência de informações dos comunitários para as atividades de agricultura e pecuária de pequeno porte. Portanto, em virtude do amplo interesse demonstrado pelos comunitários e pela potencial solução para melhoria alimentar e financeira dos comunitários é mister ampliar programas de extensão rural para capacitação técnica destes comunitários em suas respectivas comunidades não apenas quanto a Meliponicultura mas também nas temáticas agricultura e pecuária de pequeno porte, atividades estas que representam uma potencial solução para a melhoria financeira destas comunidades.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. M. F. Historical biogeography of the meliponini (Hymenoptera, Apidae, Apinae) of the Neotropical Region. In: P. Vit, S. R. M. Pedro and D. W. Roubik, editors. Pot-honey. A Legacy of Stingless Bees, Springer, N. Y. pp. 19-34. 2013.

DRUMOND, M. A.; KIILL, L. H. P.; LIMA, P. C. F.; OLIVEIRA, M. C.; OLIVEIRA, V. R.; ALBUQUERQUE, S. G.; NASCIMENTO, C. E. S.; CAVALCANTI, J.

Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga. Petrolina: EMBRAPA/CPTSA, 2000.

FERNÁNDEZ, F.; SHARKEY, M. J. Introducción a los Hymenoptera de la Región Neotropical, Serie Entomología Colombiana, Sociedad Colombiana de Entomología, Bogotá D.C., Colombia, 896 p. 2006.

KERR, W. E.; CARVALHO, G. A.; DA SILVA, A. C.; ASSIS, M. G. P. Aspectos poucos mencionados da biodiversidade amazônica. Parcerias Estratégicas. CEE. MCT. 12(2);20-41. 2001.

KERR, W. E. Biologia e manejo da Tiúba: A abelha do Maranhão. EDUFMA, pag. 27-29. São Luís, 1996.

KERR, W. E.; CARVALHO, G. A.; NASCIMENTO, V. A. Abelha Uruçu: biologia, manejo e conservação. Ed. Fundação Acangaú, Paracatu, MG. 144p. 1996.

MELO, G. A. R.; AGUIAR, A. P.; GARCETE-BARRETT, B. Hymenoptera Linnaeus, 1758. In: RAFAEL, J. A.; MELO, G. A. R.; CARVALHO, C. J. B. de; CASARI, S. A.; CONSTANTINO, R. (Ed.). Insetos do Brasil: diversidade e taxonomia. Ribeirão Preto: Holos Editorap. p. 553-612. 2012.

MICHENER, C. D. The Meliponini. In: P. VIT, S. R. M. PEDRO and D. W. ROUBIK editors. Pot-Honey: A Legacy of Stingless Bees. Springer, N. Y. pp. 3-17. 2013.

NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R. F.; BAPTISTA, G. C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIM, J. D.; MARCHINI, L. C.; LOPES, J. R. S. Entomologia Agrícola, Piracicaba, FEALQ, pag. 920. 2002.

VIT, P.; OLIVEIRO, V.; TRINY, L.; FAVIÁN, M. Meliponini biodiversity and medicinal uses of pot-honey from El Oro province in Ecuador. Emirates Journal of Food and Agriculture, 27(6). 2016

X Encontro sobre abelhas nativas do maranhão. Universidade Estadual do Maranhão, 2017. Disponível em: http://www.cca.uema.br/?tribe_events=x-encontro-sobre-abelhas-nativas-do-maranhao; Acessado em: 05/11/2018



Mais Ciência e Inovação no Maranhão

Coleção: FAPEMA de 2015 à 2018

VOLUME 2